



UNIVERSIDAD DE
COSTA RICA

CICOM

Centro de
Investigación en
Comunicación

ALAIC

ALAIC 2018

30 JUL-01 AGO | COSTA RICA

XIV Congreso de la Asociación
Latinoamericana de Investigadores
de la Comunicación



Comunicación en sociedades diversas:
Horizontes de inclusión, equidad y democracia

Memorias

GRUPO TEMÁTICO 17

Historia de la Comunicación



UNIVERSIDAD DE
COSTA RICA

CICOM

Centro de
Investigación en
Comunicación

ALAIC



Comunicación en sociedades diversas:
Horizontes de inclusión, equidad y democracia

GRUPO TEMÁTICO 17

Historia de la Comunicación

Universidad de Costa Rica
San Pedro

ISSN 2179-7617

ÍNDICE

En el hogar y en la sociedad: La Mujer en la Prensa del Interior de Brasil en los años 1960	5
<i>Nayara Kobori</i>	
Los orígenes universitarios del periodismo televisivo chileno	9
<i>Eduardo Santa Cruz Achurra</i>	
Del sueño local a la acción regional: Una historia transnacional de Internet en América Central (1990-1995)	14
<i>Ignacio Siles</i>	
Vozes dissonantes: experiência de dramaturgia aplicada à conscientização social	18
<i>João Batista de Abreu</i>	
La construcción de los héroes en la ficción televisiva mexicana	24
<i>Adrien José Charlois Allende & Janny Amaya Trujillo</i>	
História sem revanchismo: os atributos do Brasil: Nunca Mais nas agendas midiáticas de Folha de S. Paulo e Jornal do Brasil	30
<i>Luana Chinazzo MÜLLER</i>	
Lectoras y escritoras en la prensa literaria de México: el caso de Michoacán 1870-1910	40
<i>Gabriela Sánchez Medina</i>	
Entre pantalones campana y blue jeans. Revolución sexual femenina y publicidad en Costa Rica.	48
<i>Virginia Mora Carvajal</i>	
Contribuições para uma memória institucional. 40 da ALAIC	58
<i>GOBBI, Maria Cristina</i>	
Lugares de Memória e representação: A mulher na revista Gran-Fina (1940-1942)	65
<i>Jasmine Aparecida Horst dos Santos & Nincia Cecília Ribas Borges Teixeira</i>	

Desvelar un enigma: la carta-crónica o las “correspondencias” de Rubén Darío para La Nación.	71
<i>Sac-Nicté Guevara Calderón</i>	
ENTRECRUZAMIENTOS DE NARRATIVAS HISTÓRICAS E FICCIONAIS: A DESILUSÃO DE HENFIL EM TANGA (1987)	80
<i>Márcia Neme Buzalaf</i>	
Evolución comunicacional, memoria en metamorfosis	87
<i>Larissa Conceição dos Santos & Marco Bonito</i>	
La batalla de la pantalla: debates políticos y enfrentamientos por la venta de publicidad comercial en la televisión del SODRE (1966- 1967)	94
<i>María Florencia Soria González</i>	
Las narrativas de la “mutilación”: Base de la identidad nacional boliviana	100
<i>Guadalupe Peres-Cajías</i>	
Historia, narraciones mediáticas y TIC. Sobre la comprensión de los modos de narrar el antes y el después del conflicto armado en Colombia	107
<i>Julio Eduardo Benavides Campos</i>	
Debate periodístico argentino-chileno en 1824-1825	113
<i>Guillermo Kemel COLLADO MADCUR</i>	
Colombia Mundialista. Cambio y continuidad comunicativa de 1962 a 1990.	121
<i>Gilberto Eduardo Gutiérrez</i>	
Por uma história da mídia na América Latina: uma proposta metodológica	127
<i>Marialva Barbosa</i>	
Iconos de memoria y sufrimiento en Colombia. A propósito de una imagen de Ingrid Betancourt	133
<i>Jorge Iván Bonilla Vélez</i>	
La Comunicación Popular en contextos antagónicos, casos: Colombia y Cuba	139
<i>Liliana Marcela Moreno Pinilla, Aura Isabel Mora & Angela Chicangana Ramírez</i>	

Ponencia presentada al: GT 17 Historia de la Comunicación

En el hogar y en la sociedad: La Mujer en la Prensa del Interior de Brasil en los años 1960

In home and in society: women in the press of Brazil's countryside in the 1960s

No Lar e na Sociedade: a mulher na imprensa do interior do Brasil nos anos de 1960

Nayara Kobori¹

Resumen: El artículo trae un histórico de la mujer en la prensa brasileña, en especial, las publicaciones del interior del país y las secciones femeninas o materias escritas por mujeres en “Diario de Noticias”, de Ribeirão Preto, en los años 1960.

Palabras Clave: Mujer, Prensa del Interior, 1960.

INTRODUÇÃO

As investigações em Jornalismo e História apresentam inúmeros pontos em comum, em especial, pela questão da narrativa, pois as mensagens são encaradas como produtoras de significados e de intencionalidades, que fazem parte do processo comunicativo. Pensar a imprensa como representação de uma parcela social é identificar o diálogo entre os jornais e o público e, por esse motivo, fazer produzir a história do Jornalismo e da Comunicação também é elaborar a própria História, com a demarcação de temporalidade e a definição de sentidos.

Silveirinha (2012) destaca que o fazer jornalístico é uma invenção propriamente masculina, que exclui a participação feminina no espaço comunicativo. A história da profissão, bem como seus relatos, aparece, assim, como reflexo da experiência masculina (COVERT, 1981). Todavia, as mulheres sempre se fizeram presente – de modo mais ou menos invisível – no desenvolvimento dos jornais. A imprensa feminina e as seções de jornais para as mulheres no contexto do interior são, portanto, exemplos de publicações voltadas para uma parcela social recortada.

Assim, a mídia é compreendida como um espaço de criação das formas de sociabilidade, tanto em termos comportamentais quanto em territórios delimitados. Nessa perspectiva, os jornais desempenham um papel significativo na propagação de valores, com representações próprias para um determinado público, em contextos específicos. Contudo, é preciso cautela nas análises dos jornais, devido à incorporação das culturas dominantes, que norteiam as práticas jornalísticas e contribuem para a manutenção da hegemonia.

É notável o crescimento de estudos acerca da imprensa feminina e feminista no Brasil, porém ainda é incipiente o número de trabalhos dedicados à temática na mulher na imprensa no interior do país, em especial, no concerne à sobrevivência de estereótipos de gênero enquanto fatores de constrangimento social. Isso porque o continente é reconhecido como o maior da América Latina e, devido à imensidão territorial, há um considerável número de veículos heterogêneos no país, o que implica a formulação de inúmeras pesquisas que desviam das cidades mais famosas: em especial, Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP), as principais capitais do sudeste.

¹ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Mestrado em Comunicação Midiática, Brasil, nayarakobori@gmail.com.

Dessa forma, o objetivo do artigo é resgatar a memória histórica da representação feminina na imprensa da localidade de Ribeirão Preto, cidade situada no interior do Estado de São Paulo. O intuito é observar a atuação das mulheres nas publicações e como era a participação feminina na sociedade – se estava restrita à esfera particular do lar ou se detinham forças para a emancipação social, além de perceber como a mídia influenciou a legitimação dos comportamentos e condições das mulheres.

MULHERES E A IMPRENSA BRASILEIRA: UM BREVE HISTÓRICO

A origem sintética da imprensa no Brasil é datada com a vinda da família real portuguesa para a Colônia, no ano de 1808. Já na primeira metade do século XIX, a participação feminina podia ser vista na imprensa do Brasil, fosse como consumidora ou como produtora de conteúdo, principalmente, em temas sobre moda e ensaios de literatura (LUCA; MARTINS, 2013).

Buitoni (2009) mostra que durante esse período surgiam impressos voltados para as mulheres que desafiavam o alto grau de analfabetismo da sociedade brasileira, além da própria estrutura dominante masculina. Apesar do caráter revolucionário, essa imprensa era um produto da elite, pois apenas os membros da burguesia sabiam ler e escrever na época (BUITONI, 1986, p. 28). Entre os jornais de referência para o público feminino, tradicionalmente desconsiderado, destacam-se o “O Espelho Diamantino” (1827), “Correio das Modas” (1839), ambos no Rio de Janeiro, e “O Espelho das Brasileiras” (1831), no Recife (LUCA; MARTINS, 2013).

Apesar disso, a imprensa dita “convencional” torcia o nariz para a participação feminina, deixando claro que a prioridade das mulheres era cuidar do “lar e da família”. Nesse sentido, Muzart (2003) diz que a participação das mulheres em periódicos do século XIX partiu da necessidade de conquista de direitos femininos, como o direito ao voto, à educação ou trabalho; já que a mulher era orientada apenas para o casamento e família. Assim, nascem as primeiras publicações feministas, como “Jornal das Senhoras” (1855), “O Sexo Feminino” (1873), e “A Família” (1888), que tiveram vida efêmera e suas redatoras permaneciam no anonimato, com medo de represálias (CASADEI, 2011).

Segundo Rago (1987), o comportamento da mulher era orientado por uma representação simbólica da esposa-mãe-dona-de-casa, que é afetiva, mas assexuada, mesmo diante do crescente processo de urbanização e do desenvolvimento industrial nos centros urbanos. A situação foi modificada somente em 1930, quando o público feminino passou a ser visto como potencial consumidor de impressos e das propagandas, por isso, havia a necessidade de estratégias para agradar esse grupo (FRANÇA, 2013). Dessa forma, a “imprensa feminina” é consolidada com as revistas segmentadas para o público, que funcionou como uma espécie de feminização do jornalismo. O “lazer e um certo luxo foram-se associando a ideia de revista no século XX. E a imprensa feminina elegeu a revista como seu veículo por excelência” (BUITONI, 1986, p. 17).

No entanto, os quadros e revistas para mulheres eram, muitas vezes, escritos por homens. Para Casadei (2011), a efetiva participação das mulheres será a partir dos anos de 1986, quando passaram a ocupar 36% do quadro de jornalistas no Brasil, cenário que seria reforçado em 2006, demonstrando uma tendência a maioria feminina no jornalismo, com 52% dos cargos ocupados. Segundo Santos e Pegoraro (2013), em 1950 o trabalho feminino começava a ganhar espaço, mas não era visto com bons olhos pela sociedade. As mulheres eram acusadas como responsáveis pela desestruturação familiar e a responsabilidade delas estaria voltada para os cuidados do marido, para que ele “estivesse sempre apresentável e que a educação dos filhos seguisse a moral e os bons costumes” (SANTOS; PEGORARO, 2013, p. 286).

A imprensa compartilhava desses valores sociais pré-estabelecidos, com um discurso jornalístico estampado sobre o comportamento ideal da mulher-modelo. De acordo com Santos e Pegoraro (2013), é possível afirmar a criação de um modelo de disciplina corporal feminina, no qual a mulher deveria se enquadrar nos parâmetros sociais vigentes e respeitar a moral. Para isso, “era necessário comprar, consumir, se comportar ou ser da forma apresentada pelos diversos meios de comunicação vigentes. Ela estava em constante observação e pressão para ser aceita” (SANTOS; PEGORARO, 2013, p. 279).

O vínculo entre imprensa e consumo no universo feminino torna-se cada vez mais intenso, principalmente, pelo crescimento do comércio da moda e casa. Em 1960, os textos que tratavam sobre sexo começaram a ser introduzidos nas páginas dos impressos femininos ou quadros voltados para as mulheres em jornais convencionais, embora com relutância e sendo censurado, muitas vezes (BUITONI, 1986). Contudo, o papel da mulher ainda era resumido, basicamente, em ser boa esposa, boa mãe e boa dona de casa (SANTOS; PEGORARO, 2013, p. 279).

Os temas dos jornais eram, em sua maioria, sobre+ moda, como cuidar da casa e do marido, contos românticos (destaque para as fotonovelas), culinária e literatura. Para Buitoni (1986), a imprensa construiu certa “estética” feminina: o que usar, como se portar, como se vestir, o que comer, como criar os filhos... Dessa forma, o a as mulheres deveriam se enquadrar em uma estrutura social imposta e o “modelo” feminino adequado é aquele aceito por um universo majoritariamente masculino. Ou seja, “como se vestir, como preparar sopa de cebolas, como conseguir um emprego, como ser boa mãe, tudo é receita. Onde há opção? Onde há discussão?” (BUITONI, 1986, p. 76).

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NO “DIÁRIO DE NOTÍCIAS”

A questão da representação da mulher na imprensa do interior do Brasil deve ser abordada de acordo com os aspectos de proximidade e localidade, que são características que cercam a prática jornalística interiorana. Por questões práticas, o presente artigo não tem a pretensão de aprofundar-se sobre o assunto, mas aponta a relevância de compreender os fenômenos que envolvem a denominação do que é imprensa do interior e local.

Assim, o “Diário de Notícias” (DN), de Ribeirão Preto-SP, interior do Estado de São Paulo, no Brasil, se apresenta como exemplo de imprensa regional. Fundado em 1 de junho de 1928 por José da Silva Lisboa, o periódico era palco de disputas políticas da burguesia da região. Em 1940, o matutino foi vendido para a Arquidiocese Católica do município, chegando a uma tiragem de 8.500 exemplares (SANT’ANA, 2010). Logo após o golpe civil-militar brasileiro, no ano de 1964, o jornal foi fechado por ter aproximações com a Doutrina Social Cristã e a Teologia da Libertação e voltou a circular somente após alguns meses, mas acabou falindo em 1980².

França (2013) afirma que em 1930, o DN ilustra a participação das mulheres na sociedade, com as crônicas de Onésio da Motta Cortez, “Reivindicações Femininas”. Nelas, o autor se colocava em prol das mulheres no ambiente de trabalho e na política, mas se opunha ao divórcio ou àquelas que desejavam se separar do marido, por ser algo que prejudicaria a união familiar (FRANÇA, 2013, p. 93).

O tema do divórcio era um dos principais assuntos relacionados ao feminino publicados no DN. Nos 1960, separar-se do marido era considerado ultrajante, já que as mulheres eram as responsáveis por manter a família, nos anos que se seguiram a direção da Igreja Católica, o argumento também se fundava nas questões religiosas³. Portanto, as mulheres da época também deviam guiar-se pelos princípios cristãos, já que a sociedade moderna colocava em dúvida as questões morais, e por isso o próprio Papa “João XXIII fez um apelo às moças católicas para que se proponham como exemplo de uma fé viva, a informar qualquer um que apelar para a esperança, que sempre deve estar nas dignas filhas de Deus”⁴.

Apesar de serem poucos os registros de mulheres trabalhando em redações jornalísticas de Ribeirão Preto, a coluna “A Mulher no Lar e na Sociedade”⁵, era assinada pela Profa. Rosa Maria de Britto Cosenza, demonstrando a participação feminina em um jornal local. Contudo, a maioria dos textos instruíam as mulheres a se encaixarem no padrão social do “feminino”, sendo donas-de-casa, delicadas, mães e amorosas. No texto “Não se aproveite demais de suas virtudes”, são elencadas várias formas de se manter “perfeita”, como por exemplo, “seja afetuosa, seja maternal, seja previdente, seja cuidadosa dona de casa, conserve-se jovem, seja franca, tenha o senso da família”⁶, etc. O DN também orientava as mulheres como bordar, se vestir e, em contrapartida, incentivava a procura de empregos fora de casa. Entretanto, o jornal não deixava de cobrar a realização de tarefas consideradas “tipicamente femininas”, como cuidar da casa, do marido e dos filhos.

² São controvérsias as bibliografias sobre o fechamento do “Diário de Notícias”. De acordo com os dados obtidos na Biblioteca da Faculdade de Teologia e Filosofia de Ribeirão Preto, onde estão localizados os exemplares do DN, antes de anunciar o seu fechamento, o jornal foi vendido para a Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), para então decretar a sua morte por falta de verba.

³ O divórcio só seria aprovado no Brasil em 1977, pelo Presidente ditador Ernesto Geisel.

⁴ SEM AUTOR. (1960). Convocação Oportuna. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. Ribeirão Preto. p. 2.

⁵ A coluna “A Mulher no Lar e na Sociedade” ocupava uma página inteira do jornal. Ela apareceu pela primeira vez em 1962, mas não era diária. Com o passar dos anos e as constantes perseguições do jornal, a coluna foi deixando de existir. Mas, não desapareceram textos voltados para as mulheres ou temáticas que tratavam sobre mulheres (como divórcio, dicas de beleza, cozinha e comportamento).

⁶ COSENZA, R. M. B. (1962). Não se aproveite demais de suas virtudes. Diário de Notícias. Coluna A Mulher do Lar e da Sociedade. Ribeirão Preto. p. 4.

Para França (2013), o DN vivia uma dualidade na idealização feminina, pois ora pregava à liberdade das mulheres, ora reforçava que a atuação delas deveria manter-se na esfera do lar. Assim, apesar da relativa autonomia que o jornal sugeria às leitoras modernas, as mulheres casadas deveriam viver para o marido, conservando uma boa aparência, dotes culinários e serem meigas e gentis, para a manutenção do matrimônio (FRANÇA, 2013).

O jornal construía discursos normativos para definir o comportamento das mulheres, de uma forma “socialmente aceita”. Na coluna “Para você, leitora amiga”, o DN trazia ensinamentos de como manter a beleza, referências de como ter e manter corpo ideal (que deveria ser magro) e como se maquiar, orientando a estética feminina e, caso elas não adotassem tais orientações, poderiam ser consideradas “coquetes” e ridicularizadas (FRANÇA, 2013, p. 144). Portanto, percebe-se que apesar da relativa autonomia dada às leitoras do DN, com a defesa da participação feminina na sociedade e sua luta por direitos, o jornal reforçava discursos hegemônicos com relação à mulher, com a supervalorização da família e do casamento. Assim, o periódico tinha como estratégia manter um diálogo entre o público conservador e aqueles que aceitavam mais facilmente as transformações na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise da representação e participação das mulheres no “Diário de Notícias” sobressai o discurso voltado para a visão tradicional do universo feminino. Contudo, há uma defesa pela progressiva participação feminina na sociedade e sua luta por direitos. Embora o DN se configure pelo discurso conservador em relação às mulheres, o jornal destaca, ao mesmo tempo, os novos valores sociais, o que abre espaço para novas discussões sobre o comportamento feminino na sociedade e as formas como as mulheres são vistas pela imprensa do interior do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- Buitoni, D. S. (1986). *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática.
- _____. (2009). *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Summus Editorial.
- Casadei, E. B. (2011). A inserção das mulheres no jornalismo e na imprensa alternativa: primeiras experiências no final do século XX. *Revista Alteior*, 1(3), São Paulo.
- Covert, C. (1981). Journalism History and Women’s Experience: a problem in a conceptual change. *Journalism History*. 8 (1).
- França, J. L. *Mulheres, Imprensa e Sociedade em Ribeirão Preto (1930-1940)*. Dissertação (Mestrado em Educação). UFU: Uberlândia.
- Lima, S. L. L. (2007). *Imprensa feminina, revista feminina. A imprensa feminina no Brasil*. *Revista Projeto História*. n. 35, p. 221-240.
- Luca, T. R. & Martins, A. L. M. (2013). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Muzart, Z. L. (2003). Uma espiada na imprensa das mulheres do século XIX. *Revista Estudos Feministas*. 11 (1), Florianópolis.
- Rago, L. M. (1987). *Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinar*. São Paulo: Paz e Terra.
- Sant’ana, A. M. (2010). *Imprensa, Educação e Sociedade no interior paulista: Ribeirão Preto (1948-1959)*. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar), UNESP.
- Santos, J. A. H. & Pegoraro, E. (2013). Ser mulher é... As percepções do mundo feminino na Revista “Panorama” (1950). *Anais do Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História*. LHAG/UNICENTRO.
- Silveirinha, M. J. As mulheres e a afirmação histórica da profissão jornalística: contributos para uma não-ossificação da História do Jornalismo. *Revista Comunicação & Sociedade*. v. 21, p. 165-182.
- Thompson, J. B. (1998). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes.

Ponencia presentada al: GT 17 Historia de la Comunicación

Los orígenes universitarios del periodismo televisivo chileno

The university origins of the chilean television journalism

As origens da universidade do jornalismo de televisao chilena

Eduardo Santa Cruz Achurra⁷

Resumen: El periodismo televisivo chileno nace en el marco de un sistema en que la propiedad de los canales era de algunas universidades y del Estado, configurando un modelo distinto al modelo comercial como al de servicio público europeo.

Palabras Clave: Televisión, Historia TV chilena, Periodismo televisivo.

1.-Introducción

La ponencia intenta dar cuenta de los orígenes del periodismo televisivo chileno, en el marco de un sistema que se caracterizó, durante mucho tiempo, por su excepcionalidad en la región, dado que por ley la propiedad de los canales fue restringida a ciertos planteles universitarios y al Estado, desarrollando un modelo híbrido para la época, entre el modelo comercial estadounidense y el de servicio público, de algunos países de la Europa occidental.

En dicha época, se puede afirmar la existencia en Chile de un sistema de prensa que, según Verón, remite a la noción de sociedad mediática: "...donde los medios se instalan: se considera que éstos representan sus mil facetas, constituyen así una clase de espejo (más o menos deformante, poco importa) donde la sociedad industrial se refleja y por el cual ella se comunica" (Verón, 2001: 14). La relación que los medios y la prensa establecían con actores e instituciones sociales, eran una más de un complejo tramado.

Por ello, metodológicamente, la ponencia concibe a la TV como un actor socio-cultural, situado históricamente y con un aspecto multifacético y cambiante, producto entre otros factores de un acelerado y permanente proceso de cambios tecnológicos, y que su acción se sitúa en una compleja trama de interacciones y mediaciones socio-culturales y políticas, en las que se produce la construcción de imaginarios colectivos y de producción discursiva que se sedimenta como sentido común. Dicho de otra forma, se reconoce a la televisión como un vasto y complejo territorio a recorrer, con múltiples entradas y con una variedad de enfoques y metodologías posibles de utilizar.

2.- Antecedentes históricos

El origen de la televisión chilena estuvo en las prácticas docentes y de investigación al interior de tres de las ocho universidades existentes, a fines de la década de 1950 y que eran la P. Universidad Católica de Valparaíso, la P. Universidad Católica de Chile y la Universidad de Chile. Construyendo los equipos con diversos materiales, esos grupos de académicos y alumnos comenzaron a realizar transmisiones experimentales, hasta interesar a las autoridades universitarias que vieron en el nuevo "invento" un instrumento para su vinculación con la sociedad (Hurtado, 1989).

Comenzaba lo que un autor llamó periodo universitario experimental (Portales, 1987) y que duró hasta la realización del Campeonato Mundial de Fútbol en 1962. Este desafío obligó a estos incipientes canales a dar un salto cualitativo y formalizar de allí en adelante una programación diaria.

⁷ Profesor Titular Universidad de Chile, Periodista, Licenciado Ciencias Sociales, Diplomado en Investigación en Comunicación Social, Chile, esantacruz@uchile.cl

Se abrió así un período que abarcó toda la década de 1960, con un sistema constituido por los tres canales universitarios y un modelo televisivo de carácter mixto, llamado por el autor antes citado como universitario cultural-comercial (1963-1969):

“A pesar de ser una televisión universitaria-estatal, la chilena ha estado siempre influida por la publicidad. No existió en ninguna etapa un sistema de financiamiento público suficiente para emprender su desarrollo sin recurrir al expediente comercial” (Hurtado, 1989: 100).

Durante estos años los canales universitarios operaron sin mayor regulación y fueron penetrando lenta, pero profundamente, en la sociabilidad masiva y la vida cotidiana, en la medida en que los aparatos receptores fueron llegando a grupos más amplios de población, vía créditos y/o rebaja de los precios. No es en absoluto ajena a ese proceso la recepción colectiva, en casa de familiares, vecinos o sedes sociales.

En ese contexto, se desarrolló una programación variada que incluía programas dedicados a la difusión de la llamada alta cultura, así como shows musicales, programas deportivos o telenovelas y, especialmente, espacios dedicados al periodismo y el debate político.

Sin embargo, todo lo anterior ocurría en sectores muy acotados del territorio. Los canales de las Universidades de Chile y Católica de Chile, en la capital y sus alrededores cercanos y el de la Universidad Católica de Valparaíso, en esa ciudad y su radio también próximo. En 1969 ese panorama cambió con la creación de Televisión Nacional de Chile (TVN), de propiedad estatal, con el objetivo de extender la televisión hacia la totalidad del territorio. Ello se verificó en el marco de la coyuntura política que llevó al gobierno a la Unidad Popular, encabezada por Salvador Allende en 1970, lo que provocó que el Parlamento aprobara en ese año la Ley Nº 17.377 que instaló un marco regulatorio para el funcionamiento de la televisión chilena, como expresión de una negociación consensuada entre todos los sectores políticos (Brunner & Catalán, 1995).

3.- El modelo de control social

Dicho cuerpo legal instaló lo que Fuenzalida llamó un *modelo de control social* (1984). En primer lugar, congeló el acceso a la propiedad de los canales, estableciendo que solamente podían operar los que ya existían. Con ello, no solamente se negó la posibilidad de la televisión privada, sino que incluso la de otras universidades.

La ley establecía un conjunto de objetivos que concretaban la responsabilidad social de la televisión, en tanto instrumento “para integrar y comunicar al país”, así como para fomentar el desarrollo de la educación y la cultura y afirmar los valores nacionales. También establecía una estructura orgánica que debía permitir que en la operación de los canales se expresara el buscado control social. Para ello, se creó un Consejo Nacional de Televisión integrado por 16 personas, de las que solamente tres eran nombradas por el gobierno y el resto representaba a otros actores como el Parlamento, la Corte Suprema y los trabajadores de la televisión, además de los Rectores de las universidades que tenían canales.

Por otro lado, la ley obligó a que las universidades que tenían canales formaran una Corporación de Derecho Público, sin fines de lucro, como forma orgánica para ellos. En el caso del canal de la P. Universidad Católica de Chile, la corporación estaba dirigida por un directorio integrado por 21 miembros del plantel universitario, de los cuales diez eran académicos elegidos por sus pares. En el caso del canal de la Universidad de Chile, estaba dirigida por un Consejo Directivo integrado por ocho miembros, designados por el Consejo Superior de la universidad, organismo cuyos integrantes eran elegidos por los diversos estamentos de la comunidad universitaria.

Por último, la empresa estatal, Televisión Nacional de Chile (TVN) tenía un directorio de siete miembros. Su presidente lo designaba el Presidente de la República, con acuerdo del Senado; dos eran representantes del Parlamento; otros dos eran nombrados por el Consejo Nacional de Televisión, antes mencionado y uno por los trabajadores del canal. Así, se configuró una relativamente engorrosa estructura de organismos e instancias que se equilibraban mutuamente y que pretendían reproducir un funcionamiento sobre la base de la representación de diversos actores sociales y políticos, como el que tuvo el sistema democrático chileno de mediados del siglo XX. En cuanto al financiamiento, la ley estableció un sistema mixto, permitiendo la captura de ingresos publicitarios, pero con varias restricciones. En primer lugar, solamente se podían transmitir seis minutos por hora de avisos publicitarios y exclusivamente al inicio y al final de los programas. Por otra parte, existía un aporte directo del Estado, a través de sumas anuales integradas al Presupuesto General de la Nación. Este sistema de progresiva ampliación y masificación, sobre todo desde la creación de TVN, es el que existía al producirse el golpe militar de 1973.

4.- Periodismo televisivo

En 1963 se organizó el Departamento de Prensa tanto en el Canal 13, de la Universidad Católica de Chile, como en el Canal 9, de la Universidad de Chile, en la perspectiva de contar con un equipo capaz de producir sus propias informaciones y terminar con informativos que “eran reproducción de noticias elaboradas por otros medios de difusión (radio, prensa)” (Hurtado, 1989: 67).

En el resto de la década, esta naciente prensa televisiva desarrolló una variada gama de géneros y formatos periodísticos, alrededor del que era el eje articulador de la programación cual es el informativo o noticiario. En agosto de 1963, el Canal 13 incorporó la versión televisiva de El Repórter Esso. Duraba quince minutos y es propiamente el primer informativo para televisión que existió en el país. Incorporaba cinco o seis noticias diarias ilustradas con imágenes mudas filmadas en película de cine y el resto iba con fotos o con locutor en cámara. Por otro lado, ocupaba servicios noticiosos y/o de imágenes de agencias informativas.

Hay que señalar que todavía los canales no contaban con la tecnología que permitiera grabar en cinta electromagnética (tape), de modo que las imágenes exhibidas en los noticiarios tenían que ser fílmicas. Finalmente, cabe señalar que era animado por el mismo locutor que siguió leyéndolo en radio, ya que no desapareció del dial. En cambio, en el caso de Canal 9, recién en 1965 consolidó su programa Pantalla Noticiosa como su informativo central, ya que había puesto un énfasis mayor en programas a cargo de conocidos comentaristas.

Alrededor del informativo central, desde 1965 ambos canales fueron creando otros informativos, los que tuvieron distintas denominaciones, tanto al mediodía como al cierre de las transmisiones, cerca de la medianoche, de tal modo que al terminar la década de los '60, por ejemplo Canal 13 emitía cuatro noticiarios al día: Teletarde, a las 14 horas; Telenoche, a las 20 horas; Teletrece, que había reemplazado a El Reporter Esso, a las 22 horas y Telecierre, a las 23.30 horas. El informativo central duraba treinta minutos y los otros solamente quince. En el caso de Canal 9 ocurrió algo similar. A fines de la década tenía también cuatro noticiarios, encabezados por el central que pasó a llamarse Nuevediarío y que duraba treinta minutos.

Otro tipo de género periodístico televisivo que tuvo bastante desarrollo fue el de la entrevista, en ambos canales. En 1965, en Canal 13 existían programas de entrevistas, tales como *Entre Amigos*, *Dónde vive Ud.*, y *600*, y uno de los programas que provocó mayor impacto por su carácter polémico y controversial, como fue *La entrevista impertinente*, que se transmitía los días viernes a las 20.10 horas, lo que en la época constituía horario estelar. Por su parte, Canal 9 emitió *El Juego de la Verdad o Negro en el Blanco*, y en el formato de foro panel, *A Ocho Columnas*. Este canal también tuvo programas de entrevista colectiva como fue *Reunión con la prensa*, en que un grupo de periodistas entrevistaban a un invitado.

El reportaje de investigación también estuvo presente, a través del programa emitido en Canal 13, *La Historia secreta de las grandes noticias*, que trataba de investigar y analizar hechos relevantes de la historia política nacional, recopilar nuevos antecedentes, entrevistar testigos o protagonistas, revelar secretos, etc. Tuvo grandes records de sintonía y terminó polémicamente, cuando el entonces Rector de la Universidad Católica de Chile, Monseñor Silva Santiago, que sería luego sacado del cargo por el proceso de Reforma Universitaria, censuró un programa, lo que provocó la renuncia del director del departamento de prensa y de otros periodistas generando una crisis en el canal.

Finalmente, cabe mencionar que la transmisión de eventos o sucesos especiales le permitieron, no solamente consolidar un determinado nivel de desarrollo técnico, sino ganar en legitimidad y prestigio social, lo que le facilitó ir ocupando un sitio y jugando un rol social, político y cultural, y esto más allá de que la mayoría del país, por razones de cobertura y de costo de los receptores, estuviera al margen. Lo significativo es que ir ocupando ese lugar en la sociedad permitía que el acceso al medio se convirtiera en una expectativa y una meta: “*La cobertura completa del proceso eleccionario de septiembre de 1964 constituyó un hito en la historia del periodismo televisivo chileno. Se resolvieron importantes desafíos técnicos de animación, de organización de material complementario, de grabación en móviles*” (Hurtado, 1989: 111).

Con ocasión de esas mismas elecciones presidenciales Canal 9 emitió el programa *Septiembre 1964*, que fue el primero en televisión cuyo contenido fue específicamente dedicado a difundir el programa y el pensamiento de candidatos. Cabe recordar que en la radio debates previos a elecciones presidenciales se habían realizado por primera vez, con ocasión de las elecciones presidenciales realizadas en 1958.

La presencia de lo periodístico en la programación televisiva fue permanente, pero se mantuvo en porcentajes más bien moderados. Canal 9 muestra un promedio general entre los años 1962-1969, de un 13.1% de contenidos periodísticos en su programación. En cambio, Canal 13 exhibe un promedio general de 11.2% y ambos canales coincidían en que entre un 60 a 70% de esa programación estaba dedicada a los informativos y noticiarios.

Con ello, al finalizar la década de los '60 la prensa nacional había trasladado los géneros y formatos nacidos en la prensa escrita, primero al lenguaje sonoro de la radio y luego al lenguaje audiovisual de la TV y, con ello, también se trasladaron muchos periodistas y locutores, generando una primera experiencia de articulaciones y relaciones entre medios diferentes. La televisión, en esa dirección, aparece mucho más tributaria de los otros medios, que la radio por ejemplo, la que pudo crear géneros y formatos propios. En su favor, hay que resaltar el hecho de que, como dijimos, la televisión de los años '60 funcionó la mayor parte de esa década sin las tecnologías que le permitieran el registro grabado, estando obligada a emitir "en vivo" toda su programación, cuestión que iba a cambiar solamente al finalizar la década; para el periodismo televisivo eso significó que las imágenes posibles en el caso de los informativos solamente podían ser de naturaleza fílmica, lo que implicaba costos y dificultades mayores.

Un actor televisivo importante de esos años fue Televisión Nacional de Chile (TVN), creada en 1969. La presencia de la emisora estatal significó extender la televisión en directo a casi todo el país; solamente las regiones extremas recibían la programación emitida en Santiago al día siguiente y, por ello, TVN tenía en Arica y Punta Arenas un centro de producción de programas para esos lugares, cuestión que duraría hasta fines de los '70. Por otro lado, desde el punto de vista de su organización, TVN tenía el estatuto de empresa autónoma del Estado, lo que implicaba una estructura interna en que los centros directivos y de decisión están normados por la Ley aprobada en 1970 y que impedía que cualquier gobierno tuviera un control total del canal. La actividad periodística dentro de la parrilla de TVN fue similar a la de los canales universitarios, ya que en promedio, los programas periodísticos ocuparon un 12.4% de la programación. En su primer año tuvo un solo noticiario, llamado *Telediario* y que se transmitía de 21 a 21.30 horas.

En Marzo de 1970 comenzó *Martini al Instante*, compitiendo en la misma hora de *Teletrece*, entre 22 y 22.30 horas. Igualmente, incorporó un equipo de comentaristas de política nacional, política internacional, arte y espectáculos y deportes. Otro ámbito periodístico que desarrolló especialmente TVN fue el de las transmisiones especiales vía satélite, tales como el viaje de astronautas norteamericanos a la Luna, elecciones en Estados Unidos en 1972, el primer mundial de fútbol transmitido en directo desde el exterior en 1970, etc.

Un caso a destacar fue el programa *Decisión 70*, con ocasión de las elecciones presidenciales de 1970, y que instaló un buen paradigma a comparar con los debates electorales de los tiempos actuales. El programa consistía en entrevistas a cada candidato y se transmitían los domingos a las 22.30 horas. Fueron dos programas por candidato de una hora y media cada uno, con una escenografía standard. Eso implicó que cada candidato respondía diez preguntas por programa a un equipo de periodistas de distinto signo político.

Otro programa que provocó polémicas e impacto durante este periodo fue *A tres bandas*, de discusión y debate político entre polemistas permanentes, designados por la Derecha, la Democracia Cristiana y la Unidad Popular, el que competía los domingos en la noche con *A esta Hora se improvisa*, transmitido en el Canal 13, el que comenzó siendo un programa de debate de distintos temas de la actualidad nacional y compuesto por un grupo de periodistas, los que fueron progresivamente reemplazados por representantes de los partidos políticos, en la misma medida en que la política fue convirtiéndose en el tema principal del programa.

Conclusiones

La televisión chilena tuvo un origen particular, con un carácter experimental al interior de claustros universitarios. El hecho de incorporar programas informativos ayudó a consolidar una parrilla programática desde comienzos de los años '60, usando diversos géneros y formatos.

Como señalamos antes, siguiendo a Verón, se trataba de un periodismo que debía *cubrir* acontecimientos que se verificaban con su propia lógica, independientes de tener la atención de los medios, lo que entregaba al periodista la distancia suficiente para que pudiera ser posible el análisis y la crítica. Existían condiciones sociales y un determinado tipo de relaciones entre la prensa y la sociedad que hacen posible sostener que el interés fundamental de los medios y sus estrategias estaban situados mucho más en su relación con un determinado público, que en la competencia por el mercado. De allí, su énfasis en la formación y educación de aquel y, luego, en la auto designada labor de orientación.

Es decir, un contexto histórico en que los medios de prensa constituían un espacio dotado de cierta autonomía que entraba en relación con otros espacios sociales y en que jugaban el rol de construir discursividades que pretendían dar cuenta de la realidad social y que, por tanto, entraban en competencia y pugna por el estatuto de la verdad social.

Referencias Bibliográficas

Brunner, J.J. & Catalán, C. (1995), *Televisión. Libertad, mercado y moral*. Santiago de Chile: Los Andes.

Fuenzalida, V. (1984), *Televisión. Padres-Hijos*. Santiago de Chile: CENECA-Ediciones Paulinas.

Hurtado M. de la Luz (1989), *Historia de la TV en Chile (1958-1973)*, Santiago de Chile: Documentas.

Portales, D. (1987), *Las dificultades de innovar. Un estudio sobre las empresas de televisión en América Latina*. Santiago de Chile: ILET.

Verón, E. (2001), *El cuerpo de las imágenes*. Bogotá: Norma.

Ponencia presentada al: GT 17 Historia de la Comunicación

Del sueño local a la acción regional: Una historia transnacional de Internet en América Central (1990-1995)

From local dreams to regional action: A transnational history of the Internet in Central America (1990-1995)

Do sonho local à ação regional: Uma história transnacional da Internet na América Central (1990-1995)

*Ignacio Siles*⁸

Resumen: Esta ponencia argumenta que flujos transnacionales de conocimientos, datos y tecnologías no son sólo una característica actual de Internet, sino una condición constitutiva de su desarrollo histórico. Para demostrarlo, la ponencia discute cómo seis países de América Central—Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaragua y Panamá—se conectaron mediante redes computacionales y tecnologías de comunicación como UUCP, BITNET e Internet en la primera mitad de los años 90. Con base en trabajo de archivo y entrevistas en profundidad con protagonistas de los proyectos locales de conexión, se demuestra que el establecimiento de Internet en América Central requirió forjar una red de intercambios transnacionales de conocimientos y personas, habilitados por organizaciones internacionales con presencia en todos los países de la región. Esta perspectiva transnacional permite una reinterpretación del significado de las redes de colaboración en la historia de Internet como medio de comunicación.

Palabras Clave: América Central, Internet, Redes Computacionales.

Durante los años 90, Internet llegó al sur global. En muchos países, este proceso fue tanto un logro tecnológico como político. En América Central, los acuerdos de paz negociados a finales de los 80 requirieron largos procesos de reconstrucción económica, política y social a lo largo de la década siguiente. En la mayoría de los países de la región, una paz más tangible llegó sólo en el transcurso de los 90. En ese contexto, ¿cómo y por qué se conectó América Central a Internet?

Esta ponencia contesta esa pregunta mediante un análisis de los proyectos que resultaron en las primeras conexiones a Internet en la región: Costa Rica (1993), Nicaragua (1994), Panamá (1994), Honduras (1995), Guatemala (1995) y El Salvador (1995). Estos proyectos se caracterizaron por el establecimiento no sólo de redes tecnológicas sino también de redes de colaboraciones transnacionales entre actores y organizaciones del istmo. De este modo, los países centroamericanos se conectaron *a* y *por* Internet. Los casos de Nicaragua y Panamá son particularmente significativos en la medida en que, antes de establecer sus puntos locales de acceso a la red, ambos países se conectaron a Internet mediante un enlace satelital en Costa Rica. Esta fue la primera vez que dicha solución tecnológica fue implementada en América Latina.

A partir de trabajo de archivo y más de 65 entrevistas a los protagonistas de estas historias, esta ponencia examina cómo se desarrollaron experiencias de conexión a redes computacionales entre 1990 y 1995. Al discutir estos procesos, se hacen dos contribuciones analíticas.

⁸ Ignacio Siles. Escuela de Ciencias de la Comunicación Colectiva, Universidad de Costa Rica. Doctor en Medios, Tecnología y Sociedad (Northwestern University), Costa Rica, ignacio.siles@ucr.ac.cr

Empíricamente, se describe el desarrollo temprano de Internet en una región que no ha recibido mucha atención académica. De manera consistente con la tendencia de proveer descripciones “hagiográficas” de los casos más exitosos (Russell, 2017), la investigación histórica se ha enfocado principalmente a los países con índices más altos de conexión.

Como resultado, sabemos poco de las formas en que Internet ha sido imaginada, definida y negociada en regiones menos conectadas, tales como América Central. A nivel conceptual, esta ponencia hace visible la importancia de procesos transnacionales en la historia de Internet (Bayly, et al., 2009; Iriye & Saunier, 2009). Contrario a la naturaleza tecnológica de la red, la mayoría de las investigaciones históricas ha privilegiado el estudio de Internet predominantemente mediante enfoques de carácter nacional. En cambio, la noción de historia “transnacional” enfatiza tres dimensiones: a) los flujos de personas, conocimientos, y tecnologías; b) el rol de organizaciones internacionales; y c) la problematización de categorías analíticas pre-establecidas y su reemplazo por una conceptualización que enfatice la “historia vivida” que las atraviesa (van der Vleuten, 2008).

El análisis inicia con una discusión de las experiencias y esfuerzos de conexión que antecedieron (y fundamentaron) el acceso a Internet en la región, notablemente UUCP y BITNET. Se examina posteriormente cómo estos esfuerzos adquirieron una dimensión institucional cuando entidades como la Organización de Estados Americanos (OEA) y el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) realizaron proyectos dedicados exclusivamente a promover la conexión a redes computacionales en la región. Se analiza entonces cómo se lograron los primeros accesos a Internet en cada uno de los países centroamericanos. En la medida en que estos proyectos académicos se desarrollaron, las compañías de telecomunicaciones en la región comenzaron a ofrecer acceso comercial a Internet. La ponencia concluye con una discusión de las implicaciones de esta investigación para pensar la historia transnacional de Internet.

A partir de esta investigación, se llegan a tres conclusiones. En primer lugar, el establecimiento de Internet en América Central, al menos en sus orígenes, es el resultado del flujo de personas, conocimientos y tecnologías. En todos los países de la región se experimentaron procesos en común que estuvieron marcados por estos flujos. Inicialmente, personas que habían estudiado o trabajado fuera de sus países regresaron con el deseo de mantener vivas ciertas relaciones personales y profesionales. Esto fungió como un motor de proyectos locales de conexión. Del mismo modo, conectarse a las redes tempranas, negociar con empresas de telecomunicaciones estatales, establecer tecnológicamente los enlaces a Internet, e intercambiar conocimientos para darle soporte y mantenimiento a las redes, fueron procesos constituidos por flujos de personas entre países de la región. Para dar cuenta de estos procesos, se requirió un tratamiento transnacional que consideró cómo se movilizaron personas (ingenieros, empleados estatales, representantes de organismos internacionales y empresas transnacionales, funcionarios públicos), conocimientos (manejo de protocolos, configuración de sitios Web) y tecnologías (UUCP, BITNET, Internet, enrutadores, módems).

Desde este punto de vista, la historia de Internet en América Central no puede ser contada desde ópticas nacionales. Desde luego, historias locales y nacionales de cada uno de estos países son posibles (y han sido escritas). Estas historias han reconocido los aportes y vínculos internacionales que fueron necesarios para establecer Internet en cada país. Sin embargo, lo que una óptica nacional falla en visibilizar es la naturaleza constitutiva de esos intercambios transnacionales. Fue mediante esos flujos e intercambios que Internet se hizo posible en la región. En ese sentido, tendría tanto sentido hablar de una Internet centroamericana en la primera mitad de los años 90s como de Internet(s) nacionales en América Central.

Diversas condiciones específicas facilitaron estos flujos transnacionales. Para comenzar, el tamaño y geografía de América Central—su geomorfología—hacían posible pensar soluciones en clave regional. Algunos de los proyectos propuestos para desarrollar Internet, incluyendo la conexión directa entre Costa Rica, Nicaragua y Panamá, hubiesen sido más difíciles de materializar en otros lugares, inclusive en América Latina. Al mismo tiempo, la existencia de cierta infraestructura regional (como la red de microondas de COMTELCA o la misma red X.25 que operaba sobre ella) sentó una base que permitió pensar proyectos regionales de conexión a Internet.

En segundo lugar, la perspectiva transnacional hace evidente el rol de organismos internacionales de diferente naturaleza en la configuración de redes computacionales en la región. Fue la presencia regional de IBM la que facilitó la expansión de BITNET y el trabajo del Consejo Superior Universitario Centroamericano (CSUCA) lo que ayudó a la adopción del UUCP. Fue precisamente por su capacidad de acción transnacional que organismos como OEA y PNUD pudieron tanto obtener como distribuir recursos en la región. Del mismo modo, la condición transnacional de estas organizaciones les permitió negociar con gobiernos locales, empresas de telecomunicaciones y entidades académicas para adquirir e instalar equipo en la región. Esto fue reconocido recurrentemente por los participantes en cada uno de estos proyectos de conexión. Este factor no es trivial en el contexto político centroamericano de los años 90.

Finalmente, la aproximación transnacional ayuda a problematizar algunas categorías analíticas que suelen emplearse en el estudio de la historia de Internet, notablemente las concepciones de tecnología y de red. Esta ponencia evidencia el rol de Internet, en tanto que tecnología, como una materialización (y no sólo su causa) de redes transnacionales de intercambio. En otras palabras, Internet no sólo permitió mantener relaciones académicas entre personas en diferentes contextos, como sus promotores buscaban, sino que también fue el resultado mismo de este tipo de colaboraciones. Para los participantes en estos proyectos de conexión, además de un conjunto de aplicaciones y protocolos, Internet era la forma de materializar estos intercambios con colegas de la región. Así, lo que las redes de computadoras proveían era la posibilidad de expandir esta red transnacional de colaboración científica en el tiempo y el espacio.

Por razones obvias, la figura de la red ha ocupado un lugar prominente en la discusión de la historia de Internet. Sin embargo, más atención ha sido brindada a las redes tecnológicas o computacionales que a las redes de personas y organizaciones que colaboraron en distintos países para establecer Internet. Esta investigación demuestra que Internet es tanto una red social de colaboración como una red computacional definida por el uso de ciertos protocolos. Habilitada por organizaciones con presencia regional, redes transnacionales de intercambios y colaboraciones se establecieron para implementar y hacer circular redes computacionales en América Central. Esto fue lo que permitió la consolidación de proyectos impulsados por el CSUCA, OEA y PNUD: se requirieron redes regionales de contrapartes que dieran sustento a las redes computacionales. Una vez implementadas, desde luego, estas redes computacionales moldearon también la naturaleza de la red de intercambios entre colaboradores de la región. La historia de las redes de colaboraciones que han constituido Internet es bastante menos conocida que la historia de sus tecnologías y protocolos, particularmente fuera de Estados Unidos. Esta ponencia busca ayudar a revertir esa tendencia analítica.

Referencias bibliográficas

- Bayly, C. A., Beckert, S., Connelly, M., Hofmeyr, I., Kozol, W., & Seed, P. (2009). AHR conversation: On transnational history. *American Historical Review*, 111(5), 1441-1464.
- Iriye, A., & Saunier, P.-Y. (Eds.). (2009). *The Palgrave dictionary of transnational history*. New York: Palgrave Macmillan.
- Russell, A. L. (2017). Hagiography, revisionism & blasphemy in Internet histories. *Internet Histories*, 1(1-2), 15-25.
- van der Vleuten, E. (2008). Toward a transnational history of technology: Meanings, promises, pitfalls. *Technology and Culture*, 49(4), 974-994.

Ponencia presentada al: GT 17 Historia de la Comunicación

Vozes dissonantes: experiência de dramaturgia aplicada à conscientização social

Dissonant voices: an experience of radio drama applied to social consciousness

Voces disonantes: experiencia de dramaturgia aplicada a la concientización social

João Batista de Abreu⁹

Resumo: O artigo analisa um programa radiofônico dramatizado e investigar os efeitos de sentido do enunciado e da música, examinando a linguagem, os recursos de narração e o universo do público-alvo que se deseja alcançar. O cenário é a Guerra Fria, um período da História do século XX repleto de disputas ideológicas.

Palabras Clave: radiodrama, discurso radiofônico, Guerra Fria.

Abstract: The paper analyzes a dramatized radio show and investigates the effects of meaning of speech and music, by examining language, narrative technique and the universe of the intended target audience. The context is the Cold War, a period of 20th century history filled with ideological conflicts.

Keywords: radio drama, radio discourse, Cold War.

O dualismo aristotélico no século XX nunca esteve tão em evidência quanto nos primeiros anos da Guerra Fria. Somente na década de 1960, com a ruptura ideológica entre União Soviética e China e o surgimento do conceito de Terceiro Mundo, começa-se a romper a polarização política. A exemplo do cenário de batalhas hertzianas na Segunda Guerra Mundial, o rádio continuava a se mostrar um instrumento eficaz de disputa de corações e mentes durante a Guerra Fria. No Nordeste brasileiro, emissoras fundadas por militantes progressistas vinculados à Igreja católica produzem e transmitem programas voltados para a conscientização social, trazendo temas como reforma agrária, eleições, direitos trabalhistas no campo e alfabetização rural.

Este artigo mostra uma dramatização radiofônica de cunho educativo, produzida pelo Movimento de Educação de Base (MEB), de 1962, na Rádio Rural, periferia de Natal, capital do Rio Grande do Norte. O instrumental teórico abrange os conceitos de interdição do discurso, de Michel Foucault, e os pensamentos de Pascal em A Arte de Persuadir. Ambos franceses, interessados no estudo da linguagem, quatro séculos separam os dois filósofos. A reflexão sobre as artimanhas do discurso os une.

Michel Foucault (1996) classifica três tipos de procedimentos de interdição do discurso. A seguir, relacionamos os três tipos citados e analisamos o efeito de sentido destas práticas discursivas no enunciado jornalístico. Vale lembrar que o objeto da análise de Foucault concentra-se nos discursos científico, filosófico e literário.

a) A palavra proibida – o silenciamento de conceitos ou formas de pensar que possam ameaçar o poder estabelecido. Este tipo de interdição está presente sobretudo na sexualidade e na política. Em tempos autoritários, a proibição se manifesta pela ação da censura oficial, de forma assumida ou difusa, por meio da pressão sobre anunciantes, jornalistas ou proprietários e concessionários de meios de comunicação. Nos sistemas democráticos, predomina o controle exercido pelos grandes anunciantes e pelo dono ou concessionário dos meios de comunicação.

⁹ João Batista de Abreu es profesor titular del Departamento de Comunicación Social y del programa de posgrado en Medios y Cotidiano de la Universidad Federal Fluminense, en Brasil. E-mail: <joaobajr@gmail.com>.

b) A segregação da loucura –O discurso do indivíduo tido como louco é visto como desprovido de razão e, portanto, passível de descarte. “Jamais, antes do fim do século XVIII, um médico teve a ideia de saber o que era dito nessa palavra que, contudo, fazia a diferença. Todo esse imenso discurso do louco retornava ao ouvido; a palavra só lhe era dada simbolicamente no teatro, onde ele se apresentava desarmado e reconciliado, visto que representava aí o papel de verdade mascarada” (FOUCAULT, p. 11-12).

c) A aspiração de verdade – a vontade de saber que legitima o discurso da verossimilhança, ao apresentar-se como reprodução fiel do real. O enunciado impõe-se como absoluto, pelos argumentos expostos e ausência do contraditório.

No início dos anos 60, o campo e a periferia das grandes cidades da América do Sul serviram como cenário de batalha pela conscientização de homens e mulheres, muitos deles analfabetos e com pouca informação política. Só votava quem soubesse ler e escrever. Proliferava o voto de cabresto, trocado por pequenos favores pessoais, e uma dependência ao “coronel” dono da terra. A posse da terra, produtiva ou improdutiva, é o sonho deste enorme contingente de ouvintes, gente que via na Igreja e no rádio suas únicas fontes de informação. Aprender a ler significa penetrar num universo desconhecido, espécie de vara de condão que transformaria em cidadão aquele homem simples, descrito nos livros de Graciliano Ramos.

O roteiro da série “Realidade política – massificação”, escrito e produzido pela equipe do MEB, foi veiculado pela Rádio Rural, de Natal, em 26 de junho de 1962. O programa contratava cantadores do Nordeste, que entoavam os textos da narrativa como se fossem repentes. Identificados com a corrente progressista da Igreja católica, os produtores enxergavam no rádio um poder de alcance e persuasão ideal para o trabalho de mobilização e consciência política. A íntegra do roteiro está no anexo10.

Um dos primeiros aspectos que merecem destaque é o uso da função poética de linguagem, através da dramatização radiofônica. Este recurso estabelece um vínculo afetivo entre destinador e destinatário por meio do imaginário popular. As personagens – Dr. Roberto, Maria, Antônio, José, a mocinha e Francisco – correspondem a estereótipos bastante conhecidos no meio rural. A composição simples, se por um lado compromete a qualidade da trama, por outro facilita a comunicação, porque são pessoas conhecidas e com comportamentos previsíveis.

Esta simplicidade dispensa o tempo necessário à apresentação das personagens ao ouvinte, o que seria exigido em uma radionovela de longa duração. Como o programa tem finalidade mais educativa do que artística, a dramatização entra como recurso de linguagem voltado para a eficácia da mensagem.

As intervenções do narrador mantêm-se fora da narrativa, contextualizando a história e conduzindo o ouvinte na direção desejada. O narrador expressa uma aspiração de verdade, a começar pelo refrão que abre o programa: “Atenção, amigos do meio rural. Um povo politizado é um povo livre”.

A aspiração de verdade reaparece em momentos de contextualização: “E aquele homem partiu para uma missão nova. Partiu para fazer do povo da sua comunidade um povo consciente. Um povo que usa a cabeça que Deus lhe deu”. E também no fim da dramatização, apoiado na redundância: “Na história de hoje, ficamos conhecendo um político que queria apaixonar o povo com palavras bonitas, para transformá-lo em macacos. Um político que, com palavras bonitas, queria atrair as abelhas”.

Foucault observa que todo sistema educativo tem a capacidade de preservar ou alterar a apropriação social dos discursos, com os saberes e poderes contidos nos ensinamentos. A educação facilita o acesso a qualquer tipo de discurso, mas traz embutida contradições de sentido na relação entre o que permite e o que impede, podendo conduzir o indivíduo rumo à transformação ou à manutenção do sistema político.

O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes? (FOUCAULT, 1996, p.44-45)

¹⁰ A gravação original, de posse do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, não contém o script, que foi feito pelo autor para a produção deste artigo.

No caso do roteiro do MEB, parece evidente que a opção é pela transformação da sociedade, mas o discurso praticado mantém a ideia de aspiração de verdade, sobretudo no comportamento estereotipado das personagens e na contextualização final do narrador.

Assim como em *Nos Bastidores do Mundo*, o programa de conscientização política da Rádio Rural fecha com uma exortação aos ouvintes, também na primeira pessoa do plural, para criar uma cumplicidade na missão entre destinador e destinatário: “Temos, porém, uma missão a cumprir. Vamos fazer que nem Francisco. Os que não sabem ler aprendam a ler. Vamos aos comícios. A todos os comícios. Vamos ouvir, peneirar o que os candidatos dizem. Finalmente, vamos ensinar aos nossos vizinhos, aos nossos amigos, aos nossos companheiros de trabalho, aos parentes, enfim a todos os nossos conterrâneos, que o homem não nasceu para ser macaco”.

O verbo de locomoção (ir/vamos) exprime a ação, em oposição à passividade, característica atribuída ao homem do campo. Mais uma vez a função conativa de linguagem está presente. No aspecto educativo, fica patente a preocupação com o efeito multiplicador dos conceitos transmitidos na aula radiofônica. Não basta assimilar o conceito; é preciso assumir o compromisso de difundi-lo a todos os conterrâneos. O conhecimento é visto como missão. Qualquer semelhança com os jesuítas certamente não é mera coincidência.

Outra semelhança entre os dois programas é o princípio de regularidade, marcado pelo fato de irem ao ar diariamente. Os enunciados não são eventuais; têm característica de série, gradual, cumulativa e redundante, para dar eficácia à aprendizagem. A oposição entre paixão e razão visa mostrar a necessidade de o eleitor-ouvinte pensar com cuidado antes de escolher seu candidato. “A situação da cidade era esta. Como José e Antônio, o povo não pensava, não refletia. Não queria ouvir mais ninguém. O povo estava apaixonado”.

A comparação depreciativa com os bichos, presente no senso comum no Nordeste, desafia o ouvinte a abandonar a passividade e assumir um comportamento independente, como ser humano. “A gente não é macaco. Macaco é que pula e dá grito quando o dono manda. A gente tem de pensar se o candidato merece o voto mesmo”. E ainda: “A tristeza, o injusto, é que nenhum homem foi criado por Deus para ser macaco. Nenhum homem foi criado para ser papagaio. Nenhum homem foi criado para ser abelha”. Temos aqui o uso da função fática, para facilitar a comunicação.

Os três bichos citados (o macaco, a abelha e o papagaio) compõem o universo de arquétipos próprios das fábulas, com significações predeterminadas. O macaco, imitador de gestos; o papagaio, repetidor das palavras alheias; a abelha, que se deixa atrair facilmente pelo doce. A fala do candidato significa a tentação (do doce ou do demônio).

A presença dos cantadores de moda de viola na narrativa contribui para acentuar a oralidade e buscar aproximação com a cultura local. Desde o século XVI, os jesuítas utilizavam a poética dos menestréis medievais – precursores dos cantadores sertanejos – no trabalho de catequese no Nordeste. No caso do rádio, temos de novo uma aparência de oralidade, porque os textos cantados são produzidos previamente pelos roteiristas. O Hino da Independência como vinheta de abertura simboliza a associação entre o domínio das letras e a liberdade, ou seja, a sensação de emancipação proporcionada pelo ato de ler e escrever. O campo semântico da vinheta navega entre os conceitos de liberdade (conscientização), modernidade (rádio) e conhecimento (saber ler e escrever).

Já podeis da Pátria, filhos
Ver contente a mãe gentil;
Já raiou a liberdade
No horizonte do Brasil

Brava gente brasileira
Longe vá temor servir
Ou ficar a pátria livre } bis¹¹
Ou morrer pelo Brasil }

“O homem precisa usar a inteligência que Deus lhe deu, para merecer o nome de homem, de filho de Deus”. E mais: “Deus, quando nos fez, botou a nossa cabeça no alto do corpo, em cima, para mostrar que a gente devia pensar”.

¹¹ Hino da Independência, letra de Evaristo da Veiga, música de D. Pedro I

Mas este pensar exige horas de dedicação à audição dos programas de alfabetização. É preciso fazer os exercícios solicitados pelo instrutor e acompanhar a correção. A ideia de sacrifício no aprendizado também está presente na catequese dos jesuítas. Lançar mão ao nome de Deus para obter eficácia na mensagem não é um recurso de retórica utilizado apenas por membros da Igreja, embora no caso do MEB e da Rádio Rural muitos de seus membros pertencessem à Igreja católica. Falar naquilo que Deus deseja significa indicar o caminho para o ouvinte, conduzir a narrativa a partir dos mecanismos da fé. A verdade – saber votar, saber escolher – torna-se uma recomendação divina, portanto uma obrigação para os fiéis.

O rádio, ícone da modernidade, cumpre a dupla função de oferecer entretenimento e educação. As funções de linguagem nesta narrativa seriam a conativa – enseja uma conversa com o ouvinte ao propor desafios – e a metalinguística – contém explicações e definições que apresentam o meio radiofônico como espaço de aprendizagem.

O emprego da terceira pessoa do plural na “conversa” do locutor com os ouvintes leva em conta o fato de se supor que eles estejam reunidos numa sala de aula, ao lado do instrutor. Portanto, fala-se não para um aluno individualmente, mas para todos, reforçando a ideia de turma, de coletivo¹². “Quarta pergunta para vocês. Quando é que gente faz papel de macaco? É a quarta pergunta. Escrevam e respondam, discutindo uns com os outros”.

A pausa, de três a cinco minutos, para as respostas dos alunos funciona como momento de reflexão. Daí a necessidade de programar músicas instrumentais, de preferência relaxantes, para criar ambiente propício ao exame das questões propostas pelo locutor. O tempo da pausa deve levar em conta a capacidade de aprendizagem do ouvinte, sob pena de dispersá-lo se for longo demais, ou frustrá-lo, se insuficiente para a solução das questões.

É importante ressaltar a diferença entre tempo cronológico (o tempo físico do programa) e tempo psicológico (a sensação que leva o ouvinte a se fixar no conteúdo que está sendo transmitido ou demonstrar cansaço mental). O tempo psicológico é individual e remete a níveis de satisfação subjetivos, de acordo com o grau de complexidade do conteúdo, o formato escolhido e o público-alvo.

Mesmo que possa sentir seu ritmo biológico estimulado ou agredido por um ou pelo conjunto dos ritmos de determinado programa radiofônico, o ouvinte reagirá psicologicamente. Um programa poderá ser estimulante ou irritante, dependendo da forma como sua estrutura dramática, incluindo o ritmo, é percebida pelo ouvinte. (..) A velocidade da fala do locutor, a sonoplastia, o baticum da música pop, a harmonia dos clássicos ou do rock progressivo poderão alterar positiva ou negativamente o biorritmo do ouvinte, provocando bem ou mal-estar. (SANZ, 1999).

O discurso radiofônico é mediado por variáveis como tempo e espaço, estabelecidas pelo ritmo do programa, a emissora e o momento da recepção. O autor do roteiro, a se basear no conceito de Foucault, não seria o MEB, nem a Rádio Rural de Natal, mas a doutrina da Igreja católica denominada Teologia da Libertação, que difunde os direitos dos pobres, da conscientização política e da redução das desigualdades sociais nos países do Terceiro Mundo. O nome escolhido para a personagem que se destaca no grupo por repudiar o discurso vazio do candidato pode ser interpretado como uma referência anafórica. Francisco remete à solidariedade para com os pobres de São Francisco de Assis.

Referências bibliográficas

- Movimento de Educação de Base (1963). *Cartilha Viver é lutar*. out/1963
- Foucault, M. (1996) *A ordem do discurso*. São Paulo, Loyola.
- Goes, M. (2002) “Educação popular, campanha ‘De pé no chão também se aprender a ler’, Paulo Freire & movimentos sociais contemporâneos”, in Rosas, P. (org). *Paulo Freire: educação e transformação social*. Recife, EdUFPE.
- Moura, G. (1984) *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo, Brasiliense.
- Pascal, B. (2004) *A arte de persuadir*. São Paulo, Martins Fontes.
- Sanz, L. A. (1999) *Dramaturgia da informação radiofônica*. Rio de Janeiro, Ed. Gama Filho.
- Tota, A. P. (2000) *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo, Companhia das Letras.

¹² Atualmente, o tratamento predominante é o da terceira pessoa do singular, para criar a impressão de individualidade entre comunicador e ouvinte.

Arquivo consultado

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

ANEXO – Roteiro original do programa “A Conscientização do Voto” – Rádio Rural de Natal (MEB, 1963)

LOCUTOR: Atenção, amigos do meio rural. Um povo politizado é um povo livre.

TÉCNICA: HINO DA INDEPENDÊNCIA, ALTO DEPOIS BG

LOCUTOR: Neste horário, senhoras e senhores, a Emissora de Educação Rural de Natal leva aos seus sintonizadores da capital e do interior mais uma aula do Curso de Politização, uma promoção do Movimento de Educação de Base e do Setor de Sindicalismo Rural.

TÉCNICA: HINO DA INDEPENDÊNCIA BG

NARRADOR: A cidade está movimentada. Carros chegam a toda hora. Carros entram e saem. É gente que vem de longe. Gente que vem de sítios, dos povoados vizinhos. Bandeirinhas estão pregadas em todas as partes da cidade. Nas portas das casas, retratos, nomes escritos, indicam que o povo está apaixonado por alguma coisa. Carros com microfones percorrem as ruas da cidade.

LOCUTOR (APREGOANDO): Atenção, atenção, senhores e senhoras. Não percam hoje na praça do mercado o monumental comício de lançamento nesta cidade da candidatura do já eleito deputado Roberto Ferreira. Ele é o amigo dos pobres. Ele é a alegria dos que sofrem. Não percam, senhores. A sua presença é importante.

LOCUTOR (AFASTANDO-SE): Atenção, atenção, senhores e senhoras...

TÉCNICA: DOBRADO MILITAR. CAI EM BG

NARRADOR: Chegou a hora do comício. O palanque está uma beleza, todo enfeitado de flores. A banda de música anima todos, tocando bonitos dobrados. Todos esperam com paciência o Doutor Roberto Ferreira. De repente, foguetões pipocam no ar. É um barulho infernal de microfones. É o candidato que chega. A multidão parece embriagada, enlouquecida. Todos gritos um só nome.

CORO: Roberto! Roberto!

LOCUTOR: Neste instante ocupará o microfone o Dr. Roberto Ferreira, o amigo dos pobres, alegria dos que sofrem...

CORO: (BALBÚRDIA)

ROBERTO: Amigos da minha terra. Povo mui querido. É com imensa emoção que me aproximo deste auto-falante (sic) para me dirigir a vocês. Esta emoção é maior ainda quando sinto o carinho que chega a mim através de suas palmas.

CORO: (PALMAS E APLAUSOS) Muito bem... Já ganhou... Já ganhou... Já ganhou...

ROBERTO: Obrigado minha gente querida. Esta é sem dúvida uma das maiores alegrias que já senti na minha vida. Alegria de estar perto de vocês. Alegria de sentir estes corações amigos juntos ao meu coração.

CORO: (PALMAS) Muito bem..

ROBERTO: (CADA VEZ MAIS ENTUSIASMADO) Vendo este povo, povo amigo, eu me apavoro e me revolto contra todos aqueles que usam do governo para roubar o povo.

CORO: (PALMAS) Muito bem...

ROBERTO: Sim amigos, um governo ladrão é o que temos. Um governo sem responsabilidades. Governo que persegue e explora. Meus conterrâneos. Meus conterrâneos. Se eu for eleito, farei um governo que trará alegria a estas vidas agora tão, tão amarguradas! Vim de longe. Vim de longe. Percorri léguas, léguas para trazer a vocês a certeza que o que quiserem será realizado por este seu criado. Foi este o motivo que me levou a candidatar-me a deputado federal. Quero ouvir da boca de vocês: mereço ser eleito?

CORO: (GRITOS) Merece...

ROBERTO: Posso contar com o voto de vocês?

CORO: (GRITOS) Pode...

ROBERTO: (ENFÁTICO) Selamos um compromisso. Selamos um compromisso. Compromisso que ninguém, ninguém poderá destruir. Cada lenço que acena neste momento é um símbolo deste compromisso. Compromisso, compromisso que levaremos até as urnas. Das urnas até o palácio, onde representarei os seus anseios, os seus desejos e os seus sonhos.

CORO: (APLAUSOS DELIRANTES) Muito bem!

PARÓDIA CANTADA PELA ALA MOÇA (MÚSICA “A LUA É DOS NAMORADOS”)

1. Todos eles estão errados
Roberto é o deputado } BIS

2. Voto, mais votos
A Roberto vamos dar
Beto, ô Beto
Candidato popular
3. Beto é nosso candidato
Já ganhou a eleição
Beto, ô Beto
Resolve esta situação

ROBERTO: Obrigado, obrigado.

TÉCNICA: MÚSICA DE TRANSIÇÃO

JOSÉ: Compadre... compadre... nunca vi coisa mais bonita na minha vida. Que coisa maravilhosa. Parece uma coisa vinda do céu!

ANTÔNIO: Fiquei tão entusiasmado que não pensava mais nada na hora. Só pensava em gritar, pular e dar viva àquele homem.

JOSÉ: Olhe... tudo o que ele mandar fazer, eu faço – olho fechado. Eu sou mesmo que nem cachorro atrás de preá; quando pego não largo mais. Este candidato é o meu. Compadre, este candidato é o meu... Não quero ouvir os outros...

ANTÔNIO: Eu também não quero ouvir mais ninguém. Comício pra mim só o dele. Trago o pessoal todo. Amanhã os rádios na capital vão dizer que milhares de pessoas aplaudiam o candidato do povo.

TÉCNICA: MÚSICA DE TRANSIÇÃO

MOCINHA (ENTUSIASMADA): Chorei... sabe Maria? Que voz bonita. Quando ele falou dizendo que sentia os nossos corações junto do coração dele, eu não agüentei: chorei mesmo.

MARIA: Ah, minha filha, quando ouvi ele dizer que era o amigo dos pobres e alegria dos que sofrem, eu senti um nó na garganta tão danado. Aí, minhas pernas ficaram bambinhas, minha filha. Tu num sabe dessa? Já comprei até a minha blusa. E da cor do lenço dele.

MOCINHA: Ih, eu vou fazer a mesma coisa.

NARRADOR: A situação da cidade era esta. Como José e Antônio, o povo não pensava, não refletia. Não queria ouvir mais ninguém. O povo estava apaixonado. Estava mesmo disposto a seguir aquele candidato. Não queria ouvir os outros. Não queria nem mesmo que os outros viessem até a sua cidade. As mocinhas não pensavam nas ideias do homem. Apenas prestaram atenção à sua voz bonita. Estas meninas pareciam abelhas. Abelhas é que gostam de mel. No meio desta massa um homem está angustiado. Este homem se chama Francisco.

MARIA: Que é tu tens, Francisco? Por que estás com esta cara tão feia? Todo mundo está alegre com as palavras do Dr. Roberto.

FRANCISCO: Palavras... olha mulher, eu sou um cabra que não sei escrever não. No entanto, sou um cabra que pensa. Enquanto o senhor Roberto estava falando, eu não fiquei abobalhado não. Fiquei peneirando as palavras dele. E sabe de uma coisa? Não ficou nada na peneira. Eram só promessas, palavras açucaradas. Nada mais. Minha tristeza, Maria, é que eu não sei ler, não sou eleitor, e por isso não posso escolher um candidato bom. Este homem tá querendo transformar a gente em uma massa de criança chorando por confeito. Maria, estou triste mesmo. Triste porque não vou votar... Não vou poder dar resposta a esses caras que pensam que a gente é uns bobos. Bobos que se enganam com qualquer cocada.

TÉCNICA: MÚSICA (ELEVA E CORTA)

NARRADOR: Só um homem, só Francisco percebeu a enrolada daquele candidato. Francisco não sabia ler. Francisco não podia votar. Mas ele era inteligente e teve uma ideia.

FRANCISCO: Oh Maria, tu me ensinas a escrever. Quero ser eleitor, Maria. Tu me ensinas?

MARIA: Ensino, Francisco. Tu vai aprender num instante.

FRANCISCO: Muito obrigado. Só assim tiro meu título de eleitor. E num vou parar aí não. Estou pensando em fazer uma coisa mais.

MARIA: O que é que tu vai fazer homem? O que é que tu vai fazer?

FRANCISCO: Eu vou sair de feira em feira, de roda em roda, abrindo os olhos do pessoal. Maria, o voto é a arma da gente. A gente precisa pensar mais antes de votar. A gente não é macaco. Macaco é que pula e dá grito quando o dono manda. A gente tem de pensar se o candidato merece o voto mesmo.

MARIA: Olhe Francisco. Eu pulei tanto no comício, dei tanto viva e não pensei em nada. Fiquei ceguinha. Mas não é que tu me abriste os olhos!

FRANCISCO: Tu vais me ajudar, seremos dois. Daqui a pouco muita gente vai abrir os olhos também.

NARRADOR: E aquele homem partiu para uma missão nova. Partiu para fazer do povo da sua comunidade um povo consciente. Um povo que usa a cabeça que Deus lhe deu.

TÉCNICA: MÚSICA DE TRANSIÇÃO

LOCUTOR: Vamos agora meditar um pouco sobre o que se passou no comício do Dr. Roberto Ferreira. Vamos fazer aquela reunião de sempre. Formem o grupo, uma roda, um círculo. O chefe do grupo, assuma a sua posição. Vai ao quadro negro, se tiver. Senão, apanhe papel e lápis.

Primeira pergunta: o que você achou do comício do Dr. Roberto?

Cada um escreva no seu caderno e depois dê a sua resposta. Mas dê discutindo com os outros companheiros de grupo. O que você achou do comício do Dr. Roberto?

LOCUTOR: Por que o povo aplaudiu o Dr. Roberto?

TÉCNICA: MÚSICA LENTA (3 MINUTOS)

LOCUTOR: Terceira pergunta – Por que o Francisco ficou contra o Doutor Roberto? Respondam todos. Comentem esta pergunta (REPETIR)

TÉCNICA: MÚSICA LENTA (3 MINUTOS)

LOCUTOR: Quarta pergunta para vocês. Quando é que gente faz papel de macaco? É a quarta pergunta. Escrevam e respondam, discutindo uns com os outros. (REPETIR A PERGUNTA)

TÉCNICA: MÚSICA LENTA (5 MINUTOS)

LOCUTOR: Francisco disse que peneirou as palavras do candidato. Que quer dizer isto? Escrevam todos e discutam. Vamos repetir. Francisco disse que peneirou as palavras do candidato. Que quer dizer isto? Respondam.

TÉCNICA: MÚSICA LENTA (5 MINUTOS)

LOCUTOR: E agora vamos à última pergunta do dia. Francisco saiu, de casa em casa, de feira em feira, de roçado em roçado, esclarecendo o povo. E você? Que vai fazer para esclarecer seus companheiros? A pergunta é esta. Francisco saiu de cada em casa esclarecendo o povo. O que você vai fazer para esclarecer seus companheiros?

TÉCNICA: MÚSICA LENTA (5 MINUTOS)

NARRADOR: Muito bem, meus amigos. Durante as campanhas eleitorais, em quase todo o país, vemos que o povo fica cego, apaixonado, transforma o candidato em um salvador. O candidato fica colocado na imaginação do povo como uma coisa sagrada, um semideus. Isto é o que chamamos massificação. Massificação quer dizer homens que não pensam. Homens que imitam. Homens que pulam sem saber por quê; que batem palmas para fazer igual aos outros. Massificação quer dizer homens fazendo papel de macacos, de papagaios de feira. /// Na história de hoje ficamos conhecendo um político que queria apaixonar o povo com palavras bonitas, para transformá-lo em macacos. Um político que, com palavras bonitas, queria atrair as abelhas. A tristeza, o injusto, é que nenhum homem foi criado por Deus para ser macaco. Nenhum homem foi criado para ser papagaio. Nenhum homem foi criado para ser abelha. Deus, quando nos fez, botou a nossa cabeça no alto do corpo, em cima, para mostrar que a gente devia pensar. /// Na história de hoje conhecemos Francisco. Francisco analfabeto. Mas Francisco que desejava ver sua terra livre de demagogos. Francisco era um homem com que Deus devia estar feliz. Feliz porque ele pensava em si e pensava nos outros. /// Comícios iguais a este a gente vê em muitos lugares. Temos, porém, uma missão a cumprir. Vamos fazer que nem Francisco. Os que não sabem ler aprendam a ler. Vamos aos comícios. A todos os comícios. Vamos ouvir, peneirar o que os candidatos dizem. Finalmente, vamos ensinar aos nossos vizinhos, aos nossos amigos, aos nossos companheiros de trabalho, aos parentes, enfim a todos os nossos conterrâneos, que o homem não nasceu para ser macaco. O homem tem inteligência. O homem precisa usar a inteligência que Deus lhe deu, para merecer o nome de homem, de filho de Deus.

NARRADOR: Assim, meus amigos, acabamos de apresentar mais uma aula do nosso curso de Politização.

Ponencia presentada al: GT 17 Historia de la Comunicación

La construcción de los héroes en la ficción televisiva mexicana

The construction of heroes in Mexican television fiction

A construção de heróis na ficção de televisão mexicana

*Adrien José Charlois Allende*¹³

Janny Amaya Trujillo ¹⁴

Resumen: Este trabajo explora la objetivación en la ficción televisiva mexicana de un modelo de recuerdo articulada en torno al individuo, como motor de la historia y al melodrama, como modo narrativo, e ilustra su uso en un caso específico.

Palabras Clave: Ficción televisiva, Memoria, Representación.

Abstract: This work explores the objectification in Mexican television fiction of a memory model articulated around the individual, as an engine of history and melodrama, as a narrative mode, and illustrates its use in a specific case.

Key Words: Television fiction, Memory, Representation.

Con frecuencia, el análisis del papel de los medios de comunicación en la construcción de representaciones del pasado colectivo ha estado rodeada de un cierto aura de desconfianza. Influida, en buena medida, por la disciplina historiográfica, la reflexión sobre la construcción del pasado en los medios se ha preocupado recurrentemente por cuestiones como la veracidad, la fidelidad o la precisión histórica de los relatos mediáticos (Garde-Hansen, 2011, p. 40). Este prejuicio, sostenido en criterios de verdad y aspiraciones de objetividad, ha opacado, en alguna medida, el reconocimiento de los modos específicos en el que los relatos mediáticos operan en la construcción de sentidos sobre el pasado.

En contraposición a estas posturas, centradas en la representación de la historia en los medios, se ha ido conformando una corriente de investigación que pone énfasis en el papel de los medios en cuanto agentes productores de memoria. Este desplazamiento implica un re-posicionamiento de la dimensión cultural del recuerdo y un reconocimiento de la medialidad como constitutiva de los modos en que los individuos, grupos y sociedades construyen y significan su pasado.

En este sentido, Astrid Erll (2008; 2011), en el ejercicio de fundamentar una crítica a las concepciones de memoria que parten de oposiciones binarias que dividían el recuerdo de otras formas de pensar el pasado, especialmente la historia disciplinar, propone repensar el concepto a través de subrayar su dimensión cultural. En este esfuerzo, define la memoria cultural como “la construcción y circulación de conocimientos y de versiones sobre un pasado común en contextos socioculturales” específicos (Erll, 2011, p. 113), y argumenta que resulta imposible separar las formas de recuerdo de sus medialidades específicas.

Existe- afirma Erll- una relación indisoluble entre el medio y el sistema simbólico que lo soporta: la elección de medios y formas en la representación del pasado tiene un efecto de sentido y configura el tipo de memoria que es creado. Los diferentes modos de representación del pasado- desde los textos historiográficos, la literatura, los documentales, los filmes de ficción, etc.- deben ser pensados entonces como “modos específicos del recuerdo” (2008, p. 389).

¹³ Adrien José Charlois Allende, Departamento de Estudios de la Comunicación Social, Universidad de Guadalajara, México, adriencharlois@gmail.com

¹⁴ Janny Amaya Trujillo, Sistema de Universidad Virtual, Universidad de Guadalajara, México, jannyamaya@gmail.com

Así, quedan anuladas jerarquías culturales entre tipos de discurso, medios, géneros o formatos para representar “legítimamente” el pasado para poner el acento en las cualidades específicas de sentido que el pasado asume y en los efectos de memoria que ellos producen. La memoria cultural se construye no sólo a través de diferentes medios, sino a través de sistemas simbólicos distintos, que poseen características y limitaciones particulares.

Los distintos relatos sobre el pasado son pensados como “objetivaciones culturales”, como elementos específicos que forman parte del “repertorio medial” de la memoria. Hay ciertas formas y recursos con los cuales se codifica preferentemente la memoria cultural (Erll, 2011, p. 123). Éstos constituyen “modelos de recuerdo”, patrones de representación que pueden atravesar medios y sistemas simbólicos distintos (Rigney, 2005, p.p. 22- 23). Los medios de comunicación operan como “agenda setters” para el recuerdo colectivo no sólo a través de la reiteración intermedial de la representación de determinados sucesos o segmentos del pasado (Erll y Nünning, 2008, p. 4), sino también a través del uso recursivo, el reciclaje y la adaptación de determinados modelos de recuerdo.

Desde esta perspectiva, resulta interesante pensar el papel de los medios de comunicación, y en especial de la ficción televisiva, como modos particulares de recuerdo y observar la recurrencia de ciertos modos de representar el pasado en ellos. Es desde ahí que nos parece pertinente explorar, para el caso mexicano (pero no exclusivamente) la objetivación en la ficción televisiva de un modelo de recuerdo articulada en torno al individuo, como motor de la historia y al melodrama, como modo narrativo. Con este objetivo, proponemos una breve revisión en torno al papel del héroe en las narrativas sobre el pasado, para posteriormente, ejemplificar su uso en un modo de memoria específico, las series históricas televisivas, y un caso particular, la serie *Gritos de muerte y libertad* (Televisa, 2010) con la que la televisión comercial mexicana celebró el bicentenario de la independencia de España.

I. El héroe como recurso de condensación narrativa sobre el pasado

Codificar el pasado desde la narrativa del individuo heroico es algo que las sociedades, especialmente las occidentales, han hecho desde hace ya mucho tiempo. Este recurso o modelo de recuerdo ha vivido algunos periodos de renacimiento, por una razón central: el héroe, como ser único en el que se sintetizan virtudes colectivas, es la forma más efectiva de hacer aprehensibles los elementos básicos de la identidad comunitaria. Son, de cierta manera, un sustituto de la comunidad, un recurso de “condensación” (Erll, 2011, p. 145) del significado atribuido al pasado, y articulan la narración construida en torno a éste.

Con el arribo de la modernidad a finales del XVIII, el papel del individuo se volvió central en la definición de las naciones. El individuo heroico encajó en el relato de la modernidad y de la identidad nacional de diferentes maneras, pero principalmente ayudó en la creación del lazo que los ciudadanos necesitaron imaginar para identificarse con el resto de la comunidad nacional y se convirtieron en tipos ideales, personificaciones alegóricas de la nación (Gordon, 2010, p. 3). De ahí el alza del culto a los individuos que tan bien dejó claro Carlyle en sus famosas conferencias (2012), y que permitió un sentido de propósito a las ambiciones, a veces colectivas, pero mayormente exaltadas por una élite nacional. En torno a estas figuras míticas se fue estructurando toda una parafernalia de sentido que justificaba los modelos de poder político.

El modelo inmediato de la heroización de personajes provenía de la liturgia católica, la cual veía en el personaje del mártir el ejemplo preciso respecto al cual debía educarse al buen cristiano. El mártir-santo fue a la vez una metáfora que permitía ligar pasado y futuro, su vida, pero sobre todo su muerte, permitió ligar comunidades enteras respecto a verdades absolutas y esenciales. Según Michel Vovelle (2003), esta forma de articular identidades en torno a una personalidad se perpetuó en el mundo occidental a través de la secularización de los héroes. Fue la Revolución Francesa la que consolidó una forma de rendir culto a los héroes laicos a través de una narrativa que tendía a entronizar a los “mártires de la libertad”. En este sentido, los sucesos, como en el caso de los mártires cristianos, perdían peso frente a su propio alcance simbólico (Vovelle, 2003, p. 25).

En el proceso de “imaginar” la comunidad nacional moderna, el héroe fue una figura importante, no sólo en términos de rentabilidad, sino en tanto encarnaba los valores esenciales de la misma. El héroe ya no hablaba a súbditos, sino a ciudadanos individuales que se imaginaban insertos en un colectivo político, administrativo y, muy importante, de sentido. Las características esenciales de la narrativa heroica tenían que ver con la sacralización del personaje, la consideración de su compromiso con la causa nacional, la muerte como testimonio y la articulación de todos los elementos en un espacio público de comunicación ampliado por una clase política y una opinión pública en proceso de formación (Vovelle, 2003, p.p. 26- 27).

Estas características, constituyentes de un modelo específico de recuerdo ampliamente expandido, se vieron reflejadas no sólo en discursos cívicos, sino en rituales y conmemoraciones. El culto a los individuos reflejó, y lo sigue haciendo, imaginarios de poder a través de la escenificación de lecturas intelectuales, morales y emocionales sobre el deber ser de los “buenos ciudadanos” (Brenes Trencio, 2004).

Más allá del uso político, la generación narrativa de héroes permitió, entre los miembros de las comunidades nacionales, una especie de catarsis relacionada con las crisis de ansiedad producidas por la propia modernidad. Ante la ruptura del orden social y político tradicional, la creciente secularización, el incremento de los recursos tecnológicos y la reestructuración de las relaciones sociales, los héroes (históricos o no) cumplieron el rol de mediadores en torno a una forma de actuar y una oferta de moral (Aguirre Romero, 2012). El héroe se convirtió en una propuesta (de acción y ética), frente al virtual caos que el contexto histórico provocaba, en lugar de referencia en donde encontrar un sentido de bien común.

El héroe como recurso narrativo tuvo un anclaje casi perfecto en el “modo melodramático” (Brooks, 1995), una forma de “imaginación moral” y un “modo performativo y narrativo” que funciona “sobre la base de metas altamente emotivas y altamente expresivas” (Herlinghaus 2002, p. 27). Su utilización en distintos géneros y formatos de este tipo fue y continúa siendo reiterada y reciclada. Esta conjunción es explicable puesto que el modo melodramático responde a la necesidad de construir orden y sentido en un mundo que ha abandonado las certezas del finalismo religioso. En este contexto, el melodrama se enfrenta a la paradoja de representar, al mismo tiempo, “la urgencia de reencantamiento del mundo, y la imposibilidad de concebir este reencantamiento en otros términos que los personales” (Brooks, 1995, p. 16).

De ahí que el melodrama exprese- sostiene Brooks- la búsqueda del sentido moral y trascendental. No se trata de “un drama moral”, sino “del drama de la moral”, dado que “pugna por encontrar, articular, y demostrar la existencia de un universo moral que, aunque cuestionado, enmascarado por la villanía y la perversión del juicio, existe y puede afirmar su presencia y sus fuerzas categóricas más allá del hombre” (1995, p. 20). Así, el modo melodramático opera en función de la personalización y la sentimentalización de la ética, en la articulación de “sentimientos morales” (p. 203).

Es por ello que este modo narrativo ancló tan bien en la lógica de representación del individuo como motor de la historia: ellos vienen a condensar ese universo moral que el melodrama pugna por hacer reconocible, son encarnaciones de aspiraciones colectivas, sustitutos de la comunidad, arquetipos, que existen en la acción, en el cambio, y que se materializan en relatos, especialmente en historias nacionales.

Ello lleva a considerar dos aspectos. En primer lugar, el papel que un modo narrativo tuvo en la construcción del imaginario nacional común. Las historias nacionalistas, básicamente articuladas a través de héroes, se anclaron en narrativas que, como el melodrama, se pensaron como emocionales, personalizadas y polarizadas, propiciando un vínculo más directo con el ciudadano común. Establecieron la distinción del yo/nosotros del otros, los límites de lo deseable y el espacio (simbólico y geográfico) de lo nacional.

Además, el resurgimiento del héroe en tiempos de crisis no solo invoca un orden moral y una forma de acción, sino que sitúa a la comunidad en un tiempo, recomponiendo la ruptura causada por la contingencia. El héroe, fundamentalmente surgido del mito del origen, otorga sentido de temporalidad a la comunidad, lo cual perpetúa las características nacionales al dotarlas de una procedencia y un futuro. Al igual que considerar al héroe como propuesta ética y de acción, su concepción como lógica temporal otorga a la construcción del discurso heroico una dimensión de poder. Al dar sustento simbólico a un proyecto político, a través de la individualización de los procesos históricos en figuras heroicas, la historia nacionalista elimina un elemento esencialmente problemático en la explicación lineal de la historia, las masas.

Si bien las estructuras sociales tienen una importancia nodal en la disciplina histórica, la historiografía nacionalista ha aprovechado otros canales de comunicación como una vía efectiva de volver a las interpretaciones individualizadas del pasado, como en el caso de la televisión, el cine o la literatura masiva. Así, los medios se han vuelto imprescindibles en la continuación y confirmación de la figura heroica. Sus formatos anclados en fórmulas narrativas establecidas, especialmente en las que devienen del melodrama moderno, empatan perfectamente con la lógica de construcción de las historias nacionales, esencialmente heroicas. Con ello, los medios rentabilizan su producción, a la vez que operan en el ámbito de relaciones de poder de orden nacional que perpetúan la lógica a través de dichas historias. La historia en los medios nacionales, especialmente en el caso de México, hablan a un público compuesto por individuos que, en teoría, forman parte de la comunidad imaginada nacional.

Hablan a públicos (en el sentido comercial) a la vez que a ciudadanos. Por ello, sin duda “los medios solicitan héroes más que nadie” (Armijo, 2007, p.238), en parte porque las formas narrativas en las que basan su éxito tienen que ver, básicamente, con la individualización de todo sentimiento, por encima de la razón. En parte, por una tendencia de las audiencias en disfrutar el propio proceso de sufrimiento que la narrativa heroica y melodramática establece como el centro de comprensión de su construcción del pasado.

Robert Rosenstone (2006) planteaba que una de las características del discurso sobre el pasado objetivado en filmes históricos, era la condensación de procesos y personajes históricos en sujetos arquetípicos, y su inserción en tramas dramáticas o melodramáticas. Con ello, el lenguaje fílmico concreta una mayor capacidad de apelar a las emociones para la constitución de una visión histórica particular en el espectador. La historia en estos medios se vuelve la historia de individuos que ya son importantes, o que el propio medio hace importantes.

Esta forma de representar el pasado es trasladada a (o desde) otros medios, en una dinámica de reiteración o recursividad intermedial. Para Gary Edgerton (2001), la historia en televisión ha privilegiado representaciones mediadas por dos sentidos: la intimidad (representaciones personalistas y dramas personales) y la inmediatez. El primero de ellos implica precisamente la idea de la función del héroe en el drama televisado. Atendiendo a estas características, el pasado televisado tiende a privilegiar el recurso de la individualización de los procesos históricos con el fin de hacer aprehensible el relato a sus audiencias. En ello, la figura del héroe se vuelve fundamental como recurso de construcción sentido en audiencias culturalmente situadas, de ahí que las historias nacionalistas retornen en los medios masivos, especialmente en la televisión como modelos de memoria anclados en formas previas de contar el pasado. Al hacerlo, la televisión evita explicar causas y efectos que van más allá de la acción individual. El poder condensador del héroe, como símbolo que materializa la realidad narrada, resume el contexto en su propia experiencia.

II. La construcción del héroe en las pantallas mexicanas

En México, como en casi todo el mundo, este fenómeno comenzó en el cine (Morales, 2016). Desde el principio, el cine nacional recurrió a la historia a través del héroe para dar cuenta de las gestas que “nos dieron patria”. La primera parte del siglo XX fue fructífera en representaciones históricas en el cine, a través de relatos centrados en el individuo heroico pensados como “verdaderos” y educativos. Con ello, el cine estableció el primer canon de representación audiovisual del héroe que se trasladaría en mucho a la pantalla chica, especialmente a la telenovela. El héroe, así pensado, se mantuvo a lo largo de buena parte del siglo XX como el eje a través del cual se pensó el pasado en los medios audiovisuales nacionales.

Tanto para el formato telenovela como para el género melodramático, la adaptación del héroe a la pantalla chica resultó un éxito en tanto la forma de contar se empató con los tipos de narrativa nacionalista disponibles. Aunque poco a poco la televisión nacional fue abandonando la centralidad del personaje heroico (el caso paradigmático de representación de ambientes sociales sería *Senda de Gloria*, de 1987), lo cierto es que la lógica continuó. Si bien las telenovelas incluyeron historias ficticias paralelas, que daban mayor profundidad al mero retrato heroico, la presencia de los grandes personajes fue esencial para anclar la dimensión “de época” con la historiografía nacional.

Con la llegada de la Segunda Edad Dorada a la televisión nacional, las narrativas de los formatos de ficción han girado a otro tipo de lógicas de representación, sin abandonar del todo algunos de los elementos esenciales del modo melodramático, tan querido y tan efectivo en la industria televisiva. En términos de representación historiográfica son todavía muy pocos ejemplos sobre estas transformaciones. Los más emblemáticos, por su alcance y su éxito, serían precisamente los de *Gritos de muerte y libertad* (2010) y *El encanto del águila* (2011). Los propios productores y directores debieron cuestionarse sobre las formas de representar el pasado en la primera década del siglo XXI. Sin embargo, es evidente que la narrativa anclada en personajes heroicos, como motores del tiempo histórico, siguió como la opción privilegiada.

En esta línea, Juan Manuel Ortega, co-productor de *Gritos de muerte y libertad*, y Úrsula Camba, asesora histórica, plantearon que la gran diferencia en la propuesta historiográfica, respecto a lo que se lograba en las telenovelas, fue la de “humanizar” a los héroes. Con ello se referían a que “los personajes que nosotros viéramos en la serie fueran como de carne y hueso [...], y que tuvieran matices. Que no hubiera ni totalmente buenos, ni totalmente malos” (Ortega, 2014). Si bien la propuesta tenía como trasfondo el supuesto de que las nuevas perspectivas historiográficas ya no aceptaban a los héroes configurados desde el nacionalismo ramplón, viniendo de Televisa y según el propio Ortega, fue fuertemente criticado por utilizar esta perspectiva.

Esta lógica de presentación fue repetida por los participantes en la realización (Caballero, 2010), aceptando para ello el haberse tomado ciertas libertades que permitieran construir una buena historia, “porque si no, no atraes” (Ortega, 2014)¹⁵. De ello se puede deducir que el recurso de “humanización” del héroe fue la puerta hacia la posibilidad de encontrar formas de acercamiento a las audiencias, más proclives a las tramas sentimentales que a propuestas historiográficas ancladas en la razón. Pero también incluir elementos de ficción, con el fin de “humanizar”, tuvo una razón muy evidente: la de regresar a hacer del héroe el motor del movimiento histórico, pero ahora desde una serie de rompimientos “internos” que vinculaban al individuo, su propia tragedia y el desenvolvimiento de los procesos históricos. Ejemplos como el arrepentimiento de Hidalgo, la posible traición de Morelos, la confrontación de Vicente Guerrero con su propio padre o los enfrentamientos de Josefa Ortiz con su marido, marcan la forma en que elementos íntimos del personaje se vuelven esenciales para entender el transcurso del tiempo y la transformación social. Todo ello llevó a la decisión sobre las formas de representación adecuadas, como lo explica Juan Manuel Ortega:

hay muestras de carácter de la gente, entonces la mayoría de los capítulos tienen [...] esa intención. Entonces era [...] ver qué [...] momentos eran determinantes, pero qué momentos también cambiaron el rumbo de las cosas, digámoslo así, ¿no? Y que a la gente le llamara la atención (...) Para ello hubo que hacer uso de distintas fuentes de la historiografía existente (escritas e iconográficas) desde el siglo XIX para acercarnos más o menos a lo que la gente ya conocía [...] porque la gente construye su visión alrededor de la historia también un poco a partir de como se la enseñaron, ¿no? (Ortega, 2014)

La articulación de los procesos históricos (Independencia y Revolución) a través del eje de los personajes heroicos, se adaptó muy bien a la nueva forma de contar el pasado en miniseries de Televisa. La selección de un conjunto de sucesos y personajes por parte de un círculo de asesores históricos, permitió ir reduciendo la historia a momentos específicos de figuras heroicas particulares. Ello, según la propia Mafer Suárez, directora, terminó articulando nuevos mitos en torno a identidades ya bastante conocidas de la historia nacional, mitos basados en las propias acciones, héroes destinados a provocar orgullo y emoción, porque “a la gente no le interesa entender, le interesa sentir. Porque en la medida en que tú generes una emoción, la gente puede pensar, no al revés” (Suárez, 2016). Con esta perspectiva de fondo, dos formas de trabajar resaltan. En primer lugar, el uso de visiones encontradas en la historiografía respecto al proceso, entre ellas la versión conservadora. Por el otro lado la disminución del peso narrativo de los procesos sociales en la historia, debido a que “la gente se identifica con gente, no con procesos” (Suárez, 2016).

De esta manera, la propuesta historiográfica de Televisa, reflejada a través de sus últimas series sobre procesos históricos nacionales, tuvo como eje un regreso a la narrativa heroica, al modelo de recuerdo que la historiografía nacionalista había desarrollado durante dos siglos. Si bien la asesoría histórica recuperó no sólo visiones encontradas, sino que incorporó en la trama hipótesis con las que la disciplina ha trabajado desde hace ya algún tiempo, esto generó una actualización de los mitos heroicos con el fin de dotar de un sentido sobre el pasado a una comunidad nacional que, como ya lo he planteado respecto a la conmemoración, proponía múltiples interpretaciones de los mismos hechos.

Televisa decidió conmemorar el bicentenario de la independencia mexicana y el centenario de la Revolución con dos miniseries de trece capítulos cada una. El centro de cada uno de ellos fue la representación de parte de los procesos históricos a través de un héroe específico. Con ello, el modo de memoria producido por la televisión mexicana volvía a la historia nacionalista liberal, aunque con ciertos acentos de revisionismo conservador, que durante dos siglos habían hecho del héroe el elemento de peso en el transcurso temporal. No es de extrañar este retorno al héroe como modelo de recuerdo en una audiencia educada en esta visión de la historia, pero también en un momento crítico de violencia, elecciones reñidas y decaimiento de la legitimidad del modelo político neoliberal. En este sentido, el héroe histórico regresó a un modo de memoria bien conocido a nivel nacional para engranar toda una serie de metáforas que proponen una visión poco crítica del pasado, más allá del deseo de sus productores, para proponer nuevos esencialismos en las formas de ser ciudadano en relación con su pasado.

¹⁵ Entrevista a Juan Manuel Ortega Riquelme, 05 de noviembre de 2014.

Bibliografía

- Aguirre Romero, J.M. (2012). Los héroes de papel y el papel de los héroes. *Revista de Estudios de Juventud* (96), 87-103.
- Armijo L. (2007). La Centralidad del Discurso del 'Héroe' en la Construcción del Mito Nacional: una lectura de la historiografía conservadora desde el género. *Revista de Sociología*, (21) 237-256.
- Brenes Tencio, G. (2004). Héroes y liturgias del poder: La ceremonia de la apoteosis. México, 6 de octubre de 1910. *Revista de Ciencias Sociales IV* (106) 107-121.
- Brooks, P. (1995). *The Melodramatic Imagination. Balzac, Henry James and the Mode of Excess*. New Haven: Yale University Press.
- Caballero, J. (2010). "Gritos de muerte y libertad muestra a los héroes como realmente eran", *La Jornada*, 18 de agosto de 2010. Recuperado de: <http://www.jornada.unam.mx/2010/08/18/espectaculos/a08n1esp>
- Carlyle, T. (2012). *Los héroes. El culto a los héroes y lo heroico en la historia*, México: Porrúa.
- Edgerton, G. R. (2001). Introduction. Television as Historian. A Different Kind of History Altogether. En: Edgerton, G. R. y Rollins, P. C., *Television Histories. Shaping Collective Memory in the Media Age, Kentucky*, Kentucky: The University Press of Kentucky, pp. 1-18.
- Erl, A., y Nünning, A. (2008). *Cultural Memory Studies: An International and Interdisciplinary Handbook*. Berlin y Nueva York: Walter de Gruyter.
- Erl, A. (2008). Literature, Film, and the Mediality of Cultural Memory. En: Erl, A., y Nünning, A. (eds.) (2008). *Cultural Memory Studies: An International and Interdisciplinary Handbook* (389-398). Berlin/New York: Gruyter.
- _____. (2011). *Memory in Culture*. Hampshire y Nueva York: Palgrave Macmillan.
- Garde-Hansen, J. (2011). *Media and Memory*. Edimburgo: Edinburgh University Press.
- Gordon, A. (2010). *The Hero and the Historian. Historiography and the Uses of Jacques Cartier*. Vancouver, Canadá: UBC Press.
- Herlinghauss, H. (2002). *Narraciones anacrónicas de la modernidad. Melodrama e intermedialidad en América Latina*. Chile: Editorial Cuarto Propio.
- Morales, M. del S. (2016). *La historia patria en el cine mexicano, 1932-1958*, Tesis para obtener el grado de Doctor en Historiografía. México: Universidad Autónoma Metropolitana- Unidad Azcapzalco.
- Vovelle, M. (2003). La revolución francesa: ¿matriz de la heroización moderna?. En: Chust, M. y Mínguez, V. (eds). *La construcción del héroe en España y México (1789-1847)* (19-29). Valencia, España: Publicacions de la Universitat de Valencia, El Colegio de Michoacán, UAM-I, Universidad Veracruzana.
- Rigney, A. (2005). Plenitude, scarcity and the circulation of cultural memory. *Journal of European Studies*, 35(1), pp. 11-28. doi: 0047-2441/10.1177/0047244105051158
- Rosenstone, R. A. (2006). *History on Film/Film on History*, Harlow: Pearson Longman.

Ponencia presentada al: GT 17 Historia de la Comunicación

História sem revanchismo: os atributos do *Brasil: Nunca Mais* nas agendas midiáticas de *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*

La historia sin revanchismo: los atributos de *Brasil: Nunca Más* en las agendas mediáticas de *Folha de S. Paulo* y *Jornal do Brasil*

History without revenge: the attributes of *Brasil: Nunca Mais* in the agendas of *Folha de S. Paulo* and *Jornal do Brasil*

Luana Chinazzo MÜLLER ¹⁶

Resumo: O livro *Brasil: Nunca Mais* relata as práticas de tortura inferidas a presos políticos durante o período de ditadura militar no Brasil. O projeto coordenado pelos religiosos Dom Paulo Evaristo Arns e Jaime Wright, feito clandestinamente e lançado em julho de 1985, chocou ao denunciar os horrores dos anos de chumbo e, em paralelo, lançar uma lista com 350 nomes de torturadores. O presente artigo propõe analisar como a imprensa brasileira agendou a publicação, por meio da análise de conteúdo (AC) dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*. Com a pesquisa, podemos perceber quais atributos do livro – que chocou muitos e deixou tantos outros descontentes – foram destacados na agenda midiática, além da presença de colunas de opinião que demonstram um interesse do público, por meio dos líderes de opinião, pela obra.

Palavras-chave: Jornalismo impresso, Ditadura civil-militar brasileira, Agendamento midiático.

Resumen: El libro *Brasil: Nunca más* relata las prácticas de tortura inferidas a presos políticos durante el período de dictadura militar en Brasil. El proyecto coordinado por los religiosos Don Paulo Evaristo Arns y Jaime Wright, hecho clandestinamente y lanzado en julio de 1985, chocó al denunciar los horrores de los años de plomo y, en paralelo, lanzar una lista con 350 nombres de torturadores. Esta ponencia propone analizar cómo la prensa brasileña ha programado la publicación, a través del análisis de contenido (AC) de los periódicos *Folha de S. Paulo* y *Jornal do Brasil*. Con la investigación, podemos percibir qué atributos del libro, que chocó muchos y dejó tantos otros descontentos, fueron destacados en la agenda mediática, además de la presencia de columnas de opinión que demuestran el interés del público, por medio de los líderes de opinión, por la obra.

Palabras clave: Periodismo impreso, Dictadura civil-militar brasileña, Agenda mediática.

Abstract: The book *Brasil: Nunca Mais* reports the practices of torture inferred to political prisoners during the period of military dictatorship in Brazil. The project, coordinated by Don Paulo Evaristo Arns and Jaime Wright, was clandestinely launched in July 1985, shocking to report the horrors of the lead years and, in parallel, to launch a list of 350 names of torturers. This paper proposes to analyze how the Brazilian press has scheduled the publication, through content analysis (AC) of the newspapers *Folha de S. Paulo* and *Jornal do Brasil*. From this research, we can see which attributes of the book – which shocked many and left so many others discontented – were highlighted in the media agenda. In addition to the presence of opinion columns that demonstrate an interest of the public, through opinion leaders, by the work. We also perceive the presence of opinion columns that demonstrate an interest of the public, through opinion leaders, through the work.

Keywords: Journalism, Brazilian civil-military dictatorship, Agenda-setting.

¹⁶ Jornalista e mestrandia em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGCom-PUCRS). Bolsista Capes. E-mail: luana.chinazzo@acad.pucrs.br.

INTRODUÇÃO

[...] o método de tortura foi institucionalizado em nosso País, e, que a prova deste fato não está na aplicação das torturas pura e simplesmente, mas, no fato de se ministrarem aulas a respeito, sendo que, em uma delas o Interrogado e alguns companheiros, serviram de cobaias, aula esta que [...] foi ministrada para cem militares das Forças Armadas [...] que à concomitância da projeção dos “slide” sobre torturas elas eram demonstradas na prática, nos acusados [...] (Arquidiocese de São Paulo, 1985, p. 31).

O trecho acima faz parte do relato de um ex-presos político sobre a tortura a que foi submetido durante a ditadura de segurança nacional no Brasil presente no livro *Brasil: Nunca Mais (BNM)*¹⁷ (Arquidiocese de São Paulo, 1985). A obra relata casos de torturas e mortes durante o regime militar por meio de dados levantados dos processos apresentados por vítimas e famílias de vítimas da ditadura militar no Superior Tribunal Militar. Dentre os relatos estão muitos tipos de atrocidade, desde uso de presos como cobaias em aulas de torturas para outros militares até torturas físicas e psicológicas em crianças e mulheres grávidas.

O BNM foi originado pelo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul (CLAMOR) e atuou como uma rede de solidariedade em defesa dos direitos humanos através de investigações e denúncias de violações entre 1977 e 1984. O CLAMOR inicialmente reproduziu a totalidade dos processos que chegaram até ao Tribunal durante a ditadura militar dando origem aos projetos A e B. Posteriormente, o projeto B foi sintetizado por dois jornalistas contratados dando origem ao volume literário. (Abreu, 2001; Bauer, 2006; 2008).

Lançado logo após a abertura política e após a Lei da Anistia, promulgada pelo último presidente militar, João Batista Figueiredo, em 28 de agosto de 1979, que concedia anistia recíproca e irrestrita, o livro reacendeu discussões que versavam sobre a necessidade de conhecer a história completa da ditadura e sobre o revanchismo de opositores ao regime. Além do livro, o projeto BNM organizou, entre outros itens, uma lista contendo 350 nomes de torturados (Bauer, 2008). Bauer (2014, p. 126) explica as tensões em torno da Lei da Anistia: “O direito à verdade, assim, não era necessário, pois se considerava a ditadura ‘página virada’ e, em última instância, uma ameaça à possibilidade de reciprocidade à anistia.

Por meio da análise de conteúdo (AC) de dois jornais impressos de influência no Brasil durante o período, Folha de S. Paulo (FSP)¹⁸ e Jornal do Brasil (JB)¹⁹, este trabalho pretendeu identificar de que maneira o livro esteve presente na agenda midiática ao perceber os atributos destacados pela imprensa. Buscou também observar se as discussões em torno do revanchismo e da Lei da Anistia estiveram presentes nos dois primeiros meses após o lançamento do relatório. Interessou a este trabalho apenas a agenda midiática, uma vez que não teríamos condições de mensurar a incidência desta na agenda pública.

O artigo foi construído da seguinte forma: primeiramente, apresentou-se, ainda na introdução, o projeto BNM e as questões que o lançamento do livro levantaram na sociedade brasileira. Em segundo lugar: levantou-se os preceitos básicos da hipótese da *agenda-setting*, abordando os dois níveis do paradigma, e da teoria dos *frames*. Posteriormente, foi realizada a análise de conteúdo dos jornais escolhidos. E, por fim, nas considerações finais, foram apresentados os resultados e limitações da pesquisa desenvolvida.

AGENDA-SETTING E ENQUADRAMENTO

Para responder a questão levantada por este trabalho, baseou-se na hipótese da *agenda-setting* –também chamada pela tradução *agendamento* –, **cunhada por McCombs e Donald L. Shaw em 1972**. O agendamento busca a influência dos *media* a médio e longo prazo, considerando o fluxo contínuo de informação. O agendamento não pressupõe uma manipulação ou persuasão por parte da mídia sobre o público, porém sustenta que a percepção da opinião pública sobre parte dos acontecimentos sofre alterações por meio da influência dos meios de comunicação de massa. As pessoas tendem a dar maior importância ao que a mídia destacar, excluindo ou incluindo temas à agenda pública conforme eles são dispostos na agenda midiática (Wolf, 2008).

¹⁷ Ao longo do texto, usaremos a abreviação “BNM” para referir ao livro *Brasil: Nunca Mais*.

¹⁸ Ao longo do texto, usaremos a abreviação “FSP” para referir ao impresso Folha de S. Paulo.

¹⁹ Ao longo do texto, usaremos a abreviação “JB” para referir ao impresso Jornal do Brasil.

McCombs (2009) explica que o efeito do agendamento está condicionado à *necessidade de orientação* de cada indivíduo, que está relacionada à necessidade natural de informação e depende de dois fatores: relevância e certeza. Quanto menor for a experiência direta do indivíduo em relação a uma determinada área temática, mais este indivíduo dependerá da mídia para obter informações sobre esse tema. O agendamento midiático depende:

[...] do grau de exposição a que o receptor esteja exposto [...] do tipo de mídia, do grau de relevância e interesse que este receptor venha a emprestar ao tema, a saliência que ele lhe reconhecer, sua necessidade de orientação ou falta de informação, ou ainda, seu grau de incerteza, além dos diferentes níveis de comunicação interpessoal (Hohlfeldt, 2002, p. 200).

A comunicação interpessoal refere-se à importância percebida no duplo fluxo informacional, conceito resultante das pesquisas de Lazarsfeld et al. (1944 apud Traquina, 2000), que considera que grande parte das informações chegam às pessoas não diretamente pela mídia, mas por meio de líderes de opiniões. A mensagem da mídia atingiria um número restrito de pessoas, estas pessoas conversariam sobre o tema, repassando-o a outras pessoas menos interessadas, mas que estão sob influência dos líderes (Hohlfeldt, 2002, 2013).

Além de considerar quais temas são publicados nos veículos, deve-se analisar o que é publicado sobre esses temas, o destaque que é dado, a ordem em que a notícia é publicada, uma comparação que é feita. Tais registros e abordagens podem mudar completamente a maneira que a opinião pública assimila o informado. McCombs (2008, 2009) nomeia esses fatores de atributos. Na evolução da hipótese do agendamento passou-se de verificar sobre o que se fala, para a verificação sobre como se fala (Barros Filho, 1995, grifo nosso).

O primeiro nível dos efeitos do agendamento é relacionado aos temas que os veículos pautam, já o segundo nível analisa os atributos pautados pela mídia. Alguns pesquisadores consideram o enquadramento uma evolução da teoria da agenda, convergindo no segundo nível dos efeitos, que considera o agendamento de atributos. Para McCombs (2009, p. 138, grifo do autor), o enquadramento é a ênfase em alguns atributos do objeto na agenda midiática, ele defende que o agendamento de atributos confluiu as teorias da agenda e dos frames, contribuindo para o avanço dos estudos sobre efeitos da mídia ao “[...] enfatizar o status especial mantido por certos atributos, os enquadramentos, no conteúdo da mensagem”.

Mendonça e Simiões (2012, p. 193) destacam a dimensão política do enquadramento ao observarem que os quadros podem “[...] definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos morais e sugerir soluções”. Pesquisas no âmbito da psicologia sugerem que a formação de preferências pode sofrer alterações conforme o enquadramento empregado, reafirmam esse caráter do *frame* como instrumento de poder (Porto, 2004). A maneira como um evento é retratado pelo veículo, os atributos acentuados ou não, influenciará como o acontecimento será interpretado por parte dos receptores. Neste trabalho, o aporte dessas teorias permitiu destacar os atributos enfatizados nas matérias publicadas nos impressos FSP e JB, referentes ao livro BNM.

AGENDAMENTO DO BRASIL: NUNCA MAIS

Para perceber o agendamento midiático e os atributos destacados pela imprensa brasileira sobre a publicação BNM, optou-se por trabalhar com dois grandes jornais impressos brasileiros. Foram escolhidos os diários FSP, de São Paulo, e JB, do Rio de Janeiro, ambos com circulação e influência nacionais no período analisado. Para análise dos jornais escolhidos, optou-se pela análise de conteúdo (AC), um método de pesquisa que reúne um conjunto de técnicas para uma observação sistemática e objetiva do conteúdo de mensagens. A AC busca descrever e interpretar as mensagens indo além da significação perceptível na leitura padrão. Ao considerar também o conteúdo latente dos textos, a metodologia permite reconstruir aspectos contextuais, como valores, opiniões e preconceitos de uma sociedade (Bardin, 2011; Bauer; Gaskell, 2002).

Para compor o corpus de pesquisa foram levantadas as publicações que mencionam o BNM entre os dias 20 de julho, primeira menção ao livro localizada nos jornais, e 20 de setembro de 1985, dois meses após o lançamento. Após uma primeira seleção, excluiu-se as listas semanais de livros mais vendidos – embora seja importante mencionar que o livro figurou já no primeiro mês entre os mais vendidos. Desconsiderou-se também uma matéria da FSP, “‘Real’, a nova moeda do mercado editorial”, que apenas cita o BNM. Após essa primeira etapa de organização, selecionou-se 12 textos da FSP e oito do JB. Como uma das colunas opinativas foi publicada em ambos os veículos, chegou-se a um total de 19 textos, que correspondem a notas, matérias, reportagens, entrevista e colunas de opinião.

Quadro 1 – Corpus da análise

	<u>Folha de S. Paulo</u>	<u>Jornal do Brasil</u>
20 jul. 1985	"Equipe de pesquisadores lança livro sobre repressão"	x
23 jul. 1985	x	"Nunca Mais: Um dossiê exuma a tortura"
24 jul. 1985	x	"Best-seller" "Um certo capitão Sérgio"
27 jul. 1985	"Grande projeto"	x
28 jul. 1985	"Nunca mais, mesmo"	"Brasil Nunca Mais: História sem revanchismo"
30 jul. 1985	"África do Sul, governo dos fora da lei"	x
3 ago. 1985	"Reverendo diz que pesquisa identificou 350 torturadores"	x
11 ago. 1985	"'Brasil: Nunca Mais' revela bastidores da tortura no País"	x
17 ago. 1985	x	"Na Oban, era o temível 'Major Tibiriçá'"
21 ago. 1985	"Tortura, nunca mais"	"Tortura, nunca mais"
22. ago. 1985	"Isto aqui não é a Suécia"	x
25 ago. 1985	"Comunicado é resultado de tensão nos Quartéis"	x
27 ago.1985	x	"Curió condena revanchismo e acusa 21"
1 set. 1985	"O 'Nunca Mais' brasileiro" "Segurança nacional, polêmica que marcará nova Carta"	x
4 set. 1985	x	"A torturante culpa da tortura"
8 set. 1985	"Antônio Britto conta a agonia de Tancredo"	x

Fonte: A autora.

Partimos da definição de Marques de Melo (2003) que entende os gêneros jornalísticos como classes que configuram a categoria comunicacional, podendo ser expressos em diferentes formatos, replicados em tipos. Beltrão (2006) destaca a importância das categorias que têm o papel de suprir necessidades sociais dos sujeitos. Para Marques de Melo e Assis (2010, 2016), os gêneros jornalísticos – no Brasil: informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário – refletem aquilo que os cidadãos querem e precisam saber, conhecer e acompanhar.

Com base na classificação de Marques de Melo (2003), separamos os textos analisados neste artigo em duas categorias: informativos – nota, notícia, reportagem e entrevista – e opinativo – editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, carta e crônica. Segundo o autor (2003, p. 63), o gênero informativo intenta reproduzir o real suprindo uma necessidade dos leitores de “saber o que se passa”; enquanto o opinativo atribui valor, preenchendo a vontade da audiência em “saber o que se pensa sobre o que se passa”. Contabilizou-se 11 textos informativos e nove opinativos. Alguns dos textos categorizados como informativos apresentam características interpretativas, mesmo assim optou-se por manter a divisão em duas categorias pela dificuldade de conceitualizar esse gênero, que muitas vezes aparece como “uma categoria de configuração estrutural, cuja expressão narrativa oscila entre o estilo informativo e o opinativo” (Marques de Melo, 2003, p. 30).

Quadro 2 – Textos informativos

Informativos	
<u>Folha de S. Paulo</u>	<u>Jornal do Brasil</u>
"Equipe de pesquisadores lança livro sobre repressão"	"Nunca Mais: Um dossiê exuma a tortura"
"Reverendo diz que pesquisa identificou 350 torturadores"	"Best-seller"
"'Brasil: Nunca Mais' revela bastidores da tortura no País"	"Brasil Nunca Mais: História sem revanchismo"
"Comunicado é resultado de tensão nos Quartéis"	"Na Oban, era o temível 'Major Tibiriçá'"
"O 'Nunca Mais' brasileiro"	"Curió condena revanchismo e acusa 21"
"Segurança nacional, polêmica que marcará nova Carta"	

Fonte: A autora.

Quadro 3 – Textos opinativos

Opinativos	
<u>Folha de S. Paulo</u>	<u>Jornal do Brasil</u>
"Grande projeto"	"Um certo capitão Sérgio"
"Nunca mais, mesmo"	"Tortura, nunca mais"
"África do Sul, governo dos for a da lei"	"A torturante culpa da tortura"
"Tortura, nunca mais"	
"Isto aqui não é a Suécia"	
"Antônio Britto conta a agonia de Tancredo"	

Fonte: A autora.

Dos *opinativos* percebemos, por meio de leitura atenta, que todos consideram o BNM um relatório legítimo, que denuncia os horrores do período da ditadura brasileira. Nos meses seguintes, algumas colunas de opinião apresentaram textos criticando o relatório e o considerando revanchista, mas essas não aparecem no período analisado para este artigo. Dos textos informativos, saíram mais duas subcategorias, a composta por textos sobre o livro, chamada aqui também de BNM, e a dos desdobramentos causados pelo lançamento. Desses últimos, dois abordam opiniões contrárias ao livro manifestadas por militares em relação aos desdobramentos que envolvem a publicação.

Em um primeiro momento, focamos na análise qualitativa dos textos enquadrados na subcategoria BNM dentro da categoria informativos. A opção pela análise aprofundada desses textos partiu da vontade de perceber quais atributos do livro são destacados pelos jornais impressos. Esses textos são três de cada veículo: “Equipe de pesquisadores lança livro sobre repressão”, “‘Brasil: Nunca Mais’ revela bastidores da tortura no País” e “O ‘Nunca Mais’ brasileiro” da FSP; “Nunca Mais: Um dossiê exuma a tortura”, “Best-seller” e “Brasil Nunca Mais: História sem revanchismo”, do JB. Em um segundo momento, abordamos os demais textos a fim de perceber quais atributos do livro também podemos localizar neles.

Quadro 4 – Subcategorias dos textos informativos

Informativos	
<i>BNM</i>	<i>Desdobramentos</i>
<u>Folha de S. Paulo</u>	
"Equipe de pesquisadores lança livro sobre repressão"	"Reverendo diz que pesquisa identificou 350 torturadores"
"'Brasil: Nunca Mais' revela bastidores da tortura no País"	"Comunicado é resultado de tensão nos Quartéis"
"O 'Nunca Mais' brasileiro"	"Segurança nacional, polêmica que marcará nova Carta"
<u>Jornal do Brasil</u>	
"Nunca Mais: Um dossiê exuma a tortura"	"Na Oban, era o temível 'Major Tibiriçá'"
"Best-seller"	"Curió condena revanchismo e acusa 21"
"Brasil Nunca Mais: História sem revanchismo"	

Fonte: A autora.

A FSP foi o primeiro dos dois impressos a mencionar o BNM, em 20 de julho de 1985. A nota localizada na p. 5 da editoria de Política informa: “Equipe de pesquisadores lança livro sobre repressão”. O pequeno texto destaca que o livro foi feito com base em inquéritos por uma equipe que prefere ficar no “anonimato” e que o “impressionante” relato sobre a repressão, diferente do livro argentino²⁰, não tem o objetivo revanchista. Em seguida, no dia 23 de julho, o JB publicou seu primeiro texto sobre o BNM. Na p. 1, do Caderno B, a matéria “Nunca Mais: Um dossiê exuma a tortura”, escrita por Luciana Villas-Bôas, apresenta de forma aprofundada o livro, com trechos em citação direta e números da repressão.

²⁰ O livro *Nunca Más* (SÁBATO, 1984), da Argentina, foi produzido por meio da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), que fora criada em 1983 pelo Presidente eleito democraticamente Raúl Alfonsín. A criação da CONADEP foi parte de uma série de medidas instauradas por Alfonsín para concluir o processo de transição política, atendendo às demandas populares por justiça e verdade. O relatório que deu origem ao livro foi utilizado no julgamento dos militares envolvidos em tortura. O nome da obra argentina inspirou o nome da edição brasileira. (BAUER, 2008).

A jornalista escreve sobre a pesquisa “clandestina” e “impecável” que surpreendeu a todos. Destaca a legitimidade do livro “chocante”, feito com base nos processos da Junta Militar, que narra os “mais hediondos crimes”, inclusive contra crianças, mulheres e gestantes. O livro aparece na agenda do veículo como um relato “contundente” de uma “clareza didática”. A mesma matéria traz um glossário contendo tipos de torturas descritos na obra, contendo, entre outros, as descrições do pau-de-arara, da cadeira do dragão e da pimentinha. Esse texto ocupa uma página inteira, é acompanhado de uma ilustração e tem chamada na capa do jornal.

O terceiro escrito analisado é uma nota do dia 24 de julho do JB, localizada na p. 6 do primeiro caderno. A notinha “Best-seller” informa que a primeira edição da “anatomia da tortura sob a ditadura militar” esgotou em 24 horas. No dia 28 de julho, o JB publicou uma entrevista com o arcebispo de São Paulo e um dos coordenadores do projeto, D. Paulo Evaristo Arns, que assina o prefácio do livro. A entrevista, com título “Brasil Nunca Mais: História sem revanchismo”, localizada na p. 6 do caderno especial de domingo, inclui uma introdução na qual o livro é apresentado como uma “rigorosa pesquisa sobre a tortura política no país”, cuja iniciativa partiu da Arquidiocese de São Paulo. O texto informa que a primeira edição, mesmo sem publicidade, estava quase esgotada. As perguntas feitas a Arns abordam o trabalho da equipe responsável pela organização da obra, com destaque aos procedimentos tomados visando a segurança do projeto e dos envolvidos.

Dois perguntas demonstram certa preocupação do entrevistador, Alexandre Polesi, que provavelmente refletem as discussões que nortearam o lançamento: 1) “Por que no livro não há referência aos mortos pelas organizações subversivas?” Ao que D. Paulo responde que não era o objetivo desse livro, que se debruça em “Torturas e Prisões”, e deixa em aberto para quem quiser pesquisar, apesar de acreditar que “a vida deles está nos arquivos” e “embora eles não tenham sido torturados, presos, submetidos ao exílio e tantas outras coisas” – neste trecho, mesmo que de forma sutil, o religioso destaca a importância de relatar a repressão feita pelos militares em relação aos relatos sobre as mortes dos que “morreram no cumprimento do dever”; 2) “Houve preocupação de que o trabalho pudesse ter um veez tendencioso?” O que, segundo Arns, nunca foi pensado, uma vez que sempre se teve como objetivo “fazer História”. A segunda metade da entrevista aborda outras questões relacionadas à Arquidiocese e ao Vaticano. Por fim, o jornal pede que D. Paulo faça um balanço sobre o governo Sarney, vigente por cinco meses na data. Essa pergunta destaca o reconhecimento do clérigo como líder de opinião pelo veículo. O pastor presbiteriano que dividiu com Arns a coordenação do projeto, Jaime Wright, também é destacado como líder de opinião nesse e em outros textos, quando responde questões de caráter político e social.

O texto de 11 de agosto, da FSP, com título “‘Brasil: Nunca Mais’ revela bastidores da tortura no País”, assinado por José Ruy Gandra ocupa o topo da p. 13, na editoria de Política, mas não traz fotos e nem chamada na capa. A matéria denomina o BNM como o “mais amplo dossiê sobre a tortura política praticada no Brasil” e destaca que a obra estava entre as mais vendidas. A matéria aborda o sigilo da operação – que trocou de lugares algumas vezes para manter uma “rigorosa segurança” que incluiu enviar os documentos coletados ao exterior – e a surpresa com que o livro de “tema abominável” foi recebido pelo público. Destaca que o “objetivo seria preservar a memória do terror político e impedir repetição futura”, sem revanchismo, como destacou o arcebispo Arns, mas lutando “para nunca mais esquecer”. A matéria ainda apresenta números da repressão e menciona o irmão do pastor Jaime Wright que foi preso pelos militares e integra os desaparecidos pela ditadura. O último dos textos da categoria *BNM informativos*, “O ‘Nunca Mais’ brasileiro”, de 1º de setembro de 1985, da FSP, insere-se em um matéria aprofundada sobre o Nunca Más, o relatório produzido na Argentina. No escrito que aborda a edição brasileira, a tortura aparece como um problema histórico no país, mas fortalecida por meio da ampliação dos alvos durante a ditadura. É destacado que embora os números brasileiros de mortos e desaparecidos sejam muito inferiores aos argentinos, em nada diminui “a barbaridade do inferno autoritário brasileiro”.

Quanto aos textos da categoria *desdobramento informativo*, podemos destacar uma lista contendo o nome de 350 torturadores produzida pelo mesmo projeto. Dois dos textos, “Comunicado é resultado de tensão nos Quartéis”, da FSP, e “Curió condena revanchismo e acusa 21”, do JB, abordam queixas de militares sobre a publicação que contribuiria para um sentimento revanchista e iria contra ao desejo da sociedade de virar a página do período de repressão. Entre os textos opinativos, todos, com exceção de uma notinha na coluna do jornalista Rui Castro no caderno de cultura da FSP, foram escritos por personalidades, que aqui assumem papel de líderes de opinião. Não há editoriais dos veículos sobre o tema durante o período analisado. O conteúdo da categoria *opinativos* é, muitas vezes, carregado de críticas ao povo brasileiro que calou durante a repressão, à lei da anistia que deixou os torturadores impunes, e, sobretudo, aos militares e seu regime autoritário. Sobre os conteúdos dos textos opinativos, consideramos relevante destacar dois pontos:

1) O texto “Um certo Capitão Sérgio” (JB, 24 jul. 1985, Caderno B, p. 2), do escritor Affonso Sant’anna, compara a ditadura brasileira ao nazismo alemão, e afirma que como lá, “a culpa é, senão de todos, pelo menos da maioria”, que ignoravam as barbáries narradas em “mais um relatório sobre a tortura” no país. Já o texto “Isto aqui não é a Suécia” (FSP, 22 ago. 1985, p. 3), do jurista Fabio Comparato, denuncia as desigualdades sociais que diferenciam o Brasil do país escandinavo. Para o autor, o livro que expõe os “horrores” do regime militar só choca porque as torturas também atingiram a classe média. A coluna “África do Sul, governo dos fora da lei” (FSP, 30 jul. 1985, Opinião, p. 3) menciona o BNM como relato “impressionante” que documenta “torturas e outros métodos bárbaros”.

2) O texto “Tortura nunca mais”, do psicanalista e militante da esquerda Hélio Pellegrino, foi publicado em ambos os impressos nas editoriais de Opinião, no dia 21 de agosto, na p. 3 da FSP e na p. 11 do JB. No texto, Pellegrino denuncia a tortura, a corrupção do regime militar e a lei da anistia que leva à impunidade dos torturados e ao esquecimento. Para o colunista, o BNM é um “espantoso texto”, “fruto de rigorosa paixão participante” e constitui um “libelo terrível contra o procedimento repressivo das Forças Armadas”.

Ele ainda destaca o caráter apartidário e não panfletário do livro e denuncia o “tabu do revanchismo”, que impede que a sociedade discuta a tortura que constituiu “um dos eixos do poder militar” e leva ao esquecimento. Do mesmo autor, a coluna “A torturante culpa da tortura” (JB, 4 set. 1985, Opinião, p. 11) rechaça novamente o argumento “revanchista” ao criticar a Lei da Anistia que concedeu impunidade jurídica, mas não moral aos torturadores. Sobre o livro, Pellegrino aponta que sua “força de convicção tem o peso de uma montanha de pedra” e que “denuncia e prova, sem possibilidade de refutação, o envolvimento institucional e oficial de setores das Forças Armadas, na prática da tortura política”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise desenvolvida no presente artigo, podemos perceber que os dois jornais analisados tendem a destacar as mesmas características do BNM em seus textos, ou seja, os mesmos atributos, ou atributos assemelhados são destacados. O livro é constantemente referido como “chocante” e “surpreendente”, e seu conteúdo como “barbárie”, “abominável” e “horível”. A questão do revanchismo reclamada pelos militares, como mostram dois dos textos da subcategoria de *desdobramentos* dentro da categoria *informativos*, é descartada no enquadramento das matérias dos jornais que, por sua vez, destacam o papel histórico do relatório, que deve ser conhecido para que o período de repressão, perseguição, torturas, mortes e desaparecimentos nunca mais se repita.

O *frame* optado pelos jornais destaca a legitimidade do relatório, que diferente de outros anteriores com base em depoimentos de vítimas, foi montado a partir de processos que corriam na Junta Militar. Percebemos que a maioria dos textos foi escrita por colunistas que assumem papel de líderes de opinião, e que os coordenadores do projeto, o arcebispo D. Paulo, entrevistado pela reportagem do JB, e o pastor Wright, cuja opinião é citada em algumas matérias, também são considerados líderes de opinião pelos veículos. A presença de posicionamento dos líderes sobre o tema aqui estudado, nos permite intuir que o livro suscitou interesse público. No estudo do agendamento, optou-se pelo espaço limitado por não abordar as três categorias de pessoas que influenciam a organização do trabalho jornalístico e, por consequência, o agendamento: os promotores da notícia, aqueles que identificam um evento como especial; os *news assemblers*, aqueles que transformam em conhecimento público eventos considerados especiais por meio da mídia; e os consumidores da notícia, aqueles sujeitos à influência da mídia. Também se optou por não abordar as relações entre agenda pública, agenda governamental e agenda midiática. É importante destacar que o artigo versa unicamente sobre a agenda midiática e não pretende intuir se houve influência dessa sobre a agenda pública ou política. O objetivo deste estudo, de perceber quais os atributos da temática estavam na agenda midiática, foi alcançado. Entretanto, para perceber a incidência desta nas outras agendas seria necessário outro tipo de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. A. et. al. (Orgs.). (2001). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro, Brasil: FGV/CPDOC.
- ANTUNES, Elton. (2009). Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 85-99.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. (1985). **Brasil: nunca mais**. Petrópolis, Brasil: Vozes.
- BARDIN, L. (2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo, Brasil: Edições 70.
- BARROS FILHO, C. (1995). **Ética na comunicação**. São Paulo, Brasil: Moderna.
- BAUER, C. S. (2008). A produção dos relatórios Nunca Mais na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão. **Revista História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 1-19.
- _____. (2006). **Avenida João Pessoa, 2050 - 3o. andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964 -1982)**. Porto Alegre, Brasil: UFRGS.
- _____. (2014). Conciliação e revanchismo ao término da ditadura civil-militar brasileira: a perpetuação do medo através do perigo da “argentinização” da transição política. **Revista Diálogos**, Maringá, v. 18, n. 1, p. 121-145.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. (2002). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, Brasil: Vozes.
- BELTRÃO, L. (2006). **Teoria e prática do jornalismo**. São Bernardo do Campo, Brasil: Cátedra Unesco/Methodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional.
- HOHLFELDT, A. (2002). Hipóteses contemporâneas de pesquisa em Comunicação. MARTINO, Luiz Claudio; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências** (p. 187-240). Petrópolis, Brasil: Vozes.
- _____. Uma teoria da comunicação para sociedades com grandes diferenças sociais. (2013). In: MARTINO, Luiz Claudio (Org.). **Teorias dos meios de comunicação no Brasil e no Canadá** (p. 175-180). Salvador, Brasil: EDUFBA.
- MAIA, Kênia Beatriz Ferreira; AGNEZ, Luciane Fassarella. (2010). O agenda-setting no Brasil: contradições entre o sucesso e os limites epistemológicos. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - E-Compós**, Brasília, v. 13, n. 3.
- MARQUES DE MELO, J.; ASSIS, F. (Orgs.). (2016). Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56.
- _____. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.
- MARQUES DE MELO, J. (2003). **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. Campos do Jordão, Brasil: Mantiqueira.
- MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. A Função do Agendamento dos media. (2000). In: TRAQUINA, N. **O poder do jornalismo: Análise e textos da teoria do agendamento** (p. 47-62). Coimbra, Portugal: Livraria Minerva.
- MCCOMBS, M. (2009). **A teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis, Brasil: Vozes.
- _____. (2008). Um Panorama da Teoria do Agendamento, 35 anos depois de sua formulação. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 205-221.

MCQUAIL, Denis. (2013). **Teorias da comunicação de massa**. Porto Alegre, Brasil: Penso.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. (2012). Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 187-201.

PORTO, Mauro P. (2004). Enquadramentos da Mídia e Política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens** (p. 73-104.). Salvador, Brasil: Edufba.

SÁBATO, E. (1984). **Nunca mais**. Porto Alegre, Brasil: L&P Editores.

TRAQUINA, N. (2001). **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo, Brasil: Unisinos.

_____. A redescoberta do poder do jornalismo: análise da teoria do agendamento (2000). In: _____. **O poder do jornalismo: Análise e textos da teoria do agendamento** (p. 13-46). Coimbra, Portugal: Livraria Minerva.

WOLF, M. (2003). **Teoria das comunicações de massa**. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.

TEXTOS ANALISADOS

ALMEIDA, Luciano Mendes. (27 jul. 1985). Grande projeto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Opinião, p. 2.

BEST-SELLER. (24 jul. 1985). **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6.

CASTRO, Rui. (28 jul. 1985). Nunca mais, mesmo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Ilustrada, p. 66.

COMUNICADO É RESULTADO DE TENSÃO NOS QUARTÉIS. (25 ago. 1985). **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Política, p. 5.

CURIÓ CONDENA REVANCHISMO E ACUSA 21. (27 ago. 1985). **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Política, p. 3.

EQUIPE DE PESQUISADORES LANÇA LIVRO SOBRE REPRESSÃO. (20 jul. 1985). **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Política, p. 5.

GANDRA, José Ruy. (11 ago. 1985). 'Brasil: Nunca Mais' revela bastidores da tortura no País. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Política, p. 13.

KONDER, Fabio. (22 ago. 1985). Isto aqui não é a Suécia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Opinião, p. 3.

NA OBAN, ERA O TEMÍVEL "MAJOR TIBIRIÇÁ". (21 ago. 1985). **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Política, p. 4.

PELEGRINO, Hélio. (17 ago. 1985). Tortura, nunca mais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Opinião, p. 3.

_____. (21 ago. 1985). Tortura, nunca mais. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Opinião, p. 11.

_____. (4 set. 1985). A torturante culpa da tortura. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Opinião, p. 11.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. (30 jul. 1985). África do Sul, governo dos fora da lei. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Opinião, p. 3.

_____. (1 set. 1985). O "Nunca Mais" brasileiro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Ilustrada, p. 82.

POLESI, Alexandre. (28 jul. 1985). Brasil: Nunca Mais: "História sem revanchismo". **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Caderno Especial, p. 6.

Reverendo diz que pesquisa identificou 350 Torturadores. (3 ago. 1985). **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Política, p. 6.

SABINO FILHO, Mario. (8 set. 1985). Antônio Britto conta a agonia de Tancredo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Ilustrada, p. 85.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. (24 jul. 1985). Um certo capitão Sérgio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Caderno B, p. 2.

TAVARES, Rita. (1 set. 1985). Segurança nacional, polêmica que marcará nova Carta. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Política, p. 5.

VILLA-BÔAS, Luciana. (23 jul. 1985). Nunca Mais: Um dossiê exuma a tortura. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Caderno B, p. 1.



Ponencia presentada al GT 17 Historia de la Comunicación

Lectoras y escritoras en la prensa literaria de México: el caso de Michoacán 1870-1910

Female readers and writers in the literary press of México: the case of Michoacán 1870-1910

Leitores e escritores femininos na imprensa literária do México: o caso de Michoacán 1870-1910

*Gabriela Sánchez Medina*²¹

Resumen: Esta investigación parte de una revisión de los periódicos que se autodenominaron como literarios en el estado de Michoacán, México, entre 1870 y 1910. Me interesan los temas, los géneros discursivos empleados, las escritoras y las lectoras. En este caso, centro la atención en las mujeres que participaban en los impresos; a partir de esta idea propongo la posibilidad del diálogo interdiscursivo entre secciones de los periódicos y materias escolares, para identificar un fin común: instruir al llamado "bello sexo", en el entendido de que ellas eran las encargadas de formar a los ciudadanos de la nueva nación. Tomo como punto de partida para acercarme a mi objeto de estudio los trabajos sobre el discurso desarrollados por Mijaíl Bajtín y por Teun A. Van Dijk, principalmente, así como los de Vargas Infante y Kabatek. En cuanto a la metodología, empleo un proceder emergente debido a que el corpus es complejo y amplio.

Palabras Clave: discurso, periódicos literarios, mujeres.

Abstract: This investigation is based on a review of the newspapers that called themselves literary in the state of Michoacán, Mexico, between 1870 and 1910. I am interested in the themes, the discursive genders used, the writers and the readers. In this case, I focused attention on the women who participated in the printed; from this idea I propose the possibility of interdiscursive dialogue between sections of newspapers and school subjects, to identify a common goal: to instruct the so-called "beautiful sex", in the understanding that the women were responsible for educate citizens of the new nation. I take as starting point to approach to my object of study the works on the discourse developed by Mijaíl Bajtín and by Teun A. Van Dijk, mainly, as well as those of Vargas Infante and Kabatek. Regarding the methodology, I use an emergent procedure because the corpus is complex and extensive.

Key words: discourse, literary newspapers, women.

Introducción

Durante el siglo XIX se desarrollaron en México una serie de acontecimientos y procesos sociales complejos y diversos: la Independencia, las discusiones entre el imperio y el federalismo, los intereses de las potencias extranjeras por hacerse del territorio recién independizado, la confrontación entre liberales y conservadores, el movimiento de Reforma, la "estabilidad" del porfiriato y el inicio del siglo XX con una guerra civil.

En el marco de tan variados sucesos la prensa se incorporó a la vida cotidiana de ciertos grupos sociales; quienes se dedicaron a la política, la economía, la literatura, la música, la astronomía, encontraron un lugar de expresión a través de la palabra escrita. En los periódicos mexicanos se plasmaron una serie de ideas que intentaban contribuir a la construcción de un país; se trataba de congregar y unificar un extenso territorio pluricultural en torno al concepto de nación.

De los diversos escritos que circularon entre la población que sabía leer, centraré la mirada en los periódicos literarios publicados en el estado de Michoacán, México, entre 1870 y 1910, ya que encuentro en ellos un espacio ideal para la confluencia discursiva, para la expresión ideológica.

²¹ Gabriela Sánchez Medina. Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo. Doctora en Filosofía. México. sgabrielam@hotmail.com

Mi objetivo es revisar los temas y los géneros discursivos empleados, así como plantear la posibilidad del diálogo interdiscursivo; lo anterior se plantea a partir del público al que estaban destinados los impresos. He tomado como punto de partida para acercarme a mi objeto de estudio los trabajos sobre el discurso desarrollados por Mijaíl Bajtín y por Teun A. Van Dijk, principalmente, así como los de Vargas Infante y Kabatek, entre otros. En cuanto a la metodología, propongo un proceder emergente debido a que el corpus es complejo y amplio; esta forma de trabajo me permite iniciar con la recopilación del material, directamente del archivo hemerográfico, para luego realizar la revisión de los textos e ir construyendo las categorías teóricas que emergen a partir de dicha revisión del corpus, es decir, conforme se avanza en la investigación se avanza en la construcción teórico-conceptual, la teoría emerge de acuerdo con las necesidades de lo que se analiza.

Para efectos de esta investigación entiendo el discurso en un contexto social, dentro del marco de la teoría del lenguaje (Van Dijk, 2000); es decir, tomaré al discurso como un acto de comunicación en el que resuenan un sinnúmero de voces sociales que se recontextualizan con el uso; en el entendido de que la producción del discurso involucra la esfera social y cultural con las esferas objetivas, subjetivas e intersubjetivas de los individuos (Ramírez, 2008). El lenguaje tiene sentido en tanto se constituye en una dimensión dialógica, por ello lo que media entre la realidad y el discurso es la palabra poseedora de múltiples ecos sociales y renovada cada vez que se recrea en el texto²².

El corpus y sus matices

A continuación presento un listado de los periódicos que en Michoacán, México, se autodenominaron como literarios; se incluyen los títulos y el año de publicación²³:

Nombre del periódico	Año de publicación
El Recreo	1870 a 19 de mayo de 1870
La Aurora Literaria	1875-1876
El Prisma	1881
El Iris	1883 a octubre de 1883
El Nigromante	1886 a mayo de 1887
Euterpe	1892 a mayo de 1894
La lira Michoacana	1894
La Diadema de Gloria	1896
El Bohemio	1898 a junio de 1898
Crisantema	1898 a febrero 1899
El Colibrí	1900
La Mujer mexicana	1901
La Nueva Era	1901 a julio de 1902
El Escenario	1902 a 28 de septiembre de 1902
El Estudiante	1902 a octubre de 1902
El Bohemio	1902 a noviembre de 1902
Primaveral	1902 a octubre de 1902
El Apuntador	1903 a junio de 1903
Véspers	1904 a 26 de enero de 1905
El Colibrí	1906
El Iris Michoacano	1906-1907
La Evolución	1907
Mefistófeles	1907
Policromía	1908-enero de 1909
Flor de Loto	1909-1911
Flor de Lirio	1909 a octubre de 1909
El Iris michoacano	1910 a julio de 1910
El Cometa de Halley	Abril de 1910

²² Al hablar de texto me refiero a una unidad comunicativa compleja que será entendida como el lugar de inicio de la reflexión discursiva, es decir, como una parte de la totalidad del discurso.

²³ Los periódicos que se consultaron para este trabajo se encuentran resguardados en el archivo de la Hemeroteca Pública Universitaria "Mariano de Jesús Torres", de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, México.

En el *Catálogo de la hemerografía de Michoacán 1829-1950* (Pineda, 2004), se registra la aparición del primer periódico literario en 1845 (*El Colibrí*), y el segundo se publica 13 años más tarde, en 1858 (*La Rosa de Michoacán*). Es a partir de 1870 que se puede apreciar cierta continuidad en la aparición de los periódicos literarios por lo menos en esta zona del país. Para establecer el límite temporal de la revisión consideré que los cambios sociales ocurridos como consecuencia del levantamiento armado de 1910, generaron una dinámica distinta de la que hasta el momento se venía dando en el periodismo mexicano.

Ahora bien, algunos periódicos literarios estaban destinados a las mujeres; consideraban como su principal público lector a quienes llamaban “el bello sexo”. Los impresos que estaban orientados a las lectoras lo manifestaron así en los subtítulos, editoriales, columnas o artículos que publicaban.

Lectoras y escritoras

La peculiaridad que encontré en Michoacán no está desligada de lo que ocurría en el resto de México, las mujeres fueron las principales destinatarias de los periódicos literarios, lo que resulta interesante pues, desde la mirada decimonónica, las mujeres tienen que ver con la familia, la maternidad, es decir con el núcleo de la patria, en donde se “producen” los hombres (Fraisie y Perrot, 2005:24).

A continuación, presento algunos textos publicados en *El Prisma* y *La mujer mexicana*, periódicos que explícitamente manifestaron estar dedicados a las mujeres. Se trata de ofrecer algunos ejemplos que permitan conformar una idea general de lo que en estas publicaciones se configuró a partir de la palabra escrita con respecto a las mujeres. *El Prisma* publicó en la primera plana de su ejemplar del 10 de junio de 1881 una dedicatoria en la que explica que toda la producción de este impreso estaba destinada al “bello sexo”:

Sí, á la muger, á las Evas, á la hermosa parte del genero humano, á nuestra bella mitad, á nuestro poderosísimo iman, á nuestro buscado complemento, á ese polo magnético de la especie humana por el cual somos arrebatados, á pesar de nuestras fuerzas y á pesar de nuestro orgullo. Si, dijimos, dedicaremos nuestro Prisma á la muger, á esa hechicera, á esa encantadora Armida, en cuyos brazos se aduerme el valiente, el templado Reinaldo, seducido por sus irresistibles hechizos. (“El Prisma”, 1881, 10 de junio: 1)²⁴

Un poco más adelante este texto introductorio dice que este periódico servirá para instruir a las mujeres lectoras, “cuya educación es aún demasiado viciosa” (“El Prisma”, 1881, 10 de junio: 2); la educación no era un asunto solamente de las escuelas, los periódicos literarios tomaron la bandera de formadores, pues como señala este impreso, opinaban que: “la muger de hoy solo siente, preciso es también que piense” (“El Prisma”, 1881, 10 de junio: 2).

Ante este criterio, el impreso ofrece una serie de ideas en las que se plasma la intención de hacer vibrar a las lectoras mediante el trabajo de los jóvenes poetas y escritores que publicarán sus textos generados a partir de la inspiración que les causan las mujeres. También se solicita la participación de las mujeres escritoras, veamos los parámetros que se piden para ellas:

Ofrecemos las Columnas del “Prisma” -llenos de los más alagüeños deseos- á la disposición de las señoritas que, empuñando la pluma cual otra Inés de la Cruz, cual otra Gertrudis Gómez de Avellaneda, ó cual otra Esther Tapia, hayan trazado en el papel sus cantos para embelesarnos con sus armonias, para sublimarnos con sus puros y tiernos pensamientos, y para abrirnos nuevos y dorados horizontes con las creaciones de su génio. (“El Prisma”, 1881, 10 de junio: 3)

Varias líneas más adelante, los redactores de *El Prisma* señalan que la pretensión de que las mujeres escriban para este medio no llega más allá de esperar textos suaves, dulces y coloridos. Se confina a las mujeres a una expresión limitada por una idea del mundo que no construyen o proponen ellas, sino de una visión que se tiene que aceptar porque ya está dada y no hay posibilidad de discutirla.

²⁴ En todos los ejemplos que aquí se citan respetaré la ortografía empleada en los documentos originales.

El 18 de septiembre en el artículo titulado “El patriotismo” (*El Prisma*, 1881: 1-3), se habla de lo que este tema debe representar para los hombres; una vez avanzado el texto, el autor se pregunta: “¿Pero está bien hablar de patriotismo á la muger? ¿Sentirá ella ese amor heroico por la patria?” (1881: 2), y la respuesta es:

“Si la muger tiene un corazón mucho mas sensible que el del hombre, si ama el hogar que le presta abrigo, si está interesada en la felicidad de la familia, si desea la prosperidad y adelanto de la nacion, si quiere conservar su vida, su honra, su dignidad, su libertad y sus bienes; si quiere vivir respetada y pura al lado de sus padres, hermanos, amantes, esposos é hijos, la muger no puede ménos que ser patriota” (1881: 2). Así, la mujer que es todo sentimiento, amor y abnegación, debe ser patriota, porque en la dinámica social su lugar está destinado a la formación de “los patriotas”, al interior de las familias son ellas las encargadas de educar a quienes serán en algún momento ciudadanos: “Y vosotras, madres, si quereis que vuestros hijos sean virtuosos y buenos ciudadanos; si ambicionais la ciencia, la gloria y la felicidad para ellos; si quereis que sean útiles y no perjudiciales á la patria y á sus semejantes; si sentis vosotras mismas el patriotismo; instruidlos en tan dulces deberes é inspirad en sus tiernos corazones la noble virtud del patriotismo!...” (1881: 3). El lugar de la mujer está en el hogar, como principal transmisora de valores, por eso es necesario que reciba cierta instrucción.

Tomo otro ejemplo del periódico *La Mujer Mexicana*, que presenta una “Introducción” en la que alude a las mujeres como lectoras y anticipa que este impreso difundirá datos, obras y colaboraciones de mujeres “admirables, ya por sus virtudes, ó por su belleza, su talento, su heroísmo, su poder, ó por su intervención más ó menos directa en la prosperidad ó en la desgracia de los pueblos” (Torres, 1901: 3); este texto sugiere de forma implícita la intención de instruir, de ofrecer información que esté centrada en lo que desde una óptica masculina es pertinente para las lectoras. *La Mujer Mexicana* contiene secciones como recetas de cocina, consejos sobre quehaceres domésticos, consejos de belleza, un diccionario universal de mujeres célebres, una galería de mujeres célebres, artículos diversos dedicados “a ellas”, notas sobre floricultura, economía doméstica, se trata de temas que el editor consideraba aptas para “el bello sexo”.

Es interesante encontrar entre las páginas de *La Mujer Mexicana* un espacio dedicado a los derechos de la mujer (Lqgol, 1901: 15), por lo menos el título llama la atención, pero el contenido expone una serie de ideas en las que se vuelve a los tópicos de sentimiento, amor, abnegación, construidos desde la perspectiva del autor (Julian Lqgol [sic]), con lo que se reafirman los roles a los que se confinaba a la mujer. El texto es una especie de código o instructivo moral que deben seguir las mujeres. Ésta es una muestra clara de lo que la sociedad esperaba de ellas y su comportamiento en relación con los otros.

La forma en que el texto cierra es muy significativa, ya que engloba la idea de la existencia para y por los demás con el consecuente abandono de sí: “¡Mujer! Esos son los derechos de que tú debes hacer uso todos los días. Bendice la misión que te ha tocado en suerte, pues ningún papel es más noble que el tuyo, no sueñes con otro, y no pidas más” (Lqgol, 1901: 15).

Para dar cuenta de las escritoras que publicaron algún texto en los periódicos revisados, registro los siguientes datos:

Autora	Periódico
María Cos de Kattengell	La Lira Michoacana La Mujer Mexicana La Nueva Era El Iris Michoacano
Josefa Ponce de León	El Prisma El Iris
María Concepción Jáuregui	La Lira Michoacana
María Moreno	La Nueva Era El Iris Michoacano
Esther Tapia de Castellanos	La Lira Michoacana La Mujer Mexicana
<i>María</i>	El Nigromante
María de Jesús Lloreda	La Lira Michoacana
<i>Estela</i>	La Libertad
Laura Méndez de Cuenca	La Libertad La Nueva Era
Juana Borrero	La Libertad La Mujer Mexicana
Dolores Guerrero	El Odeón Michoacano La Mujer Mexicana
Sor Juana Inés de la Cruz	La Mujer Mexicana
Luisa Godoy	La Nueva Era
<i>Gasparina</i>	El Prisma
Blanca de los Ríos	El Nigromante
<i>Melanea</i>	El Nigromante
Mariana Estrada	La Lira Michoacana
Anónima Se indica en una nota que la autora es una mujer	La Lira Michoacana
<i>D. R. V.</i> Se indica en una nota que la autora es una mujer	La Lira Michoacana
Primitiva Quirós de Echevarrieta	El Bohemio
<i>Eva</i>	La Libertad
María Enriqueta	La Libertad
Herlinda Ugalde y Servín	La Libertad
Estela de Alba	La Libertad
Gertrudis Tenorio Zavala	La Mujer Mexicana
Rita Cetina Gutiérrez	La Mujer Mexicana
Anónima ²⁵	La Mujer Mexicana
Isabel Prieto	La Mujer Mexicana
Dolores Correa Zapata	La Mujer Mexicana
<i>Julia</i>	La Nueva Era
<i>Celia</i>	La Nueva Era

²⁵ Se indica en una nota a pie que la autora es una mujer.

Los textos encontrados pertenecen a escritoras mexicanas y extranjeras, contemporáneas en su mayoría a la fecha de publicación de los periódicos. Muchas firman con su nombre y apellido, pero otras permanecen anónimas²⁶. No hay prosa, todas escribieron poemas. La participación de las mujeres no es comparable con la de los hombres, pero a partir de ejercicios como éste se pueden rastrear algunos datos interesantes para construir un mapa de las escritoras que publicaron sus textos en la prensa de México.

Ahora bien, hay que recordar que los poemas representan una tradición discursiva²⁷ que les fue permitida a las mujeres durante mucho tiempo, esto se encuentra relacionado con la vertiente romántica de la literatura en la que los sentimientos predominan por encima de la razón. Cada una de las autoras encontradas se permite la posibilidad de tomar la palabra en un mundo literario dominado por los hombres, lo que implica haberlo hecho prácticamente sin modelos o reinterpretando la estética de su tiempo, se trata de un diálogo con la tradición en un plano individual, cultural y literario²⁸.

La posibilidad del dialogismo

Es posible relacionar la existencia de un gran número de periódicos literarios con el desarrollo que a nivel de educación pública (en todos los niveles) se da en México²⁹ entre 1870 y 1910. De esta forma se pusieron en diálogo las materias que se impartían en las escuelas para mujeres y las secciones de los periódicos literarios³⁰.

En el discurso, el grupo de los liberales en México propuso la idea de igualdad, pero en un tono de incongruencia negaban a las mujeres la posibilidad de cierto tipo de formación; para el caso de las niñas y jóvenes se destinaban profesiones consideradas aptas para ellas como el magisterio, la enfermería, la obstetricia, entre otras. Si se atiende al sentido fundamental de dichas ocupaciones, cabe destacar que están relacionadas con el cuidado de los *otros*, labor que era considerada como esencialmente femenina.

Destaca la formación en el terreno de lo moral, por encima de los conocimientos y de una serie de materias llamadas de ornato o de aquellas con un carácter práctico que se perfilaron para la preparación del matrimonio. Estos contenidos se dirigen a la construcción de una identidad de madre y esposa, la cual se corresponde con la que emitieron los periódicos literarios. Las mujeres fueron el eje moral del hogar y en él se les consideró un lugar preciso.

En *La Aurora Literaria* (1875: 43) se puede ver una sección destinada al Dibujo lineal, la cual coincide con las materias que se impartían en las escuelas; se trata de una serie de preguntas y respuestas sobre conocimientos básicos de geometría plana; por el formato empleado en este apartado del periódico se podría tratar de una copia de un libro de texto, sin embargo no se indica la fuente de donde fue tomada la información.

²⁶ Hay que decir que había hombres que usaban seudónimos de mujeres, quizá con la intención de expresar abiertamente sus sentimientos. Y mujeres que usaban seudónimos masculinos para ocultar su identidad y, con ello, la posibilidad de mostrar abierta y públicamente sus ideas.

²⁷ Al momento de escribir un texto, el autor, dependiendo de la finalidad comunicativa que persiga, no sólo se apega a las reglas de una lengua sino que además se adecua a un molde contenido en el acervo de la memoria cultural de su comunidad, es decir, trata de seguir las maneras tradicionales de escribir contenidas en una historicidad textual o historia de los textos; a esos moldes se les ha llamado tradiciones discursivas: "Una primera definición podría entender entonces las TD como formas tradicionales de decir las cosas, formas que pueden ir desde una fórmula simple hasta un género o una forma literaria compleja" (Kabatek, 2006: 153).

²⁸ De acuerdo con Lucrecia Infante Vargas, tradición literaria "refiere un corpus cuyas temáticas y estrategias narrativas se retoman o reproducen de manera similar de un autor(a) a otro(a), e incluso de una generación a otras subsiguientes, hasta constituirse en una especie de herencia cultural que, a su vez, se instituye como un antecedente histórico-artístico que establece los parámetros de validez y calidad de las obras subsecuentemente producidas dentro del mismo terreno creativo". (2009: 72).

²⁹ La idea de la instrucción pública inicia después de la Independencia de México, y se plasma en la Ley de Instrucción Pública en 1868 (la cual no fue aceptada por la Iglesia Católica); fue hasta 1889 cuando se estableció la instrucción primaria superior (con la ayuda de las ideas positivistas). En 1891 se promulgó la Ley Reglamentaria de Educación, en la que se declaró como obligatoria, laica y gratuita la educación.

³⁰ La compleja mirada dialógica propuesta por Mijaíl Bajtín (2002: 95) sirvió como marco para engarzar la posibilidad de la relación interdiscursiva. El dialogismo implica el encuentro de conciencias, en el que los sujetos personalizan su posición en el mundo de manera responsable y participativa, son autónomos, pero al mismo tiempo esa personalización siempre está construida a partir de la relación con *otro* y no fundada en los límites del *yo*. De acuerdo con Bajtín (2002: 305), cuando se plantea la idea de dialogismo se trata no sólo de un intercambio de palabras y discursos, sino de los mundos que constituyen esos discursos.

También en *La Aurora Literaria* (1875: 50) se puede observar en el apartado de ciencias un espacio destinado a la Moral, lo cual deja ver la amplitud del concepto de ciencia; pero además, se trata de un ejemplo claro y explícito del diálogo que mantenía la instrucción pública con los periódicos literarios, ya que en el texto citado se señala que este compendio de Moral fue declarado “texto de asignatura de las escuelas del Estado”.

En *La Mujer Mexicana* (1901: 16-17) se puede ver un espacio dedicado a la contabilidad doméstica, tema evidentemente planteado a partir del lugar social destinado a las mujeres durante esos años; en el texto se alude a “las señoras de casa”, y se da por hecho que ellas han recibido en las escuelas, por lo menos, la instrucción básica de la materia de matemáticas, por lo que en el periódico sólo se les orienta en cuanto a la aplicación de los conocimientos adquiridos en las aulas.

Mención aparte merece el caso de la costura, que era fundamental en la instrucción para mujeres, seguramente porque representaba una forma de ingreso para las familias; no está fuera de lugar decir que la costura como oficio femenino estaba encaminada a la obtención de recursos económicos, o al ahorro de los mismos, aunque pensada como un oficio que se realizaba en el ámbito del hogar. En *La Mujer Michoacana* se incluye un “Manualito de costurera” que ejemplifica el peso que tenía en la sociedad esta labor (Torres, 1901: 134). En ese momento era incuestionable la enseñanza de la costura como núcleo formativo de identidad de las mujeres bien educadas. En Morelia los nombres de las niñas aventajadas en costura se publicaban en los periódicos locales.

En las escuelas las alumnas preferían las materias artísticas, de ornato o femeninas; quedaba claro que el destino de las mujeres era el matrimonio o la vida en familia. Los periódicos van en la misma línea, con secciones de ornato o de preparación para el matrimonio.

Comentarios finales

Después de revisar el corpus integrado para este trabajo se puede observar que a finales del siglo XIX y principios del XX en México hubo una importante circulación de periódicos literarios. Este tipo de impresos consideró a las mujeres como sus principales lectoras y en algunos casos las incorporó como escritoras. Las mujeres optaron por la poesía, una tradición discursiva que les estaba permitida debido a una concepción romántica ligada con los sentimientos; la prosa es inexistente por lo menos en el corpus revisado.

Los roles de hombres y mujeres se reafirman en este periodo, se considera importante instruir a las mujeres porque en la nueva nación son ellas las formadoras de ciudadanos. Los contenidos de los impresos se orientan a la construcción de una identidad de madre-esposa, la cual evidentemente se corresponde con la que circulaba en otros discursos de la época.

En el siglo XIX fueron pocas las mujeres que tuvieron la oportunidad de expresar libremente su visión de mundo, los periódicos literarios conformaron un espacio en el que algunas pudieron plasmar sus palabras, pero en la mayoría de los casos predomina la mirada masculina que determinó lo que era “conveniente” para ellas.

Bibliografía

Bajtín, Mijaíl (2002). *Estética de la creación verbal*. Argentina: Siglo XXI.

“Ciencias” (1875). *La Aurora Literaria*. Pp. 50. Morelia, Michoacán.

“Contabilidad doméstica” (1901). *La Mujer Mexicana*. Pp. 16-17. Morelia, Michoacán.

“Dibujo lineal” (1875). *La Aurora Literaria*. Pp. 43. Morelia, Michoacán.

“El patriotismo” (1881, 18 de septiembre). *El Prisma*, 1a. época, núm. 6, pp. 1-3. Morelia, Michoacán.

“El Prisma” (1881, 10 de junio). *El Prisma*, 1a. época, núm. 1, pp. 1-3. Morelia, Michoacán.

Fraisse, Geneviève y Perrot, Michelle (Coods.) (2005). *Historia de las mujeres. El siglo XIX*, tomo 4. México: Taurus.

Infante, Lucrecia (2009). "Tabasqueña de nacimiento. Poeta, maestra y escritora por vocación: Dolores Correa Zapata (1853-1924)". Revista *Destiempos.com*, 19, pp. 188-208. <http://www.destiempos.com/n19/vargas.pdf>

Kabatek, Johannes (Ed.) (2008). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las tradiciones discursivas*. Madrid / Frankfurt am Main: Iberoamericana / Vervuert.

Lqgol, Julian (1901). "Los derechos de la mujer". *La Mujer Mexicana*. Pp. 15. Morelia, Michoacán.

Pineda, Adriana (2004). *Catálogo de la hemerografía de Michoacán 1829-1950*. México: Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología / Universidad de Guadalajara.

Ramírez, Luis Alfonso (2008). *Comunicación y discurso. La perspectiva polifónica en los discursos literario, cotidiano y científico*. Bogotá: Cooperativa Editorial Magisterio.

Torres, Mariano de Jesús (1901). "Introducción". *La Mujer Mexicana*. Pp. 1-3. Morelia, Michoacán.

Torres, Mariano de Jesús (1901). "Manualito de la costurera". *La Mujer Mexicana*. Pp. 134-135. Morelia, Michoacán.

Van Dijk, Teun A. (2000). *El discurso como interacción social. Estudios sobre el discurso 2. Una introducción multidisciplinaria*. Barcelona: Gedisa.

Ponencia presentada al: GT 17 Historia de la Comunicación

Entre pantalones campana y blue jeans. Revolución sexual femenina y publicidad en Costa Rica.

Between bell pants and blue jeans. Female sexual revolution and advertising in Costa Rica.

Virginia Mora Carvajal³¹

Resumen: Este trabajo analiza la publicidad de pantalones femeninos publicada en el periódico *La Nación* durante la década de 1960. Se trata de una muestra de 36 anuncios publicitarios que se refieren específicamente a esta prenda de vestir. Si bien es una cantidad pequeña de anuncios, su importancia es básicamente cualitativa, en la medida en que evidencian ciertos cambios en cuanto a la concepción de lo femenino que ya se comienzan a percibir –todavía de manera tímida– en la sociedad costarricense de la época. Se trata de un estudio de carácter exploratorio y novedoso, que busca caracterizar la publicidad de pantalones de mujer del período, así como establecer las visiones de lo femenino que de ella se desprenden, todo ello con el objetivo de comprender mejor la construcción histórica y publicitaria de la femineidad costarricense

Palabras Clave: Mujeres, Publicidad, Pantalones.

Abstract: This work analyzes the advertising of women's trousers published in the newspaper *La Nación* during the 1960s. It is a sample of 36 advertisements that refer specifically to this garment. Although it is a small amount of advertisements, its importance is basically qualitative, insofar as they show certain changes in the conception of what is feminine that are already beginning to be perceived –albeit timidly– in the Costa Rican society of the time. This is an exploratory and novel study, which seeks to characterize the advertising of women's trousers of the period, as well as establish the visions of what is feminine that emerge from it, all with the aim of better understanding the historical and advertising construction of Costa Rican femininity.

Keywords: Women, Advertising, Pants.

En marzo de 1968, en un anuncio publicitario de prendas de vestir publicado en el periódico *La Nación*, se avisaba que se tenían para la venta pantalones de mezclilla de la marca *Wells Fargo* “el macho de los blue jeans” (*La Nación*, 1 de marzo de 1968, p. 17). ¿Era esta oferta novedosa? Sí, en el contexto de la Costa Rica de la década de 1960, pero más novedoso y “revolucionario” era encontrar en la publicidad de la época, la venta de pantalones femeninos, entre los que se ofrecían los de estilo campana y los blue jeans, ya que los pantalones habían sido considerados tradicionalmente como una prenda de vestir masculina, es más, como propia del “macho” y del trabajo duro propio de los hombres, sobre todo en el caso de los de mezclilla que el anuncio anterior citaba.

Es por ello que esta investigación analiza una muestra de 36 anuncios publicitarios que se refieren específicamente a los pantalones femeninos publicados en el periódico *La Nación* durante la década de 1960, no se consideran los anuncios de establecimientos comerciales que incluyen dentro de sus productos referencias a la oferta de esta prenda. Estos tienen una importancia cualitativa, pues evidencian cambios importantes en cuanto a la concepción de lo femenino que ya se vislumbran en la Costa Rica del período, siendo la publicidad de pantalones una muestra clara de ello.

³¹ Virginia Mora Carvajal. Centro de Investigación en Comunicación (CICOM), Universidad de Costa Rica, Máster en Historia, Costa Rica, virginia.mora@ucr.ac.cr

Desde esa perspectiva, el objetivo de este trabajo es llevar a cabo una caracterización general de la publicidad de pantalones femeninos y de la visión de mujer que ella transmite, con el fin de conocer nuevas visiones alrededor de la feminidad costarricense en la década de 1960.

Para ello se plantean varias preguntas de investigación: ¿Cómo se promocionan los pantalones femeninos? ¿Qué características presenta esta publicidad? ¿Se publicitan diferentes estilos de esta prenda? ¿Cuál son las visiones de mujer que se comunican en estos anuncios, tanto a través de textos como de imágenes?

Para ello, la investigación se divide en tres apartados. En el primero de ellos titulado Características generales de la publicidad de pantalones “para señora”, se establecen los principales rasgos de los anuncios estudiados, mientras que en el segundo denominado Pantalones campana, se analiza la publicidad específica de este estilo de pantalón tan representativo de los últimos años de la década de 1960. Igualmente, en el tercer apartado llamado Blue jeans, se estudian los anuncios de los pantalones de mezclilla, otra prenda característica del período. Finalmente, la investigación concluye con un apartado de reflexiones finales.

1. CARACTERÍSTICAS GENERALES DE LA PUBLICIDAD DE PANTALONES “PARA SEÑORA”

Lejos de ser una prenda de ropa más, si se quiere de carácter neutral, el uso del pantalón por parte de las mujeres tiene una amplia connotación política, con implicaciones concretas en el ámbito de lo público, ya que su uso se convirtió en un signo de liberación para ellas en la década de 1960. Una de las pioneras en el uso del pantalón fue la escritora George Sand (1804-1876), quien usaba pantalones “...para callejear por las calles de París, porque los vestidos y zapatos condenaban a la mujer al sedentarismo...” (Iglesias, 2017 y Mañana, 2012).

A lo largo del siglo XX hubo acontecimientos que marcaron el uso del pantalón femenino. Por ejemplo, en la década de 1920, las mujeres deportistas tuvieron que luchar porque se les permitiera el uso de esta prenda en sus actividades deportivas, incluso el pantalón corto en el caso del tenis, mientras que, a raíz de la Segunda Guerra Mundial, muchas mujeres en su condición de obreras debieron asumir tareas antes llevadas a cabo por hombres “... y allí adoptan la vestimenta más cómoda y segura: pelo recogido y pantalones...” (Mañana, 2012). No obstante, esta “aceptación social” hacia el uso del pantalón por parte de las mujeres, duró lo mismo que el conflicto bélico y una vez concluido este, la mayoría de las mujeres debió dejar de usarlo y recobrar su “feminidad” en el seno del hogar.

Pese a lo anterior, un hecho importante en la adopción y aceptación del pantalón como una prenda de vestir femenina está vinculado al mundo de la moda y se produce en 1966, cuando el diseñador Yves Saint Laurent, introduce el esmoquin femenino, el cual es adoptado incluso por estrellas de cine, contribuyendo así a la aceptación de su uso por parte de un público más amplio (Iglesias, 2017 y Mañana, 2012), situación que se une al ambiente cultural transgresor de las normas establecidas característico de la década de 1960 y que, en el caso de las mujeres, está vinculado incluso a una liberación en el ámbito de la forma de vestir, buscando el uso de prendas más cómodas y casuales.

De esta forma, en la publicidad de pantalones analizada hay una clara tendencia: si bien se localizan anuncios de esta prenda de vestir desde el año 1960, estos tienden a concentrarse en los últimos cinco años de la década y, mientras en esos primeros anuncios la información era escasa, limitándose a informar de la existencia de estos, a partir de 1965 los anuncios contienen más detalles en cuanto a ellos como marcas, estilos, materiales utilizados en su elaboración y precios, entre otros. Asimismo, hay anuncios que muestran la imagen de una mujer usando pantalones y no se refieren explícitamente a ellos, sino que se limitan a señalar la existencia de prendas de vestir en general que poseen para la venta, aunque se daría por hecho dada la imagen descrita, que se incluyen pantalones dentro de la gama de prendas promocionada.

Así, por ejemplo, en 1960 la *Tienda y Sastrería Desco*, anunciaba que tenía un “gran surtido de pantalones para señoras, jovencitas y niñas” (*La Nación*, 15 de enero de 1960, p. 23), mientras que, en 1964, se vendían pantalones *Yan’s* “...con el nuevo corte Riviera Italiana que realza su figura haciéndola más joven, más fina y elegante... adorable!”, con un precio que oscilaba entre ₡35 y ₡75 (*Diario de Costa Rica*, 31 de enero de 1964, p. 3), e incluso en ese mismo anuncio ya se promocionaban estilos de pantalón “stretches”, o sea, pantalones que estiran al ponerlos, quedando más ajustados al cuerpo, igual que lo hace la marca *Lady Manhattan*, que ofrece pantalones “stretch” en colores de moda (*La Nación*, 11 de marzo de 1967, p. 45). Igualmente, la marca *Lady Búfalo* ofrece pantalones femeninos “...para lucir más encantadora y sentirse cómoda en casa o su paseo...” (*La Nación*, 7 de marzo de 1968, p. 49), incluso confeccionados en gabardina y disponibles en 10 colores (*La Nación*, 26 de febrero de 1969, p. 45), mientras que la marca *Catalina*, ofrece para el Día de

la Madre de 1967, pantalones con “cintura elástica” (*La Nación*, 6 de agosto de 1967, p. 71) y *Creaciones Vogue* promociona pantalones de la marca *Helanca* a c99 (*La Nación*, 2 de julio de 1965, p. 57).

La marca de pantalones de la que se localizan más anuncios con cinco es *Madame ZEE*, acompañada en todos los casos por la frase “a go-go”, todos publicados en 1967. La publicidad de esta marca tiene la peculiaridad de generar expectativas en las mujeres relacionadas con el realce de su personalidad y con la atracción “de miradas” que pueden generar al emplear esta prenda. Así, estos pantalones “confeccionados en elegantes estilos y colores de moda...” (*La Nación*, 24 de mayo de 1967, p. 11), se convierten en “...aliados de su encanto personal” ya que “despiertan admiración en la mirada” y, por ende, la mujer que los use se va a sentir, “admirada, segura de sí misma al lucirlos” (*La Nación*, 27 de agosto de 1967, p. 64). Nótese como en este caso, el uso de una prenda de vestir se asocia con el afianzamiento de la personalidad y seguridad de las mujeres, seguramente en un contexto en cual el uso de esta prenda todavía era fuertemente cuestionado al considerarla una prenda masculina y, por tanto, poco “femenina”.

No obstante, el argumento publicitario va más allá de eso, al afirmar que estos pantalones “...resisten mejor las ardientes miradas masculinas. Los hacemos para convertir su andar en peligrosa arma seductora...” (*La Nación*, 24 de mayo de 1967, p. 11). Asimismo, el texto anterior se acompaña de una imagen femenina que luce los pantalones *Madame ZEE*, es una joven de pelo corto, con su cara bien arreglada y en una posición un tanto desafiante con sus piernas abiertas, detrás de la cual se observan dos figuras masculinas, una con una guitarra y otra con un micrófono cantando, obviamente en clara alusión a la música del período –recuérdese que la música jugó un papel muy importante en esta época, con estilos musicales como el rock and roll (Del Mar, s.f.)– (Figura 1). Además, el tema de la seducción femenina vuelve a aparecer, en este caso para relacionarlo con el uso de pantalones.

Es interesante este punto porque, dado que el uso de pantalones apenas estaba comenzando a posicionarse en la sociedad costarricense y a ser aceptado por las mismas mujeres, teniendo que romper para ello con visiones tradicionales de la feminidad, una forma de contribuir a una mejor aceptación de esta prenda, es precisamente posicionando entre las mujeres la idea de que con ellos se van a ver atractivas y van a seducir al género masculino, tal y como los anuncios de esta marca de pantalones lo expone abiertamente en su publicidad.

Figura 1

Anuncio de pantalones *Madame ZEE*, 1967



Fuente: *La Nación*, 24 de mayo de 1967, p. 11.

Complementariamente, en los anuncios de los pantalones *Madame ZEE* se utilizan frases que van en la misma dirección del texto anterior, como “...convierten cada paso en irresistible tentación...” (*La Nación*, 24 de mayo de 1967, p. 11); “...convierten su presencia en sinfonía de ritmo y de color...” (*La Nación*, 19 de julio de 1967, p. 21) y; “...para detalles perfectos...” (*La Nación*, 16 de setiembre de 1967, p. 19). Como dato adicional, la *Tienda Charm* ofrece desde 1960 pantalones maternos “para las mamás que esperan bebé” (*La Nación*, 9 de febrero de 1960, p. 27).

Por otro lado, hay establecimientos comerciales que promocionan pantalones para las mujeres, pero sin referirse a una marca específica, los cuales generalmente presentan imágenes de mujeres vistiendo esta prenda. Tal es el caso de la *Tienda Charm*, que anuncia pantalones americanos de algodón, nylon, gabardina y corduroy, “strech”, a la cintura e incluso juegos de pantalón y blusa, de ₡39 en adelante (*La Nación*, 24 de enero de 1960, p. 43; 9 de agosto de 1965, p. 75; 10 de febrero de 1966, p. 35; 4 de mayo de 1966, p. 27; 27 de febrero de 1967, p. 49 y 2 de junio de 1967, p. 55). Por su parte, en 1968 *Sears* ofrece pantalones tejidos “para señora” (*La Nación*, 8 de diciembre de 1968, p. 27) y *Creaciones Chautelle* juegos de pantalón para la Semana Santa (*La Nación*, 28 de marzo de 1968, p. 53).

Es interesante apuntar que la tienda *Ramírez Valido* recurre al argumento de la universidad para promover sus prendas de vestir, en este caso los pantalones femeninos. Es así como, en un anuncio de 1969 titulado “con la moda del mañana... en la universidad de hoy”, intenta atraer a las mujeres jóvenes, ya que en él se destaca el carácter juvenil, fresco, elegante y moderno de sus prendas de vestir, mensaje que se acompaña de la imagen de una joven modelo vistiendo una blusa de rayas y un pantalón (*La Nación*, 10 de febrero de 1969, p. 44) –Figura 2–.

Figura 2
Anuncio de pantalones, 1969



Fuente: *La Nación*, 10 de febrero de 1969, p. 44.

En tal sentido, es importante recordar que, de acuerdo con el Censo de Población de 1963, en Costa Rica había 12.195 personas graduadas universitarias, de las que 5.506 eran hombres (45%) y 6.689 eran mujeres (55%) (Dirección General de Estadística y Censos, 1966, p. 530). Por lo tanto, este establecimiento comercial estaba dirigiendo su publicidad de pantalones a un público femenino joven, mayoritariamente urbano –solo 1.097 mujeres universitarias provenían del ámbito rural– (Dirección General de Estadística y Censos, 1966, p. 530) y con educación universitaria, posiblemente con más apertura que otros sectores femeninos al cambio que implicaba el aún incipiente uso de pantalones en la población femenina del país.

2. PANTALONES CAMPANA

Una de las novedades que se encuentran en la publicidad de pantalones son los pantalones campana, tan característicos de la moda en los años sesenta, cuyos anuncios comienzan a aparecer en 1969, tal y como lo especifica un anuncio de Scaglietti de febrero de 1969 bajo el título “pantalones campana la moda del 69” (*La Nación*, 3 de febrero de 1969, p. 29). Otra tienda de la época que también ofrece pantalones campana es *Sears*, la cual vende un “...elegante modelo de talle bajo y pierna ancha...” en ₡69 también en 1969 (*La Nación*, 8 de mayo de 1969, p. 7).

Hay dos marcas de pantalones que ofrecen este estilo en particular, *Lady Manhattan* y *Lady Jesse James*. En cuanto a la primera, de la que se localizan dos anuncios, no se dan mayores detalles de esta prenda, salvo los materiales utilizados en su confección y el eslogan “la moda de hoy tiene estilo... es *Lady Manhattan*” (*La Nación*, 13 de setiembre de 1969, p. 75 y 12 de noviembre de 1969, p. 3). Sin embargo, las imágenes femeninas utilizados en ambos anuncios visten un estilo de ropa característico de los años sesenta, pues además de los pantalones campana, usan blusas con llamativos vuelos al frente y mangas largas también con vuelos en los puños, prendas que acompañan con sandalias o zapatos de tacón bajo –Figura 3–.

Figura 3
Anuncio de pantalones *Lady Manhattan*, 1969



Fuente: *La Nación*, 12 de noviembre de 1969, p. 3.

La segunda marca que ofrece pantalones campana, *Lady Jesse James*, promociona “el campanero, la última moda femenina” que se puede obtener en “alegres colores”, textos que se complementan con dos imágenes femeninas vestidas a la moda de los sesentas, con pantalones a cuadros y a rayas (*La Nación*, 5 de agosto de 1969, p. 61) –Figura 4–. También en un anuncio de la tienda *Diorvett* de 1969, se ofrecen pantalones campana de esta marca y, al igual que en el anterior, se presentan tres imágenes de mujeres jóvenes luciendo este estilo de pantalón a rayas y cuadros (*La Nación*, 13 de agosto de 1969, p. 13).

Figura 4
Anuncio de pantalones *Lady Jesse James*, 1969



Fuente: *La Nación*, 5 de agosto de 1969, p. 61

Es importante recordar que los pantalones campana o “patas de elefante”, llamados así por la forma de campana en su parte inferior, surgen en la década de 1960, como parte de la rebeldía y de la oposición a los convencionalismos tradicionales característicos de ese período (Del Mar, s.f.). Su origen se remonta al siglo XIX “...en referencia a los uniformes de los marineros de la Armada de Estados Unidos...” (Mcmahon, J. (s.f.) y reaparecen en los años sesenta popularizados por el movimiento hippie (Mcmahon, J. (s.f.).

En síntesis, en este tipo de publicidad de pantalones se destacan algunas características de estos en cuanto tales, pero en ciertos casos hay una alusión directa a las ventajas que su uso tiene para embellecer el cuerpo femenino o volverlo atractivo y seductor para el género masculino. Esta situación tiende a cambiar cuando se observa la publicidad de una de las mayores novedades de la época en términos de las prendas de vestir: los famosos y siempre actuales blue jeans.

3. BLUE JEANS

Los pantalones de mezclilla o blue jeans fueron creados y patentados en 1873 por Levi Strauss y Jacob Davis. Strauss había nacido en Baviera, pero migró a Nueva York en 1847 y posteriormente a San Francisco en 1853, en la época de la fiebre del oro. Allí estableció una tienda de venta de textiles, mientras que Davis era un sastre que visitaba la tienda de Strauss y que hacía ropa de trabajo para los obreros, específicamente pantalones que, dado el duro trabajo de aquellos, se rompían con facilidad. En 1872 ambos se unen para fabricar pantalones de trabajo, pero con remaches en las partes más propensas a desgaste, surgiendo así los famosos pantalones vaqueros o “blue jeans”, los que patentan en 1873 (Levi’s, 2018a y 2018b).

El primer modelo de blue jeans era conocido como el “XX overol de cintura”, pero en 1890 pasa a identificarse como el original modelo 501, siendo reconocido como el “uniforme de los vaqueros del oeste” y publicitariamente promocionado como “ropa de trabajo remachada para mayor durabilidad, hecha de auténtica mezclilla azul” (Foreman, 2015). Además, el conocido logo de los dos caballos tirando de un pantalón vaquero se utiliza por primera vez en 1886 y se mantiene hasta la actualidad, como representación de la fortaleza y durabilidad de los blue jeans (Levi’s, 2018b).

Los pantalones vaqueros se volvieron populares más allá de sus destinatarios originales gracias a factores como las películas del oeste de Hollywood y a su venta en los ranchos del oeste, a los que llegaban personas de otras zonas de los Estados Unidos en busca de una “experiencia vaquera” (Foreman, 2015 y Levi’s, 2018b). Así, su uso se popularizó en la década de 1930, en la que precisamente surgen los primeros blue jeans de mujer conocidos como los Lady Levi’s, que tenían las mismas características del 501, pero con una cintura más alta y ajustada (Levi’s, 2018b). En la década de 1950, los blue jeans fueron adoptados por la cultura juvenil del período, convirtiéndose en el uniforme de los “delincuentes juveniles” (Levi’s, 2018b). Como dato adicional, el término “overol” fue sustituido por el de “jean” en la publicidad de la marca Levi’s en 1960 (Foreman, 2015).

Así, en la publicidad costarricense de pantalones de mezclilla destaca la marca Lady Jesse James, con 11 anuncios, la cual se presenta como “el mejor blue jeans centroamericano”, aunque no hay indicios de si es fabricado en Costa Rica o no. De este modo, sobresalen algunos aspectos interesantes de considerar en esta marca. En primer lugar, dado que también hay una línea de pantalones para los hombres, en dos de sus anuncios hay presencia tanto de una imagen femenina como masculina, luciendo ambas sus pantalones de mezclilla (*La Nación*, 16 de diciembre de 1966, p. 29 y 15 de setiembre de 1968, p. 35). Cabe agregar que, en uno de estos anuncios, la modelo es acompañada por tres varones, posando todos en una moto –la llamada vespa–, esto por cuanto se asocia el uso de los blue jeans con los paseos de Navidad y fin de año (*La Nación*, 16 de diciembre de 1966, p. 29) –Figura 5–.

Figura 5
Anuncio de blue jeans *Lady Jesse James*, 1966

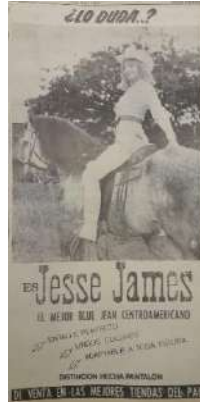


Fuente: *La Nación*, 16 de diciembre de 1966, p. 29.

En segundo lugar, en concordancia con el origen vaquero de esta prenda, en uno de sus anuncios aparece una modelo montando un caballo (*La Nación*, 29 de diciembre de 1967, p. 23) –Figura 6– y en otro sosteniendo la rienda de uno (*La Nación*, 1 de enero de 1968, p. 13), pero en ambos casos, la blusa que utilizan las modelos es corta, es decir, permite apreciar desde la cintura los pantalones que lucen, además del sombrero que portan.

Adicionalmente, dado que esta marca asocia el uso de sus pantalones con la comodidad, en otro anuncio aparece una modelo recostada sobre el tronco de un árbol, precisamente para enfatizar la adaptabilidad de los pantalones “a toda situación” (*La Nación*, 10 de junio de 1967, p. 47). En general, los anuncios publicitarios de los pantalones de mezclilla *Jesse James* destacan tres aspectos “entalle perfecto, lindos colores y adaptable a toda figura” (*La Nación*, 2 de diciembre de 1967, p. 41), siendo esta última característica importante de resaltar, en la medida en que se vincula con el cuerpo de las mujeres y con la “necesidad” de moldearlo a través de una determinada prenda de vestir.

Figura 6
Anuncio de blue jeans *Jesse James*, 1967



Fuente: *La Nación*, 29 de diciembre de 1967, p. 23.

Finalmente, hay otras tres marcas de pantalones de mezclilla que se promocionan en la década de 1960. La primera es *ZEE* que aporta dos anuncios –una marca que también pone a disposición de las mujeres pantalones que no son de mezclilla, –tal y como se explicó anteriormente– y que bajo la frase “una pareja maravillosa” acompañada de las figuras de una mujer y un hombre que se abrazan, denota que tiene estilos de blue jeans tanto para hombres como para mujeres, de ahí la “pareja maravillosa” que forman luciendo sus pantalones *ZEE*, pues además “...son los mejores Blue Jeans para gente con ritmo joven...” (*La Nación*, 7 de mayo de 1967, p. 63). Esta frase es llamativa pues, en efecto, la pareja que aparece en este anuncio es más madura que otras que se utilizan en este tipo de anuncios, dándole sentido al “ritmo joven” que se menciona en el texto –Figura 7–. Adicionalmente, los pantalones de mezclilla *ZEE*, se ofrecen en “mezclilla stretch, gabardinas satinadas y mezclilla de algodón” (*La Nación*, 21 de diciembre de 1966, p. 59).

Figura 7
Anuncio de blue jeans *Zee*, 1967



Fuente: *La Nación*, 7 de mayo de 1967, p. 63.

Las otras dos marcas solo presentan un anuncio publicitario. Se trata de la marca de Blue Jeans *Silueta*, los cuales son “confeccionados en telas “Strech” legítimas americanas”, estando disponible en 10 colores “de última moda” (*La Nación*, 16 de febrero de 1968, p. 21). Resulta significativo el nombre de estos pantalones de mezclilla, ya que alude directamente a un mejoramiento del cuerpo femenino o de la “silueta” a través de su uso.

Finalmente, la última marca de blue jeans es Wrangler, cuyo uso es particularmente apropiado “para el juego, el paseo o cualquier ocasión”, texto que es acompañado de tres imágenes –dos masculinas y una femenina– las cuales se divierten haciendo movimientos en el aire (*La Nación*, 18 de junio de 1968, p. 39). Un elemento importante de resaltar aquí es que el uso de los pantalones de mezclilla se asocia con mujeres jóvenes, lo que coincide con el interés de la publicidad por apelar al público joven en la década de 1960 (Sivulka, 1998), una población que prioriza la comodidad por sobre la belleza, de ahí que los pantalones de mezclilla se convirtieran en una prenda de vestir ideal para el logro de ese objetivo (Del Mar, s.f.).

REFLEXIONES FINALES

Al finalizar esta investigación interesa destacar tres elementos fundamentales. En primer lugar, si bien la publicidad de pantalones es aún incipiente en el país en la década de 1960, su misma existencia evidencia que Costa Rica estaba inmersa dentro de las tendencias publicitarias de la época, con la presencia de marcas internacionales en este tipo de producto.

En segundo lugar, aunque en la publicidad no se ve una relación entre el uso de pantalones por parte de las mujeres y su liberación sexual o incluso política –aunque ya su sola presencia es un desafío a la concepción tradicional de feminidad–, sí resultan interesantes algunas estrategias a las que recurre la publicidad para posicionar el producto entre las costarricenses, como por ejemplo: la presencia de jóvenes en los anuncios, el atraer al sexo masculino al ser los pantalones una prenda que perfila mejor el cuerpo femenino y, el relacionar su uso con momentos de diversión o esparcimiento, lo cual lleva a la presencia de las mujeres en el espacio público.

Desde esa perspectiva, es relevante que se relacione el uso de una prenda de vestir con una mayor posibilidad de inserción de las mujeres en el espacio público, al ser los pantalones una prenda sencilla, fácilmente combinable con otras, como las blusas, que podía usarse en actividades informales, que estaba de moda en el ámbito internacional y disponible en variedad de tallas y colores y que, de una forma u otra, representaba una liberación del vestido o de las faldas y de las medias largas que el uso de esas dos prendas implicaba, siendo esta la apuesta publicitaria en el caso de los pantalones femeninos pues, de no ser así, sería muy difícil promocionarlos en sociedades tradicionales como la costarricense del período estudiado. Nótese que, con ese tipo de argumentos, la publicidad buscaba soslayar el carácter masculino que socialmente se le asignaba a los pantalones, así como la pérdida de feminidad que se le atribuía a las mujeres de la época que los usarán.

En tercer lugar, este estudio exploratorio denota la importancia de profundizar en este tipo de temas en períodos posteriores pues, lejos de ser triviales, evidencian los cambios que poco a poco va sufriendo la concepción de lo femenino en la sociedad costarricense, cambios que, como lo sugiere el uso hoy en día generalizado y socialmente aceptado del pantalón femenino, llegaron para quedarse.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Biblioteca Nacional de Costa Rica. *La Nación, 1960-1969*. San José: Autor.
- Del Mar, M. (s.f.). La moda de los años sesenta. *Modaellas*. Recuperado de <https://modaellas.com/moda-de-los-anos-60/>
- Dirección General de Estadística y Censos. (1966). *Censo de población de 1963. Cuadro 74. Graduados universitarios en la población total, urbana y rural de Costa Rica, según sexo y número de años aprobados*. San José: Autor. Recuperado de <http://ccp.ucr.ac.cr/bvp/censos//1963/pdf/cuadro73-74-63.pdf>
- Foreman, K. (2015, 27 de mayo). Los jean: la prenda de trabajo que venció al tiempo y revolucionó la moda. *BBC*. Recuperado de http://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/05/150524_vert_cul_revolucion_jean_yv
- Iglesias, I. (2017, 8 de marzo). El pantalón femenino a lo largo de la historia del cine y la televisión. *Fotogramas*. Recuperado de <http://www.fotogramas.es/Moda-cine/El-pantalón-femenino-a-lo-largo-de-la-historia-del-cine-y-la-television>
- Levi's. (2018a). *About Us*. Recuperado de http://www.levi.com/US/en_US/about
- Levi's. (2018b). *Our Company. History & Heritage*. Recuperado de http://www.levi.com/US/en_US/about/history-heritage?ab=about_us_landingpage_cta_historyheritage_072117
- Mañana, C. (2012, 20 de abril). La lucha de la mujer por llevar los pantalones. *El País*. Madrid. Recuperado de https://elpais.com/cultura/2012/04/20/actualidad/1334914119_972381.html
- Mcmahon, J. (s.f.). *La historia de los pantalones acampanados. eHow en Español*. Recuperado de http://www.ehowenespanol.com/historia-pantalones-acampanados-sobre_176317/
- Sivulka, J. (1998). *Soap, Sex, and Cigarettes. A Cultural History of American Advertising*. Belmont: Wadsworth Publishing Company.

FUENTES PRIMARIAS

- "5 ofertas navideñas", *La Nación*, 27 de febrero de 1967, p. 49.
- "15 DE AGOSTO DIA DE LA MADRE", *La Nación*, 9 de agosto de 1965, p. 75.
- "A GO GO con Lady Búfalo", *La Nación*, 7 de marzo de 1968, p. 49.
- ¡Aquí... el regalo ideal para mamá", *La Nación*, 13 de agosto de 1969, p. 13.
- "BLUE JEANS *Siluetas*. De lo bueno lo mejor", *La Nación*, 16 de febrero de 1968, p. 21.
- "COMODIDAD EN TODO MOMENTO CON Lady Jesse James", *La Nación*, 2 de diciembre de 1967, p. 41.
- "Con la moda del MAÑANA... en la UNIVERSIDAD de HOY", *La Nación*, 10 de febrero de 1969, p. 44.
- "Elegancia y distinción en sus paseos de VERANO", *La Nación*, 21 de diciembre de 1966, p. 59.
- "En el DIA de la MADRE regale Catalina", *La Nación*, 6 de agosto de 1967, p. 71.
- "EN ESTAS NAVIDADES LUZCA LO MEJOR DE SEARS", *La Nación*, 8 de diciembre de 1968, p. 27.
- "Helanca Fashionable", *La Nación*, 2 de julio de 1965, p. 57.
- "La moda de hoy", *La Nación*, 13 de setiembre de 1969, p. 75.
- "La moda de hoy tiene estilo...", *La Nación*, 12 de noviembre de 1969, p. 3.
- "La moda está en Charm", *La Nación*, 10 de febrero de 1966, p. 35.
- "La moda está en Charm", *La Nación*, 4 de mayo de 1966, p. 27.
- "La moda está en Charm", *La Nación*, 2 de junio de 1967, p. 55.
- "La oferta de hoy", *La Nación*, 1 de marzo de 1968, p. 17.
- "Lady Arrow está invadiendo Centroamérica con sus nuevos modelos para 1969", *La Nación*, 14 de mayo de 1969, p. 45.
- "¿Lo duda?", *La Nación*, 10 de junio de 1967, p. 47.
- "¿Lo duda?", *La Nación*, 15 de setiembre de 1968, p. 35.
- "LO MÁS NOVEDOSO QUE NOS HA LLEGADO...", *La Nación*, 24 de enero de 1960, p. 43.
- "Lo más nuevo y exclusivo en pantalones para mujer", *La Nación*, 11 de marzo de 1967, p. 45.
- "Ni lo dude... es Búfalo", *La Nación*, 26 de febrero de 1969, p. 45.
- "PANTALONES -MADAME ZEE- a Go Go", *La Nación*, 24 de mayo de 1967, p. 11.
- "PANTALONES -MADAME ZEE- a Go Go", *La Nación*, 19 de julio de 1967, p. 21.

“PANTALONES -MADAME ZEE- a Go Go”, *La Nación*, 27 de agosto de 1967, p. 64.

“Para detalles perfectos...”, *La Nación*, 16 de setiembre de 1967, p. 19.

“Para esta SEMANA SANTA”, *La Nación*, 28 de marzo de 1968, p. 53.

“Para las mamás que esperan bebé”, *La Nación*, 9 de febrero de 1960, p. 27.

“PARA LOS PASEOS DE NAVIDAD y FIN DE AÑO estrene BLUE JEANS RODEO y JESSE JAMES”, *La Nación*, 16 de diciembre de 1966, p. 29.

“Ud. siempre obtiene triple satisfacción en SEARS”, *La Nación*, 8 de mayo de 1969, p. 7.

“Wrangler el Wreal blue jean”, *La Nación*, 18 de junio de 1968, p. 39.

“ZEE UNA PAREJA MARAVILLOSA!...”, *La Nación*, 7 de mayo de 1967, p. 63.



Ponencia presentada al: GT 17 Historia de la Comunicación

Contribuições para uma memória institucional. 40 da ALAIC

Contributions for an institutional memory. 40 years of ALAIC

GOBBI, Maria Cristina³²

Resumo: Resultado parcial do Projeto Memória que vem sendo desenvolvido desde 2008, o texto objetiva fazer um breve resgate da criação da ALAIC no ano de 1978. Utilizando a pesquisa bibliográfica e documental aponta alguns cenários comunicativos da região e as bases que permitiram a criação da entidade, demonstrando a participação de instituições pioneiras como o Ininco e de pesquisadores como Antonio Pasquali, Héctor Mujica, Eleazar Díaz Rangel, Luiz Aníbal Gómez, entre outros. Mais do que comemorar a efeméride de 40 anos da Alaic, o material objetiva resgatar a memória institucional e a participação de pesquisadores que criaram a entidade, dando as bases para sua consolidação.

Palabras Clave: ALAIC, América Latina, Comunicação.

Abstract: Partial result of the Project Memory that has been developed since 2008, the text aims to make a brief rescue of the creation of ALAIC in the year 1978. Using bibliographical and documentary research points out some communicative scenarios of the region and the bases that allowed the creation of the entity, demonstrating the participation of pioneering institutions such as Ininco and researchers such as Antonio Pasquali, Héctor Mujica, Eleazar Díaz Rangel, Luiz Aníbal Gómez, among others. More than commemorating the 40th anniversary of Alaic, the material aims to rescue the institutional memory and the participation of researchers who created the entity, providing the basis for its consolidation.

Key words: ALAIC, Latin America, Communication.

Cenários e possibilidades

Como bem afirmou o professor José Marques de Melo, no prólogo do livro “A batalha pela hegemonia comunicacional na América Latina. 30 anos da ALAIC”, as efemérides são sempre momentos especiais de comemoração, que “[...] aguçam o sentimento de preservação da memória coletiva”, mas e também “[...] são propícias à lembrança dos tempos vividos e ao balanço da trajetória percorrida pelos seus protagonistas” (GOBBI, 2008, p. 17). Neste sentido, o reconhecimento da contribuição da entidade, nos 40 anos de existência, reflete o cenário comunicativo e os protagonistas que viabilizaram sua criação, mas alerta sobre os principais desafios que ainda precisam ser enfrentados.

Fundada em Caracas, na Venezuela, entre os dias 16 e 17 de novembro de 1978, a ALAIC (Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación), teve como primeiro presidente o pesquisador Luis Aníbal Gómez, da Venezuela e enfrentou várias dificuldades para sobreviver institucionalmente pelos idos dos anos 1980, “[...] resultado da crise político-econômica que assolou a maioria das organizações não governamentais na América Latina³³”. Vale mencionar que por ocasião da criação da ALAIC, já existiam o Ininco³⁴ (1974), a AVIC³⁵ (1977), a Intercom³⁶ (1978), entre

³²Maria Cristina Gobbi. UNESP – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Livre docente em História da Comunicação e da Cultura na América Latina, Brasil, e-mail: mcgobbi@terra.com.br.

³³CIBEC – Centro Interdisciplinario Boliviano de Estudios de la Comunicación – Texto de Divulgación 4 – ALAIC 1978-1998. Contribuciones para una memoria Institucional. La Paz, Bolivia, s/d.

³⁴Instituto de Investigaciones de la Comunicación. Site: (<http://www.ucv.ve/humanitas.htm>). Edita desde 1980 o *Anuario ININCO Investigaciones de Comunicación*.

³⁵A Asociación Venezolana de Investigadores de la Comunicación foi fundada em Caracas, em 6 de julho de 1977. Filiada a Alaic, tinha sua sede provisória no Ininco. O primeiro presidente da ALAIC, Luis Aníbal Gómez, foi membro fundador da AVIC (Fonte: Boletín AVIC, nº 1, janeiro de 1979).

³⁶Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Site: www.intercom.org.br.

outras e posteriormente surgiu a AMIC³⁷ (1979). Todas essas instituições tiveram papéis decisivos para a continuidade da ALAIC ao longo dos seus 40 anos. Mas foi o Ininco o espaço balizador para a criação da entidade.

Destarte, com o desenvolvimento de diversos núcleos aglutinadores, as investigações, que até então vinham sendo realizadas de modo isolado, passaram a ser fruto do trabalho conjunto, formado por equipes multidisciplinares. Além disso, com o conhecimento advindo dos inquéritos realizados por essas instituições ou sob sua batuta, incidiu um conhecimento mais amplo sobre as temáticas que pautavam as inquirições na região. Deste modo, buscou-se desenvolver uma metodologia latino-americana para a América Latina, com um instrumental de trabalho muito mais depurado e crítico.

É importante enfatizar que o Ininco³⁸ tinha como foco central o estímulo à pesquisa, buscando formas de construção de uma comunicação justa e equilibrada na Venezuela e como patrimônio intelectual pesquisadores como Antonio Pasquali, Héctor Mujica, Eleazar Díaz Rangel, Luiz Aníbal Gómez, Oswaldo Capriles, Alejandro Alfonzo, entre outros. Este grupo, juntamente com outros intelectuais de diversos países, como Luiz Ramiro Beltrán, Jesús Martín-Barbero, Patricia Anzola de Morales, Luis Gonzaga Motta, Fernando Reyes Matta, Héctor Schmucler, José Marques de Melo, Rafael Roncagliolo, Gloria Davilla de Vela, Elizabeth Safar, Alberto Ancizar-Mendonza, Mario Kaplún etc., são protagonistas daquilo que ficou conhecido como “pesquisa-denúncia” Latino-Americana, cujo escopo teve papel decisivo na ação da Unesco no continente, sobretudo estimulando o equilíbrio do fluxo informativo Norte-Sul trazido pelas idéias da NOMIC (Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação) (GOBBI, 2002, p. 160-170).

A criação da ALAIC

O acesso a Ata Oficial de criação da ALAIC ocorreu muitos anos depois da criação da entidade. Na edição nº 4 do Boletim ALAIC, p. 9, no texto “Ação da Alaic, 1990-1991: conquistas e dificuldades” há uma nota que registra a dificuldade de acesso aos documentos originais. Diz o material,

[...] tendo em vista que a documentação original da ALAIC foi extraviada (Patricia Anzola assegura que a remeteu a São Paulo, pelo correio, mas a entrega nunca foi feita), houve necessidade de fazer novo registro notarial da Associação. Graças ao empenho de Margarida Kunsch, o apoio da Eca-USP e a assistência jurídica do sócio Valdenizio Petrolli, que também tem colaborado legalmente com a Intercom, a ALAIC está devidamente registrada como sociedade civil, de caráter científico e gremial, sem fins lucrativos, junto ao Cartório Medeiros, 4º Registro de Títulos e Documentos, protocolado sob o nº 217907 e publicado no Diário Oficial do Estado (pág. 31) no dia 05/02/1991.

Desta forma, a primeira diretoria da Entidade ficou assim constituída³⁹:

Quadro 1
Primeira Diretoria da ALAIC, eleita na Venezuela, em 1978

Nome	Cargo	País
Luis Aníbal Gomez	Presidente	Venezuela
Hernando Bernal Alarcón	Vice-presidente	Colombia
Luis Gonzaga Motta	Secretaria de Promoção e Organização	Brasil
Marco Ordoñez	Secretaria de Formação e Documentação	Equador
Fernando Reyes Matta	Secretaria de Relações Exteriores	México
Alejandro Alfonzo	Secretario de Administração e Finanças	Venezuela
Josep Rota	Coordenador do Conselho Consultivo	México

Fonte: Boletín AVIC nº 1, 1979

³⁷ Associação Mexicana de Investigadores da Comunicação (AMIC), com sede na cidade do México.

³⁸ Nace en abril de 1974 bajo la tutela de Antonio Pasquali, sobre las bases del antiguo Instituto de Investigaciones de Prensa el cual fue creado en 1958. (ININCO, 2017, web). O ININCO funciona com sede nos núcleos de Los Chaguaramos, em Caracas, sob os auspícios da Universidad Central de Venezuela.

³⁹ Boletín AVIC – Informativo de la AVIC. Año I, Caracas, Venezuela, jan de 1979, nº 1.

Ficou definido na assembleia de Constituição que poderiam participar da Entidade organizações, institutos e pesquisadores individuais⁴⁰. O quadro 2 demonstra quais foram os centros participantes do evento.

Quadro 2
Entidades Participantes da Assembleia de Constituição da ALAIC. Venezuela, em 1978

Sigla	Entidade	País
ABEPEC	Associação Brasileira de Ensino e de Pesquisa da Comunicação	Brasil
AVIC	Asociación Venezolana de Investigadores de la Comunicación	Venezuela
ACICS	Asociación Colombiana de Investigadores de la Comunicación Social	Colombia
CONEICC	Consejo Nacional para la Enseñanza y la Investigación en Comunicación	México
CIESPAL	Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación en América Latina ⁴¹	Ecuador
ILET	Instituto Latinoamericano de Estudios Transnacionales	-
FELAP	Federación Latinoamericana de Periodistas	-
ALACODE	Asociación Latinoamericana de Periodistas para el Desarrollo	-
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, a Cultura	Venezuela ⁴²

Fonte: Boletín AVIC nº 1, 1979

O jornal El Nacional, da Venezuela, em matéria não assinada, publicou⁴³ um extenso texto sobre a criação da Entidade com o título *Nuevo Orden Informativo a Nivel Internacional*. No material, logo em sua abertura, a publicação corroborava que para “[...] criar as condições para terminar com o colonialismo informativo na América Latina e propiciar uma liberação na atividade das comunicações que se constituiu em Caracas a Associação Latino-Americana de Pesquisadores da Comunicação⁴⁴”. Também informava que, de acordo com Luis Aníbal Gómez, as bases da Associação começaram a ser projetadas em Brasília, no ano de 1974, porém foi necessária uma integração com outras associações de pesquisa já existentes, para então poder se constituir como uma representação internacional, capaz de estabelecer políticas regionais de comunicação.

Enrique Oteiza, representante da Unesco, na mesma nota da imprensa local, declarou que a criação da ALAIC foi “[...] una respuesta latinoamericana al problema de la comunicación que es mundial y a los efectos que de ella, la comunicación, en la sociedad contemporánea se derivan”⁴⁵, expressando o absoluto apoio a iniciativa e afirmando que para o desenvolvimento, do que ele chamou de países atrasados, “[...] se necesita superar la falta de información y la distorsión de los sistemas informativos que existe. Ninguno de esos objetivos se puede lograr – dijo – sin investigación”.

Além das considerações feitas por Oteiza, que evidenciavam a situação da comunicação na região e o apoio da Unesco na criação da ALAIC, outras manifestações traçaram o panorama moveído que se encontrava a América Latina, destacando fatores motivacionais do grupo de especialistas na criação da Instituição e a paixão que envolvia todos, em um clima de absoluta necessidade de transformação. Neste sentido, Rafael Roncagliolo (1986), então representante da Associação de Jornalistas do Peru e presidente da Alacode, ao afirmar a importância da criação da ALAIC, destacou “[...] que en ninguna región del mundo subdesarrollo, está tan dominado como América Latina, en materia de comunicación” e como exemplo citou que a criação da televisão privada. Roncagliolo (1986) deixou evidente, em seu artigo, a luta travada por muitos dirigentes de organizações e de intelectuais da América Latina para por fim a um período de intensa dominação.

⁴⁰ Mas estes deveriam ser residentes em países nos quais não existissem associações nacionais ou centros de pesquisa. (Fonte: Boletín Alaic nº1, enero, 1998).

⁴¹ O primeiro nome do Ciespal foi Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para América Latina. Em 1970 o nome da instituição sofre uma variação. A palavra “periodismo” foi substituída por comunicação. O Centro passa então a chamar-se Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina. A sigla Ciespal permaneceu inalterada (GOBBI, 2002, p. 100).

⁴² Creditamos a Unesco para a Venezuela porque a iniciativa de participação teve o apoio do Dr. Enrique Oteiza, delegado da Entidade neste país.

⁴³ Em sua edição do dia seguinte ao evento.

⁴⁴ Tradução livre. Boletín ALAIC nº 6, agosto de 1992, p. 101.

⁴⁵ Boletín ALAIC nº 6, agosto de 1992, p. 102.

Deste modo, estava consolidado o que muitos pesquisadores chamaram de Corrente Crítica Latino-Americana, baseada na pesquisa-denúncia⁴⁶, tendo como mote as principais frentes de dominação observadas no contexto dos países da região. A denúncia estava diretamente relacionada à penetração dos “braços do imperialismo”, que abalando a soberania dos povos latino-americanos, englobavam também o monopólio do poder político e econômico, ligados diretamente as oligarquias nacionais; a gestão dos meios de comunicação, que deveriam levar em conta as exigências democráticas, de responsabilidade cultural e também o processo de dominação social, resultado da falta de dialogicidade dos meios de comunicação, em particular e na cultura, em geral (FERREIRA, 2000, p. 223).

Nesse sentido, o radicalismo da teoria crítica contribuiu para o declínio dessa doutrina no campo da produção científica. A abordagem crítica buscou formas de equilibrar os pontos de atrito entre o poder dos meios de comunicação e do público, através da importância dada a seletividade e a influência interpessoal⁴⁷. Em 1998, em carta enviada a Luis Peirano, então presidente da Entidade, o professor Jesús Martín-Barbero registrou⁴⁸ o momento de efervescência pelo qual estava passando a comunidade latino-americana, quando da criação da ALAIC. afirmou ele,

[...] Aquella mezcla de utopía democrática y solidaridad militante con los exilados de Argentina, Brasil, Chile, Perú, Uruguay; aquel afán por poner a encontrarse a los latinoamericanos en un proyecto común que hiciera verdad eso que constituía nuestro objeto de estudio: la comunicación; aquella visión a la vez ancha y comprometida de la tarea del investigador.

Analisando as palavras de Martín-Barbero é possível afirmar que ele demonstra que havia certa conscientização dos processos de transformação pelos quais estava (e ainda está) passando a região. Deste modo,

(...) pienso que la crítica hoy debería aprender de la lucha secular de los sectores populares que, al no poder escoger ni el tiempo ni el lugar, desarrolló en ellos un peculiar sentido del “desciframiento de las ocasiones y de la lógica de las coyunturas” ¿O no es verdad que, con el desdibujamiento de las ideologías y el abandono de las utopías, el pensamiento crítico ha ido perdiendo su territorio propio y se encuentra hoy luchando desde el campo que traza y domina el adversario? Exiliado de su espacio, y en cierta manera de su tiempo, por el emborronamiento de su pasado, el pensamiento crítico sólo puede otear y dibujar futuro abandonando las seguridades en que se resguarda y volviéndose nómada, aceptando el camino de la diáspora. Y la primera clave de un pensamiento nómada reside en asumir eso, su diáspora, esa des-ubicación que nos desazona empujándonos, machadianamente, a hacer camino al andar, esto es a imaginar el futuro⁴⁹.

É nessa “utopia real⁵⁰” que acreditamos e defendemos que alguns pontos, frutos do paradigma denúncia, devem ser cultivados. As peculiaridades da América Latina, o estímulo ao diálogo, a ética, o fortalecimento da democracia e da integridade do cidadão poderão (deverão) ser preservados e estimulados (sempre) e esses motes não passaram despercebidos por esse grupo de intelectuais que criaram a ALAIC, em 1978. Tanto assim que nos objetivos da entidade estavam, entre outras coisas, a defesa dos valores culturais nacionais e regionais, fomentando a participação nos processos decisórios da comunicação e no desenvolvimento de pesquisas que dessem conta das mudanças que estavam ocorrendo nas sociedades latino-americanas, especialmente aquelas relacionadas com a Nova Ordem Informativa Internacional⁵¹.

Foi em Lima, Peru, no dia 21 de maio de 1979, que ocorreu a primeira Reunião do Conselho Diretivo da ALAIC, sob os auspícios da Fundação Konrad Adenauer. Quatro pontos importantes foram discutidos durante a atividade. Foram eles: a) A renúncia do Vice-presidente Hernando Bernal Alarcón; b) Indicação de Jesús Martín-Barbero para ocupar a Vice; c) Indicações dos membros de suplência (na reunião inicial de Caracas não haviam sido designado); d) Aprovação do Estatuto e a criação de um Projeto UNESCO-ALAIC sobre análise da receptividade dos meios de comunicação frente a uma eventual agência regional de notícias.

⁴⁶ Que teve nas atividades desenvolvidas no Ininco um terreno bastante fértil de desenvolvimento.

⁴⁷ Ver em Eliuh Katz. La recherche en communication depuis Lazarsfeld. Hermes 4 (Paris, Editions du CNRS, 1991).

⁴⁸ Boletín ALAIC nº 9-10, 1998, p. 9-10.

⁴⁹ Boletín ALAIC nº 9-10, 1998, pp. 10-12.

⁵⁰ Trata-se de uma aparente contradição, mas essa busca de mudanças, alimentada pelas lutas pessoais de muitos pesquisadores, em momentos em que aparentemente nada poderia ser feito ou modificado, permitiram que mudanças significativas nos cenários econômicos, sociais e políticos latino-americanos se descortinassem. Com passos curtos, é verdade, mas sem parar e isso, sem dúvida, na opinião desta pesquisadora, se constitui o que chamamos de uma “utopia real”.

⁵¹ Boletín ALAIC nº 6, agosto de 1992, pp. 102-104

Já por essa época, conforme consta em Ata⁵², o presidente da Entidade manifestou as dificuldades. A reunião, inclusive, não tinha quorum suficiente para acontecer e essa aparente “[...] mágoa, desalento e sensação de fracasso” dos presentes ficou registrado nas palavras que seguem,

La intempestiva renuncia del Vicepresidente ocasiono una crisis de Dirección, cuyos efectos se han puesto, inicialmente, en la presente reunión. [...] Ahora bien, la elección de los miembros del Consejo Directivo – entre ellos el Vicepresidente – es función privativa de la Asamblea General (aparte o, art. 14, Estatutos) y no existen posibilidades ni siquiera remotas, en la actualidad, para convocar a una Asamblea General.

Feito os trâmites legais para que a Reunião pudesse se legitimar ficou decidido que Gloria Davilla de Vela assumiria a função de suplente da Secretaria de Formação e Documentação; Eduardo Ramos, Suplente da Vicepresidência; José Salomão David Amorim, suplente da Secretaria de Promoção e Organização; Elizabeth Safar, suplente da Secretaria de Administração e Finanças. Angel Saiz, Suplente da Coordenação do Conselho Consultivo e Héctor Schmucler, Suplente da Secretaria de Relações e Informação. Como pode ser observado no quadro 3 houve a redefinição de alguns cargos e a inclusão de outros membros, como o caso de Raul Agudo Freites, como consultor Jurídico. Quanto ao estatuto foram feitas diversas sugestões que na Assembleia Geral, ocorrida posteriormente, foram aprovados.

Quadro 3
Conselho Diretivo da ALAIC, eleita em Lima, Peru, em 1979⁵³

Nome	Cargo	País
Luis Aníbal Gomez	Presidente	Venezuela
Jesús Martín-Barbero	Vice-presidente	Colombia
Eduardo Ramos	Suplente do Vice-presidente	Colombia
Luis Gonzaga Motta	Secretaria Executiva de Promoção e Organização	Brasil
José Salomão David Amorim	Suplente	Brasil
Marco Ordoñez	Secretaria executiva de Formação e Documentação	Equador
Gloria Davilla de Vela	Suplente	Equador
Fernando Reyes Matta	Secretaria Executiva de Publicações e Relações	México
Hector Schmucler	Suplente	México
Alejandro Alfonso	Secretario Executiva de Finanças e Administração	Venezuela
Elizabeth Safar	Suplente	Venezuela
Josep Rota	Coordenador do Comitê Consultivo	México
Angel Saiz	Suplente	México
Dr. Raul Agudo Freites	Consultor Jurídico	Venezuela

Fonte: Ata da Assembleia.

Pouco tempo depois, ainda no primeiro semestre de 1979, ocorreu a segunda reunião do Conselho Diretivo. A atividade foi muito desgastante para a entidade que, em seis meses de vida, reunia o Conselho Diretivo duas vezes. É importante registrar que nesse período curto de tempo, várias ações tinham sido implementadas, como assinatura de contratos⁵⁴ de pesquisa com a Unesco – um em fase de execução e o outro ainda por elaborar seu planejamento -, aprovação de Regulamento Interno dos Estatutos – que foram aplicados quando da eleição dos membros suplentes da diretoria, participação da presidência e do secretariado executivo de Formação e Documentação na reunião consultiva,

⁵² Versão xerocopiada da Ata da ALAIC, parte do acervo da pesquisadora.

⁵³ Nota da autora. Material teve por base cópia da Ata da Entidade, datada de 23 de março de 1979, que faz parte do acervo pessoal da pesquisadora.

⁵⁴ O primeiro contrato de nº 593.113, em execução. O outro de nº 284.027, assinado em 5 de maio de 1979, objetivava empreender estudos sobre o impacto das tecnologias da comunicação no câmbio social, cultural, incluindo o papel da comunicação interpessoal em nossa região.

convocada pela Unesco, sobre a criação de um sistema de intercâmbio de informação na América Latina, ocorrida em São José, Costa Rica, entre 2 a 4 de maio de 1979⁵⁵; entre outras.

Ainda em 1979, durante a III Reunião do Conselho Diretivo, ocorrida no México, entre 30 setembro e 1 de outubro, houve a renúncia do presidente da ALAIC, o venezuelano Luis Aníbal Gómez. Imediatamente se procedeu a reestruturação do Conselho, ficando a partir dessa data com os seguintes membros (entre parênteses as suplências): Jesús Martín-Barbero, Colômbia, presidente; Vice-presidência de Elizabeth Safar, (Alejandro Alfonso), Venezuela; Secretaria da administração e finanças com Eduardo Ramos López, (Azriel Bibliowicz), Colômbia; Secretaria de Informação e Relações Externas com Fernando Reyes Mata (Héctor Schmucler), México; Secretaria de Promoção e Organização com Luis Gonzaga Motta (Salomão David Amorín), Brasil; Marco Escalada, Equador, com a Secretaria de Formação e Documentação; Coordenação do Conselho Consultivo ficou a cargo de Josep Rota (Fátima Fernández), México. Também foi durante essa Assembleia que foi criado o cargo de secretária executiva, para o qual foi nomeada Patrícia Anzola de Morales, da Colômbia⁵⁶.

Convém observar que em menos de um ano e meio de existência a entidade enfrentou duas renúncias em seu quadro diretivo, de figuras centrais do processo, ou seja, o presidente e o vice-presidente. Assim, embora o esforço de muitos pesquisadores a ALAIC arrostou diversos problemas nos meses que se seguiram. Quatro anos depois da criação, conforme consta em Ata, quando da Assembleia Geral, ocorrida em Lima, no Peru, no dia 9 de junho de 1982, por conta do primeiro Fórum Internacional de Comunicação Social, que aconteceria em breve, já era visível a ampliação dos sinais da crise que se abateria sobre a entidade. Estiveram presentes a essa reunião um grupo integrado por Joaquín Sánchez Ruiz, José Salomão Amorim, Giselle Munizaga, Héctor Schmucler, Patrícia Anzola e Fernando Reyes Matta, além de representantes do Coneicc (México); Amic (México), Acadic (Centro-América), Acics (Colômbia), Apeic (Peru), Abepec (Brasil), Aboic (Bolívia), AIC (Chile) e Ilet (Instituição Regional).

O primeiro ponto da pauta foi a “situação da ALAIC”, ficando evidentes as diversas dificuldades que já ocorriam. Parte do fracasso inicial foi atribuída a não realização de reuniões agendadas, ocasionando a falta de apoios financeiros aguardados pela entidade. Foi eleita Patrícia Anzola, para uma presidência que seria exercida por um prazo máximo de dois anos e a vice-presidência com Elizabeth Fox. Porém, essas ações não foram suficientes para manter a ALAIC e uma inércia se abateu sobre a entidade e seus representantes durante quase 5 anos. A crise da ALAIC não foi isolada e muitas instituições viveram esses mesmos problemas, por essa época. Mas no caso específico da instituição vários pesquisadores reunidos informalmente durante o 16º Congresso da AIERI “[...] abraçaram a causa de reconstituição da Entidade⁵⁷”, mas essa é parte de uma nova história.

Considerações finais

Conhecer a história do pensamento comunicacional na AL é um dos desafios que se impõe aos jovens pesquisadores. Neste sentido, nos valem da efeméride dos 40 anos da ALAIC para reconstituir o cenário de sua criação, registrando as dificuldades e avanços que marcaram o período, bem como as lideranças que estiveram a frente destes processos. Ao revisitar essa história, é possível afirmar que a ALAIC nasceu para ser uma entidade capaz de congrega pesquisadores; apoiar, incrementar, promover melhorias e difundir as pesquisas na área da comunicação, na região.

O breve resgate faz parte do Projeto Memória, que vem sendo desenvolvido pelo grupo de pesquisa PCLA (Pensamento Comunicacional Latino-Americano) desde 2008, cujo título geral é “Matrizes Comunicacionais Latino-Americanas” e que vem resgatando a história da ALAIC e do CIESPAL, bem como das Revistas ALAIC e da CHASQUI. Assim, acreditamos que um desafio para os pesquisadores da nova geração seja reconstruir a trajetória das instituições latino-americanas de pesquisa em comunicação. Registramos a enorme dificuldade em encontrar informações sobre muitas delas.

⁵⁵ Segundo dados constantes nesse mesmo Informe da Presidência o objetivo dessa convocatória era estudar um documento apresentado sob a factibilidade de criação de uma Agência de Serviços Especiais de Informação para a América Latina (Alasei). Os resultados, segundo o presidente da Alaic presente na reunião “[...] se desprende la atmosfera de cooperación que reinó durante la reunión y las deliberaciones llevaron a amplias áreas de consenso”.

⁵⁶ Essa mudança foi registrada no Boletín 2, da Asociación Colombiana de Investigadores de la Comunicación Social, Bogotá, Colômbia, dezembro de 1979, p. 4.

⁵⁷ Tradução livre. MARQUES DE MELO, José. La reconstrucción de una sociedad latinoamericana, ALAIC, 1988-92. in: CIBEC – Centro Interdisciplinario Boliviano de Estudios de la Comunicación – Texto de Divulgación 4 – ALAIC 1978-1998. Contribuciones para una memoria Institucional. La Paz, Bolivia, s/d.

BIBLIOGRAFIA

ININCO. Disponível em: <http://www.ucv.ve/ininco>. Acesso fev 2018.

FERREIRA, Giovandro Marcos. O paradigma da pesquisa-denúncia na América Latina: o Ininco segundo o olhar de Antonio Pasquali. IN: MARQUES DE MELO, José e GOBBI, Maria Cristina. **Gênese e identidade latino-americana**. Ciespal, Icinform, Ininco. O protagonismo das instituições pioneiras. São Bernardo do Campo: Unesco/Umesp, 2000.

GOBBI, Maria Cristina. **Escola Latino-Americana de Comunicação: o legado dos pioneiros**. Tese de doutoramento defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Universidade Metodista de São Paulo, sob a Orientação do Professor José Marques de Melo, 2002.

GOBBI, Maria Cristina. **A batalha pela hegemonia comunicacional na América Latina**. 30 anos da ALAIC. São Bernardo do Campo: Umesp, 2008.

RONCAGLILO, Rafael. **Investigación y políticas sobre nuevas tecnologías de Comunicación en America Latina: una reflexión personal, en nuevas tecnologías y comunicación**. Bogotá: Felafacs/Facom, 1986.

Ponencia presentada al: GT 17 Historia de la Comunicación

Lugares de Memória e representação: A mulher na revista Gran-Fina (1940-1942)

Places of Memory and Representation: The woman in the magazine Gran-Fina (1940-1942)

*Jasmine Aparecida Horst dos Santos*⁵⁸

*Nírcia Cecília Ribas Borges Teixeira*⁵⁹

Resumen: O papel da mulher na sociedade muda ao longo do tempo. Suas funções, obrigações e subjetividades variam de acordo com o período histórico. Nosso trabalho propõe uma reflexão acerca das construções identitárias feminina dentro da revista Gran-fina, um periódico de generalidades, que circulou na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, Sul do Brasil, no início da década de 1940. A mulher é constituída de diversas facetas, nos moldes propostos por Hall (2004). Assim, é interessante observar como essas diferentes identidades eram retratadas nas páginas da revista, e mesmo se tratando de um veículo midiático que não circulou por muito tempo, é possível observar que ocorreram transformações nessas identidades femininas e na forma como o discurso jornalístico discorria sobre isso. O discurso jornalístico não é entendido aqui como lugar de descrição histórica da mulher, mas sim como um local de reiteração de sentidos que possibilitam entender o contexto histórico e cultural em que a revista estava inserida e a forma como a mulher era vista na sociedade paranaense. Para tanto, utilizaremos os conceitos de Lugares de Memória de Nora (1993) e de representação de Chartier (2002).

Palabras Clave: Mulher, História, Revista Gran-fina.

Abstract: The role of women in society changes over time. Its functions, obligations and subjectivities vary according to the historical period. This article proposes a reflection on the construction of feminine identity, with in Gran-fina magazine, a generalities journal, which circulated in the city Curitiba, capital of the State of Paraná, southern Brazil, in the early 1940s. Women has several facets according to Hall (2004). Thus, it is interesting to identify how different identities were portrayed by the magazine, even if the magazine has circulated for a short time, it is possible to see that transformations occurred the feminine identity and in the way in journalistic discourse. The journalistic discourse does not understood here as a place of woman's historic description, but as a place of reaffirmation of meanings that makes possible to understand the historic context and cultural wherein the magazine was inserted and the way how the woman was seen by society from Parana state. To do so, we will use Pierre Nora's study of the Place of memory (1993) and representation of Chartier (2002).

Key words: Woman, History, Magazine Gran-Fina.

Tema Central

“As tarefas de educar os filhos, de manter a casa em ordem e o marido feliz são, naturalmente, obrigações femininas”. (MEU BEBÊ É MINHA VIDA, 1941, p.18). Afirmações como essa eram bastante comuns em periódicos do passado. No caso da revista Gran-Fina, publicada na cidade de Curitiba, capital do Paraná, no início da década de 1940, período em que a cidade passava por transformações, com sua industrialização crescente, e algumas mudanças

⁵⁸ Jornalista, Mestre em Letras pela Unicentro, com bolsa Capes. Bolsista do programa Universidade Sem Fronteiras (USF), 2017-2018, credenciada pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (Seti/PR). Investigadora do grupo de pesquisa Conversas Latinas em Comunicação (CLC), tendo apresentado resultados parciais de seus estudos científicos no Brasil e na Argentina. Brasil, E-mail: jasmine_horst@hotmail.com

⁵⁹ Orientadora, professora do Departamento de Letras e do Programa Mestrado em Letras (UNICENTRO) Doutora em Letras, Pós- doutora em Ciência da Literatura. Brasil. Email: ninciaborgesteixeira@yahoo.com.br

relacionadas à Segunda Guerra Mundial, as páginas eram tomadas por discursos que insistiam em manter as funções femininas ligadas à criação dos filhos e aos cuidados com o marido e com o lar.

O momento de industrialização crescente e de êxodo rural, pelo qual a cidade de Curitiba passava no início da década de 1940, fez com que a população urbana crescesse significativamente, e acabou por dar espaços à mulher dentro do mercado de trabalho. Entretanto, essa ida ao mercado de trabalho ainda não era vista com bons olhos, principalmente dentro de uma cidade que procurava manter características interioranas, em que o perfil de família tradicional, com um pai que trabalhava para sustentar a casa, uma mãe que cuidava do lar e da criação dos filhos, e filhos que frequentavam a escola e a catequese e que desde pequenos iam se colocando nos papéis sociais a eles destinados historicamente.

O estudo de revistas antigas nos permite ter contato com diferentes discursos, que ao primeiro olhar nos parece uma realidade bastante distante do que vivemos atualmente. Entretanto, ao observarmos com mais cuidado, notamos que os julgamentos que permeiam o universo feminino apenas se atualizam, questões referentes ao comportamento da mulher, questionamentos acerca da sua presença no mercado de trabalho, da sua responsabilidade junto à convivência familiar, são temas muito atuais.

Vale lembrar que o período em que a revista circulou coincide com a Segunda Guerra Mundial. É perceptível que alguns hábitos e costumes dos moradores da cidade se modificaram devido à guerra, dos assuntos na rua, passando pela escassez de tecidos, chegando até o lazer, com os boletins da guerra exibidos nos cinemas e transmitidos via rádio. É claro, que a imprensa também não poderia fechar os olhos para o maior acontecimento histórico do século XX, que por muitas vezes, pautou as matérias veiculadas na revista. Outro assunto, que diversas vezes esteve presente nas páginas da publicação, faz referência a Era de Ouro do cinema americano. Ideais de beleza hollywoodianas eram difundidos pela Gran-fina, como um modelo que as mulheres de alta classe da capital paranaense deveriam seguir.

Na perspectiva da pesquisa, a revista pode ser considerada como um lugar de memória, nos moldes propostos pelo francês Pierre Nora (1993). Para ele, um lugar de memória é qualquer lugar, material ou imaterial, onde a memória de um povo se cristaliza. Nesse sentido, enxergamos a revista Gran-fina como um lugar onde a memória de um povo se cristalizou, permitindo que hoje nós consigamos estudar aspectos relacionados à questão identitária feminina do início da década de 1940.

Objetivos

Nosso trabalho visa entender quais eram os papéis sociais destinados à figura feminina em três situações diferentes, assim, a análise estará pautada nas temáticas Mulher e Família, Mulher e Trabalho e Mulher e Espaços Públicos. A escolha se deu através, principalmente, das seções e colunas em que o periódico tratava da temática feminina e de matérias e reportagens aleatórias em que a mulher era citada.

Discussão Teórica

Para Chartier (2002), as representações são processos dinâmicos, que sofrem constantes mutações e variam de acordo com o interesse de determinados grupos. A teoria de representações de Chartier (2002), nasce já no contexto dos Estudos Culturais, onde se passa a aceitar que ao mesmo tempo em que uma pessoa consome cultura, ela também produz cultura. Nesse sentido, as representações seriam o momento em que o mundo do texto entra em contato com o mundo do leitor, e o efeito desse texto irá variar de acordo com o contexto social em que o leitor está inserido.

Dentro de sua teoria, Chartier (2002) define dois conceitos para a representação. No primeiro, ele afirma que a representação é uma ausência que distingue o que representa do que é representado. No segundo caso, a representação é definida por ele como a apresentação pública de uma presença. Assim, não há uma fórmula exata de leitura, pois ela sempre estará encarnada em um conjunto de práticas sociais. Nesse caso, há uma representação da figura feminina nas páginas da revista Gran-fina, entretanto, não necessariamente as leitoras concordavam com a representação acerca delas no periódico. Até porque, em muitos casos, eram homens que escreviam a respeito das mulheres. Esse sentimento de não representatividade é perceptível quando algumas leitoras se opõem ao que a revista declarava.

Durante a década de 1940, as colunas e reportagens destinadas à mulher abordavam assuntos relacionados à vida da dona de casa, como o cuidado com o lar e a aparência. É difícil saber quem escrevia as reportagens da revista Gran-fina, pois a maioria das páginas não trazia o nome do responsável, salvo alguns casos.

A revista tinha periodicidade quinzenal, com circulação em todo o Paraná e em um pequeno território do estado de Santa Catarina. Cada exemplar tinha aproximadamente 60 páginas, onde se mesclavam páginas coloridas com preto e branco, além de seções fixas e aleatórias.

Lipovsky (2000) traz algumas percepções a respeito da mulher em diferentes períodos histórico-culturais, traçando diferentes perfis. O primeiro é a mulher dos tempos primitivos, que exercia praticamente os mesmos trabalhos que o homem. Já o segundo diz respeito à mulher submissa, aquela que passa a apresentar uma feminilidade maior, mas que é considerada inferior ao homem. Nesta caracterização, enquadra-se a mulher da década de 1940, cuja identidade voltava-se para a posição de filha, mãe e esposa, o que era refletido pelas publicações da revista.

Nora (1993) define o conceito de “lugares de memória” que, para ele, vão desde o objeto material e concreto, ao mais abstrato e simbólico. Dessa forma, os lugares de memória são locais, que podem ser materiais ou imateriais, em que a memória de uma sociedade se cristaliza e podem exercer papel fundamental na formação da identidade de um povo.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais [...]. Se vivéssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. (NORA, 1993, p.13)

Em alguns momentos, a própria revista se coloca como um “lugar de memória”, mesmo talvez nem tendo a intencionalidade de fazer isso, reforçando a ideia de Nora (1993):

“Imaginamos, daqui vários anos, uma moça que encontrará um exemplar da nossa Gran-fina entre os pertences de sua avó. Os tempos serão outros, talvez os costumes tenham mudado bastante. Entretanto, com toda certeza, a sociedade ainda saberá valorizar uma moça de família, bem educada e prendada”. (GRAN-FINA, 1942, p. 18).

Através da análise de revistas do começo da década de 1940, fica claro que, de acordo com a imprensa da época, casamento era o principal anseio que rondava as moças de então. Para “arranjar um bom partido”, o sonhado príncipe encantado, a forma de se posicionar socialmente era fundamental. Para se inteirar dos “truques” dessa árdua missão, nada mais confortável do que aprendê-los através das páginas de uma revista, em que os “manuais” já estavam prontos, e, portanto, bastava coloca-los em prática. A mídia impressa da época “cobrava” um perfil que deveria ser seguido pelas mulheres, fosse no campo pessoal ou profissional.

A mulher que já trabalhava também era lembrada pelos conselhos da revista. Na coluna intitulada “Carnét da mulher que trabalha”, um espaço que não era assinado, as mulheres eram orientadas a como deveriam proceder para serem bem vistas por seus chefes e como manterem a casa em ordem, mesmo dedicando boa parte de seu tempo à profissão. Dicas como “Em hipótese alguma utilize-se de decotes para trabalhar” ou “Ao cruzar as pernas, tome cuidado para que não vejam o que há debaixo de suas saias”, eram comuns nessa coluna. O periódico fazia questão de lembrar que toda mulher que trabalhava ainda assim deveria se portar como uma dama, sem jamais esquecer daquilo que lhe fora ensinado, sem jamais deixar-se levar por ofertas “obscuras”, que pudessem surgir em suas profissões.

Se você tem medo de ser feia, então cuide muito dos cabelos e dos dentes. Ou, caso contrário, não arranjará nenhum bom emprego. (CARNÉT DA MULHER QUE TRABALHA, 1941, p. 22).

Prefira um vestido simples, que não dê na vista e seja elegante para trabalhar. Você não está no escritório para chamar atenção. (CARNÉT DA MULHER QUE TRABALHA, 1941, p. 15).

Uma das seções da revista que mais permitem entender quais eram as atitudes que se esperavam de uma típica mulher curitibana, era a “Meu bebê é minha vida”. Apesar do nome, ela não tratava apenas do tema maternidade, mas sim de como as mulheres deveriam se portar, de um modo geral, diante de diversos assuntos do dia-dia. Era muito comum que se falasse sobre as formas de como as filhas deveriam agir com seus pais, de como as mulheres deveriam ser com seus maridos, e, claro, de como elas deveriam se portar quando chegassem à fase da maternidade. A figura feminina era vista pelo periódico como abaixo do homem. Dessa forma, as mulheres, desde o seu nascimento, estavam condicionadas a sempre receberem ordens vindas de um homem, primeiramente de seus pais, depois de seus esposos e, quando se tratava de uma mulher que estava ingressa no mercado de trabalho, de seus chefes.

Assim, seu papel passaria de boa filha para boa esposa, boa mãe e boa empregada. É possível encontrar indícios de que haviam mulheres que fugiam desse padrão, mas, nesta seção elas eram utilizadas como um “exemplo do que não ser”, e estes perfis estavam presentes em charges e textos que criticavam essa postura decidida e independente das mulheres.

Cabe à mulher a tarefa de cuidar para que o lar seja um lugar feliz. Uma criança bem cuidada, bem alimentada e limpa, a casa em ordem e um marido bem recebido depois do trabalho, são as chaves para a felicidade do lar. (MEU BEBÊ É MINHA VIDA, 1942, p.22).

Algumas matérias traziam dicas de como a mulher deveria se portar no ambiente profissional. A maioria dos textos ainda chamava a atenção para o fato de que elas deveriam sempre agir de forma a não “mexer com a cabeça do patrão”. Isso mostra que havia muita pressão social sobre a mulher, e que a culpa por possíveis assédios seria sempre delegada à ela. Dessa forma, era comum que a revista trouxesse dicas de como se portar no meio profissional. Essas dicas iam desde a roupa que a mulher deveria usar até pedidos de que ela cuidasse para que um sorriso não fosse interpretado como sinal de segundas intenções.

Quanto ao riso, aconselho-lhe o provérbio seguinte: Quem ri por último, ri melhor. Rir o tempo todo pode passar uma imagem de mulher fácil, mas não rir também pode ser interpretado de uma maneira errada. Seja feminina e prefira sempre a moderação. (TODAS QUEREM SER BONITAS, 1941, p. 06).

Apesar da revista destinar algumas colunas e seções às mulheres, percebe-se que, de um modo geral, normalmente os textos tratavam das coisas através do ponto de vista masculino, mesmo quando as mulheres eram o tema principal da matéria ou reportagem, a situação era vista a partir do que os homens pensavam sobre o assunto.

Haviam alguns espaços dentro da Gran-fina que permitiam que as mulheres mandassem cartas com dúvidas de natureza geral. Essas cartas nunca eram publicadas em sua íntegra, além disso, é difícil afirmar sobre a veracidade das perguntas enviadas pelas leitoras à revista. Não há como saber se eram leitoras reais que encaminhavam as perguntas ou se a própria equipe de redação as inventava. Mesmo assim, partimos da ideia de que elas refletem, o perfil identitário da mulher no período já citado. Por trás de cada carta respondida, é possível notar que a revista deixava um conselho ou dica de como a mulher deveria agir em diferentes situações.

Recebemos a carta de uma professora. É noiva de Davi, também professor, ele é bom, mas tem alguns defeitos que a envergonham perante os amigos, como não tirar o chapéu no elevador, não abrir a porta do carro para a noiva, não se levantar quando chega uma visita. Nosso conselho: A jovem deve parar de se preocupar com a opinião dos outros sobre o noivo. Querer um homem polido, que seja um lacaio, que a atenda em todos os desejos, pode tirar a originalidade dele. Não case com um homem para tentar mudá-lo. (NÃO CASE COM..., 1941, p. 23).

Algo perceptível ao analisar a revista diz respeito a forma como a mulher era vista pelas próprias mulheres, ou seja, a visão que elas tinham delas mesmas. Em alguns trechos das colunas já mencionadas, há pedidos de conselhos e perguntas em que as mulheres se referem a outras mulheres.

Fico em dúvida se uma mulher conseguiria manter-se fiel à moral e aos bons costumes trabalhando fora de casa. Sou mulher e acredito que nosso papel é ficar dentro de casa e trabalhar em prol da felicidade da família. Se seu marido chega em casa, depois de uma longa jornada de trabalho ele espera encontrar seu jantar preparado, um bom banho quente e o colo de sua esposa, ela não quer encontrar uma esposa também cansada, e que queira discutir problemas de trabalho. (MEU BEBÊ É MINHA VIDA, 1941, p. 34).

A forma como a leitora se refere às mulheres que trabalhavam fora vem de encontro ao que Trindade (1996) fala sobre a objeção das próprias mulheres à presença feminina nos espaços públicos:

Dessa maneira, as próprias mulheres fazem, muitas vezes, objeção à presença feminina nos espaços externos, sobretudo em se tratando dos ambientes de trabalho. A discussão dessa possibilidade, cada vez mais presente no decorrer do período, atinge pontos mais polêmicos do que as atribuições domésticas da mulher e alcança, por isso mesmo, uma gama mais variável de possíveis respostas. Há, porém, uma grande diferença na opinião pública sobre a atuação relativa ao trabalho e à participação simplesmente decorativa e benemerita da mulher na vivência social. (TRINDADE, 1996, p. 147).

Metodologia

Como método de trabalho, utilizamos a hermenêutica, ou análise de conteúdo. Visto que, o período de análise compreende todas as edições da revista disponíveis na Biblioteca Pública do Paraná, sediada na cidade de Curitiba, capital do estado. No total, 49 exemplares, que vão de Agosto de 1940 até Julho de 1942. Também é necessário destacarmos que se tratava de uma revista quinzenal e que tinha como foco generalidades, com algumas seções e colunas voltadas à mulher.

Resultados e Discussões

Partindo das ideias de Nora (1993), que assevera que um lugar de memória é todo local onde a cultura de um povo se cristaliza, entendemos a revista Gran-fina como um exemplo de lugar de memória. Ao longo de toda a análise, foi inevitável pensar até que ponto a própria publicação se colocava como um local de memória, no início da década de 1940, produzindo matérias, dicas e conselhos para as mulheres.

A Gran-fina não era apenas uma revista jornalística e nem somente uma vitrine da sociedade curitibana, ou do que se esperava dessa sociedade curitibana. Podemos dizer que ela era uma mescla de jornalismo, com boas matérias e reportagens, e um manual de boas maneiras destinado, principalmente, às moças da cidade. Os assuntos importantes, política, economia, eram destinados ao público masculino, já as “dicas”, palavra utilizada até hoje pelos veículos de comunicação para dar conselhos relativos à forma como as mulheres devem se comportar socialmente, deixavam claro, pela linguagem, pelo título da editoria, e, principalmente pelas posições e imposições, que eram destinadas ao público feminino.

A relação feminina dentro da família sempre foi uma relação tida como santificada. As mulheres deveriam ser o espelho de Maria, mãe de Jesus, boas mães, boas esposas, pacatas, puras e religiosas. A história difundiu esse perfil, que foi considerado o correto, durante muitos anos. A revista servia como um manual de como as mulheres deveriam agir em diferentes situações familiares.

A partir do momento em que essas mulheres, por vontade própria, ou por necessidade, passam a quebrar regras e começam a conquistar seus espaços dentro do mercado de trabalho, o que se percebe é um medo geral, medo de que toda aquela imagem ordeira que, durante décadas, se construiu acerca da cidade de Curitiba se desmanchasse. Assim, é perceptível que, através dos Meios de Comunicação, se tentou manchar a índole dessas mulheres, responsabilizando-as por todo e qualquer problema de ordem familiar que ocorresse.

O espaço privado sempre foi considerado o lugar ideal para a figura feminina. Se mesmo dentro desse espaço haviam regras sociais que as mulheres deveriam seguir, nos momentos em que ela transcende essa barreira e vai para os espaços públicos, essas regras se multiplicam.

Com a imagem de ordem que, segundo Boschilia (2010) os governantes curitibanos queriam difundir acerca da cidade, a mídia da época também seguiu essa tendência. A Gran-fina vendia uma imagem de “mulher perfeita” para os padrões do período. Era primordial que os pais da menina, desde seu nascimento, a criassem seguindo uma espécie de receita, que, de acordo com a revista, resultaria em uma moça de família, uma moça para se casar, que seria uma ótima mãe futuramente.

A inclusão de atividades vistas como femininas, como cozinhar e costurar, por exemplo, deveria ser realizada desde a infância. O periódico recomendava que meninos deveriam ter uma maior proximidade com seus pais, enquanto as meninas deveriam estar sempre acompanhando as atividades de suas mães. Para a Gran-fina, dessa forma, os meninos estariam desde cedo em contato com assuntos de maior importância, aprendendo a cuidar dos negócios da família, enquanto as meninas aprenderiam o necessário para, futuramente encontrar um bom casamento e formar uma família, onde todo o ciclo se repetiria.

Nesse sentido, podemos incluir essa mulher da década de 1940, na segunda caracterização proposta por Lipovetsky (2000), em que ele se refere às mulheres submissas, que passam a apresentar uma maior feminilidade, mas que continua sendo considerada inferior ao homem. A mulher desse período, retratada pela Gran-fina, voltava-se ao lar, nas posições de filha, primeiramente, depois de esposa e, finalmente de mãe. Através dos discursos da revista, a imagem que se pretende passar é de que as mulheres nasciam com seus papéis pré-definidos, ao cumprir todas essas etapas ela seria uma mulher completa, caso contrário, não estaria cumprindo bem o papel que lhe fora designado.

Referências Bibliográficas

- BOSCHILIA, R. (2010). Entre fitas, bolachas e caixas de fósforos. A mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960). São Paulo: Contexto
- CARNÉT DA MULHER QUE TRABALHA. Revista Gran-fina, Curitiba, n. 78, p.22, 1941
- CARNÉT DA MULHER QUE TRABALHA. Revista Gran-fina, Curitiba, n. 79, p.15, 1941
- CHARTIER, R (2002). À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre, RS: Ed.Universidade/UFRGS.
- HALL, S. (2004). A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: DP&A
- LIPOVETSKY, G (2000). A terceira mulher. S. Paulo: Companhia das Letras
- NORA, P. (1993) Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28.
- TRINDADE, E. (1996) Clotildes ou Marias: Mulheres de Curitiba na primeira república. Curitiba: Farol do Saber.
- MEU BEBÊ É MINHA VIDA. **Revista Gran-Fina**, Curitiba, n. 93, p.22, 1942.
- NÃO CASE COM UM HOMEM PARA MUDAR-LHE O TEMPERAMENTO. **Revista Gran-Fina**, Curitiba, n. 73, p.23, 1941.
- PASSATEMPOS INOCENTES, MAS DE FUNESTOS RESULTADOS. **Revista Gran-Fina**, Curitiba, n.70, p.09, 1941.
- TODAS QUEREM SER BONITAS. **Revista Gran-Fina**, Curitiba, n. 77, p.06, 1941.
- TODAS QUEREM SER BONITAS. **Revista Gran-Fina**, Curitiba, n. 78, p.11, 1941.

Ponencia presentada al GT 17 Historia de la comunicación

Desvelar un enigma: la carta-crónica o las “correspondencias” de Rubén Darío para La Nación.

The letter-chronicle: the "correspondences" of Ruben Dario for La Nacion.

Gpe. Sac-Nicté Guevara Calderón ⁶⁰

Resumen: En 1899, Rubén Darío fue enviado a Madrid como corresponsal para dar cuenta de la situación política y social en España después de perder sus últimas colonias. Las crónicas que resultaron de esa estancia se reunieron en un libro llamado “España Contemporánea”. Pero mientras eran publicadas en La Nación seguían un formato de carta y eran llamadas “correspondencias”. A partir del análisis de la forma emblemática postulado por Giorgio Agamben, el lector modelo de Umberto Eco, y la línea académica de Susana Rotker, este ensayo pretende comprender si:

- 1.- La subjetividad que otorga el formato carta permitió a los cronistas del modernismo separarse del romanticismo para llegar al inicio de la crónica como género.
- 2.- La idea de cartas puestas a disposición del público fue una de las razones por las que la crónica modernista se convirtió en un primer dispositivo de acercamiento de los escritores con el público masivo.

Palabras Clave: Rubén Darío, La Nación, Lector modelo.

Abstract: In 1899, Ruben Dario was sent to Madrid as a correspondent to write about the political and social situation in Spain after losing their last colonies. The chronicles that resulted from that stay were gathered in a book called "Contemporary Spain". But while they were published in La Nacion, they followed a letter format and were called "correspondences. Through the analysis of the emblematic form postulated by Giorgio Agamben, the revision of the model reader of Umberto Eco, and the academic line of Susana Rotker this essay aims to explore if:

- 1.- The subjectivity granted by the letter format allowed the chroniclers of modernism to separate themselves from romanticism, finally arriving at the beginning of the chronicle as a genre.
2. - The idea of letters made available to the public was one of the reasons why the modernist chronicle became a first device for approaching writers with the mass public.

Key words: Ruben Dario, La Nacion, Model reader.

“No quiero pensar en lo que llegarán a ser mis cartas”.

“Una reina de bohemia”, 23 de diciembre de 1899.

Rubén Darío.

El 27 de octubre de 1899, Juan P. Ramos envió una carta a Rubén Darío en la que le indicaba: “Ruego á⁶¹ V. que cuando quiera escribir una de sus sabrosas y bellas correspondencias á la ‘Nación’, se acuerde de que en Buenos Aires, tiene un admirador que le preguntó una vez donde podría encontrar sus obras – menos Los Raros y Prosas Profanas que tengo – y escribirle dos líneas indicándole librería ó persona que las posea”⁶².

⁶⁰Gpe. Sac-Nicté Guevara Calderón, Maestría en Comunicación, Universidad Iberoamericana

Último grado de estudios: Máster en Literatura Hispanoamericana (Universidad Complutense de Madrid), México. sngcalderon@gmail.com

⁶¹ Se respeta la escritura original.

⁶² Figura 1. Las figuras se encuentran al final del ensayo.

El 11 de abril y el 30 de julio del mismo año, Darío había recibido ya un par de cartas en las que los remitentes – cuyos nombres no resistieron al tiempo- se referían también a sus crónicas publicadas en La Nación como “correspondencias magníficas”⁶³, el primero, y el segundo: “[...] leo en La Nación sus interesantes correspondencias, y con particular atención he leído su trabajo sobre Castelar, una página de brillante crítica”⁶⁴.

El término “correspondencia” aplicado a las crónicas que Rubén Darío había escrito para La Nación desde España a partir de enero de 1899 fue utilizado constantemente por lectores, amigos e incluso miembros de la administración del diario. A partir del análisis de la forma emblemática postulado por Giorgio Agamben, y el lector modelo de Umberto Eco, este ensayo pretende explorar la posible lectura de las cartas-crónicas de Rubén Darío, y la dualidad elitista-masiva de los textos darianos.

En 1899, en La Nación, las crónicas de Rubén Darío se publicaban comenzando con el nombre del autor, los títulos, el lugar y la fecha en la que la crónica fue escrita (no publicada) y, finalmente, la frase: “Señor director de LA NACIÓN”⁶⁵. Como si de una carta se tratara. Estos textos, que daban cuenta de la situación española después de que el país perdiera sus últimas colonias, fueron reunidas por primera vez como libro en 1901, editado en París por Garnier Hermanos Libreros-Editores. Noel Rivas Bravo (2013) apunta que no es posible conocer los pormenores de esa edición, ni de las que le siguieron en 1907 y 1914, pero que las ediciones recientes han aparecido “plagadas de erratas y errores notables”, además de mutiladas.

Una de las “mutilaciones” que sufrieron las crónicas en su recopilación, por lo menos de años recientes, es la frase indicadora del “destinatario”: “Señor director de LA NACIÓN”. Esa mutilación transforma el pacto de lectura. Para un lector de esta época, enfrentarse a “España Contemporánea” representa, sin adentrarnos en su contenido, el acceso a una lectura casi como cualquier otra.

Para el lector argentino de La Nación, a finales del siglo XIX, leer la carta-crónica de Darío, dirigida a Emilio Mitre y Vedia, tenía otro significado, que será explorado en el desarrollo de este ensayo. De acuerdo a Susana Rotker, las crónicas fueron el modo en que los poetas se comunicaron directamente con sus lectores, dejando de lado la escritura que respondía a “el arte por el arte”, y entraron en contacto, por primera vez, con el público masivo (1992).

Para Rubén Darío, el medio de comunicación que permitió este contacto fue La Nación.

El diario argentino fue fundado el 4 de enero de 1870 por Bartolomé Mitre, como una forma de “reemplazo” de La Nación Argentina, de José María Gutiérrez. Su sociedad anónima quedó formada por Mitre, Ambrosio Lezica, Juan Agustín García, Cándido Galván, Francisco de Elizalde, José María Gutiérrez y Adriano Rossi (Mogillansky, 2004). Es importante destacar que La Nación fue fundada a partir de una conciencia plena del poder de la prensa y de “su carácter formador, sobre todo de las clases dirigentes”:

“Mitre –Bartolomé- se define como ‘imprentero’ y, fundamentalmente, como ‘trabajador’ a quién pesan los lujos. No es un detalle menor en su construcción de imagen, ligada a la austeridad; ésa será una ‘marca’ en la labor del general en el diario: un poder que no se liga al dinero sino a la pertenencia a la clase dirigente, al trabajo y a la construcción (en el doble sentido del término) de la historia” (2004).

Este sentido de pertenencia y deber del periódico hacia la historia argentina –y Latinoamericana- tendrá un impacto en la elección de colaboradores. Así llega José Martí, por ejemplo, y sus crónicas desde Estados Unidos. Por otra parte, Rubén Darío comenzó a colaborar en La Nación en 1893, el mismo año que Emilio Mitre tomó la dirección del diario. Si pensamos que las cartas-crónicas que luego se volverían “España Contemporánea” iban dirigidas a él, y que la primera edición del libro fue dedicada también a él, es posible entender que nada, en lo que respecta a La Nación, Emilio Mitre y Rubén Darío, fue una coincidencia.

Por esto, La Nación, que para 1893 ya era uno de los periódicos en español más importantes, hizo un trabajo constante de promoción de Rubén Darío. Sin embargo, al mismo tiempo, ocurren dos situaciones que serán importantes para el desarrollo de este ensayo: Gabriela Mogillansky (2004) las detecta de la siguiente forma:

⁶³ Figura 2

⁶⁴ Figura 3

⁶⁵ Figura 4

1. “Algunos críticos de La Nación conciben al diario exclusivamente destinado a la oligarquía y como lugar de consagración de los escritores y artistas. A esto, Roberto J. Payró lo llamó ‘el club del autobombo’”.

2. “En el espacio de la cultura, la creciente demanda obliga a los escritores- cronistas a prestarle oídos a un público que, con mucha oferta, debe adquirir nuevas habilidades de lectura”.

La primera de las críticas recuerda a la ciudad letrada virreinal, mientras que la segunda abre paso al lector modelo propuesto por Umberto Eco. Ambos conceptos se encuentran en la lectura y publicación de las cartas-crónicas de Darío. Comenzaré con la relación entre las cartas-crónicas y las cartas virreinales:

Durante la época virreinal, las cartas eran un medio de comunicación que en ciertos momentos se volvía público. Eran también una de las herramientas de las que se valía la ciudad letrada, especialmente en la Nueva España, para proteger al poder o para otorgarle favores. Es importante referirnos a la ciudad letrada porque su vigencia radica en que es el equivalente a lo que Payró llamó “el club del autobombo”: criollos dedicados a estudiar que siglos después serían poetas, periodistas y escritores en camino a establecer la crónica como género.

Es aquí dónde surge otra reflexión: una parte importante de la literatura virreinal eran los emblemas, compuestos por una imagen visual, un mote o inscripción y un epigrama (texto). Ningún elemento de los emblemas sobraba, pero de acuerdo a Cristóbal Suárez de Figueroa, las palabras eran las que dotaban al emblema de un “resplandor intelectual” que sólo surgía de la suma de la representación de la imagen visual más la imagen verbal del pensamiento (2002). La palabra “intelectual” también tenía un sentido diferente, pues respondía directamente al intelecto, la cualidad más valorada en el barroco, por lo que los emblemas, impresos en libros, eran un enigma, un juego en el que era necesario compartir las mismas referencias para entenderlo a profundidad. Agamben (1977) rescata en “Estancias” que la definición de Aristóteles para el enigma era “conectar cosas imposibles”. Explica también que la ambigüedad del signo “proviene de una fractura, un desvelamiento, su manifestarse es al mismo tiempo esconderse”. Esta cualidad lúdica y su ambigüedad también puede aplicarse a las cartas-crónicas de Rubén Darío, y es aquí donde entra la conexión con el lector modelo de Eco.

El lector modelo es “un conjunto de condiciones de felicidad, establecidas textualmente, que deben satisfacerse para que el contenido potencial de un texto quede plenamente actualizado” (1979). En este “conjunto de condiciones” operan un destinatario (lector) y un emisario, que representa al autor del texto. Quién le otorga el sentido al texto es siempre el destinatario, ya que es “capaz de poner en marcha una serie de funciones que le permiten entender el contexto de la oración”.

De acuerdo a Eco “para realizarse como lector modelo, el lector empírico tiene ciertos deberes “filológicos”, entre ellos, el deber de recobrar con la mayor aproximación posible los códigos del emisor (1977). Una de las críticas constantes a los escritores del modernismo era su carácter elitista. Probablemente Darío fue a quién más se le acusó de tal característica. La poesía y narrativa de los modernistas –no sólo de Darío– estaba cargada de influencias del romanticismo, de mitología griega y de la producción literaria de autores como Edgar Allan Poe, Shakespeare y Víctor Hugo. Es posible, entonces, afirmar que el lector modelo que Darío tenía en mente para la poesía modernista y para las cartas-crónicas no era el mismo.

Eco explica que, si generar un texto es también crear una estrategia, el autor, en su papel de estratega, debe tener en cuenta todos los “acontecimientos casuales” que puedan surgir mientras el destinatario está frente al texto. Por ejemplo, si aparece una referencia que escape al lector, ¿cómo se recupera a ese lector después? El lector modelo de Darío, intuyo, era alguien con un nivel cercano a sus mismas referencias literarias e intelectuales. Esas referencias no ocupan el mismo nivel en toda “España Contemporánea”: en algunos textos, como “Fiesta campesina”, el nivel de simbolismo disminuye y el texto es más accesible:

“Un hombre del campo me invitó hace pocos días a ver la fiesta de su aldea, en tierra de Ávila. Se trata de un lugar llamado Navalsauz, a algunas leguas de la vieja ciudad de santa Teresa. Mis deseos de conocer las costumbres campesinas de España encontraban excelente oportunidad. Acepté. [...] La cena estuvo suculenta, y luego fue el pensar en dormir. ¿Camas? Ni soñarlo. Cada cual duerme en los aparejos y recados: quién en la cocina, para no perder lo sabroso del calor, quién en la cuadra. Yo prefiero la vecindad de la lumbre y entro en esa escena de campamento” (1899).

En otros como en “Un paseo con Núñez de Arce” el simbolismo es alto pero el lector puede comprender que Darío utiliza la plataforma que está a su disposición para hacer una declaración personal sobre la literatura y el arte:

“En el Prado reían los niños; la tarde desfallecía risueña; en el poniente se fundía una montaña de oro de sol [...] La muerte es lo único que nos interesa verdaderamente, pues da la clave del enigma. Isis aparece entonces sin velo. El hombre no mata nada: todo se muere. El hombre cree inventar algo: todo está ya inventado; todo ha sido. De pronto, en un yacimiento de tiempo, descúbrese alguna cosa; eso es todo. Pero nada de lo que se cree nuevo es nuevo. La palabra de la Escritura dice una inmovible verdad cuando dice: Nihil novi sub sole. El hombre vive en lucha perpetua con la vida y consigo mismo porque, pasada la divina estación de la juventud, quiere ver, quiere saber, quiere conseguir la posesión de un fantasma, descubrir lo imposible, y la realidad le hiera, y le desconsuela. El hombre sólo es feliz en el instante de su primavera [...] Y no sé en qué libro de antiguo he leído que Abisag después de sus nupcias con el anciano rey del arpa, quedó encinta y dio luz a una estrella” (1899).

Como último ejemplo, utilizaré “El velo de la reina Mab”, un cuento considerado como el “patrón arquetípico de la poética dariana” (Bourhan, 2012), para reforzar mi argumento respecto a que el lector modelo que Darío tenía en mente para sus cartas-crónicas y para el resto de su producción literaria no era necesariamente el mismo⁶⁶:

“-Todos bebemos del agua clara de la fuente de Jonia. Pero el ideal flota en el azul; y para que los espíritus gocen de su luz suprema, es preciso que asciendan. Yo tengo el verso que es de miel y el que es de oro, y el que es de hierro candente. Yo soy el ánfora del celeste perfume: tengo el amor. Paloma, estrella, nido, lirio, vosotros conocéis mi morada. Para los vuelos inconmensurables tengo alas de águila que parten a golpes mágicos el huracán. Y para hallar consonantes, los busco en dos bocas que se juntan; y estalla el beso, y escribo la estrofa, y entonces si veis mi alma, conoceréis a mi Musa. Amo las epopeyas, porque de ellas brota el soplo heroico que agita las banderas que ondean sobre las lanzas y los penachos que tiemblan sobre los cascos; los cantos líricos, porque hablan de las diosas y de los amores; y las églogas, porque son olorosas a verbena y a tomillo, y al sano aliento del buey coronado de rosas. Yo escribiría algo inmortal; mas me abruma un porvenir de miseria y de hambre...” (1888).

Si, como postula Susana Rotker, la crónica contemporánea rastrea sus orígenes hasta el modernismo, es debido a la cualidad subjetiva que le otorgó la publicación de crónicas pensadas como “cartas”, que entregan y al mismo tiempo encubren al mensaje. Este modelo responde a dos posturas:

1.- La subjetividad que otorga el formato les permitió a los modernistas cambiar el modo de escritura, disminuyendo la cantidad de referencias al romanticismo y por tanto separándose de él, para llegar, finalmente, al inicio de la crónica como género.

2.- Al dirigirse a Mitre, director de La Nación, muestra que, a pesar de estar al alcance de –casi- cualquier lector, la crónica dariana era, justo como el diario que la albergaba, aún elitista.

Yo misma no soy *la* lector modelo de Rubén Darío. No para una parte de las cartas-crónicas de “España Contemporánea”. Pero esas cartas-crónicas me han *movido* para ayudarme a *actualizar* el texto. Para comprender las referencias y poder esquivar los accidentes casuales que el paso del tiempo les ha traído. En otras, como en la citada “Un Paseo con Núñez de Arce”, el *movimiento* es menor. Las referencias pueden ser alcanzadas con mayor facilidad.

La *actualización* del contenido también implica que el lector decida qué tipo de texto está leyendo: si es una novela, un poema, un cuento. La mutilación de las cartas-crónicas de “España Contemporánea”, al editarse como libro, adquiere nueva fuerza ante esto, pues para un lector actual puede ser una crónica o un ensayo, pero para un lector del siglo XIX eran, sin duda alguna, cartas dirigidas a Emilio Mitre y a las que por alguna decisión editorial tenían acceso.

Agamben apunta que los símbolos, según Hegel, por sí mismos no nos dicen nada, y nos piden que avancemos de largo hacia su significado (1977). Lo mismo exige el lector modelo que plantea Eco aplicado a las cartas-crónicas de Darío. Jugar a desvelar un enigma, como si de un emblema se tratara.

⁶⁶ El texto literario gana lectores a medida que pasa el tiempo. El texto periodístico, en cambio, está pensado (en este caso las crónicas darianas) para ser leído en un momento específico.

Si retomamos el párrafo ya citado de Mogillansky, en el que explica que el público que se enfrentaba a las colaboraciones publicadas en La Nación a finales del siglo XIX debía adquirir “nuevas habilidades de lectura”, es posible decir que si las crónicas son el símbolo —equivalente, desde esta postura, al signo— exigían en esas “nuevas habilidades de lectura” el estar al nivel de las referencias que el autor proponía en cada texto. Desde esta postura, las cartas-crónicas de Rubén Darío ya no son sólo textos que narran lo que ocurre en un momento determinado, sino que permiten ir más allá del primer acercamiento del lector con ellas. Es por esto que el “desvelamiento” de Agamben y el lector modelo de Eco convergen en estos textos y pueden ser la base para su análisis.

Figura 1

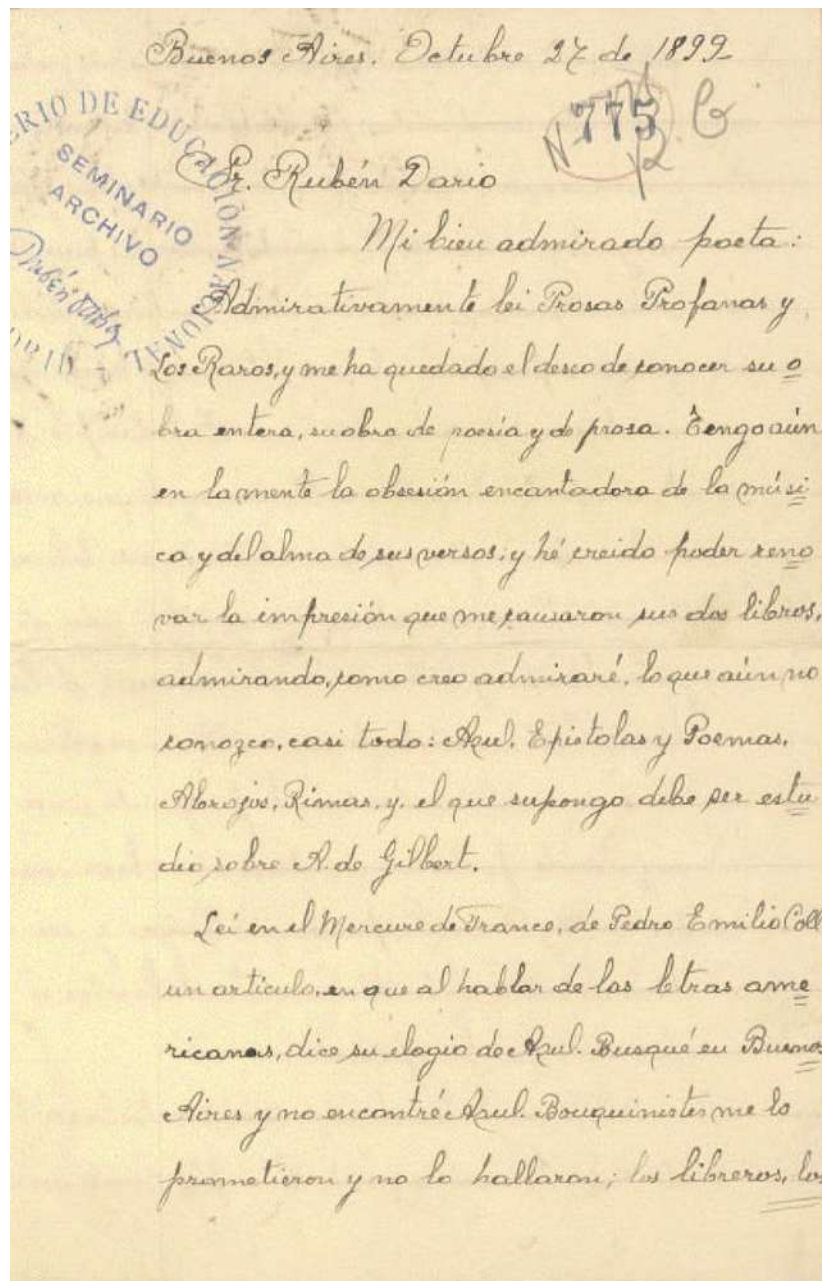


Figura 2

5019

Buenos Aires Abril 11/1899.

Mi querido poeta y amigo:
 Con algunos días de retardo
 recibí su carta y de mayo.
 Es la primera que me lle-
 ga de Ud. No obstante, me han
 llegado, por otro lado noti-
 cias suyas. Ya sea por carta
 de Berisso o de mi amigo
 ya por sus correspondencias
 magníficas de "La Nación",
 su nombre de Ud. me va
 en su momento.
 A cada momento mis amigos
 se preguntan ¿cuándo se
 irá? ¿cómo se irá? ¿por
 España? ¿Valencia? ¿esto
 casi todos los días.

Figura 3

5020

Personal

Buenos Aires, Julio 30 de 1899
Paraguay 1462

Señor Pablo Laris
Madrid

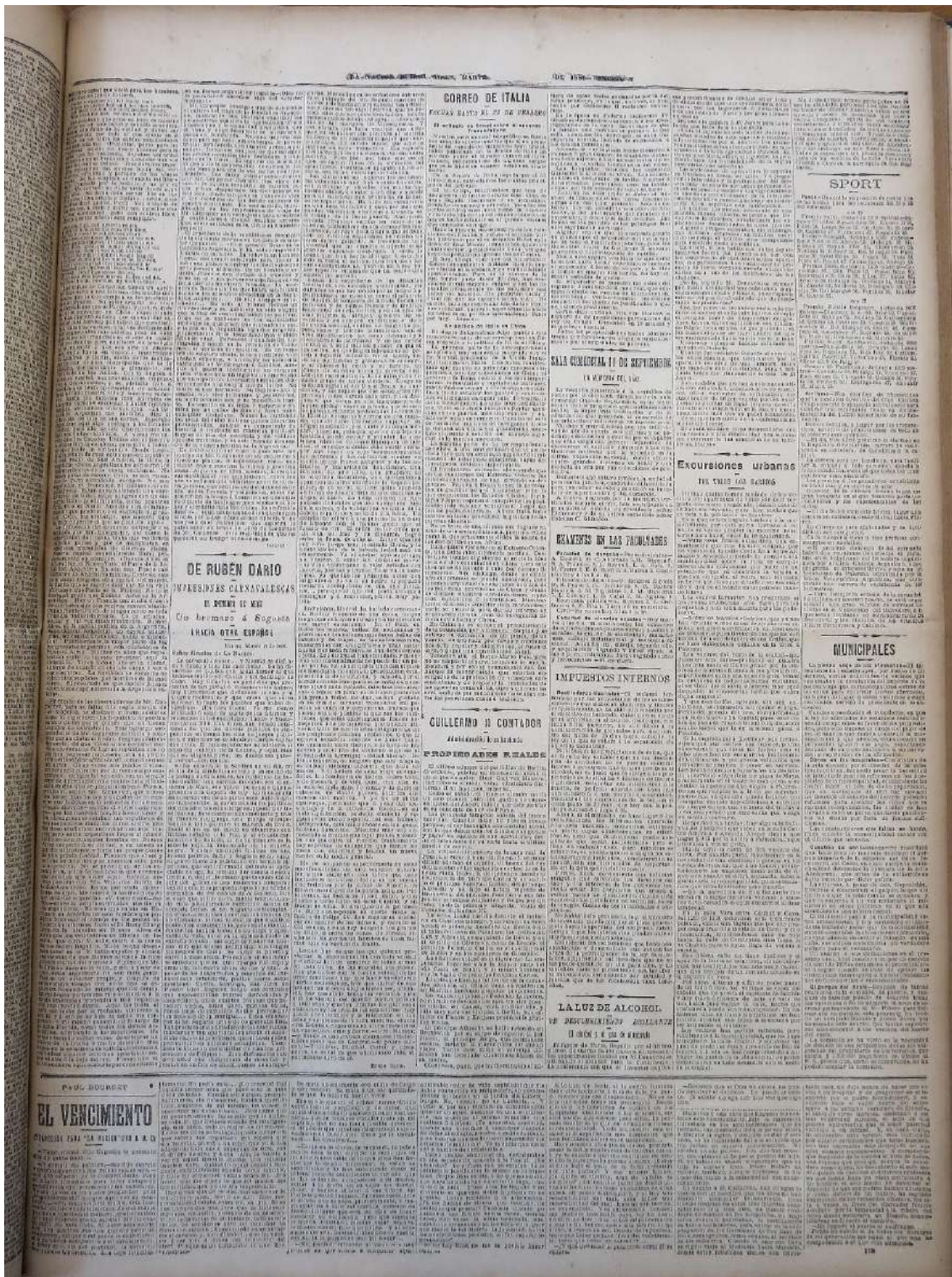
Estimado amigo:
Poco más de un mes que me encuentro en esta. Por los amigos he tenido noticias suyas. Leo en la Nación sus interesantes correspondencias, y con particular atención he leído su trabajo sobre Costillar, una página de brillante crítica. Hasta ahora le envié mi aplauso de admirador y amigo.

Le remando un ejemplar de mi trabajo Sociología y Ciencia Económica y otros del 1.º volumen de mis conferencias, sintiendo no haber recibido los ejemplares del 2.º volumen.

Incluyo el programa de la revista El pensamiento latino. Pido en particular atención sobre esto. Fíe en su pluma desarrollo mi programa en la prensa española.

En mi viaje por el Pacífico he tenido la honra de una universal acogida de parte de los hombres cultos de Perú y Chile, donde hego hego formado comités. Ya en Buenos Aires tengo la satisfacción de reunir a mi idea predominantemente, y

Figura 4



Bibliografía

Agamben, G. (1977). *Estancias. La palabra y el fantasma en la cultura occidental*. Valencia: Pre-textos.

Bourhan, M. (2012). La reina Mab: patrón arquetípico de la poética dariana. *Anales de Literatura Hispanoamericana*, vol. 41, pp. 153-171

Buxó, J. (2002). *El resplandor intelectual de las imágenes. Estudios de emblemática y literatura novohispana*. Ciudad de México: Universidad Autónoma de México.

Darío, R. (2013). *España Contemporánea*. España: Editorial Renacimiento.

Eco, U. (1979). *Lector in fabula. La cooperación interpretativa en el texto narrativo*. Barcelona: Lumen.

Rotker, S. (1992). *Fundación de una escritura. Las crónicas de José Martí*. Cuba: Casa de las Américas

Zanetti, S. (2004). *Rubén Darío en La Nación de Buenos Aires*. Buenos Aires: Eudeba.

IMÁGENES

Archivo IIAC de la Universidad Nacional de Tres de Febrero

Archivo Rubén Darío de la Universidad Complutense de Madrid



Ponencia presentada al GT 17 Historia de la comunicación

ENTRECRUZAMENTOS DE NARRATIVAS HISTÓRICAS E FICCIONAIS: A DESILUSÃO DE HENFIL EM TANGA (1987)

HISTORICAL AND FICTIONAL NARRATIVES INTERSECTING: HENFIL'S DESILUSION IN TANGA (1987)

Márcia Neme Buzalaf⁶⁷

Resumo: História, jornalismo e cinema convergem quanto à produção de estruturas narrativas na busca de compreensão sobre diferentes realidades. Imersos em uma arena de embate entre objetividade e subjetividade, realidade e ficção, fato e relato, verdade e verossimilhança, evidência e representação, estas entrecruzadas áreas do conhecimento buscaram, ao longo do desenvolvimento científico das últimas décadas, produzir leituras constitutivas sem igualar a natureza de seus discursos. Esta análise parte do debate sobre o entrecruzamento de narrativas feito por Paul Ricoeur e a análise de um filme que apresenta estes tensionamentos narrativos: a ficção documentarizante *Tanga – Deu no New York Times?*, o único filme dirigido por Henfil em 1987.

Palavras-chave: narrativas históricas; cinema ficcional; Henfil.

Abstract: History, journalism and cinema converge in relation to narrative structure production when searching for the comprehension about different realities. Immersed in a debate arena among objectivity and subjectivity, reality and fiction, fact and story, truth and likelihood, evidence and representation, these intersecting knowledge areas sought, along scientific development in the last decades, to produce constitutive readings without even the natures of its discourse. This analysis starts from the debate about narrative crisscross written by Paul Ricoeur and a film analysis that presents these narrative stressing: the documentary fiction *Tanga – Deu no New York Times?*, the only film directed by Henfil in 1987.

Keywords: historical narratives; fictional cinema; Henfil.

1. TEMA CENTRAL

Grande parte do passado que registramos é intermediado pelos meios de comunicação. Toda imagem conta uma história, e toda história representa uma imagem, o que nos leva a considerar a problemática da construção das diferentes narrativas e a relevância metodológica destes estudos como ponto de partida. De acordo com Marialva Barbosa, “os meios de comunicação apresentam nas suas narrativas uma contradição intrínseca: buscam a verdade do passado, quando o que podem oferecer é a verossimilhança” (Barbosa, 2008, p. 89).

História e jornalismo se constituíram como fontes de conhecimento frequentemente associadas a representações mais próximas de uma realidade vivida, com recursos da objetividade que lhes conferiram um rótulo de neutralidade tão questionável quanto ainda latente. Percebe-se o caráter imaginativo destas duas formas de contar o passado, já que o vivido, segundo o filósofo francês Paul Ricoeur, “só pode ser reconstruído pela imaginação” (Ricoeur, 2010, v. 1, p. 140). Como se estivesse distante deste efeito de verossimilhança, a ficção seria, então, o lugar imaginário no qual a liberdade de criação reina absoluta, mesmo quando fundamentada em fatos reais. Ainda neste caminho estreito, pode-se sintomatizar que jornal e história estariam isentos desta liberdade de criação, já que seriam, via de regra, áreas fundamentadas em registros escritos ou declarações oficiais, encarados como preceitos objetivos para reconstruções imparciais sobre o passado.

⁶⁷ Márcia Neme Buzalaf é docente adjunta do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), doutora em História, Brasil, marciabuzalaf@gmail.com.

Para além das descobertas de conteúdo, é importante refletir metodologicamente sobre as singularidades destas narrativas e a natureza de seus entrecruzamentos, tomando como base a consistente premissa de Ricoeur: “A temporalidade não se deixa dizer no discurso direto de uma fenomenologia, mas requer a mediação do discurso indireto da narração” (Ricoeur, 2010, v. 3, p. 410). Os únicos registros que temos da humanidade são aqueles narrados; sem a narrativa, um acontecimento não vira fato – e um fato pode alçar elevados degraus de importância proporcionais à dimensão de sua narrativa.

Por entrecruzamento entre história e ficção, entendemos a estrutura fundamental, tanto ontológica quanto epistemológica, em virtude da qual a história e a ficção só concretizam suas respectivas intencionalidades tomando de empréstimo a intencionalidade da outra (Ricoeur, 2010, v. 3, p. 311).

Podemos verificar esta premissa prioritariamente nos relatos dos fatos paradigmáticos pela objetividade e/ou neutralidade positivistas, regentes da historiografia e do jornalismo (incluindo a produção audiovisual de documentários). São estas narrativas que reivindicam para si a representação da verdade, não o registro de uma verossimilhança. No outro lado da balança, encontramos os relatos estritamente ficcionais, restritos ao campo da subjetividade, mas que também possuem caráter documentarizante.

Para ponderar sobre as formas com as quais a comunicação se relaciona com a história, é importante transitar, primeiramente, em reflexões sobre o posicionamento da história em relação à comunicação, especialmente no tocante às fontes. A quebra do domínio positivista proporcionada pela Escola de Annales, a partir dos anos 1930, iniciou a ampliação dos conceitos de documento: imagem passou a ser considerada, também, e ainda lentamente, como testemunha da história, como discorre o historiador Peter Burke em seu livro *Testemunha Ocular* (2004).

No final dos anos 60, a consolidação de um caminho metodológico desamarrou os últimos arames: Marc Ferro (1992) defendeu a importância e legitimidade do cinema como fonte da história. Ao produzir filmes concomitantemente à realização de suas pesquisas, debateu os limites metodológicos e mostrou que os recursos cinematográficos são fonte e objeto de investigação crítica. Ferro trouxe uma inovação para as possibilidades historiográficas do cinema nos anos 60 ao ampliar a noção de documento antes dominada pela visão positivista dos registros oficiais, o que teria mudado o estatuto do historiador na sociedade. Se antes o imaginário não era considerado pelo estudo da história, a partir de Ferro, a obra cinematográfica teria informações relevantes para a historiografia.

O cinema traz dicotomias entre o aparente e o latente, entre o visível e o não-visível, entre a história e a contra-história e, neste sentido, produz “lapsos” mais evidentes sobre a temporalidade do que os documentos escritos. Para Ferro (1992), o cinema tem lapsos que independem da intencionalidade de quem o conduz, tornando-se documento do que não é mostrado de forma evidente.

2. OBJETIVOS

- Analisar o caráter documentarizante do filme *Tanga – Deu no New York Times?* (1987)
- Debater a desilusão em relação ao jornalismo à abertura democrática ficcionalizada por Henfil.
- Conceituar o entrecruzamento narrativo de Ricoeur na produção.

3. CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO E DISCUSSÃO TEÓRICA PROPOSTA

Tanga, escrito e dirigido por Henfil em 1987, apresenta personagens nada verossímeis, além de uma construção estética tão caricata quanto a própria trama. Entretanto, não há como negar a narrativa histórica que o filme fomenta, justamente por ser um relato feito no fim do regime militar e por alguém que vivenciou o período dentro do jornalismo. Buscaremos discutir o tom documental aferido no fictício *Tanga*, que deriva do caráter biográfico do filme e da premissa de que mesmo o cinema ficcional tem caráter documentarizante.

Tanga, ou *String Land*, é uma ilha com 179 quilômetros quadrados, 3 mil pessoas, sendo 99% analfabetos, sem escola, universidade, medicina, aeroporto ou rádio. Tem apenas um jornal: o *New York Times* (NYT) e apenas um exemplar, que é lido exclusivamente pelo ditador Herr Walkyria Von Mariemblaque no banheiro e, logo depois, incinerado (Figura 1). Com traços caricatos, os personagens do filme, em seus trejeitos e personalidades, parecem ter saído de um cartum. A ilha é localizada no Caribe, a língua predominante é o português mas alguns termos são esbravejados em alemão, uma clara referência ao nazismo, considerando também, que o único livro permitido em *Tanga* é *Mein Luta*.



Figura 1. Mariemblaque lê o NYT

Fonte: Recuperado de “TANGA – Deu no New York Times?”, direção de Henfil, 1987, J.N. Filmes, Quanta Centro de Produção, 90 min.

Henfil não poupa ninguém da sua perspectiva sátira e ridiculariza tanto o ditador quanto os militares, o “povo” e os guerrilheiros de esquerda. Ninguém se salva em Tanga, um país sem heróis, nem em Tanga, uma narrativa não-maniqueísta. A desilusão do cartunista em relação à chamada abertura democrática fica evidente na construção fílmica e na sua crítica aos grupos que compuseram a esfera pública durante a ditadura civil-militar brasileira.

A premissa imaginativa de Tanga é: o que deu no New York Times é a verdade e precisa acontecer, mesmo que não tenha ocorrido. Os fatos só acontecem em Tanga depois de serem publicados no NYT. A inversão do papel do jornalismo, de originar um fato ao invés de reportá-lo após ocorrido, traz um estranhamento que faz sentido ao longo do filme: um acontecimento só se torna um fato a partir do momento em que se torna público – ou seja, a partir da mediação jornalística. Henfil caricaturiza esta premissa jornalística ao mostrar que este poder da imprensa pode ser, inclusive, levado ao extremo da criação de um fato e até da derrubada de governos.

No ano de lançamento do filme, 1987, os censores já não estavam mais dentro das redações dos jornais, embora a censura fosse prática frequente, em todo o meio artístico, e mais ainda a autocensura, dispositivo mental que evidencia o temor sobre uma possível volta do cerceamento da autonomia jornalística. Em especial, duas cenas apresentam uma narrativa de humor crítico e uma desilusão em relação ao jornalismo:

1. O suicídio e o atentado: o ditador diz ao general que “deu no New York Times” que teria acontecido um atentado à livraria e que um preso honorário teria cometido suicídio, já que não teria resistido à tortura. O general avisa os oficiais. Resultado: o preso aparece “sendo suicidado” pelos oficiais, e a livraria, que é uma casa de palha, é incendiada. O jornal determinou o que aconteceria no país Tanga, o que poderia ser uma maneira de mostrar a visão de Henfil sobre o poder da imprensa. As cenas são uma clara alusão a dois fatos da ditadura civil militar brasileira: o assassinato de Vlado em 1975, que na versão dos militares teria sido um suicídio, e os incêndios às bancas de jornais que comercializavam periódicos da imprensa alternativa.

2. Uma “loja de manchetes”: o personagem Kubanin, interpretado por Henfil, vai a uma loja de impressão de jornais personalizados, em Nova York. Na máquina, um cartaz registra “Headlines \$6,00” (“Manchetes 6 dólares”). Henfil imprime uma manchete na capa do NYT: “Golpe derruba o ditador de Tanga” (Figura 2). A possibilidade de criação da notícia é clara para pesquisadores, mas mesmo assim ainda paira uma ilusão de conferência com a realidade. Assim como Paul Ricoeur apresenta uma discussão sobre a dimensão ficcional na narrativa histórica, neste trecho de *Tanga*, assim como em outros, percebe-se claramente a possibilidade de leitura crítica sobre a narrativa jornalística que, longe de ser uma transposição da realidade, é construída e, às vezes, barata e ficcionalizada.



Figura 2. Manchetes 6 dólares.

Fonte: Recuperado de “TANGA – Deu no New York Times?”, direção de Henfil, 1987, J.N. Filmes, Quanta Centro de Produção, 90 min.

Percebe-se, neste tipo de narrativa cinematográfica, o que Paul Ricoeur argumenta em seu *Tempo e Narrativa*. Para ele, de uma forma geral, “história e ficção estão às voltas com as mesmas dificuldades, dificuldades não resolvidas” (Ricoeur, 2010, v. 3, p. 311), dificuldades sobre a representância. Ricoeur explica que representância é a representação através de narrativas (temporais), ponderada pela consciência da individualidade – ancora-se nas múltiplas narrativas, já que não toca na recepção nem a ignora, não é só extra nem só intralingüística. Passa longe das análises semióticas puras e das representações sociais estritas.

Ricoeur, nos três volumes de sua obra *Tempo e Narrativa*, define representância como o conhecimento sobre “rastros” (trace) a partir da subjetividade implicada no sujeito enunciador. A busca aqui é pelas referencialidades históricas do extralingüístico, já que é a partir dos rastros que se configura a formação de documentos históricos. Para Ricoeur, os rastros têm função de lugar-tenência na representância.

A abordagem sobre o jornalismo apresenta duas matrizes críticas neste filme: uma, sobre o poder da imprensa e, a outra, sobre seus mecanismos de produção, ficcionalização e censura. *Tanga* estimula uma rica reflexão sobre as narrativas jornalísticas a partir do entrecruzamento apresentado por Ricoeur tanto quanto traz a visão de mundo questionadora sobre a abertura democrática de quem trabalhou em jornais durante a censura prévia. O longa metragem segue a postura autoral de Henfil, que utiliza, assim como em suas ilustrações, o humor como crítica social e política. É um filme que figura, portanto, como uma importante fonte historiográfica sobre o processo de abertura pós- ditadura civil-militar no Brasil ao evidenciar, também, a desilusão no olhar de Henfil sobre as resistentes relações de poder nas esferas militar, militante, da sociedade civil e da imprensa.

4. METODOLOGIA DE APROXIMAÇÃO E/OU ABORDAGEM

Tanga é majoritariamente ficcional e, mesmo assim, apresenta uma crítica incômoda ao poder e à credibilidade do jornalismo, não deixando o receptor aceitar o discurso do real como realidade, mas, sim, como construção narrativa.

O cinema histórico reflete a complexidade das aporias que constituem a construção narrativa. Documentários exploram nuances da realidade ao associar pessoas com personagens, e reflexões com trilhas, além de, claramente, dar um sentido lógico de início-meio-fim para o assunto abordado. Tanto as ficções quanto os documentários sobre períodos históricos, na mesma direção, emprestam documentos e registros oficiais para atestar a temporalidade a qual se ancoram e atingirem uma reprodução verossímil daquele passado, daqueles sujeitos, daquela cultura, daquelas imagens. Usam, portanto, de registros oficiais ou jornalísticos para determinar a temporalidade daquela história, dita fictícia ou dita documental, e dar um caráter de veracidade e credibilidade.

Nas relações entre cinema e história, o historiador Marcos Napolitano (2014) aponta três caminhos possíveis de pesquisa: (1) o cinema na história; (2) a história do cinema; e (3) a história no cinema. Focaremos nesta última relação, da história no cinema, a partir de duas narrativas distintas produzidas em tempos históricos diferentes para pensar o cinema, tanto ficcional quanto documental, como estruturas documentarizantes, ancoradas a uma determinada temporalidade, e que trazem as narrativas sobre o real construídas em bases entrecruzadas.

Nossa perspectiva aponta para um conjunto de possibilidades metodológicas pautadas por uma abordagem frequentemente enfatizada por historiadores especialistas em fontes de natureza não escrita: a necessidade de articular a linguagem técnico-estética das fontes audiovisuais e musicais (ou seja, seus códigos internos de funcionamento) e as representações da realidade histórica ou social nela contidas (ou seja, seu “conteúdo” narrativo propriamente dito) (Napolitano, 2014, p. 237 – grifo do autor).

O repúdio a uma oposição conceitual entre documentário e ficção não significa equiparar a linguagem estética e discursiva destes dois tipos de produção. Paul Ricoeur (2010) alimenta a proximidade da natureza das narrativas ficcionais e das narrativas históricas sem igualar seus discursos. Busca discutir, prioritariamente, o entrecruzamento destas narrativas e como elas se retroalimentam, ao aceitar o hibridismo destas construções.

A ficção está fundamentada em uma relação oposta ao documentário, como se dele nada se alimentasse, ao mesmo tempo em que o documentário pode ser constituído como um filme no qual a ficção não é facilmente identificável. Roger Odin (2012) sumariza as aporias sobre os dois gêneros cinematográficos de forma extensiva e, ao determinar um caminho, conclui que todo filme deve ser tomado como documento, independentemente da classificação na qual foi enquadrada.

Diremos que um filme pertence ao conjunto documentário quando ele integra explicitamente em sua estrutura (de um modo ou de outro) a instrução de fazer acionar a leitura documentarizante: quando ele programa a leitura documentarizante. Essa instrução pode se manifestar seja nos créditos, seja no próprio texto fílmico (Odin, 2012, p. 23).

As pesquisas coordenadas por Cristiane Freitas Gutfreind demonstram a dificuldade de filmar alguns assuntos históricos, como a própria tortura, limitada ao afogamento, cadeira do dragão e pau de arara na cinematografia brasileira. Em termos estéticos, a predominância realista é determinante nesta construção fílmica, demonstrando um fascínio pelo real.

Compreende-se que existe um crescente número de produções cinematográficas brasileiras cujas histórias fazem reiteradas referências à ditadura militar. De forma variada, podemos entender que a leitura dessas imagens nos remete a pensar o castigo físico como o acontecimento mais marcante da negatividade do regime militar. Podemos ainda observar que a maioria desses filmes, tais como Pra frente Brasil e Batismo de Sangue, optou por um tipo de cinema que utiliza recursos estéticos amplamente reconhecidos por um grande público para caracterizar o sofrimento. Assim, nos parece evidente que penalidades físicas não são toleradas na nossa sociedade (Gutfreind, Stigger & Brender, 2008, s.p.).

Percebemos que o cinema brasileiro tem buscado cumprir diversas funções ao tratar de temas relacionados com a ditadura: registrar memórias, dialogar com o passado biográfico e autobiográfico, reconstruir fatos deste passado a partir do presente e ampliar a difusão de pesquisas sobre o período.

5. PRINCIPAIS RESULTADOS, REFLEXÕES E CONCLUSÕES

Na conjugação entre história e comunicação, vários são os elementos constitutivos que definem as duas áreas separadamente e também tornam-se pontos de convergência e interdisciplinaridade. A utilização, por parte da historiografia, de meios de comunicação imagéticos – do jornal ao cinema – é tão realçada nas pesquisas quanto a necessidade de contextualização sócio-político-cultural na área da comunicação. Interessa discutir o quanto há de elementos historiográficos e documentarizantes na ficção, considerando que toda narrativa carrega em si o mantra da verossimilhança. A questão norteadora é: quais nuances entrecruzam a construção das narrativas históricas, jornalísticas e ficcionais? Analisar a natureza do entrecruzamento destas narrativas, principalmente quando o assunto tangencia a ditadura civil-militar no Brasil, contribui para a amplificação da dimensão historiográfica nos estudos da comunicação e a revelação dos modos de narrar que resultam desta referência cruzada.

A reflexão sobre o papel da imaginação na construção dita objetiva dos fatos torna-se tão relevante quanto a dimensão temporal e, nos termos de Ricoeur, históricas, das narrativas ficcionais. No entrecruzamento entre história, ficção e jornalismo, encontramos a dimensão crítica necessária para analisar a constituição da natureza dos discursos para além do rótulo que estas narrativas carregam, que as definem e certamente as limitam enquanto produção de sentido.

Paul Ricoeur trata o tempo e a narrativa como instituições indissociáveis, apesar de não igualar seus discursos. Apresenta, assim, um consistente posicionamento sobre o papel imaginativo na narrativa histórica, o “ter-sido”. A dimensão imaginativa está ligada à ficção e, em uma diferente organicidade, à história, na busca pela reconstituição do que foi.

No outro ponto deste entrecruzamento, a temporalidade vinculada à narrativa histórica, também alicerça a ficção. Para Ricoeur, as narrativas ficcionais usam a reinscrição do tempo da narrativa no tempo do universo - e este é o modo referencial da historiografia. A ficção usa da temporalidade para sua construção. Encontra, portanto, o tempo do mundo.

Para concluir, o entrecruzamento entre a história e ficção na refiguração do tempo repousa, em última análise, nessa sobreposição recíproca, com que o momento quase histórico da ficção trocando de lugar com o momento quase fictício da história. Dessa entrecruzamento, dessa sobreposição recíproca, dessa troca de lugares, procede o que se convencionou chamar o tempo humano, onde se conjugam a representância do passado pela história e as variações imaginativas da ficção, tendo como pano de fundo as aporias da fenomenologia do tempo (Ricoeur, 2010, v. 3, p. 328).

Cinema é, em primeira instância, montagem. Se assim considerarmos, todos os filmes são ficcionalizados neste dado da construção. Entretanto, a montagem em documentários se difere da ficção clássica na medida em que serve apenas de concreto para a junção de partes de uma narrativa, diferentemente da construção completa de personagens, cenas, figurino, trama, locação e trilha. O entrecruzamento teorizado por Ricoeur pode ser utilizado para a leitura cinematográfica porque prevê a concepção de narrativas que não são simétricas, porém, que usam o mesmo modo referencial da temporalidade e a mesma essência imaginativa.

6. BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, M. (2008) Meios de Comunicação e Usos do Passado: temporalidade, rastros e vestígios e interfaces entre comunicação e história. In: RIBEIRO, A.P.G.; HERSCHMANN, M. Comunicação e História: Interfaces e Novas Abordagens. Rio de Janeiro: Mauad.
- BURKE, Peter. (2004) *Testemunha Ocular*. Bauru, SP: EDUSC.
- HERSCHMANN, M. (Orgs.). (2008). *Comunicação e história. Interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 83-96.
- DUTRA, R. A. (2000). Da historicidade da imagem à historicidade do cinema. *Projeto História: história e imagem*. São Paulo, v. 21, p. 121-140.
- FERRO, M. (1992). *Cinema e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GUTFREIND, C. F.; STIGGER, H.; BRENDLER, G.. (2008). A Estética realista dos filmes sobre a ditadura militar no Brasil. *Em Questão*, v. 14, n. 2.
- HENFIL. (1981). *Cartas da mãe*. Rio de Janeiro: Codecri.
- _____. (1976). *Diário de um Cucaracha*. Rio de Janeiro: Record.
- LEME, C. G. (2013). *Ditadura em imagem e som*. São Paulo: Editora Unesp.
- MALTA, M. (2008). *Henfil: o humor subversivo*. São Paulo: Expressão Popular.

NAPOLITANO, M. A. (2014). História depois do Papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, p. 235-290.

NOVA, C. A. (2000). "História" diante dos desafios imagéticos. *Projeto História: história e imagem*. São Paulo, v. 21, p. 142-162, Nov.

ODIN, R. (2012). Filme documentário, leitura documentarizante. *Significação: Revista de Cultura Audiovisual*, v. 39, n. 37, p 10-30.

RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*. (2010). Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 3 v.

SELIPRANDY, F. (2015). *A luta armada no cinema: ficção, documentário, memória*. São Paulo: Intermeios.

FILMOGRAFIA

TANGA – Deu no New York Times?.(1987). Direção: Henfil. Produção: J.N. Filmes, Quanta Centro de Produção. Rio de Janeiro – RJ, 90 min.

Ponencia presentada al GT 17 Historia de la comunicación

Evolución comunicacional, memoria en metamorfosis

Communication evolution, memory in metamorphosis

Evolução comunicacional, memória em metamorfose

*Larissa Conceição dos Santos*⁶⁸

*Marco Bonito*⁶⁹

Resumo: Faz-se necessário observar a historicidade dos sistemas de comunicação e dos processos comunicacionais (Barbosa, 2009) considerando sua inscrição em um contexto cultural definido pela prática social, isto é, onde os usos e as apropriações dos sujeitos refletem a forma e evolução da comunicação. Busca-se através desse ensaio de caráter teórico-reflexivo, analisar diacronicamente a evolução das práticas comunicacionais que culminam, na atualidade, em novos-velhos formatos face ao digital. Estamos diante de “novas” tecnologias de informação e comunicação ou apenas ressignificando antigas práticas adaptadas a outros processos e dispositivos? Entre outras implicações, busca-se evidenciar, especialmente, a emergência de novas formas de memória e de memorização, possibilitadas a partir do advento do *world wide web* e da expansão das mídias digitais.

Palavras-Chave: Comunicação digital, mídias digitais, memória.

Abstract: It is necessary to observe the historicity of communication systems and communication processes (Barbosa, 2009) considering their inclusion in a cultural context defined by social practice, that is, where the uses and appropriations of subjects reflect the form and evolution of communication. Through this theoretical-reflexive essay, we analyze diachronically the evolution of the communication practices that culminate, in the present time, in new-old formats compared to digital. Are we facing "new" information and communication technologies or just re-meaning old practices adapted to other processes and devices? Among other implications, we seek to highlight, especially, emergencies of new forms of memory and memory, made possible by the advent of the world wide web and the expansion of digital media.

Keywords: Digital communication, digital media, memory.

Introdução

As mudanças decorridas ao longo da história da escrita, até a chegada do texto virtual estão intimamente relacionadas às mudanças sociais e culturais, mas também às práticas e formas simbólicas que circulam na nossa sociedade (Bonaccorsi, 2013).

A introdução da abordagem histórica na comunicação deveria voltar-se à análise das “práticas articuladas em torno dos modos de comunicação” (Barbosa; Ribeiro, 2011, p.14), privilegiando o estudo dos atores e a forma com que estes se relacionam com a história através da comunicação (papel mediador da comunicação), ao invés de limitar-se ao estudo dos veículos, ou dos objetos comunicacionais fora de seu contexto de uso (virada pragmática nos estudos sobre história da comunicação). São, enfim, as nossas relações, práticas e ações na sociedade, ao longo do tempo, que nutrem a história. E, da mesma forma, são elas também as responsáveis pelas mudanças e evoluções na comunicação. Assim, poderíamos afirmar que a comunicação humana sempre foi objeto da história.

⁶⁸ Professora Adjunta na Universidade Federal de Santa Maria- Campus Frederico Westphalen (UFSM/FW-Brasil). Doutora em Sciences de l'Information et de la Communication pela École des Hautes Études en Sciences de l'Information et de la Communication (Celsa, Paris-Sorbonne). Pesquisadora vinculado ao Laboratoire Gripic (Université Paris-Sorbonne) e Grupo de Pesquisa t3xto (UNIPAMPA-Brasil). larissa.conceicao@gmail.com

⁶⁹ Coordenador do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA-Brasil). Pesquisador, comunicólogo, especialista em Cultura Midiática Digital Acessível. Membro dos Grupos de Pesquisa Processocom (UNISINOS) e t3xto (UNIPAMPA) Brasil. marcobonito@gmail.com

De igual modo, a história sempre esteve relacionada à comunicação, pois a evolução dos meios de comunicação altera a nossa relação como tempo, estando, assim, intrinsecamente ligados à história que se constrói na atualidade (história das culturas, das mentalidades, do tempo presente).

Na atualidade, observa-se a forma como o “digital” altera a nossa maneira de agir, ou de interagir com relação à escrita, não apenas lemos ou escrevemos diferentemente por meio dos suportes digitais, mas também mudamos nossas práticas de apreensão, de reescrita a partir de textos agora facilmente “modeláveis”, podendo ser alterados, ressignificados, e colocados novamente em circulação, com uma velocidade que jamais seria alcançada pela escrita impressa. Como resultante, as práticas de escrita tradicional são afetadas pelos códigos e formatos adotados pelo virtual/digital. Mas também as mídias digitais são moldadas e influenciadas pelas práticas associadas à escrita.

O presente ensaio, de caráter teórico-reflexivo, pretende analisar diacronicamente a evolução das práticas comunicacionais que culminam, na atualidade, em novos-velhos formatos face ao digital. Estamos diante de “novas” tecnologias de informação e comunicação ou apenas ressignificando antigas práticas adaptadas a outros processos e dispositivos? Entre outras implicações, busca-se evidenciar, especialmente, a emergência de novas formas de memória e de memorização, possibilitadas a partir do advento do *world wide web* e da expansão das mídias digitais.

Novas formas de comunicar: do papiro ao digital

Entre as potencialidades das mídias digitais, Jeanneret (2012a) salienta integração e enriquecimento da escrita, em suas diferentes dimensões. A escrita, ou o desenvolvimento das formas escritas, influenciaram a concepção das mídias digitais (digitação linear, edição e formatação dos documentos em estruturas semelhantes a folhas de papel, etc.), mas também as mídias têm influenciado a forma como escrevemos, lemos e nos relacionamos com a escrita (uso de computadores e de editores de texto, estereotipagem das produções textuais, etc.).

O fato de a escrita na era digital assumir traços semelhantes aos das formas de comunicação primitivas, além de acionar recursos como pictogramas e ideogramas, conduz Jeanneret (2008) a afirmar a existência de uma mediação memorial que repousa sob as mídias digitais.

Isso porque os dispositivos de comunicação atuais, sobretudo os digitais, se apoiam ou se inspiram em práticas sociais antigas, que após sucessivas evoluções culminam em formas instituídas como as vemos hoje. Como exemplo, evoluiu-se da escrita nas pedras, rochas, paredes, às tábuas, posteriormente aos papiros, em seguida às folhas, livros, com o advento da impressão, e atualmente as telas dos computadores (tablets, smartphones, etc.) ainda dispostos de forma quadrada ou retangular com inscrições horizontalmente dispostas.

Nesse sentido, salienta Jeanneret (2008) que o traço escrito (as marcas desta escritura) deve ser observado como uma enunciação, onde são operadas escolhas diante de um dado contexto. Pode-se, com isso, afirmar que as mídias digitais prescrevem nossas práticas sociais. Elas alteram as formas de leitura, escrita e apreensão textual, tanto quanto tais práticas afetam a produção e desenvolvimento de novas mídias ou ferramentas que se adaptem as nossas necessidades.

il faut tenir compte de plusieurs types de réalités : la matérialité et la technicité du support informatique, la complexité des formes écrites qu'il a intégrées et déployées, mais aussi les conceptions de ce qu'est écrire et lire qui ont accompagné son développement (Jeanneret, 2012a, p.395).

A escrita, e em especial o texto, tem sua materialidade alterada através dos suportes digitais, modificando sua existência (do impresso ao virtual) mas também sua experiência (visualização parcelar, não-linear, mediada por um dispositivo informático).

Dessa forma, o texto digital não é desmaterializado “mais il perd son caractère d'objet individualisé et devient un événement, réitéré à la demande par le geste de lecture gestualisée qui le requiert, sollicitant la procédure machinique Jeanneret (Jeanneret, 2012a, p.398). O autor fala em uma dupla materialidade que caracteriza a escrita digital, isto é, uma dimensão física, relativa ao suporte que lhe permite a exibição na tela, e outra semiótica, que remete à sua visualização (dimensão visual). Com relação as evoluções e mudanças nas práticas ligadas à escrita, face às mídias digitais, Jeanneret (2012a, p.400) salienta

on peut décrire certaines tendances de fond qui, sans être irréversibles, se sont fortement affirmées ces derniers temps, parce qu'elles correspondent à la fois à des choix techniques et à des ressources politiques et économiques : l'idéal de dissociation entre forme et contenu, la reconfiguration des rapports entre acteurs de l'écrit, la mise à l'écritures des pratiques et la désingularisation des formes documentaires.

Observa-se uma prevalência ou homogeneização dos formatos de escrita e edição textual na web, conduzindo a uma predileção semiótica (Jeanneret, 2014), mediado pelas mídias e instrumentos digitais (arquitextos) e influenciada pela crescente industrialização das práticas sociais.

Como reflexo, observa-se uma uniformização na forma de escrever e transmitir as informações, moldada pelos programas de edição e de publicação digitais. Os sites seguem um padrão de formatação, e sua distinção entre categorias (chat, blog, site, rede social) e gênero (notícia, diversão, científico, etc.) se dá através desta formatação semioticamente pré-estabelecida e reconhecida socialmente (através dos signos textuais, iconográficos, semióticos).

Le triomphe général de l'image du texte se fait en effet sur une double base opérationnelle : projection dans tous les secteurs de l'information et de la communication des mêmes formats textuels, maximisation des modes de circulation entre ces textes et, par eux, entre les modes culturels, politiques, marchands de l'échange (Jeanneret, 2012a, p.401).

A leitura e a apropriação do texto virtual pressupõem uma lógica própria, um reconhecimento do quadro de leituras e das ferramentas próprias às mídias digitais, da mesma forma é possível conceber um ato de leitura, uma gestual que permite a leitura-escrita através de tais mídias.

A escrita torna-se objeto e ferramenta das mídias digitais, pois serve à operacionalização dos processos textuais (redação), mas também forma parte da estrutura que determina o funcionamento de tais mídias (linguagem informática). Para Davallon et al. (2003, p.25) « les médias informatisés sont ainsi définis comme des "machines textuelles" auxquelles on accède et que l'on manipule à travers et par l'écriture ».

Quando o texto se transporta do papel à tela digital não altera-se apenas o seu suporte de escrita, mas também a forma como escrevemos, concebemos tal texto e, conseqüentemente, como iremos nos relacionar com ele. Existe uma dinâmica própria ligada à escrita, à leitura e à circulação dos textos virtuais.

Na concepção de Davallon et al. (2003) a escrita é entendida como um meio de expressão, de comunicação, dotado de uma realidade material, visual e linguística que a torna legível e visível. Isto é, leva-se em conta a dimensão material, gráfica e visual da escrita e reconhece-se a importância e as implicações destes elementos sob a forma em que apreendemos os textos. As mídias digitais são vistas como uma tecnologia social pois,

l'organisation de l'espace qu'ils mettent en scène passe par l'écriture (« l'écrit d'écran ») et le « texte » (« le texte de réseaux ») et suppose des objets porteurs de signes, saisis par des interprètes et non simplement des instruments dotés d'un cadre de fonctionnement mis en œuvre, d'une façon ou d'une autre, par des utilisateurs. (Davallon et al., 2003, p. 34).

Dessa forma, a fim de analisar os dispositivos técnicos, tais que as mídias digitais, faz-se necessário considerar as dimensões logico-computacional (técnica) e escritural (semiológica) que se configuram a partir das práticas de "uso" e de interação com os dispositivos.

Reforça-se aqui o termo "uso", comum na linguagem informacional, arquivística e sobretudo computacional, e salienta-se a distinção estabelecida por Jeanneret (2008) entre prática e uso, a qual considera-se pertinente e necessária para um estudo concebido em ciências da informação e da comunicação

l'usage est un élément de la pratique culturelle, celui qui concerne les situations où les sujets sociaux sont confrontés à des dispositifs conçus par d'autres qu'eux. Il n'y aurait donc pas, pour moi, des usages de l'information, mais plutôt des pratiques informationnelles (Jeanneret, 2008, p.44).

Ou seja, é preciso observar os dispositivos técnicos inseridos no contexto das práticas informacionais, submetidas a um processo comunicacional que lhe torna apreensível aos usuários, graças a uma interface que permite a mediação entre texto e leitor.

Para Davallon et al. (2003) essa mediação pode indicar uma certa “manipulação” ou “pré-formação” dos modos de uso do dispositivo (e, conseqüentemente, de apreensão do texto), graças aos formatos, natureza dos dispositivos, quadros de edição e de enunciação editorial, entre outros. Dessa forma, devem ser considerados três espaços de análise: «l’objet technique institué comme média d’une part, le formatage du processus de communication par le média d’autre part et, enfin, la façon dont les usagers s’approprient le dispositif » (Davallon et al., 2003, p.35).

Observa-se o texto digital/virtual, ao mesmo tempo, como um objeto técnico e textual, isto é, reconhecendo sua materialidade e a sua complexa composição poli-semiótica (imagens, ícones, palavras, etc.). (Jeanneret et al., 2003, p.96). Dessa forma, a escrita virtual configura uma modalidade de texto específica, um objeto composto, no qual o suporte, as modalidades de escrita e enquadramento, e diferentes signos se conjugam na formação do “texto virtual”.

A escrita na web segue procedimentos e padrões muito semelhantes aqueles do livro. Ele é um objeto material, comunicacional, condicionado e influenciado por seu suporte mas também pelas regras de organização que regem a sua escrita. Os textos são intencionalmente construídos, portanto as escolhas efetuadas na sua escrita respondem aos interesses e condições de leitura, acesso e apreensão pré-estabelecidos.

A escrita na web e a formação da memória digital

Para Dodebei (2011), o desenvolvimento da escrita constitui um marco na criação e, conseqüentemente, transmissão, da memória coletiva nas sociedades. Se antes a formação da memória limitava-se ao pensamento humano, expresso através na narração, da oralidade, com a escrita as possibilidades de comunicação são ampliadas, e mais recentemente com o digital, as barreiras do tempo e do espaço são ultrapassadas, e o registro informacional e memorial é alterado, face ao suporte virtual e a capacidade ilimitada oferecidas pela web.

Em relação aos modos como a memória é patrimonializada e tomando-se as tecnologias da comunicação como enfoque e escopo da discussão pode-se indicar que os povos ágrafos constroem suas memória coletivas, de uma forma virtual, pela herança de seus antepassados, da mesma forma como fazia toda a humanidade antes que fosse desenvolvida a tecnologia da escrita (Dodebei, 2011, p.38).

Com o advento das tecnologias de informações digitais os acervos e patrimônios históricos, materiais ou imateriais, passam a compor a memória digital, disponível e acessível através de suportes eletrônicos como a web.

O fenômeno da digitalização de documentos, numerização de informações e salvaguarda de acervos documentais, fotográficos, visuais e auditivos em um espaço virtual (cyberespaço), sublinha a questão da conservação do patrimônio, mas também coloca em evidência a sua disseminação e recuperação em uma esfera digital e globalizada, de onde emerge o conceito de patrimônio digital.

O modelo de observação do patrimônio virtual, a partir da memória, mostra que ele é passível de modificações e re-interpretações pela sociedade, ao passo que o seu acesso passa a ser facilitado através das mídias digitais. A preservação do patrimônio e, conseqüentemente, da memória virtual, repousa na disseminação de informações. Assim, a memória é construída por meio do compartilhamento de informações em meio digital, em um processo de construção compartilhada de significados ou de re-significação, a partir do repertório individual e da interação coletiva.

O patrimônio, ao ser digitalizado, não perde a sua materialidade. O suporte é alterado e seu horizonte de abrangência ampliado ao âmbito da world wide web, o que permite a sua salvaguarda e sua recuperação, mas não garante a conservação dos formatos originais, nem os exime de alterações, uma vez que, no espaço virtual as informações tendem a ser selecionadas pelos leitores e reinterpretadas de acordo com as percepções pessoais mas também sendo influenciadas pelos julgamentos e críticas que circulam na esfera digital.

Memória, memorização e *digital memory*

Observa-se, assim, a emergência de novas formas de memória, ou de memorização, possibilitadas a partir do advento do *world wide web* e da expansão das mídias digitais, tais como as memórias documentárias eletrônicas, em resposta à necessidade de preservação dos patrimônios (culturais, artísticos, literários, históricos, etc.), a memória informática (Ertzscheid et al., 2013) ou memória digital (Dodebei, 2006).

Outrossim, fala-se na formação de uma memória informática a partir da coleta e arquivamento de traços, dados, informações disponibilizadas e trocadas no espaço web. Em ciências humanas e sociais os estudos dos traços dos internautas podem apresentar-se como uma alternativa à compreensão de suas práticas face às mídias digitais, pois sua análise permite, entre outras coisas, « comprendre comment les usagers pratiquent avec tel ou tel dispositif ou tel logiciel, selon un cadre préconçu » (Ertzscheid et al., 2013, p.57).

Apoia-se, para tanto, na análise dos traços explícitos e implícitos deixados pelos usuários na web: os primeiros dizem respeito as escritas e outras produções diversas, textos, imagens, dados, que são intencionalmente publicados na web com o intuito de serem difundidos (são passíveis de exclusão). Já os traços implícitos remetem aos “passos”, rastros, vestígios deixados pelo internauta e que revelam suas ações, escolhas, o percurso do seu acesso na web. O traço, nesse último caso, designa « une marque laissée par l'utilisateur d'une application informatique, témoignant d'un contact passé avec cette application qui en programme l'inscription » (Ertzscheid et al., 2013, p.55) e os documentos, por sua vez, analisados enquanto fontes, objetos de memória, portadores de traços, de indícios presentes de algo ausente (Ertzscheid et al., 2013).

Para os autores, o estudo dos “traçados” virtuais (percurso dos usuários na web) não podem ser generalizados, ou observados como representativos de uma prática real, pois mesmo no ato de registro do caminho percorrido pelo usuário podem ser notadas interferências da parte do motor de busca, de acordo com os interesses e intenções deste último para com a salvaguarda de tais informações. Da mesma forma, os registros informáticos não revelam o contexto no qual a ação do internauta se configura, e menos as influências da aplicação de busca na própria prática social (sites sugeridos, tópicos relacionados no momento da busca, limitações, etc.).

Faz-se necessário, nesse sentido, ressaltar o caráter estruturante da escrita que condiciona « le déploiement de la mémoire » (Jeanneret, 2010, p.33). A escrita possibilita o registro da memória, mas altera sua forma de circulação, de transmissão (do oral ao signico, textual), pois “dans leur effort pour pérenniser les êtres culturels, les médias informatisés rencontrent la mémoire sociale des formes médiatiques : ils configurent le futur au passé composé » (Jeanneret, 2010, p.36).

De acordo com Ertzscheid et al.(2013) observa-se a evolução de uma “web de stock”, de arquivamento e estocagem fixa de dados, para uma “web de fluxo”, onde a lógica da troca, do intercâmbio de informações se desvincula do suporte material. Na esteira dessas mudanças, o Open Access é visto como um movimento em favor da memorização pública, da salvaguarda e constituição de um patrimônio textual científico mundial.

Como consequência, emergem diversos questionamentos sobre o registro de informações na web (especialmente dados pessoais) para fins publicitários e de controle, supõem a formação de um Mercado da memória. O registro de nossas memórias íntimas, percursos na web, escolhas pessoais, que são arquivadas e “vendidas” às diferentes empresas interessadas em promover produtos e serviços, e dispostas a pagar para receber informações sobre as práticas e preferências dos internautas.

Se pose alors la question triviale du devenir d'une société potentiellement hypermnésique, ou plus précisément, la question de la viabilité du devenir d'une société dans laquelle tout est à tout moment « retrouvable » , « réaccessible », « réactivable » (Ertzscheid et al, 2013 p.66).

Roy Rosenzweig pontua também algumas dificuldades relacionados ao autorialismo, à conservação e registro permanente muitas vezes impossibilitados pela Internet. Ao mesmo tempo, ele interroga o processo de (re)escrita da história e a livre difusão através dos web sites, tais como wikipedia, e suas implicações na prática específica dos historiadores.

Por outro lado Dodebei (2011, p.40-41) reflete acerca das promessas de preservação da informação e da memória na web:

Que garantias de leitura e reprodutibilidade os arquivos digitais propõem à sociedade? [...] prematuro pensar que podemos igualar a memória eletrônica à memória humana, embora a princípio ambas operem com critérios de seleção, seja do dado que constitui os bancos ou bases eletrônicas, seja das lembranças que formam nossa memória.

Observa-se, assim, uma metamorfose comunicacional e mnemônica alavancada pelo advento da web e das práticas, processos e dispositivos que dela decorrem. Não cabe dúvida com relação às contribuições e potencialidades relativas às tecnologias de informação e comunicação atualmente disponíveis, mas um espaço precisa ser dedicado também à reflexão crítica acerca da “economia da web/internet”, os contornos e limites do *webstockage*, bem como as implicações dos novos formatos e práticas digitais nos processos de memorização.

Considerações finais

Nesse sentido, questiona-se a respeito das potencialidades e limitações dos conteúdos e informações disponibilizados na web como, por exemplo, os acervos organizacionais, histórias empresariais, museus virtuais, que buscam conservar e difundir a memória de uma instituição para além de suas fronteiras organizacionais.

Existe uma responsabilidade histórica a respeito do que é dito e publicado na web, ou apenas trata-se de uma “versão dos fatos” a partir de óticas mais bem particulares? Que importância assume a comunicação face a virtualização das práticas sociais (políticas, de consumo, de socialização, etc.)? Estão as organizações conscientes de seus papéis face à construção de uma memória digital e, conseqüentemente, a reatualização da memória social?

No contexto atual onde a virtualização dos fatos, eventos e relacionamentos torna-se uma realidade, é imperativo analisar como os processos de reconfiguração da memória são afetados pelas mídias e ferramentas digitais, de maneira a compor uma memória digital (Dodebei & Gouveia, 2006).

Referências bibliográficas

Barbosa, Marialva C. (2009) Comunicação e história: presente e passado em atos narrativos. *Comunicação, Mídia e Consumo* (São Paulo. Impresso), v. 6, p. 11-27.

Barbosa, Marialva. C.; Ribeiro, Ana Paula Goulart (Org.) (2011) *Comunicação e História: partilhas teóricas*. 1. ed. Florianópolis: Insular, v. 1. 278p.

Bonaccorsi, Julia. Approches sémiologiques du web. In : Barats, Christine (Dir.). *Manuel d'analyse du web en sciences humaines et sociales*. Paris : Armand Colin, 2013, p.125-141.

Davallon, Jean; Noël-Cadet, Nathalie; Brochu, Daniel. (2003) L'usage dans le texte : les « traces d'usage » du site Gallica. In : Souchier, Emmanuël ; Jeanneret, Yves ; Le Marec, Joëlle Joëlle (Dir). *Lire, écrire, récrire. Objets, signes et pratiques des médias informatisés*. Paris : BPI - Bibliothèque publique d'information, p.45-90.

Dodebei, Vera . (2011) Memória e patrimônio: perspectivas de acumulação/dissolução no ciberespaço. *Aurora* (PUCSP. Online), v. 10, p. 36-50

Dodebei, Vera. (2006). Patrimônio e memória digital. *Morpheus*, Ano 04, número 08,

Dodebei, Vera; Gouveia, I. (2006) C. Contribuições das teorias da memória para o estudo do patrimônio na web. In: *Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. doi: 10.1080/03637758409390180

Ertzscheid, Olivier *et al.* (2013) A la recherche de la « mémoire » du web : sédiments, traces et temporalités des documents en ligne. In : Barats, Christine (Dir.). *Manuel d'analyse du web en sciences humaines et sociales*. Paris : Armand Colin , p.53-68.

Jeanneret, Yves. (2012) Écriture et médias informatisés. In : Christin, Anne-Marie (Dir.). *Histoire de l'écriture. De l'idéogramme au multimedia*. Paris : Flammarion, p.395-402.

Jeanneret, Yves. (2008) La relation entre médiation et usage dans les recherches en information-communication. *Anais do Colóquio Mediações e usos de saberes e informação: Um diálogo França-Brasil- Rede MUSSI*, Rio de Janeiro: Fiocruz, p.37-57.

Jeanneret, Y. (2014). Critique de la trivialité. *Les médiations de la communication, enjeu de pouvoir. Éditions non standard, Le Havre*

Jeanneret, Yves (2010). Des harmoniques du web : espaces d'inscription et mémoire des pratiques. *MEI*, 32, , p.31-39.

Jeanneret, Yves *et al.* (2003) Formes observables, représentations et appropriation du texte de réseau. In : Souchier, Emmanuël ; Jeanneret, Yves ; Le Marec, Joëlle (Dir). *Lire, écrire, récrire. Objets, signes et pratiques des médias informatisés*. Paris: BPI - Bibliothèque publique d'information, p.93-158.

Rosenzweig, Roy. (2003) Scarcity or abundance? Preserving the past in a digital era. *The American Historical Review*, v. 108, n. 3, p. 735-762.



Ponencia presentada al GT 17 Historia de la comunicación

La batalla de la pantalla: debates políticos y enfrentamientos por la venta de publicidad comercial en la televisión del SODRE (1966- 1967)

The battle of the screen: political debates and confrontations on the sale of commercial advertising on SODRE television (1966- 1967)

María Florencia Soria González⁷⁰

Resumen: La ponencia analiza la discusión política sobre el conflicto entre la televisión comercial y el canal 5 del Servicio Oficial de Difusión Radio Eléctrica (SODRE) en Uruguay entre 1966 y 1967. El enfrentamiento estuvo motivado por el inicio de la comercialización de publicidad en la televisión del SODRE. Sin embargo, la ponencia busca mostrar que el debate excedió a este hecho, implicando un cuestionamiento sobre el modelo de regulación de medios que debía seguir el país y la función de su televisión. Al mismo tiempo, la discusión estuvo permeada por la influencia de modelos de comunicación foráneos cuya apropiación nacional fue articulada con el contexto de la Guerra Fría y la crisis económica, social y política que atravesaba el país.

Palabras Clave: televisión en Uruguay, historia de los medios, historia de las políticas en comunicación

Abstract: The paper analyzes the political discussion on the conflict between commercial television and channel 5 of the Official Service of Broadcasting Electric Radio (SODRE) in Uruguay between 1966 and 1967. The confrontation was motivated by the beginning of the commercialization of publicity in the SODRE television. However, the paper seeks to show that the debate exceeded this fact, implying a questioning about the model of media regulation that the country should follow and the role of its television. At the same time, the discussion was permeated by the influence of foreign communication models whose national appropriation was articulated with the context of the Cold War and the economic, social and political crisis that the country was going through.

Key words: television in Uruguay, history of the media, history of communication policies

Introducción

Al igual que en México, Brasil o Cuba, la televisión en Uruguay nació a partir de iniciativas privadas amparadas en marco normativo fundamentalmente técnico⁷¹. El Canal 5 se inscribió en el SODRE, una institución creada en 1929 como una política cultural cuyos objetivos eran la “la periferia de programas culturales e informativos” (SODRE, 1963: 29) principios que continuaron siendo rectores de su radio CX6 SODRE y televisión.

⁷⁰ Docente e investigadora de la Facultad de Información y Comunicación de la Universidad de la República (FIC- UDELAR).

Licenciada en Ciencias de la Comunicación por la FIC-UDELAR y estudiante de la Maestría en Comunicación y Cultura de la Universidad de Buenos Aires. Uruguay. florencia.soria@fic.edu.uy

⁷¹ El primer canal en emitir regularmente fue SAETA Canal 10 el 7 de diciembre de 1956, seguido por Montecarlo Tv Canal 4, el 23 de abril de 1961 y Teledoce Canal 12, el 2 de mayo de 1962. La televisión nació regulada por la Ley N° 8.390, creada en 1928 para regular la radiodifusión (Registro Nacional Leyes y Decretos (en adelante RNLYD), 13 de noviembre de 1928: 842). Con el inicio de las emisiones regulares de televisión hubo intentos de actualizar la legislación a través de decretos complementarios que buscaban reafirmar el carácter precario y revocable en cualquier momento de las licencias que otorgaba el Estado a las radiodifusoras, definir la radiodifusión como servicio público y, sobre esta base, prohibir a las empresas hacer negocios con el uso de la onda. Además, se buscó establecer cierta regulación del contenido emitido por los prestadores de servicios radiofónicos privados. Sin embargo, esta normativa no fue aplicada a los prestadores de servicio privados (Faraone, 1998). Varios contemporáneos advirtieron sobre el “anacronismo de nuestra Legislación radial, en una época en que proliferan las radiodifusoras comerciales, languidece la radiodifusión oficial y se produce un explosivo desarrollo de la televisión nacional” (Diario de Sesiones de la Cámara de Representantes (en adelante DSCR), 6 de agosto de 1963: 271).

El Canal 5 se inauguró en 1963 pero las dificultades económicas fueron un problema constante en su etapa inicial. Ante la incapacidad del Estado de subsanarlas⁷² en febrero de 1966 mediante la Res. N° 41.511 la Comisión Directiva del SODRE autorizó a sus medios de comunicación –la radio y la televisión- a vender publicidad comercial (Libro de actas de la Comisión Directiva del SODRE –en adelante LACDS-, 9 de febrero de 1966), generando la reacción contraria de las empresas de televisoras privadas – nucleadas en la Asociación Nacional de Broadcasters Uruguayos (ANDEBU)-.

Desde un enfoque transnacional la ponencia⁷³ analiza el debate parlamentario entre 1966 y 1967 que generó este enfrentamiento siguiendo dos objetivos: a) mostrar que la discusión excedió a la medida concreta, promoviendo reflexiones más amplias desde el sistema político sobre las relaciones del sector privado y público, las funciones e institucionalidad de la televisión del SODRE y la política en comunicación que debía desarrollar el Estado; y b) analizar cómo estas discusiones estuvieron imbricadas en el contexto de crisis del país en los años sesenta y en el marco general de la Guerra Fría, articulando la reflexión sobre los medios de comunicación con la crisis del Estado y la influencia comunista y norteamericana.

Metodológicamente se adopta un enfoque cualitativo empleando métodos y técnicas propias del relevamiento, procesamiento y estudio heurístico de fuentes primarias documentales⁷⁴. La delimitación cronológica comienza en 1966 con la autorización para la venta de publicidad de la televisión del SODRE y finaliza en 1967 cuando renunció toda la Comisión Directiva del SODRE ante la falta de apoyo político del nuevo presidente electo ese año –Óscar Gestido- a la medida a la medida tomada. La renuncia de las autoridades agrava el creciente debilitamiento institucional previo al golpe de Estado de 1973.

Mucho más que un debate sobre la publicidad: ¿qué modelo de regulación de los medios?

La autorización a la venta de publicidad comercial del SODRE motivó una discusión sobre las relaciones entre las empresas públicas y privadas de comunicación y el rol que debía adoptar el Estado, ya sea como regulador –más o menos moderado- de un libre mercado en competencia o ejerciendo un rol monopólico de los medios de comunicación. Desde el sector herrerista del Partido Nacional, el senador Ángel María Gianola sostuvo que la venta de publicidad del SODRE generaría una “competencia desleal” porque su actividad estaba “exenta de impuestos y tributos locales” (DSCS 8 de mayo de 1966: 344). Consideraba que:

“no es bastante el argumento aludido [la necesidad de obtener recursos económicos para mantener la emisión televisiva] para que el SODRE, desnaturalizando su función específica, de orden cultural y educacional, se lance [sic] a una campaña publicitaria con firmas privadas, compitiendo con ventajas en un reducido mercado publicitario, como es el nuestro, con las emisoras radiofónicas y canales de televisión particulares” (DSCS, 8 de mayo de 1966: 344).

La posición de ANDEBU se inscribió en la misma línea. En 1966, los Canales privados 10, 4 y 12, emitieron en sus pantallas la frase “La publicidad que propala el SODRE es ilegal, inconstitucional e inconveniente” (García, 1998: 24) y en 1967, la Asociación publicó un extenso documento, el “Memorandum 67”, donde se referían a “la campaña publicitaria que debieron desarrollar cuando la radiodifusión oficial comenzó su competencia desigual con las emisoras privadas en el campo de la publicidad comercial” (ANDEBU, 1967: 21).

⁷² En diciembre de 1963 Justino Zavala, su Director de Programaciones, evaluaba los primeros seis meses de la televisión resaltando la precariedad económica que tenía el canal y cómo esta situación afectaba el cumplimiento de sus objetivos (Zavala, 19 de diciembre de 1963). La problemática intentó sortearse con la Ley presupuestal de 1964 (RNLYD, 28 de diciembre de 1964: 1533) que obligaba a los entes autónomos y servicios descentralizados a invertir un veinte por ciento de lo destinado a publicidad en el SODRE. Sin embargo, la ley fue parcialmente cumplida. Según los datos presentados por Zavala (Zavala, 1967), la aplicación de la Ley habría implicado una inversión para los medios de comunicación del SODRE de 3.500.000 pesos en 1965. Sin embargo, en los hechos, el aporte de los entes y servicios del Estado fue de 700.000 pesos. En 1966, de los 4.500.000 pesos que debía recibir el SODRE por la aplicación de esta Ley, obtuvo 1.250.000 pesos.

⁷³ Se presentan algunos resultados de la investigación –aún en curso- realizada para la tesis de Maestría en Comunicación y Cultura de la Universidad de Buenos Aires, con la tutoría de la Dra. Mirta Varela y la co- tutoría de la Dra. Mónica Maronna. Algunos de avances que se exponen fueron previamente publicados (Soria, 2016).

⁷⁴ Las fuentes y acervos relevados incluyen: Diarios de sesiones de las cámaras de senadores y diputados entre 1963 y 1968, publicaciones institucionales de ANDEBU y el SODRE, el fondo del Ministerio de Instrucción Pública del Archivo General de la Nación, leyes, decretos y resoluciones entre 1963 y 1967 y el Libro de actas de la Comisión Directiva del SODRE entre 1963 y 1966. Finalmente, utilizamos documentación del archivo personal del primer director de programaciones, Justino Zavala.

En consecuencia, uno de los argumentos esgrimidos contra la venta de publicidad comercial de la televisión del SODRE, se sostenía en la potencialafección económica que implicaría sobre las empresas privadas y en la defensa de un modelo de comunicación liberal, posición en la concordaban ANDEBU y el Herrerismo⁷⁵ -aun cuando divergen en otros aspectos del debate-. Aunque no constatamos el ejercicio de un *lobby* político en el sentido estricto del término –reuniones reservadas o sobornos-, podemos definir, al menos, ciertas similitudes en su posición ideológica⁷⁶. En este sentido, cabe destacar que el Partido Nacional –que gobernaba el Poder Ejecutivo en régimen de colegiado desde 1958- llevó adelante una política económica con una fuerte orientación liberal, expresada en la Ley de Reforma Monetaria y Cambiaria y en la firma de la primera Carta de Intención con el Fondo Monetario Internacional. Por otra parte, ya desde la década de los treinta y en el marco de la débil regulación que regía a los medios, se generó “un sistema que promovió el acercamiento y vínculo político como mecanismo para obtener o mantener una onda” (Maronna, 2016:3) de radiodifusión. Desde entonces, ANDEBU se había transformado en un grupo de presión política poderoso⁷⁷ impactando en las decisiones sobre el sistema televisivo hasta la Dictadura (Pereira, 2012).

Como parte de la tradicional retórica de las empresas comerciales de los medios de comunicación en otras partes del mundo, la defensa de un mercado liberado para ANDEBU estaba unida a la libertad de expresión. Así, reivindicaba “la radiodifusión americana predominantemente privada, actuando como área reservada a la libre expresión del pensamiento” (ANDEBU, 1967:12). En efecto, Estados Unidos tenía una larga tradición de fomento al ejercicio privado de la comunicación –ya desde el telégrafo y el teléfono-, aunque con regulaciones. Si bien hasta 1927 hubo una competencia comercial abierta entre las primeras cadenas de radiodifusión -que eran consorcios de fabricantes-, la Comisión Federal de Radio primero y la Comisión Federal de Comunicaciones después, regularon el otorgamiento de las licencias y definieron algunos mecanismos de contralor.

En contraposición a la perspectiva del Herrerismo y ANDEBU, casi toda el ala Batllista del Partido Colorado argumentó que la venta de publicidad del SODRE era la solución encontrada por la institución para su supervivencia ante las dificultades económicas que atravesaba -aun admitiendo que no era el camino más deseable según los principios legislados en su creación-. Desde esta perspectiva, el senador batllista Luis Tróccoli afirmó:

“El SODRE está enfrentando una situación donde prácticamente deberá paralizar sus servicios, en aspectos vitales de su actividad si la ley no se cumple, y, como la ley no se cumple, puede verse obligado a adoptar actitudes y conductas que están reñidas con el espíritu que determinó su creación y al que, seguramente, todos aspiramos” (DSCS, 8 de mayo de 1966: 345).

De Torres sostiene que la política cultural que adoptó el SODRE en los años treinta y llevó a cabo a través de su radio pública, estuvo influenciada por el modelo de la British Broadcasting Company (BBC) en tanto se caracterizaba por una “reivindicación del rol del Estado no solo como regulador sino como productor de contenidos a través de una emisora propia” (De Torres, 2015:136), no tenía publicidad y desarrollaba una programación ligada a “la calidad” y “alta cultura”. Sin embargo, hacia la década de los sesenta, la “crisis estructural” que vivió el país (Caetano & Rilla, 1995) pusieron en juego, entre otros aspectos, el quiebre del modelo batllista.

En este marco, el discurso de los parlamentarios batllistas en 1966 y 1967 podría pensarse como un resabio de un rasgo estructural típico del Uruguay precedente, del orden de la “larga duración”, que implicaba una concepción estatista fuerte. Así, el senador Luis Hierro Gambardella -Partido Colorado, Batllismo, Unidad y Reforma- sostenía:

⁷⁵ Sin dudas, es sumamente complejo definir al herrerismo y batllismo como sectores políticos homogéneos durante los años sesenta en tanto atravesaron una profunda crisis, manifestada en escisiones internas y cambios en las alianzas políticas, transformaciones ideológicas, crisis de liderazgo, entre otras (Alonso & Demasi, 1986; Caetano & Rilla, 1995; Frega, 2010). A pesar de estas transformaciones, creemos posible encontrar en el Partido Nacional una posición concordante entre legisladores herrero- ruralistas y herreristas a favor de la reforma constitucional respecto al tema que aquí analizamos. En la misma línea, hacia 1966 parece definirse una concordancia entre la lista 14, 15 del Partido Colorado y los colorados contrarios a la reforma constitucional -como Amílcar Vasconsellos-, respecto a la venta de publicidad del SODRE. Sin embargo, en 1967 tanto Vasconsellos como Hierro Gambardella expresaron sus diferencias en relación a la posición del presidente electo Oscar Gestido que no respaldaba la venta de publicidad comercial del SODRE.

⁷⁶ Como sostiene Freedman, “una campaña de lobby exitosa, no sólo reside en los recursos e influencia política, sino también en un sentido de que la cuestión conecte con la amplia postura ideológica de quienes están en posiciones clave dentro del proceso de elaboración de políticas” (Freedman, 2006:15)

⁷⁷ Durante los sesenta comenzó a generarse un proceso de concentración de medios en el país, fortalecido a lo largo de los años y mantenido hasta la actualidad (Lanza & Busquet, 2011). Entre 1963 y 1966 Canal 12 adquirió los diarios “El País” y “El Plata”, Canal 4 “La Mañana”, “El Diario” y “Noticias Uruguayas S.A.”; y, finalmente, Canal 10 estuvo ligado a Radio Carve y Sport.

“nosotros, si tuviéramos que optar entre uno y otro concepto de la filosofía de los fines del estado, optaríamos, tanto por convicción filosófica o jurídica, como por sentimiento de defensa de la nacionalidad, por el monopolio a cargo del Estado. Optaríamos por él por razones jurídicas, filosóficas y culturales porque en la médula misma de la filosofía de nuestro partido político, señor Presidente, está este concepto de que el Estado tienen capacidad, sin atentar contra las libertades fundamentales del hombre y del individuo, para establecer monopolios” (Hierro Gambadella, 1967:8-9)78.

Cuando surgió la televisión del SODRE el modelo de la BBC era una imagen difícil de materializar con políticas comunicacionales concretas en Uruguay. Para Williams uno de los factores que explicaba el desarrollo de la BBC era el establecimiento de “una versión dominante de la cultura nacional en una clase dirigente inusualmente compacta, de manera tal que el servicio público podía entenderse y administrarse efectivamente como un servicio en armonía con los valores de una definición pública existente” (Williams, 2011:49). Sin embargo, el Uruguay de la década de los sesenta estaba lejos de esta fraternidad política. La desestabilización a la interna de los dos partidos tradicionales daba cuenta de la búsqueda por encontrar respuestas a la crisis estructural que vivía el país, lo que implicaba un debate sobre el “nuevo proyecto nacional” (Caetano & Rilla, 1995:216). Lejos de una respuesta unánime, los actores políticos y sociales buscaron caminos diversos ya sea conformando nuevas agrupaciones a la interna de los partidos –o mutando en sus posiciones ideológicas-, reforzando los grupos políticos de izquierda y las agrupaciones de derecha, creando la Convención Nacional de Trabajadores u optando por la guerrilla urbana –sobre todo el Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros (MLN)-, entre otras respuestas divergentes de la época. Como sostiene Caetano y Rilla –citando a Germán Rama-, la crisis del Uruguay de los sesenta “era también la de un modelo de “hiperintegración social” que había apostado a la sacralización de instituciones y valores sociales cuyo supremo objetivo era la obtención del consenso y la afirmación de un complejo sistema de garantías y seguridades recíprocas” (Caetano & Rilla, 1995: 218).

Las diferentes respuestas sociales a la crisis del país estuvieron influenciadas por el contexto internacional de la época y el debate sobre la televisión pública no fue ajeno a este rasgo general. Da cuenta de esto, una de las críticas que esgrimió ANDEBU al modelo de comunicación definido por el batllismo:

“la tendencia en Europa es hacia la consolidación del régimen monopolístico estatal en los países sometidos a sistemas controlados por la Unión Soviética, y hacia la ampliación progresiva de la actividad privada en todos los demás. Se advierte claramente que en los países comunistas o procomunistas el concepto es que la radiodifusión debe estar férreamente controlada por el Estado, el cual se reserva su operación en exclusividad (...) En cambio, hay participación, predominio o exclusividad de la radiodifusión privada en los países prodemocráticos o de tradición liberal” (ANDEBU, 1967:12).

El ataque al discurso batllista sobre la televisión pública en el marco de la Guerra Fría, se resignificó como una prédica contra del comunismo en tanto el modelo de comunicación monopolístico estaba directamente asociado al Régimen Soviético. Desde el comienzo de la Guerra Fría, la adhesión uruguaya a la esfera estadounidense estuvo acompañada del fortalecimiento del discurso anticomunista en distintos ámbitos sociales y políticos, recrudescido durante los años sesenta (Broquetas, 2012)⁷⁹ en el contexto general de la crisis de integración social. De esta forma, el debate sobre la venta de publicidad comercial del SODRE llevó a una discusión más amplia sobre la política comunicacional que debía adoptar el Estado uruguayo. En este sentido más general, las respuestas que buscaron los distintos grupos políticos y empresariales parecen imbricarse en un debate social más amplio sobre la salida a la crisis del país donde se conjugaban las tradiciones y coyunturas locales con el marco general mundial.

⁷⁸ Algunos argumentos esgrimidos por el Herrerismo atacaron la autorización para la venta de publicidad comercial del SODRE recuperando también este componente tradicional que encontramos en el discurso batllista. En este sentido, el senador Herrerista José Pedro Bruno criticó la nueva normativa en tanto era un ejemplo de “la eterna historia de los entes autónomos que están liquidando al comercio y que van a terminar por liquidar a la República” (DSCS, 21 de junio de 1966: 263).

⁷⁹No podemos afirmar aquí que el discurso anticomunista de ANDEBU sea otro aspecto de vinculación con el Herrerismo ni, tampoco, que su ataque implique directamente una asociación entre el Batllismo y el comunismo. El discurso anticomunista puede rastarse hasta 1926, cuando Uruguay estableció lazos diplomáticos con la URSS (Aparicio, García, & Terra, 2013) y permeó a gobiernos colorados y blancos (Frega, et. al, 2010). Por lo demás, las relaciones de los sectores políticos con los Estados Unidos (Aldrighi, 2012; Aparicio, García, & Terra, 2013) y su vínculo con los discursos anticomunistas de los años sesenta son demasiado complejos y oscilantes como para abordarlos aquí. Nos limitamos a observar la forma en que ANDEBU relacionó el modelo de comunicación que definía el Batllismo en este debate con el comunismo. La referencia que hizo la Asociación en sus publicaciones a la posición de Hierro Gambadella es particularmente interesante en tanto el senador había pertenecido a la lista 15 –para las elecciones de 1966 integró el lema Unidad y Reforma-, tachada por varios sectores sociales y políticos –sobre todo desde el ruralismo de Nardone- como comunista (Alonso & Demasi, 1986; Broquetas, 2012).

Consideraciones finales

Aunque la regulación sobre los medios de comunicación no tuvo grandes variaciones hasta la Dictadura (Marchesi, 2001), las diferentes posiciones en el debate parlamentario de 1966 y 1967 muestran la complejidad de un proceso que no se reduce a lo que efectivamente fue la televisión pública en los sesenta. En este sentido, buscamos comprender cómo la discusión sobre una medida concreta – la autorización a vender publicidad comercial de la televisión del SODRE- motivó reflexiones más amplias sobre la política comunicacional del país. En este marco más general, las diferencias entre los partidos políticos y las empresas comerciales de televisión parecen estar imbricadas en la crisis estructural de los años sesenta. El resquebrajamiento del modelo batllista y la búsqueda por dar respuestas al “nuevo proyecto país” intervinieron en las líneas argumentativas que defendían o rechazaban los actores políticos y empresariales. También se juegan en ellas la influencia de los tradicionales modelos de comunicación norteamericanos y británicos que, interpretados localmente en el marco de la Guerra Fría, cobran diferentes significaciones (Varela, 2013).

En tanto presentamos aquí algunos avances de una investigación aún en curso, la ponencia pretender abrir interrogantes más que llegar a conclusiones certeras. Si efectivamente es posible analizar el período de los sesenta como un momento de discusión sobre las políticas públicas que debía llevar adelante el Estado en materia de comunicación y – particularmente- en relación a la televisión pública, resulta pertinente analizar las distintas concepciones de los actores políticos y sociales que dialogaron en la definición de la televisión como institución social. Este proceso parece poner en juego diferentes formas de entender la comunicación y su vínculo con la sociedad. El desafío abierto es intentar trazar este complejo mapa en el contexto de influencias extranjeras –como modelos a seguir o injerencias concretas- y una coyuntura local en crisis que busca (re)pensarse como país.

Bibliografía

- Aldrichi, C. (2012). El discreto encanto de la tutela norteamericana. Políticos uruguayos y amenazas de golpe de Estado (1954- 1966). *Huellas de Estados Unidos. Estudios y debates sobre América Latina*, (2), 80- 90.
- Alonso, R. & Demasi, C. (1986). *Uruguay 1958- 1968. Crisis e estancamiento*. Montevideo: Banda Oriental.
- Aparicio, F., García, R. & Terra, M. (2013). *Espionaje y política*. Montevideo: Ediciones B.
- Broquetas, M. (2012). Los frentes del anticomunismo. Las derechas en el Uruguay de los tempranos sesenta. *Contemporánea*, 3, 11-29.
- Caetano, G. & Rilla, J. (1995). *Historia contemporánea del Uruguay. De la colonia al Mercosur*. Montevideo: Fin de siglo.
- De Torres, I. (2015). El surgimiento de la radiodifusión pública en Hispanoamérica. Contextos, modelos y el estudio de un caso singular: el sodre, la radio pública estatal de Uruguay (1929). *Revista Internacional de Historia de La Comunicación*, 1(5), 122–142.
- Faraone, R. (1998). *Televisión y Estado*. Montevideo: Cal y Canto.
- Freedman, D. (2006). Dynamics of power in contemporary media policy-making. *Media, Culture & Society*, 26(6). [Traducción realizada por el equipo de cátedra de “Políticas y planificación de la comunicación”, de la Facultad de Ciencias Sociales, UBA. Disponible en Internet: <http://politicasyplanificacion.sociales.uba.ar/files/2014/07/freedman.pdf>]
- Frega, A., et. al. (2010). *Historia del Uruguay en el siglo XX (1890- 2005)*. Montevideo: Banda Oriental.
- García, C. (Ed.) (1998). *Televisión estatal ¿qué hacer con ella?*. Montevideo: Universidad Católica del Uruguay.
- Lanza, E., & Buquet, G. (2011). *La televisión privada comercial en Uruguay: Caracterización de la concentración de la propiedad, las audiencias y la facturación la investigación*. Montevideo: FESUR.
- Marchesi, A. (2001). *El Uruguay inventado: La política audiovisual de la dictadura, reflexiones sobre su imaginario*. Montevideo: Trilce.
- Maronna, M. (2016). *La radio en busca de oyentes. Historia social y cultural de la radiofonía en Montevideo (1922- 1939)*. [Tesis doctoral inédita]. Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.
- Pereira, A. (2012). Televisión y Dictadura en el Uruguay: cambios y permanencias. *ReHiMe. Cuadernos de la Red de Historia de los Medios*, (2), 140-179.
- _____. (2016). Influencias extranjeras, miradas locales. La televisión pública en Uruguay (1963- 1968). *Claves. Revista de Historia*, 2(3), 193- 223.
- Varela, M. (2013). Televisión pública en América Latina: instrumento político, experimento estético, audiencia nacional. En Guérin, A.I, et.al (Comp.), *Pensar la televisión pública*, Buenos Aires, La Crujía.
- Williams, R. (2011). *Televisión. Tecnología y forma cultural*. Buenos Aires, Paidós.

Fuentes

- ANDEBU (1967). *Memorandum 67*. Montevideo: ANDEBU.
- Cámara de Representantes (1963- 1968). *Diario de sesiones*. Uruguay.
- Cámara de Senadores (1963- 1968). *Diario de sesiones*. Uruguay.
- Estrugo, C. (24 de octubre de 1995). Entrevista a Justino Zavala. [Inédita]
- Hierro Gambardella, L. (1967). *Sodre. Su derecho a publicidad. Su misión Educativa. La defensa de la soberanía*. Montevideo: Agrupación Batllista José E. Cámara.
- Libro de actas de la Comisión Directiva del SODRE. (1963-1966). Uruguay.
- SODRE. (1963) *Su organización y cometidos. Memoria de la labor realizada entre 1930- 1962*. Montevideo: SODRE.
- Uruguay. Registro Nacional Leyes y Decretos. (1928, 1936, 1944, 1945, 1964 y 1965) Uruguay.
- Zavala, J. (1967) [Informe general del Canal 5]. Copia en posesión de Paula Zavala.
- _____ (19 de diciembre de 1963). [Informe presentado ante el Director General del SODRE, Héctor Laborde]. Copia en posesión de Paula Zavala.

Ponencia presentada al GT 17 Historia de la comunicación

Las narrativas de la “mutilación”: Base de la identidad nacional boliviana

The Narratives of Mutilation: Basis of Bolivian national identity

Mgr. Guadalupe Peres-Cajías⁸⁰

Resumen: La Guerra del Pacífico (1879) y la consecuente pérdida del acceso soberano al mar no se quedaron ancladas en el pasado republicano boliviano. Los sentimientos colectivos de derrota y amenaza, experimentados en ese entonces frente al ejército chileno, fueron utilizados, a lo largo del siglo XX y XXI, como una de las bases para construir una identificación común entre los bolivianos. Para ello, fueron desarrolladas las que he denominado como “*narrativas de la mutilación*”, parafraseando a Hommi Bhabha (2010), a partir de sus reflexiones sobre la nación y la narración, y a Rafael Loayza (2011), que menciona la característica de “mutilación” al comentar sobre las bases de la identidad boliviana. ¿Cómo se han construido y sostenido estas narrativas? será la pregunta que guíe esta ponencia.

Palabras clave: Narrativas, identidad nacional, Bolivia.

Abstract: The Pacific War (1879) and the consequent loss of sovereign access to the cost were not remained in the Bolivian republican past. The collective feelings about defeat and threat, experienced then in front of Chilean army, were used through the XX and XXI° century as one of the basis to build a common identification among Bolivians. In order to do it so, the “narratives of mutilation” (as I have called them) were built. This concept was developed from Hommi Bhabha’s (2010) analysis about nation and narratives and from Rafael Loayza’s (2011) perspective on “mutilation” in his comment about Bolivian national identity. ¿How these narratives have been build and held over time? It will be the question to guide this lecture.

Key words: Narratives, national identity, Bolivia.

I. Contextualización histórica

Bolivia fue un país que nació con 2 millones de kilómetros cuadrados de extensión territorial. Actualmente, tal característica apenas supera el millón. La razón de esta condición es la serie de guerras que Bolivia enfrentó y perdió con sus vecinos sudamericanos. Uno de esos conflictos, y sobre el cual se basa esta reflexión, fue la llamada Guerra del Pacífico (1879). Este conflicto protagonizado por Bolivia, Chile y Perú reconfiguró la geografía del sudoeste continental. Una de sus principales consecuencias fue dejar a Bolivia sin acceso soberano al Pacífico, como se muestra en el siguiente cuadro:

⁸⁰ Magíster en Comunicación de la Pontificia Universidad Javeriana de Bogotá-Colombia y Licenciada en Comunicación Social de la Universidad Católica Boliviana. Actualmente, es docente y coordinadora del área de investigación transdisciplinaria del Departamento de Comunicación de esa universidad en La Paz. Ha publicado dos libros investigativos, varios artículos académicos y es columnista quincenal del periódico de circulación nacional “Página Siete”. guadapc@gmail.com/ gperes@ucb.edu.bo



Fuente: *lagazeta.com.ar*

El conflicto tuvo múltiples factores causales. El factor fundamental estuvo relacionado con la riqueza de guano y salitre, que se encontraba en la zona. “Ambos utilizados para la fertilización de tierras. Así, la tierra más árida del mundo tenía en su seno la potencialidad para fecundar a otras tierras del planeta” (Mesa, Gisbert y Mesa, 2008, pg. 363).

Pero además de este importante factor, también se ha reconocido que esta región tenía una limitada presencia del Estado boliviano. Muestra de ello es que durante la invasión de tropas chilenas, el 14 de febrero de 1879, “el prefecto (de Antofagasta⁸¹) carecía de un mínimo de efectivos con que encarar una defensa (...) de los 6000 habitantes de Antofagasta, 5000 eran chilenos y sólo 600 bolivianos, el resto de varias nacionalidades” (Mesa, Gisbert y Mesa, 2008, pg. 367). Así, la debilidad del ejército boliviano frente a la desarrollada capacidad bélica del par chileno, incidieron en el resultado final, que se concretó a mediados de 1880 con la derrota en la batalla del Alto de la Alianza, donde la alianza peruano boliviana fue derrotada.

Pero este capítulo de la historia boliviana no se quedó anclado en el pasado republicano, pues los sentimientos colectivos de derrota y amenaza, experimentados en ese entonces, fueron utilizados, a lo largo del siglo XX y XXI, como una de las bases para construir una identificación común entre los bolivianos. Para ello, fueron desarrolladas las que he denominado como “*narrativas de la mutilación*”, parafraseando a Hommi Bhabha (2010), a partir de sus reflexiones sobre la nación y la narración, y a Rafael Loayza (2011), que menciona la característica de “*mutilación*” al caracterizar las bases de la identidad nacional boliviana.

¿Cómo se han construido estas narrativas? ¿Cómo han sido sostenidas en el tiempo? ¿Cuál ha sido su incidencia en la construcción de la identidad nacional? Son las preguntas que se reflexionarán en esta ponencia, que forman parte de una investigación que aún se encuentra en su fase inicial, relacionada a la construcción de la bolivianidad con base en las narrativas históricas, que inciden en los procesos sociales contemporáneos.

II. Propósitos

Entender el proceso de construcción, circulación y performatividad de las “*narrativas de la mutilación*”, referidas a la pérdida de Bolivia al acceso soberano al mar, consecuencia del conflicto bélico con Chile, en el marco de la Guerra del Pacífico de 1879.

III. “Nación y Narración”

“*Los orígenes de las naciones, como los de las narraciones, se pierden en los mitos del tiempo, y recién alcanzan su horizonte en el ‘ojo de la mente’*” (Bhabha, 2010:11).

⁸¹ Ciudad otrora boliviana, ahora chilena. Ubicada actualmente en la tercera región de este país.

De esa manera, Homi Bhabha -uno de los representantes contemporáneos más importantes de la corriente de los Estudios Culturales- introduce al lector a su compendio sobre “Nación y Narración”. En este texto, se propone comprender la construcción de la identidad nacional, a través del análisis y entendimiento de las narrativas que la componen e inciden en el accionar de los sujetos sociales, que conforman una nación o, como diría Benedict Anderson (1991) de una “*comunidad imaginada*”.

Esto implica entender la narrativa más allá de su función meramente lingüística. Implica entenderla como reflejo de un sentido socialmente construido, internalizado a través del proceso interpretativo que se sitúa en ese “ojo de la mente” y que se visibiliza en las prácticas de los sujetos sociales –lo que Bhabha planteará como *performatividad*-.

“Sin esta concepción de la performatividad del lenguaje en las narrativas de la nación sería difícil comprender (...) la forma de atención crítica apropiada para los efectos culturales de la nación. Pues la nación, como una forma de elaboración cultural (en el sentido que Gramsci le da a este término), es un medio de narración ambivalente que mantiene a la cultura en su posición más productiva” (Bhabha, 2010:11).

La narración vista como una “elaboración cultural” advierte la condición simbólica del proceso de construcción identitaria, así como el dinamismo que este tiene. Por lo mismo, se habla de “narraciones”. En el caso boliviano, una de las narraciones que circula que más se destaca en su uso, apropiación, interpretación y performatividad es la de la citada Guerra del Pacífico. Aunque Bolivia tuvo otros conflictos bélicos con sus pares fronterizos, esta es particularmente citada por su principal consecuencia geográfica: la pérdida del acceso soberano al mar.

Esta noción de pérdida ha sido reconocida como parte fundamental en la construcción identitaria nacional. Como advierte Loayza Bueno (2011), “*las políticas públicas no han tenido un continuum que permita formar un credo nacional de búsqueda de desarrollo y progreso. Por el contrario, las guerras con Chile y Paraguay y la consecuente pérdida del territorio han contribuido a forjar una relación chocante con la nación entre los bolivianos, pues la identidad nacional se ha construido sobre las mutilaciones territoriales, antes que sobre la pertenencia al proyecto de ‘bienestar’ del Estado*” (Loayza, 2011:37).

A partir de estas reflexiones, he decidido trabajar la noción de las “*narrativas de la mutilación*”, focalizadas en la principal pérdida de Bolivia (su condición marítima), que contribuyan a la comprensión del proceso de construcción identitario en Bolivia. Como se verá a continuación, la Guerra del Pacífico no sólo fue un conflicto vivido, sino intensamente narrado y estratégicamente utilizado por distintos gobiernos de turno con la finalidad de reunir en una causa común a los bolivianos: *Recuperar el mar perdido*.

III.1. Las narrativas de la mutilación

III.1.1. La historia: la base de la narración

Los datos que se presentaron en la contextualización inicial fueron construidos con base en uno de los libros más serios y neutrales en relación a la Historia de Bolivia. Reconoce el ataque del ejército chileno en 1879, como una invasión, pues así lo fue. Pero al mismo tiempo, sintetiza, de manera autocrítica, las responsabilidades del Estado boliviano en su derrota durante la Guerra del Pacífico.

Esto incluye las frágiles vías de comunicación que se habían desarrollado en el país. Como apunta otro texto histórico, del investigador R. Querejazu (2004), uno de los elementos en contra fue la débil red de comunicación en el territorio boliviano, que impidió la circulación efectiva de información bélica. Asimismo, comenta sobre una de las decisiones políticas boliviana, que derivaron en su derrota:

“¿Qué hizo el Presidente Daza al recibir en el curso de la semana anterior al Carnaval tan graves noticias de la costa? Prefirió que los pueblos del interior las ignorasen y que en La Paz circularsen rumores vagos. Prefirió que todos, al igual que él se entregasen al frenesí carnavalesco en circunstancias en que la república perdía a manos de un usurpador una porción de su territorio” (pg.36).

En este último texto citado, de uno de los principales historiadores de la Guerra del Pacífico, llama la atención que a pesar de la revisión autocrítica se denomine a Chile como “usurpador”. Esta advertencia no es casual pues el título del libro en cuestión refleja parte de su enfoque: “Chile, enemigo de Bolivia antes y después de la Guerra del Pacífico”.

Esta idea de enemistad, adjetivada con el término de “usurpador” ha sido fundamental en los relatos históricos de la Guerra del Pacífico. En esa misma sintonía, el portal nacional [bolivia.com](http://www.bolivia.com) indica por ejemplo que “*La codicia chilena y británica por el guano, los minerales y el salitre son las tres razones económicas de la guerra*” al describir el relato del conflicto del Litoral (http://www.bolivia.com/Especiales/2004/dia_del_mar/03.Nota.asp).

En esta última cita, más allá de la veracidad de los intereses por los recursos de la zona disputada, como el detonador de la invasión, sobresale el término “codicia”, que peyorativamente hace referencia al anhelo de expansión chilena y británica. Esta mirada hacia Chile y el ser chileno, como “enemigo”, “usurpador” y “codicioso”, han sido base fundamental de la narración histórica de la Guerra del Pacífico. Uno de los recursos más utilizados, que ha permitido la construcción de una comunidad imaginada boliviana, que se relaciona por un factor fundamental: su rechazo frente a ese “otro”, construido históricamente como el “enemigo”, el chileno.

“El sentimiento que despierta el compartir la tragedia fue elegido por las élites bolivianas como mecanismo de unidad nacional (...) Dado que dentro de las fronteras recién delimitadas de Bolivia estaba un “otro” (indígena) que reivindicaba sus derechos, las élites se vieron obligadas a generar un sentimiento de unidad (...) De ahí que la Guerra del Pacífico fue vista como un conjunto de pérdidas, de dolor y de tragedia, con el que buscaron constituir el factor de unidad nacional” (Maric, M. 2017, pg. 157). Precisamente ese conjunto de pérdidas fue el segundo recurso altamente utilizado en la narración histórica del conflicto con Chile, que permitiría construir una narrativa de la mutilación.

Posterior al citado párrafo de Querejazu (1998), el autor indica “¡Bolivia parecía una nación condenada a desaparecer por el hambre, la peste y la guerra!” (pg.36). La idea de derrota y pérdida se visibiliza en el portal citado al titular su especial de 2006, sobre la Guerra del Pacífico, como “Sin mar.... Hace 127 años” (http://www.bolivia.com/Especiales/2004/dia_del_mar/03.Nota.asp).

Una idea que se ha asociado al lento proceso de desarrollo e industrialización del país; ergo, a su menor potencialidad económica, en relación a otros países. “*Si tendríamos mar, todo sería mejor*” es una frase que aunque construida puede simplificar esta idea, la cual se ha construido y sostenido a través de dos espacios de circulación fundamentales: la escuela y los medios de comunicación.

III.1.2. La escuela y los medios: La transmisión de la narración

En la colegiatura boliviana, los libros de historia reflejan los puntos señalados en el anterior acápite, aunque aún el análisis de los mismos está pendiente a realizarse. No obstante, sí se hizo una aproximación a otro medio que permite apropiar las narrativas de la mutilación: la música escolar. Al ser un formato fácil de aprender y reinterpretar, logra fácilmente internalizarse en ese “*ojo de la mente*” que planteaba Bhabha.

“*Yo quiero un mar, un mar azul para Bolivia*” es una de las canciones infantiles más populares en los centros educativos pre escolares. Desde hace varias décadas, las escuelas instruyen a los profesores de música a tocar y enseñar canciones como esta de Pedro Telmo, cuyo famoso estribillo indica “Yo quiero un mar/Un mar azul, para Bolivia/ Risas y llanto de mi pasado/Y esta canción/De enamorado/Y quiero igual/Su corazón aprisionado (...) Tiempo feliz de mi niñez/Que nunca olvido/Recuerdos que en mi existir/Están grabados”.

El pasado con el mar parece ser más feliz aunque es un pasado que tiene llanto. La pérdida empieza a asociarse con el mar y esta con el llanto. Paralela a esta canción, la asignatura de Música en los colegios bolivianos, impartida desde los primeros grados, enseña otras tonadas similares, que deben ser obligatoriamente aprendidas por los estudiantes y cantadas en actos escolares. Estas tonadas son principalmente himnos, que están compuestos con notas militares y que incluso son interpretadas al compás de una marcha, ejecutada por los estudiantes, en los colegios o en celebraciones cívicas (que serán analizadas en el siguiente acápite). Entre ellas está “Recuperemos nuestro mar” de Orlando Rojas, que dice “Tras este siglo de injusticia/morir es digno que tolerar/ recuperar, recuperar/ es nuestro grito y voluntad”.

Una estrofa que incita al sentimiento bélico de defensa aún a costo de la vida, pues “morir es (más) digno que tolerar”. Junto a este cántico, otro que expresa la condición de derrota es curiosamente nominada “Marcha Naval” (Letra: Gastón Velasco/ Música: Eduardo Otero de la Vega). En esa se indica “Entonemos la canción/Del mar, del mar, del mar/ Que pronto nos llevará/ A la dicha y bienestar” incitando la idea antes planteada de “si tendríamos mar, estaríamos mejor”. Y la carencia del mismo, de alguna manera podría justificar las desacertadas políticas económicas, que se resolverán cuando “pronto tendrá Bolivia/Otra vez, su mar, su mar”.

La extensión simbólica de esta canción se puede escuchar diariamente, a través de la transmisión de emisoras con alcance nacional, las cuales luego de poner el himno nacional, circulan la consigna “volveremos a los puertos del Pacífico”, mientras una música de fondo recuerda el oleaje del Pacífico.

Esto evidencia cómo la narración y el sentimiento de la pérdida del acceso al mar son apropiados y practicados por los actores sociales en dos espacios fundamentales del proceso de socialización, como son la educación y los medios de comunicación. Evidencia una fase de la performatividad de las narrativas de la mutilación. La otra está fuertemente practicada en un espacio de celebración cívica nacional, que será analizado en el siguiente punto.

III.1.3. El 23 de marzo (Día del Mar): La conmemoración de la narración

Las fiestas cívicas son una ilustración de *performatividad* de la narrativa de la mutilación boliviana. Como afirma Eugenia Bridikhina (2009), estas celebraciones, “en las que se enfatiza la creación y consolidación del Estado boliviano –a raíz de la Guerra de Independencia o de la Guerra del Pacífico, por ejemplo- son un recurso para el imaginario, una referencia al pasado como fuente de legitimidad para los gobiernos de turno y una convocatoria para el pueblo hacia un porvenir común reflejado en la memoria histórica nacional (...). Las fiestas cívicas nacionales se han convertido en parte del imaginario colectivo y por consiguiente han contribuido a construir una sola identidad nacional (Bridikhina, 2009:17).

Evidentemente, esta performatividad sólo es posible porque un aparato de control simbólico incita su realización, aunque es la ciudadanía la que la acepta, siente y práctica. Ese aparato es el Estado-nación, a través de sus líderes más representativos. En el análisis sobre la serie de derrotas bélicas, “la dimensión de frustración que tales acontecimientos han producido, dificulta la formación de una imagen positiva del ‘yo nacional’” (Gotkowitz, 1999 en Loayza, 2011: 37).

Esta cita reafirma la idea de cómo la guerra y las consecuentes derrotas fueron elementos fundamentales en la construcción identitaria boliviana. Entre todos los conflictos, el establecido con Chile, en el marco de la Guerra del Pacífico, caló de una manera considerable en el imaginario nacional. No sólo por la importancia de la pérdida del mar y sus consecuencias geopolíticas y económicas, sino por la construcción simbólica que se ha desatado a partir de este conflicto, con la finalidad de recordar que el enemigo es externo, ante situaciones locales críticas, y que existe un factor común de identificación nacional, a pesar de las múltiples diferencias que nos atraviesan. Ese factor es la mutilación y el consecuente sentimiento de derrota.

Antes de la llegada de la Revolución Nacional de 1952 –que tuvo como uno de sus principales fines la construcción de la nación-, ya se advertían discursos e intenciones por contemplar este conflicto como parte de la construcción de bolivianidad. En 1950, el presidente Mamerto Urriolagoitia presentaba una postura de enfrentamiento para recuperar el mar. En esa antessala de la revolución, también se había decidido recuperar los restos del mártir del citado conflicto bélico, Eduardo Abaroa, como parte del patrimonio nacional. Precisamente, un mes antes de la revuelta nacionalista, los restos de Abaroa llegaban con un “apoteósico recibimiento” (La Noche 22/03/1952 citada en Vera (2009). Sin embargo, fueron los nacionalistas quienes intensificarían el uso simbólico de la pérdida del Litoral en el marco de la construcción de identidad nacional, dada la crisis que atravesaba el proyecto político liderado por Víctor Paz Estenssoro.

“A partir de 1963 se restituye el sentido del 23 de marzo, no sólo como el día en el que se recuerda la pérdida del mar, sino en el que los discursos son explícitamente beligerantes e incitadores respecto a la recuperación de una salida al Océano Pacífico (...) Ante los acontecimientos y la notada pérdida de legitimidad del MNR que ya había sufrido una división al interior de su cúpula principal, además de las continuas reformas económicas que se llevaban de acuerdo al Plan Decenal de Desarrollo Económico Social que perjudicaba directamente a los mineros, el clima político era tenso y una forma de canalizar toda esta tensión fue a través de este nuevo discurso que tenía como objeto desplazar la frustración a un problema de otra índole” (Vera, 2009, pág. 132).

Así, esta celebración tendría un fin político particular, además de perseguir el ideal de construcción nacional. “Esto se refuerza además cuando el pueblo se manifiesta a través de agrupaciones civiles, constituyéndose en un actor político activo en distintas celebraciones (...) los desfiles escolares y militares van tomando cada vez más importancia en los festejos (...) En el caso del 23 de marzo, las celebraciones eran organizadas por la célula Eduardo Abaroa hasta 1960, y luego por militares con la participación de estudiantes” (Vera, 2009.133-134).

Desde entonces, los desfiles protagonizados por los representantes del Estado, las Fuerzas Armadas y además la ciudadanía constituirían una performatividad de la narración sobre la Guerra del Pacífico, practicada con un sentimiento basado en la mutilación y la derrota, que, en consecuencia, llegará a incentivar la unión entre los bolivianos. La idea del desfile evidentemente hace alusión a un sector particular: el militar. Por ello, no es de extrañarse que en el gobierno dictatorial del General Hugo Bánzer Suárez esta celebración cobre una significatividad particular.

“El gobierno banzerista decidió resaltar la imagen de Abaroa y aquellos símbolos olvidados como la vieja enseña nacional de las batallas del Pacífico y el arma con la que se defendió el puente del Topáter (ED:23/03/1977) (...) En este sentido, se llevaban a cabo varios festejos agrupados en lo que se denominó la “Semana del Mar”, festejos en los que la figura de Abaroa es vista como la del ‘soldado de la integridad territorial de Bolivia y símbolo de inspiración de la fraterna solidaridad continental’ (ED:23/03/1973) (...) Así, para los representantes del gobierno, Abaroa personifica la reintegración de Bolivia con el territorio del Litoral y consecuentemente el punto de partida del desarrollo de la nación (...) El presidente (Banzer) usa la memoria del héroe como un elemento de cohesión entre todos los ciudadanos del país, para dejar de lado las contrariedades por las que su población atravesaba (...) Estos componentes festivos, aunque no son elementos nuevos de la época de Banzer, (...) refleja claramente que durante el gobierno banzerista existió una gran participación de instituciones para resaltar los festejos del día del Mar” (Rojas, 2009: 142-145).

De esta manera, se consolidaba el artefacto simbólico del “Día del Mar”, que se practica hasta la actualidad, en el marco del Estado Plurinacional boliviano, gobernado por el primer presidente indígena, Evo Morales Ayma.

En la reciente celebración de esta gestión (2017), se decidió ampliar los festejos por tres jornadas consecutivas, donde estudiantes, militares, representantes de oficinas públicas y privadas, marcharon con la bandera nacional, adornada –como se suele hacer en esta fecha- con lazos de color azul, haciendo una referencia simbólica directa al “mar”.

De hecho, a propósito de esta simbolización, se planteó la idea de la “Marea azul”, que vistió al colectivo de los bolivianos en función a la demanda por la pérdida al acceso soberano al Pacífico. En esta ocasión, medios nacionales e internacionales, como la red alemana Deutsche Welle, reafirmaron la idea presentada en este artículo: “*el mar –o su pérdida- es el elemento más poderoso del imaginario colectivo boliviano*” (DW: 22/03/2017).

En esa publicación, se cita a la politóloga Moira Suazo que afirma que “*uno de los pocos anclajes de la idea de nación en Bolivia es el tema marítimo, desde la formación de la república, es la convicción de recuperar la cualidad marítima*” (DW: 22/03/2017).

Esta idea se reafirma en la publicación del diario boliviano “Página Siete”: “*Bolivia celebra el Día del Mar con mayor fe y unidad* (...) el presidente de la Cámara de Senadores, José Alberto Gringo Gonzales, afirmó que a 138 años de la mutilación que sufrió Bolivia ‘la vocación marítima es una cuestión irrenunciable’ (...) En ese marco, dijo González, (...) ‘el presidente invocará hoy a la unidad de todos los bolivianos en torno a nuestra demanda’” (PS: 23/03/2017).

En esta cita periodística, destacan tres elementos de los cuales se ha comentado en este artículo, y que continúan su vigencia: la noción de “mutilación”; la “cuestión irrenunciable” y la incidencia de esta causa para promover “la unidad de todos los bolivianos”. Estos términos se relacionan con la noción de pérdida de un acceso otrora soberano al mar y el consecuente sentimiento de amenaza frente al otro. Además, como se ha podido observar en las narraciones de la mutilación, la pérdida del mar parece ser el ancla de identificación nacional, así como la excusa para entender su condición actual. Esto será analizado con mayor detalle en la siguiente fase de esta exploración. Por ahora, quisiera proponer uno de los principales “efectos” de esta narración histórica, en términos políticos.

IV. La relación con el “otro” y el “nosotros”: el resultado de la narración

En el gobierno de Evo Morales, se enfatizó mucho más “*la vocación marítima*” no sólo por darle continuidad al principal referente de construcción nacional que había tenido Bolivia, sino para fortalecer la noción “del otro”, Chile, como un enemigo común de Bolivia. Al tener un referente de oposición, la construcción del “nosotros” parece ser más viable.

Esto último está relacionado con un importante antecedente histórico del gobierno de turno, la llamada “Guerra del Gas” (2003), evento que al desestabilizar el orden político condujo –entre otros factores más- a la eventual llegada del presidente Morales. Entonces, se cuestionaba la intención de exportar gas natural boliviano, a través de puertos chilenos. El vecino país se posicionaba por líderes sociales nuevamente como “enemigo” de los intereses de la nación. El sentimiento de amenaza volvía a circular en el imaginario colectivo boliviano.

Probablemente, a partir de esa noción, el ideal de recuperar el mar ha sido uno de los principales protagonistas en la discursividad del presidente Morales. Este se ha visto fortalecido al haberse logrado plantear la demanda boliviana, por la causa marítima, en la principal corte de justicia internacional: la Haya. En este proceso jurídico, se busca que Chile acepte sentarse a negociar con Bolivia un acceso soberano a la costa pacífica.

Así, el “recuperar el mar” se ha convertido además en una política de Estado. Sin embargo, se considera que la mayor importancia a esta consigna la ha dado el sentimiento de los ciudadanos, los actores sociales que han hecho posible su vigencia en el imaginario colectivo, a través de los años. Esto se ilustra en cómo la importancia de esta narración trasciende la jornada misma de celebración y los discursos oficiales respectivos.

Para 2018, se tiene planificadas más actividades de conmemoración y aparentemente se quiere radicalizar el discurso en relación “al otro” pues la Corte Internacional de Justicia anunció que las Audiencias Orales en la causa sobre la Obligación de Negociar (Bolivia con Chile) se celebrarán precisamente entre el 19 y 28 de marzo. Y entre medio, la narrativa de la mutilación se verá reinterpretada e intensificada.

FUENTES CONSULTADAS

- ANDERSON, B. 1993. Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: Fondo de Cultura Económica.
- http://www.bolivia.com/Especiales/2004/dia_del_mar/03.Nota.asp
- BHABHA, H. 2010. Nación y Narración. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.
- BRIDIKHINA, E. 2009. Fiestas Cívicas: Construcción de lo Cívico y Políticas Festivas en “Fiesta Cívica. Construcción de lo cívico y política festiva” (Bridikhina et all). La Paz: Instituto de Estudios Bolivianos.
- DEUTSCHE WELLE (DW). 22/03/2017. Bolivia y el sueño del mar. <http://www.dw.com/es/bolivia-y-el-sue%C3%B1o-del-mar/a-38078652> (visto en 15 de mayo de 2017)
- D. Mesa, J. Gisbert, T. Mesa Gisbert, C. 2008. Historia de Bolivia. Séptima edición. La Paz: Editorial Gisbert.
- LOAYZA BUENO, R. 2011. El Eje del MAS. Ideología, representación y mediación. La Paz: Konrad Adenauer.
- MARIC, M.L. 2017. El viaje interior. El conflicto chileno/boliviano analizado a través de las representaciones sociales en Revista de Estudios Bolivianos Nro.26. Instituto de Estudios Bolivianos. Bolivia: IEB.
- QUEREJAZU, R. 2004. Chile, enemigo de Bolivia antes y después de la Guerra del Pacífico. La Paz: Publicaciones Literarias Líder.
- VERA, H y ROJAS, S. 2009. Política y Práctica festiva de los gobernantes nacionales después de la revolución de 1952 en Fiesta Cívica. Construcción de lo cívico y política festiva” (Bridikhina et all). La Paz: Instituto de Estudios Bolivianos.
- PÁGINA SIETE (PS). 23/03/2017. Tras réplica, Bolivia celebra el Día del Mar con más fe y unidad. <http://www.paginasiete.bo/nacional/2017/3/23/tras-replica-bolivia-celebra-mayor-unidad-131640.html> (visto en 15 de mayo 2017).

Ponencia presentada al GT 17 Historia de la comunicación

Historia, narraciones mediáticas y TIC. Sobre la comprensión de los modos de narrar el antes y el después del conflicto armado en Colombia

History, media narratives and ICT. On the understanding of the ways of narrating the before and after the armed conflict in Colombia

Julio Eduardo Benavides Campos⁸²

Resumen: Este trabajo es el compendio de una reflexión-exploratoria acerca de cómo vislumbrar el concepto de narrativas en perspectiva histórica y como un concepto que rebase su alusión al género dentro del ámbito mediático. Toma como referencia la investigación *Narraciones y posconflicto en Colombia: opinión pública, tecnología y valores*, la cual se propuso vincular la posibilidad de empezar a vivir un momento distinto en la historia de Colombia, desde hurgar en cómo se narró el proceso que condujo a la firma de los acuerdos de paz entre el gobierno colombiano y las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia, así como investigaciones realizadas y ponencias ya presentadas. El texto se desarrolla partiendo de algunos detalles que evidencian aspectos ya consolidados en torno a cómo enfocar los medios de comunicación en términos de una historia cultural, sumando elementos que caracterizan el carácter innovador de las tecnologías de información.

Palabras Clave: Narrativas, Medios de comunicación, Colombia y posacuerdo.

Abstract: The present work is the compendium of an exploratory-reflection thinking about how to glimpse the concept of narratives from a historical perspective and as a concept that goes beyond its allusion to gender within the media sphere. It takes as a reference the research project "Narrations and post-conflict research in Colombia: public opinion, technology and values", which was proposed to link the possibility of beginning to live a different moment in the history of Colombia from rummage into how the process that led to the signature of the peace agreements between the Colombian government and the Revolutionary Armed Forces of Colombia, as well as investigations and presentations already presented. The text is developed based on some details that show already consolidated aspects about how to focus the media of communication in terms of a cultural history, adding elements that characterize the innovative nature of information technologies.

Key words: Narratives, media, Colombia and post agreement.

Sobre el trabajo

En el pasado congreso de ALAIC (2016) el suscrito presentó una ponencia titulada, "La memoria de la historia y las narrativas audiovisuales", esta se inscribía en el marco del desarrollo de la investigación *Narraciones y posconflicto en Colombia: opinión pública, tecnología y valores*. En este trabajo, ya concluido, se buscó realizar una labor de carácter exploratorio entorno al tema de las narrativas, más allá de su consideración de género mediático. Sin ser histórica, la exploración partía del presupuesto de que hay un espacio geográfico vivido en el tiempo y llamado Colombia y que en esa vivencia del presente convergen elementos propios de lo histórico y que, como diría Raymond Williams, nos empujan desde el pasado a vivir el presente como lo vivimos y, a la vez, el presente apertura nuevas posibilidades de que esas formas de vivir puedan generar un punto de inflexión sobre sí mismas y convertirse en algo nuevo.

⁸² Julio Eduardo Benavides Campos, . Profesor titular de la Facultad de Ciencias sociales, Humanidades y Artes de la Universidad Autónoma de Bucaramanga. Doctor en Historia, Colombia, jbenavides@unab.edu.co.

Dicho de otra manera, en una Colombia que ha vivido durante tanto años un conflicto armado interno con varios actores armados, el hecho de que se haya firmado un acuerdo de paz con el principal y más antiguo de ellos: las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia –FARC– es susceptible de constituirse en un acontecimiento histórico que marque un punto de inflexión y el inicio de un proceso en el que los colombianos empezaran a reconstruir los vínculos comunes y que a la par, tenga lugar una reconfiguración del régimen comunicativo, haciendo que los renunciados enemigos pasen a formar parte de los adversarios dentro de la arena política.

Lo que se va a presentar en este escrito tiene tres partes. La primera es una reflexión vinculada a la investigación *Narraciones y posconflicto en Colombia: opinión pública, tecnología y valores*, en el contexto del significado que tiene el concepto de *narrativas* a la hora de analizar el contenido de los diarios que se analizaron para el caso; la segunda es la ubicación y la pertinencia de considerar el tema de las *narrativas* en términos de su pertinencia histórica y, la tercera, bosqueja el núcleo problematizador que le da origen a la propuesta de investigación que, en retrospectiva temporal indagará sobre el tema de las *narrativas* y las posibilidades de relatar, mediáticamente, un país posible.

¿Por qué las narrativas?

Una cuestión previa es la de preguntarse porqué en un grupo de trabajo de Historia de la comunicación, se plantea un asunto más bien teórico. El asunto empieza cuando se realiza el análisis de la dimensión narrativa en la investigación *Narraciones y posconflicto en Colombia: opinión pública, tecnología y valores*, cuando en el proceso de análisis de la información. Para ello se retoma lo que se ya se planteaba como una noción primera en la ponencia presentada en 2016 y que se enfocaba en definir el significado de las *narrativas* en su cualidad comunicativa.

“Dicen Greimas y Courtés que las narrativas pueden entenderse como un todo de significación, un acto de lenguaje con sentido que comporta su propia organización (Greimas A. y Courtés J, 1991, 273). Como tal, un “todo de significación, un acto de lenguaje con sentido”, alude a quienes están comprometidos como sujetos (sujetados a algún sentido común, a una historia común) y, a la vez, a un universo simbólico de referencia (eso a lo cual están sujetados los sujetos), en el caso de colectivos que entran en un proceso de paz, se espera que en esa nueva sujeción, la de una cultura en paz, de convivencia pacífica, lo que medie es un proceso de reconciliación.” (Benavides Campos, 2016, p. 34)

Es decir, no es la narrativa anclada al género mediático, si entendemos este como una estrategia de comunicación, es la narrativa referida a una matriz del contar y del contarnos que prefigura el modo, como escenarios y actores se hacen presentes en el discursar de una historia: “como un todo de significación, un acto de lenguaje con sentido que comporta su propia organización”. Y en el contexto actual, la investigación realizada constató que el mundo digital ofrece –por ejemplo– la posibilidad de que una noticia tenga una vida mayor dentro el medio digital, a la que solía tener cuando se publicaba en un diario o se emitía vía radio o televisión. El hecho de que los lectores de diarios en versión digital puedan comentar las noticias, le genera una ‘vida’ mayor a esa efímera actualidad noticiosa. Los comentarios generan relatos. Claro, esto también genera una consecuencia en la definición del género periodístico en específico: la noticia, pero, no es menester del presente trabajo el abordar dicho hecho.

Es en el contexto señalado que emerge un fenómeno particular: los medios noticiosos y, en mayor grado, aquellos que cuentan con una versión digital, albergan una actualidad distinta al del medio impreso, en el cual si se publicaba algo en el diario, al día siguiente ya era noticia vieja; hoy, las posibilidades que ofrece Internet permiten que el “en línea” y “al instante” genere un flujo constante que satura la capacidad de asimilar la información, generando una dinámica de recuerdo/olvido en el que la formación de sustratos de información que operen como referentes comunes para un colectivo (y su memoria) se diluyen. Una suerte de paradoja, antes había se producía menos información, pero, es posible que la ausencia de flujos constantes le genere una pervivencia en la memoria. Sin embargo, lo que se observa es que en hay líneas narrativas (a mejor nombre se usará este provisionalmente) que se concretan en esa posibilidad de participación que los usuarios tienen, al poder hacer comentarios a las noticias –y en general a la gran mayoría de informaciones publicadas en la red– y de que dichos comentarios a su vez puedan ser comentados (se denominarán réplicas a los comentarios de los comentarios). En este sentido, no sólo la noticia pervive por algún tiempo en la voz de los lectores, sino que en esa resonancia que produce la noticia, se hace presente una narrativa, una forma de relatar el nosotros y a los otros (línea narrativa). Pongamos un ejemplo. La siguiente es la gráfica de la “vida” de una noticia publicada por el diario regional *Vanguardia Liberal* el día 23 de marzo (Colprensa, 2017) a las 2:23 pm., con el siguiente título: “Uribismo convoca marcha para rechazar acuerdo de paz con las FARC”. Un detalle importante es el señalar que se diferencia las “entradas” de las “réplicas” porque las primeras son intervenciones nuevas que no responden a comentar la de otra persona, en el caso de las “réplicas”, sí.

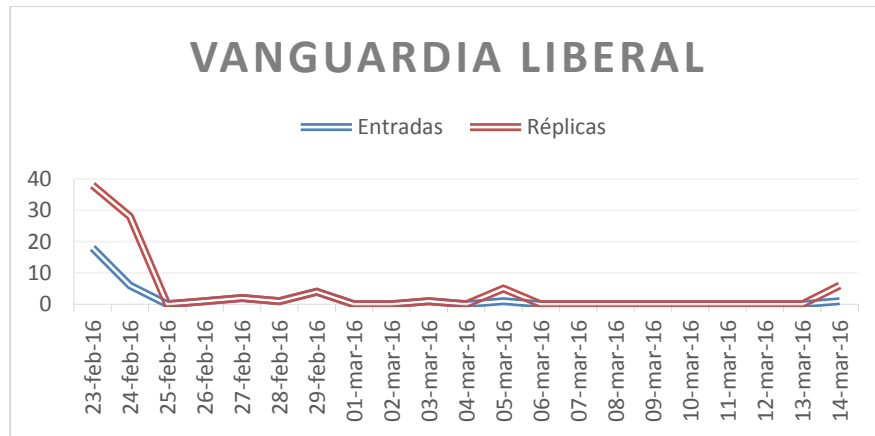


Gráfico 1: Línea de tiempo de ocurrencia en entradas y réplicas en noticia de diario regional

La gráfica señala esa característica de la pervivencia de la noticia, sin embargo lo más importante de esto es encontrar aquellas evidencias que desde lo narrado, nos ubican con la dimensión las líneas narrativas. Para este caso, se transcribe un ejemplo que muestra el tono de los comentarios en un momento de clímax en la discusión (si se le puede aplicar dicha denominación), la cual corresponde a un fragmento en el que aparece un comentario suscrito por 'Carlos' y las consecuentes réplicas al mismo⁸³. Dicha secuencia corresponde al día 24 de febrero de 2017 y se encuentra en la pervivencia de la noticia ya mencionada, del diario Vanguardia Liberal⁸⁴, y es la siguiente:

“Carlos: seguro que van 7 imbéciles los de la foto y sus sicarios (refiriéndose a la foto que se incluye como parte de la noticia y en la que aparece el senador Álvaro Uribe Vélez y otros dirigentes de su partido)

Sibilina: Y la prostituta que te parió también

María Mónica: Y HASTA LA PROSTITUTA DE TU MADRE TAMBIÉN ESTÁ INVITADA

Carlos: Sibilina Muñoz que usted y su madre sean unas perras no significa que todas las mujeres sean igual de basura que ud y ese mal nacido de Uribe y su combo de asesinos”.

María Mónica: Carlos Fernando Morales Rubio, COMBO DE ASESINOS, POR ESO VOY A LA MARCHA, PARA GRITARLE A LOS ASESINOS GUERRILLEROS QUE COLOMBIA NO OS QUEREMOS, QUE LES DESEAMOS SU RAPIDA SALIDA PARA EL INFIERNO, QUE ES DONDE VAN A PARAR POR MACABROS... Y DEMONIAICOS SERES QUE NUNCA DEBIERON SER PERO LO SON. HAST DIOS REPUDIA SUS MACABRAS VIDAS PARA HACER EL MAL... MISERABLES

Alfredo: Pobrecito no conoció el país cuando no se podía ni salir a usme porque la guerrilla hera la que mandaba en el 70% de Colombia.” (Colprensa, 2017)

Narrativas y contemporaneidad (histórica)

Lo que se quiere subrayar no es el calibre de los improperios, sino que el decurso del relato (léase comentario y réplicas) de uno de los 37 comentarios que tienen la noticia publicada se desvía y se ubica en una polaridad que no permite espacio para la voz del otro. ¿Eso tiene que ver con la historia? La obvia respuesta es afirmativa por cierto y nos deja con un sinsabor. Sin embargo, más allá de la impresión que produce su lectura, hay que ubicarse en un antes en el que ese tipo de intervenciones públicas no eran posibles. Hoy lo son gracias a lo digital.

Ahora bien, los estudiosos, empezando por el clásico texto de Pierre Levy, “Cybercultura” señalan que lo digital estaría produciendo cambios en la forma como nos relacionamos y cómo construimos sociedad, y que estos cambios son sustanciales e irreversibles. La pregunta sería si estos cambios están empezando, están en el proceso de definición de las transformaciones o si ya ha tenido lugar y se vive aspectos que rubrican las transformaciones producidas por lo digital. De lo anterior se citan tres apartados expresados por un historiador, que nos ayudan a ubicar la discusión entre el pasado y el presente. El primero,

⁸³ Se ha mantenido la fidelidad al texto original, en cuanto a la ortografía, gramática y uso de altas sostenidas en el texto.

⁸⁴ Vanguardia Liberal es un diario regional publicado en la ciudad de Bucaramanga, dentro del departamento de Santander, Colombia. Es el principal diario de la denominada región nororiental de Colombia.

“Naturalmente, el alcance de este pasado social formalizado depende de las circunstancias, aunque siempre habrá intersticios, es decir, asuntos que no forman parte del sistema de historia consciente al que los hombres incorporan, de un modo u otro, aquellos elementos de su sociedad que consideran importantes. La innovación puede surgir en estos intersticios, ya que no tiene un efecto inmediato en la sociedad ni topa automáticamente con la barrera ‘así no es cómo siempre se han hecho las cosas’” (Hobsbawm, 1998, pág. 24).

En la línea de lo que él llama la atención, no sólo el pasado reciente de Colombia, aquel que se cierra con la firma de los acuerdos de paz con las FARC y que comprende más de 60 años de un ‘antes’, lleva la marca de la violencia. Fernán González (2014) anota la “paradoja colombiana: entre el orden y la violencia” señalando cómo “en la historia colombiana este recurso continuo a la violencia ha contrastado con una casi ininterrumpida historia electoral” (pág. 55) apuntalando su tesis con los aportes de Daniel Pécaut, Marco Palacios y Francisco Gutiérrez y Luisa Ramírez, quienes con matices propios demarcan una situación coincidente. A los anteriores podríamos agregar a Cristina Rojas (2001), quien desde su texto “Civilización y violencia”, encara el problema analizando la manera como las representaciones de unos respecto de otros violentan simbólicamente su propia existencia histórica en la sociedad colombiana.

Subrayando aquello de los intersticios. ¿Una convivencia social pacífica no forma parte del *sistema de historia consciente* de la sociedad colombiana? Si nos asimos a lo que González y otros afirman, habría que asentir o al menos aceptar que es una afirmación plausible. Pero, también surge la pregunta por los intersticios. Y aquí viene el segundo aporte de Hobsbawm, quien continuando con el desarrollo de la idea anterior, señala que: “se podría sugerir que, en igualdad de condiciones, la tecnología, en el amplio sentido de la palabra, pertenece al sector flexible, y la organización social y la ideología o el sistema de valores, al inflexible” (p. 24). Hobsbawm no escribe el texto desarrollándolo de modo específico para relacionar la innovación y la tecnología, pero, si afirma el carácter flexible de la misma en tanto su potencial existencia como fuerza innovadora y de cambio, y aquí su tercer aporte:

“El problema del rechazo sistemático del pasado sólo surge cuando se admite que la innovación es a un tiempo inevitable y aconsejable desde un punto de vista social: es decir, cuando es sinónimo de ‘progreso’. Esto plantea dos cuestiones distintas: cómo se llega a reconocer y legitimar la innovación como tal innovación, y qué forma asume la situación derivada de ella (es decir, cómo se formula un modelo de sociedad cuando el pasado ya no puede proporcionararlo). La primera es la que resulta más fácil de contestar” (Hobsbawm, 1998, p. 30).

La afirmación precedente nos ubica en el dilema de responder la segunda pregunta, desde el punto de vista del papel de los medios de comunicación y las tecnologías de la información y comunicación -TIC-, para el caso colombiano y la coyuntura que se vive, dado que:

“El desarrollo de los medios de comunicación se mezcló de manera compleja con un determinado número de procesos de desarrollos paralelos que, tomados conjuntamente, constituyeron lo que hemos convenido en llamar <<modernidad>>. Por lo tanto, si lo que queremos es comprender la naturaleza de la modernidad –es decir, de las características institucionales de las sociedades modernas y las condiciones de vida creadas por ellas– entonces debemos conceder un papel central al desarrollo de los medios de comunicación y su impacto”. (Thompson, 1998, p. 15)

Es decir, y siguiendo a Thompson (1998), ver el modo de cómo en esos y desde esos ‘intersticios’ tuvo lugar una particular forma de “organización del poder simbólico” (p. 15). En este punto puede agregarse que, como proceso histórico, ese papel institucional de los medios de comunicación no puede leerse desde un sentido único. Es decir, en perspectiva de una historia cultural, hay que referirse a la noción de Martín-Barbero, la de distintas temporalidades (como se citó en Benavides Campos, 2012).

“Estas hacen alusión a un destiempo marcado por procesos que rebasan una explicación lineal y continua en la historia; rompen con la relación mecánica de causa-efecto (lógica que impregna las mentes de quienes introducen alguna tecnología nueva en nuestras sociedades); designan continuidades y rupturas en los procesos culturales latinoamericanos y las maneras como en estas sociedades son apropiadas las tecnologías” (pág. 9).

Narrativa: los medios en *medio* del relato histórico

“Las historias son una manera de reunirnos”, expresaba el escritor peruano Santiago Roncagliolo en la presentación oficial de la Feria del Libro *Ulibro 2017* de la Universidad Autónoma de Bucaramanga. Hay un nosotros presente en toda narrativa. Y el mejor ejemplo es el de las narrativas fundacionales que todo colectivo tiene y que si no lo tiene, lo crea o recrea.

Cada Estado-nación de Latinoamérica preserva un relato fundacional que habla de nuestros orígenes, sea como etnia o como república independiente de la colonización española. Y ese relato forma parte de un discurso que, de forma hegemónica, se impone como el sello de la identidad nacional. Hoy en día también se afirma que los procesos de globalización o de mundialización de la cultura (Ortiz, 1998), han permeado lo nacional y generado una indiferenciación entre lo propio y lo ajenos, erosionando el sentido de lo nacional y han dado lugar al fortalecimiento de lo local y a la emergencia de subjetividades. Aquí es el ámbito en el que las narrativas, eso “abstracto que organiza a lo concreto”, cobra importancia. Las narrativas y las narraciones no son externalidades a la propia vida de los sujetos sociales y

“el mundo de las subjetividades consiste de espacios ambiguos donde el discurso se tropieza con los ‘otros’ conceptos de la narración y la imaginación. La mayoría de los estudios sobre las categorías del lenguaje no han prestado atención a las (a veces sutiles) diferencias y tensiones entre ‘discurso’ y ‘narración’. Pero la distinción nos parece calve para empezar a repensar la imaginación en criterios de conflicto simbólico y praxis social” (Herlinghaus, 2004, p. 13)

Es por ello y porque se considera vigente la pregunta de Melluci (2001), “¿narrar para existir?”, al subrayar que “cuando se habla de sociedad de la información, se dice en realidad con otras palabras que la capacidad social de producir del sí llega a ser un rasgo constitutivo de la acción social” (p. 94), es que se encara un proyecto de investigación que se desarrollará en el contexto de una labor de semillero que eligió para su caso a estudiar la columna de opinión “transmediática”, titulada *La Pulla*⁸⁵, que se tiene como objetivo hacer evidente esa tensión entre discurso a narración. Se parte de lo contemporáneo, en este caso de *La Pulla*, se conviertan en un referente para mirar, en retrospectiva, propuestas que, como la de Jaime Garzón (los programas televisivos *Zoociedad* y *Quac, el Noticero*) y la de Martín de Francisco y Santiago Moure (*La Tele*) evidencien esa tensión y diferencia entre ‘discurso’ y ‘narración’, al mostrar otras formas posibles de relatar el país para la convivencia pacífica

Referencias

- Benavides Campos, J. E. (2012). Historia de la televisión en Colombia y su función pública (1953-1958). *Manuscrito no publicado. Universidad Nacional de Colombia*. Bogotá, Colombia.
- Benavides Campos, J. E. (octubre de 2014). Memoria, comunicación y comunicabilidad. Elemento para aportar a la reconciliación (futura) de una región. En P. J. Miguel, *Agendas de comunicación en tiempos de conflicto y paz* (págs. 92-93). Bogotá: Javeriana.
- Benavides Campos, J. E. (30 de octubre de 2016). *La memoria de la historia y las narrativas audiovisuales*. Obtenido de Memorias del XIII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC), Sociedad del conocimiento y comunicación: reflexiones críticas desde América Latina.: <http://alaic2016.cua.uam.mx/documentos/memorias/GT17.pdf>
- Centro Nacional de Memoria Histórica. (28 de 01 de 2014). *Centro de memoria histórica*. Obtenido de <http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/que-es-el-cnmh>
- Cifuentes, D. (10 de 12 de 2013). *Consejo de redacción*. Obtenido de <http://consejoderedaccion.org/noticias/item/730-una-red-para-el-buen-periodismo-en-tiempos-de-conflicto-y-paz.html>

⁸⁵ El proyecto asume el postulado de que el presente es el espacio de construcción de la memoria colectiva, pero que *La Pulla*, recoge de la historia del país para hacer de la memoria construida en el presente, una memoria más histórica (si cabe el término), con el agregado de que se presentan como jóvenes con actitud vehemente al manifestarse acerca de los acontecimientos políticos del país. L@s estudiantes del programa de Comunicación Social que integran el grupo son: Ana María Romero Chaverra, María Fernanda Palencia Alba, Valentina Herrera Gómez, Andrea Isabel Remolina Remolina, Dana Valentina Lizcano Buendía, Katrinalieth Morales Armenta y Sneider Sebastián Mendoza Rincón.

- Colombia. Archivo General de la Nación. (1958, Caja 11, Folio 8). Registro 2069, Presidencia de la República-Rojas Pinilla. *Dirección de Información y Prensa*.
- Colombia. Archivo General de la Nación. (Caja 11, Carpeta 11, Caja 1 de 1958). Presidencia de la República-Rojas Pinilla, Dirección de Información y Prensa. Bogotá.
- Colprensa. (23 de febrero de 2017). Uribismo convoca marcha para rechazar acuerdo de paz. *Vanguardia Liberal*, pág. s/n.
- González González, F. E. (2014). *Poder y violencia en Colombia*. Bogotá: Odecofi-Cinep.
- Greimás A.J. y Courtés, J. (1991). *Diccionario razonado de la teoría del lenguaje*. Madrid: Gredas.
- Hallbwachs, M. (2004). *La memoria colectiva*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza.
- Herlinghaus, H. (2002). La imaginación melodramática. Rasgos intermediales y heterogéneos de una categoría precaria. En H. Herlinghaus, *Narraciones anacrónicas de la modernidad. Melodrama e intermedialidad en América Latina* (págs. 21-60). Santiago de Chile: Cuarto Propio.
- Herlinghaus, H. (2004). *Renarración y descentramiento*. Madrid: Iberoamericana.
- Hobsbawm, E. (1998). *Sobre la historia*. Barcelona: Crítica.
- Martín Barbero, J. (1998). *De los medios a las mediaciones*. Bogotá: Convenio Andrés Bello.
- Melucci, A. (2001). *Vivencia y convivencia. Teoría social para una era de la información*. Madrid: Trotta.
- Ortíz, R. (1998). *Otro territorio*. Bogotá: Convenio Andrés Bello.
- Quezada Macchiavello, Ó. (1991). *Semiótica generativa. Bases teóricas*. Lima: Universidad de Lima.
- Rojas, C. (2001). *Civilización y Violencia*. Bogotá: CEJA.
- Thompson, J. B. (1998). *Los media y la modernidad. Una teoría de los medios de comunicación*. Barcelona: Paidós.
- Varela, M. (26-29 de abril de 2000). Memoria y medios de comunicación o la coartada de las identidades. *V Congreso Latinoamericano de Ciencias de la Comunicación*. Santiago de Chile: ALAIC.
- Williams, R. (1997). *Marxismo y literatura*. Barcelona: Península.

Ponencia presentada al GT 17 Historia de la comunicación

Debate periodístico argentino-chileno en 1824-1825

Argentinean-Chilean journalistic debate, 1824-1825

Debate jornalístico argentino-chileno, 1824-1825

Guillermo Kemel COLLADO MADCUR⁸⁶

Resumen: Se analizan contenidos sobre un debate por una reforma eclesiástica en periódicos de Chile reeditados con notas locales en Argentina, 1824-1825, desde la Periodística (Casasús y Núñez Ladevéze, 1991), con categorías de Borrat (1989).

Palabras Clave: Periodismo, Debate, Opinión.

Tema central:

Análisis de periódicos chileno-argentinos de 1824-1825, con motivo de un debate en torno a una reforma eclesiástica.

Objetivos.:

1. Detectar contenidos en periódicos chileno-argentinos de 1824-1825.
2. Describir el tratamiento de contenidos en periódicos chileno-argentinos de 1824-1825.
3. Comparar contenidos y tratamiento en periódicos chileno-argentinos de 1824-1825.

Caracterización del estudio o discusión teórica propuesta:

El trabajo se encuadra, en líneas generales, en el constructivismo, en términos de Peter Berger y Thomas Luckmann (1968) y más específicamente en Eliseo Verón (1981), Miquel Rodrigo Alsina (1987) y Lorenzo Gomis (1991).

Enfoque y/o metodología de abordaje.

Técnica de recolección de datos: Recopilación documental.

Técnica de procesamiento de datos: Análisis de contenido.

Cuando un periódico consta de hasta 10 (diez) ediciones y sus ejemplares se encuentran disponibles, se analizan todos sus artículos, por lo que, en ellos se aplica un *muestreo intencional*: se consideran todos los artículos que reúnen una determinada característica (Roger Wimmer y Joseph Dominick, 2000/2001). A las unidades de análisis seleccionadas se les aplican categorías inferidas del Marco Teórico y posteriormente se comparan y contrastan resultados obtenidos, con el propósito de inferir conclusiones pertinentes.

Principales resultados, reflexiones y conclusiones.

Marco Contextual

A. Político

La hoy Nación Argentina, en 1810 se da su primer gobierno libre y en 1816 declara su independencia. A partir de 1820 comienzan a proclamar su respectiva autonomía las distintas provincias, hecho éste que marca también el comienzo de las primeras sanciones y promulgaciones de constituciones provinciales, en cuyo tratamiento destacó el tema de la reforma eclesiástica, que enfrentó a católicos con anticlericales.

⁸⁶ Universidad Nacional de San Juan (Argentina). Master of Science in Communication (Illinois State University, U.S.A.)
gcolladom@yahoo.com.ar

B. Periodístico

En 1801 se publica el primer periódico del País, “El Telégrafo Mercantil”, todavía en época hispana. El 7 de junio de 1810, el primer periódico de época libre “La Gazeta de Buenos Aires”, dirigida por Mariano Moreno, secretario de la Primera Junta de Gobierno. Ésta última se trataba de un órgano oficial. En 1820, en Buenos Aires, Pedro Feliciano de Cavia, adicto a Bernardino Rivadavia, se enfrenta periodísticamente con el sacerdote Francisco de Paula Castañeda. En uno de los periódicos rivadavistas, en medio de este debate, escribe un joven sanjuanino, estudiante de Abogacía Salvador María del Carril. Éste mismo, siendo gobernador de su Provincia, entre 1823 y 1825, lleva a cabo una reforma eclesiástica que consistió: primero, en someter a los sacerdotes a fuero civil, segundo, en impedirles cobrar por los óleos impartidos y tercero, confiscarle los bienes a los conventos si no acataban estas normas, hecho al que finalmente procedió. Con lo recaudado de la incautación de los bienes eclesiásticos, dota a San Juan de su primera imprenta y por consiguiente también de su primer periódico, “El Defensor de la Carta de Mayo”, cuyo título hace alusión a la sanción de una carta de derechos que por entonces se estaba tratando en la Cámara de Representantes local.

Esta carta de derechos incorporaba, por primera vez en la historia de esta Provincia, la libertad de cultos. Todas estas medidas, obviamente, fueron resistidas por los sectores católicos de la sociedad y periodísticamente respondidas desde algunos periódicos chilenos reimpresos en Córdoba con el agregado de notas locales y otros editados directamente en esa ciudad, siempre por parte de la Iglesia. En el primer caso, se trataba de los periódicos “El Observador Eclesiástico de Chile”, a cargo de fray Tadeo Silva y “El pensador político-religioso de Chile”, cuyos responsables fueron fray Juan Fariñas y fray Justo Pastor Donoso. En el caso de los periódicos cordobeses, sus nombres fueron “Grito de un Solitario”, “Solitario Varón de Cascales”, “El Casco Completo del Hallazgo Precioso del Editor de San Juan”, éste último en respuesta directa al primer artículo del primer número del ya creado periódico sanjuanino, que rezaba “Hallazgo (sic) precioso”. Los responsables de la edición de estos periódicos de Córdoba fueron los sacerdotes Pedro Ignacio de Castro Barros y Bernabé de Aguilar. Después de este debate periodístico en el País, la discusión derivó en aquella propia de unitarios y federales.

Marco Teórico

El presente trabajo se enmarca en la disciplina denominada “Periodística”, cuya existencia fue postulada por Casasús y Núñez Ladevéze (1991), quienes la definieron como el “estudio de la producción, mediación, recepción y transformación de mensajes periodísticos, desde las ópticas retrospectiva, actual y prospectiva”. En nuestro caso, se trata de la “Periodística de la Recepción Histórica”, que estudia aspectos morfológicos y de contenido de mensajes periodísticos, así como documentos que permiten inferir reacciones a tales mensajes. Al respecto, resultan ilustrativas los siguientes conceptos de los autores precitados: “... existen influencias mutuas, recíprocas, interdependientes, entre el texto y su entorno, entre el relato y su recepción, entre periodismo y sociedad”. / “El medio ambiente social influye en la conformación de modelos de relato. Pero la forma que el relato adopta en cada momento histórico contribuye, a su vez, a crear un medio ambiente social que le permite desarrollarse...” (p. 14). “Se puede admitir, como supuesto teórico, que exista literatura sin lectores. / No puede existir, en cambio, ni como supuesto teórico, un periodismo para guardar en el cajón, un periodismo sin lectores, puesto que sólo existe periodística cuando hay una motivación comunicativa. La recepción es, pues, un factor imprescindible para que exista periodismo.... Un texto sin lectores puede ser literatura, pero, nunca periodismo.” (p. 66.)

Encuadrándonos en algunas categorías de análisis proporcionadas por Borrat (1989), es interesante aquí la de “conflicto”: “En el sistema político y en el subsistema de los medios el periódico afirma públicamente su identidad como narrador y comentarista de conflictos entre los actores de la actualidad periodística. Al mismo tiempo, se perfila frecuentemente como participante de conflictos políticos a título de parte principal o de tercero involucrado. Puesto que la mayoría de las veces el periódico no hace exhibición pública de sus perfiles como participante en conflictos, será sobre todo por inferencia a partir de los temarios publicados que el observador externo podrá representárselos, a título de hipótesis.” (p. 12). Más adelante, agrega: “Percibir al periódico como actor del sistema político es considerarlo como un actor social puesto en relaciones de conflicto con otros actores y especializado en la producción y la comunicación masiva de relatos y comentarios acerca de los conflictos existentes entre actores de éste y de otros sistemas.” (p. 14); “... ser actor del sistema político representa básicamente para el periódico -como para cualquier otro actor social- ser actor de conflictos.” (p. 16). “Si allí donde hay vida hay conflicto, si toda la sociedad humana conocida destaca sus formas de conflicto social, la política es el lugar primordial aunque no único del conflicto: enfrenta a sus actores en función de un bien siempre escaso, el poder, ya para conquistarlo, ya para permanecer en él, ya para influir sobre él. / El Periódico puede ser actor de conflictos por acción, a iniciativa propia, o por reacción ante la iniciativa de otros.” (p. 16).

Los periódicos que aquí nos ocupan surgieron en un momento particular de conflicto: el primer debate sobre la reforma eclesiástica y el establecimiento de la libertad de cultos en la provincia de San Juan, en consonancia con el mismo debate que se estaba llevando a cabo en el orden nacional; pero no sólo surgieron en esa época: fueron activos partícipes de un debate que trascendió las fronteras del País. Como afirma Molina (2001), existió “una red de relaciones personales e institucionales que explicarían acciones e ideas semejantes” (p. 238). Verdo (1998, p. 229), por su parte, sostiene que: “La función del clero resultaba clave pues su palabra pesaba mucho más que cualquier otra, en virtud de lo cual debían predicar no sólo con el ejemplo sino también por medio de sus sermones durante el oficio religioso e incluso adoctrinándose ellos mismos en los nuevos principios políticos con el fin de evitar errores y confusiones en sus fieles. Muchas fueron las disposiciones adoptadas por el gobierno teniendo en cuenta esta influencia....”

“El Observador Eclesiástico de Chile”

Yendo al análisis concreto de este periódico en particular, podemos afirmar de él que critica, en general, a las ideas propugnadas por la Ilustración y, en particular, a sus principales referentes, como Rousseau, Voltaire, Condorcet, Diderot, Alembert, Richelieu. También critica las ideas sostenidas por las herejías cristianas, tales como las de Arrio o Valdo, o de los precursores de la Reforma Protestante, como Wiclef y Huss. En Chile, critica una reforma de regulares que, por entonces, se estaba tratando de implementar. En dos números habla de bienes y posesiones de las los regulares o las comunidades, por los cuales se desea extinguir a algunas de éstas. Un título “El Banco Nacional de Chile” habla de fondos de confiscaciones; en relación con esto, otros títulos son: “Monasterios de monjas”, “Diezmos”, “Curatos”, “Eclesiásticos” y “Hospitales”. Tilda de “fanáticos” a los liberales, adjetivo éste con el que, normalmente, los liberales también rotulaban a los católicos. Efectúa una vindicación de los dominicos, orden ésta que llegó a Cuyo prácticamente con la fundación de las primeras ciudades y única que quedó en San Juan después de la reforma eclesiástica implementada por del Carril (se fueron los agustinos y mercedarios). Otros textos incluidos son: cartas: “a los regulares”, “al Obispo de Mérida” y “de su tía monja a Voltaire”, con preguntas retóricas. Critica el concepto de tolerancia religiosa. No teme o no duda en autocaratularse “intolerante”. Utiliza con connotaciones negativas el sustantivo “filósofo”, asociado a los gobernantes de corte liberal y adjetivos tales como “corillos” o “fariseos”. En un número, habla de “libros buenos” y “libros malos”, encasillando así obras publicadas hasta ese entonces, a favor y en contra, respectivamente, de su postura. Comenta o critica ciertas medidas de gobiernos civiles del momento, tales como ciertos proyectos de constitución. En un apéndice critica al deán Zavaleta, de Buenos Aires, encolumnado políticamente detrás de Bernardino Rivadavia, y para hacerlo, se apoya en documentación que transcribe. Hace uso de falacias para apoyar su postura, tal como la siguiente: “No hay República sin costumbres, no hay costumbres sin religión, ni hay religión sin número competente de ministros” (p. 174, ejemplar N° 15). Castro Barros, desde Córdoba, agregó notas al pie de página con acotaciones en apoyo de la postura del editor de Chile y ejemplos de las provincias del Río de la Plata.

“El Pensador Político Religioso de Chile”

Este periódico constó, originalmente de 15 ejemplares, reimpresos en páginas con numeración correlativa, de 1 a 324. Quienes lo redactan se autodenominan, en un pasaje, como “propios hijos de la Iglesia”. Trata a los liberales de entonces, especialmente a aquellos gobernantes con esta tendencia política, de “filósofos impíos, viboreznos crueles” y a las reformas eclesiásticas o a los intentos por efectuarla, como “nefando matricidio” o “execrables atentados”; en este sentido encontramos frases como ésta: “La moderna filosofía asesina con atrevimiento a nuestra madre Patria, quitándole su preciosa vida espiritual, cual es la religión católica, y avanza aun a la imposible empresa de exterminar de toda la faz de la Tierra a nuestra Santa Madre Iglesia” (p. 4).

Ámbitos de tematización

Nº 1 (Marzo de 1825):

Este ejemplar comienza con un “Prólogo del Reimpresor”. Como muchos otros primeros números de periódicos de esta época, consta de un “Prospecto”, texto en el cual se daban a conocer sus propósitos. Uno de los temas abordados en este número se refiere a la “jurisdicción de la Iglesia incluso sobre asuntos terrenales y no jurisdicción del Estado sobre asuntos de la Iglesia”. Incluye un texto sobre “libros impíos”, refiriéndose a los opúsculos filosóficos en boga por entonces. Hay una alusión a un “pedido del Padre (Francisco de Paula) Castañeda al gobernador de Santa Fe para publicar tres periódicos”. Habla de los “últimos avances del cristianismo”. Comenta una circular de Buenos Aires sobre “cómo enterrar a los difuntos”, con una nota crítica

Nº 2 (02/04/1825):

Continúa un artículo iniciado en el número anterior y titulado “Jurisdicción eclesiástica vindicada” y termina en un “Continuará”. Un artículo está titulado como “Progresos del cristianismo” y habla de los avances de esta prédica religiosa en Indostán y Filipinas. Reproduce una circular del gobierno de Buenos Aires sobre la manera en que deben ser realizadas las exequias fúnebres, con reflexiones del sacerdote Pedro Ignacio de Castro Barros sobre esas medidas. Hay un texto sobre “Bienes de los regulares”. Otro texto, titulado “Tolerancia de cultos”, es una nota local, añadida por Castro Barros, que habla de un “filosofismo anticristiano que enseña los nefandos errores del deísmo, materialismo y ateísmo” (p. 45) y continúa refiriéndose a “... la libertad de pensar o falsos cultos”, afirmando de éstos que “... los sujetos o personas que la promueven son cabalmente aquellas que por sus obras y palabras han dado al público palpables notas de su heregía (sic) y aun de su incredulidad, imitando la conducta, y ejemplos de los hereges (sic) y filósofos impíos,..., a pesar de que a veces se empeñan en disfrazarse con pieles de ovejas” (pp. 45-46). Hay una alusión al periódico “Eco de los Andes”, de Mendoza, redactado por Juan Gualberto Godoy y que, según Antonio Zinny (citado por Galván Moreno, 1944, p. 380), “este interesante periódico ‘era el conducto por el cual la prensa porteña comunicaba a sus lectores las noticias del Pacífico’”. Al respecto, dice “El Pensador Político-Religioso de Chile”: “Adviértase, que el periodista mendocino titulado *el eco de los Andes*, cuando no es sino de Buenos Aires; apoya su opinión de tolerancia....’. También hay citas de Derecho Canónico. Se incluye una apelación a los congresos nacionales y juntas provinciales y con especial referencia a los de Mendoza y San Juan, en estos términos: “Aturde saber, que las juntas, y gobiernos de Mendoza, y San Juan se disponen ya a tamaño transpié (sic), sin consultar ni con el prelado diocesano. Infelices pueblos de la América del Sud si los demás magistrados imitan tan perversos ejemplos.” (pp. 47-48)

Nº 3 (16/04/1825):

Continúa el artículo sobre “jurisdicción eclesiástica vindicada”. Castro Barros continúa agregando notas actuales. Continúa el artículo sobre “progresos del cristianismo”, que se refiere específicamente a Siam y Pekín. Hay un artículo titulado “Rasgo notable”, que se refiere a una profesión de fe católica que efectuó Napoleón Bonaparte y que, según Castro Barros, en nota al pie, no cumplió. En otra nota, este mismo sacerdote comenta “Traslado á (sic) Francia, Ribadavia (sic), Carril, y otros” (p. 59). Y en una tercera, “Es indudable, que las cuatro principales causas morales de la horrorosa revolución francesa según eruditamente lo demuestra Hervas, y panderero, fueron las infernales sectas Calvinística (sic), Jansenística (sic), filosófica (sic) y francmasinica (sic)” (p. 60). Repetidamente habla de “fanáticos *tolerantes*” (pp. 60-61). Un texto que lleva por título “Tolerancia de falsos cultos”, tácita pero evidentemente es continuación del artículo “Tolerancia de cultos” y, agregado seguramente por Castro Barros, se refiere a hechos de San Juan; incluye una alusión en contra del deán cordobés Gregorio Funes, además de citas bíblicas e históricas. En expresa mención a los sucesos de San Juan, expresa: “... tampoco los gobiernos americanos pueden tolerar ni admitir a faltos sectarios, porque deben temer iguales, ó (sic) mayores compromisos, como aparece en la ciudad de San Juan cuyo gobierno filósofo es el primero que se ha atrevido á (sic) decretar el día (sic) 13 de Julio del año presente la libertad de todo culto con abierta contradicción (sic) del clero, y del pueblo sano.” [En nota de pie de página, se aclara: “Ya en el 26 del mismo mes la guarnición (sic) de la ciudad ha hecho revolución (sic), y apresado al tal gobernador”.] Y continúa diciendo: “En los números siguientes daremos al público las principales noticias estraidas (sic) de corta (sic) fidedignas de aquella ciudad, que acreditan los estrepitosos sucesos que entre espantosos terremotos, ha ocasionado en ella la sacrilega (sic) sanción (sic) de la libertad de falsos cultos, los cuales apenas son ligeras reseñas de otros mayores, que se han de experimentar en los otros pueblos”. (p. 70) Otra frase que destaca es que “No se puede hacer tolerante a una provincia que era intolerante porque se la turba”, además de “que vengán [inversores extranjeros] pero que no ejerzan su culto”. Toma argumentaciones que esgrime el Deán Funes y las ataca una por una.

Nº 4 (26/04/1825):

Concluye el artículo “Jurisdicción eclesiástica vindicada”. Utiliza una metáfora en la que considera a la Iglesia un esposo y como esposa suya al poder civil. Una nota al pie (p. 81) sostiene lo siguiente: “... es herético el primer artículo de la decantada carta de Mayo sancionada en S. Juan por la fuerza en 13 de Julio del presente año contra el voto del clero, y del pueblo sano; pues allí (sic) se decreta, que *toda autoridad*, y por consiguiente aun la de la Iglesia, *emana del pueblo*. He ay (sic) una puerta abierta, al protestantismo, filosofismo, y destruido el verdadero cristianismo.”. Continúa el artículo “Libros impíos”, en suspenso desde el primer número, en una de cuyas notas de pie de página dice: “Volter (sic) Ateísta (sic) y Roseau (sic) deísta (sic) son los dos gefes (sic) del partido impio (sic), que se empeña en derrocar la Iglesia católica: sus armas son el furor de la heregía (sic), y el artificio de la falsa filosofía (sic). Estas predicán *tolerancia*, y *filantropía* (sic) en sus palabras, y escritos impios (sic) hasta obtener poder, y librar su empeño á (sic) la fuerza mas (sic) cruel, como se ha

visto en la Francia, y demas (sic) países (sic) donde han prevalecido.” (p. 85). También se continúa el artículo “Bienes de los regulares”, en suspenso desde el número dos, que cita una pregunta de un autor Mirabeau “¿qué derecho suponemos en los simples particulares sobre sus bienes y propiedades que no le tenga cualquier comunidad sobre los suyos?”, a la que se agrega en nota de pie de página: “A esta pregunta de Morebeau (sic), que despreciaron los Franceses impíos (sic), deben contestar: Ribadavia (sic), Carril, Pinto, y Francia, que los han imitado en América. Serán execrables para siempre sus nombres, como los de todos los que en adelante los siguieren.” (p. 89). Alude a un debate en la Cámara de Diputados de Francia. Se retoma el artículo “Tolerancia de falsos cultos”, que comienza con un gran asterisco, agregado por Castro Barros, en el que hace mención a una excomunión de sacerdotes, que justifica. Más adelante, sostiene que, si el poder civil, que dice que tiene poderes representativos, decreta la tolerancia, solo conseguirá “acedar los ánimos, estendiendo (sic) sobre ellos el velo del disgusto, y esponerse (sic) á (sic) ser víctimas de su furor, (como acaba de suceder á –sic- la junta, y gobierno impio (sic) de S. Juan, y que son los primeros, que han tenido tamaño atravimiento.)” (p. 99).

Nº 5 (03/05/1825):

Éste comienza con el título “Religión: Sus máximas conformes al espíritu republicano”. Continúan, además, los artículos “Progresos del cristianismo” y “Libros impíos”. Este periódico, que constaba de una diagramación de tipo librería, en esta edición, dedica más que siete páginas (pp. 117-124), al conflicto de San Juan, bajo el título general de “Tolerancia de falsos cultos”, bajo el cual aclara “En lugar del extracto (sic) de cartas fidedignas, que prometimos, por contener el mismo asunto, substituímos el siguiente”, e inmediatamente a continuación va un intertítulo “Remitido de San Juan: Desaforado despotismo”. Tras una entrada casi de juglaría, que se detalla en el apartado siguiente, se detallan los debates de la sanción de la “Carta de Mayo” en San Juan con sus consecuencias. Dos intertítulos “Honorable Sala de Representantes” se intercalan en el desarrollo de este tema, hasta concluir con el ejemplar. Se transcribe una petición, firmada por opositores al gobierno de del Carril de San Juan, en contra del contenido de la carta de derechos que estaba por sancionarse, que no había sido publicada por el periódico oficialista, llamado, justamente, “El Defensor de la Carta de Mayo”; es una carta que cuenta con la adhesión expresa de sacerdotes y mujeres; después de haber transcritto algunos nombres de los primeros, dice “siguen 600 y más firmas”, y luego de la alusión a la primera firmante femenina (María Josefa Rufino), se agrega “ Siguen 142 firmas (p. 122)”.

Al respecto, Domingo Faustino Sarmiento en su “Recuerdos de Provincia” (edición 1989), afirma: “... para oponerse a la sanción de la carta de mayo, se corrieron listas entre las mujeres, tan conocido era de sus opositores mismos su escaso número.” (p. 76) Al final de la crónica de lo sucedido en San Juan aparece la firma: “Un sanjuanino libro de buenas comidas”. Y en nota de pie de página: “En el 28 de Julio la guarnición depuso y apresó al gobernador Carril; dado libre en el 29, fugó á (sic) Mendoza, y ha sacado de este gobierno 400 hombres para reponerse, ofreciendo 2000 pesos y el saqueo de algunas casas. Esta es la ley del embudo.”.

Nº 6 (09/05/1825):

Este ejemplar comienza con un artículo titulado “Fanatismo”, en el cual sus editores se defienden de acusaciones de “fanáticos” por parte de sus opositores y trasladan este mote a ellos, justificándolo. En notas de pie de página, hay críticas a Rousseau, los albigenses, hussitas y luteranos. Luego se continúa el artículo “Progresos del cristianismo”, con la bajada “Estado actual de la religión católica en los Estados Unidos”. También hay repetición del artículo “Tolerancia de falsos cultos”, con una transcripción del periódico “Abeja Chilena” y críticas a medidas adoptadas en este sentido por el gobierno del país trasandino. Los dos últimos artículos finalizan en un “Continuará”.

Nº 7 (17/05/1825):

Comienza con el artículo “Fanatismo”, que, en su bajada, establece: “Suspenso en el número anterior”. Posteriormente hay un artículo titulado “Religión”, en cuya bajada dice “En la sociedad debe haber una sola”. Seguidamente, el artículo “Progresos del cristianismo”, con la bajada “Continúa la materia del número anterior”, al que se le introducen los intertítulos: “Diócesis de Boston”, “Diócesis de Filadelfia”, “Diócesis de Bardstown en el Kentucky (sic)”, “Diócesis de Baltimore”; termina en un “Continuará”. Sigue el artículo “Tolerancia de falsos cultos”, retomando el debate iniciado por el periódico “Abeja Chilena”, que también termina en un “Continuará”; éste último, en una nota final de pie de página, al final, consigna: “... la célebre carta de Mayo en S. Juan por primer embite (sic) admite á (sic) la legislatura la tercera parte de sectarios. Luego á (sic) vuelta de un dado, los admitiria (sic) del todo, y echaria (sic) á (sic) rodar á (sic) la religion (sic) católica”.

Nº 8 (28/05/1825):

Este número comienza con un artículo titulado “Superstición”, en el que procura desarrollar este concepto, en contraposición al de “religión”, con argumentos y ejemplos varios. Posteriormente, el artículo “Religión: En la sociedad debe haber una sola”, que, a renglón seguido, aclara, expresamente: “Continuación de este artículo”; éste, en nota al pie, retoma y critica conceptos de Montesquieu. Luego sigue el artículo “Progresos del cristianismo: Continua (sic) la materia del número anterior”. A continuación, un breve artículo titulado “Iglesias y funciones”, que acaba en un “Continuará” y por último, otra vez el título “Tolerancia de falsos cultos”, que comienza con un asterisco, retoma conceptos de “Abeja Chilena” y efectúa todo un desarrollo argumental en un cuerpo de letra menor, para también concluir en un “Continuará”.

Nº 9 (15/06/1825):

Comienza con el título: “Superstición: Continuación de este artículo”; en él se insertan notas de pie de página con alusiones críticas a Montesquieu (p. 198) y “la gran logia de Masones” (p. 201). Posteriormente, por primera vez, un artículo titulado “Remitido” que se trata de lo que hoy llamaríamos una “carta del lector” o “carta al director” y que en este periódico constituye toda una novedad y aparece presentado como un artículo más. La carta es en apoyo de lo que viene sosteniendo este medio y en contra de medidas de gobierno que en Chile se acababan de adoptar. En medio de su texto se inserta una nota al pie con la siguiente leyenda: “Es ya preciso prepararnos para sufrir con constancia la espantosa persecucion (sic), que amenaza muy de cerca á (sic) todos los verdaderos católicos, especialmente á (sic) los Sacerdotes, cuyo principio se advierte en San Juan.” (p. 204). Se retoma, a continuación el recurrente artículo “Tolerancia de falsos cultos”, también con alusión expresa al periódico “Abeja Chilena”, en una de cuyas notas de pie de página se incluye una mención crítica al Deán Gregorio Funes (p. 209); en otras de ellas, las siguientes reflexiones “Por esta empresa de tolerancia de cultos en América no solo és (sic) anti-religiosa, sino impolítica, pues será una manzana de discordia.” (p. 210) y “El protestantismo consiste dice Watson Obispo ingles (sic), en creer (sic) lo que se quiere, y profesar lo que se creé (sic).” (p. 212).

Nº 10 (06/10/1826):

Este número comienza con el título “Advertencia” y la siguiente entrada: “Volvemos á (sic) aparecer á (sic) la luz pública después (sic) de un largo intervalo (sic) de silencio que hemos tenido que guardar á (sic) pesar de nuestros deseos, y acaso tambien (sic) de nuestros lectores. Al tomar de nuevo la pluma nos astenemos (sic) de pomposas promesas: queremos mas (sic) bien obrar que prometer, dejando á (sic) nuestros lectores el derecho de pronunciar sobre el mérito é (sic) importancia de nuestras producciones: solo si repetimos que jamas (sic) olvidaremos la precision (sic) y claridad, y tratando de la religion (sic) la miraremos siempre en sus relaciones con la sociedad para llenar nuestro título.” Evidentemente, bien pudo haber mediado alguna disposición gubernamental del país trasandino de cierre del periódico o algo en relación con esto. Al mencionado texto de inicio le sigue un intertítulo en bastardilla “La religion (sic) triunfante de los vanos esfuerzos de la impiedad en el siglo 18”, con dos notas al pie que incluyen referencias críticas a Voltaire (pp. 226, 232); además de otra, con la siguiente alusión a esta provincia argentina: “En San Juan, donde fue el convento de Santo Domingo es ahora una casa pública de tráfico, y diversion (sic). Este fue el gran invento del Sr. Carril.” (p. 238).

Otro intertítulo dice “Notable” y su correspondiente bajada es: “Descripcion (sic) hecha por el Apóstol S. Judas Tadeo en su carta católica de los impios (sic) de su tiempo, y en persona de aquellos, de los del nuestro.” (p. 240). Esta edición cierra con la siguiente inscripción: “NOTA-En el número siguiente se dará una noticia sucinta del cisma de Utrecht, para que se haga juicio recto de la justicia con que procede la Silla Apostólica.” (p. 241).

Nº 11 (05/11/1826):

Comienza con un el siguiente título armado en bastardillas y no en mayúsculas plenas, como los anteriores: “Continúa la materia del número anterior” y en medio del texto que se encuentra bajo él, se inserta la siguiente nota de pie de página: “La junta porteña por mocion (sic) del canónigo Gomez (sic) sectario de la moderna teoloía, y agente de los ministros Ribadavia (sic), y Garcia (sic), no perdonó ni á (sic) las ejemplares (sic) recoletas franciscanas de Buenos Aires, y de S. Pedro á (sic) pesar de estar en el campo y de los esforzados reclamos de sus vecindarios, quienes lloran su falta hasta el día (sic). Esta es la ponderada liberalidad de sus principios, que aun (sic) no desengaña á (sic) muchos eclesiásticos.” (p. 244). El ejemplar culmina con un título “NOTICIA / Sucinta (sic) del cisma ruidoso de Utrecht”. Esta “noticia” fue anunciada un mes antes en el ejemplar inmediatamente anterior y se desarrolla aquí en un tipo de letra de tamaño menor.

Nº 12 (18/11/1826):

Este ejemplar comienza con un texto sin título, en una de cuyas notas de pie de página hay una alusión crítica a Bernardino Rivadavia y un periódico titulado “Centinela” (p. 261). Continúa otro artículo titulado “Jesuitas”, en el que denuncia el hecho de que estos sacerdotes hubieron incurrido en el “filosofismo” de la época; éste incluye el intertítulo “PIO PAPA SIERVO DE NOS SIERVO DE DIOS, *ad perpetuam rei memoriam*” (p. 266) y concluye con párrafos en letra menor (pp. 271-272).

Nº 13 (14/01/1827):

Comienza con el título, en bastardillas, “*De la imperfección (sic) de las leyes sin la religión (sic)*”, que, ya en su primer párrafo, incorpora una nota de pie de página con la siguiente leyenda: “Por esto ha sido mui (sic) estraño (sic), que algunos SS diputados del C. G. Arg. hayan opinado por la supresion (sic) de la religion (sic) en la constitucion (sic); y mucho mas (sic), que el Sr. Bolivar (sic) la haya suprimido en su constitucion (sic) boliviana bajo el pretesto (sic) de que pertenece al órden (sic) moral intelectual, y del error de que su tribunal solo está en el Cielo. Está también en la tierra, y este es la Iglesia católica. /*O tempora, ó mores*” (pp. 273-274). El único título que continúa al ya mencionado es “Asunto nuevo en América de gran trascendencia”, y le sigue todo un texto compuesto en una letra con cuerpo menor, en el que se critica un dictamen por el cual se autorizó, en Buenos Aires, a un inglés protestante contraer enlace con una argentina católica, sin renegar de su religión original.

Nº 14 (04/02/1827):

Esta edición comienza con el siguiente título, en bastardillas: “*Necesidad de la Religion (sic) para el orden social*”. En una nota de pie de página a este artículo inicial, se consigna: “El General Quiroga tiene la singular gloria de ser el primero, que ha declarado guerra pública á (sic) esta infernal secta [“la maldita filosofia (sic)”, lo dice más arriba]. Sus émulos le acusan de haber tomado la *religion (sic)* por pretesto (sic)... pero lo cierto es, que tal pretesto (sic) no tendria (sic) lugar, si ellos no la hubiesen perseguido, y dado un gigante motivo también & c.” (p. 297). Continúan los artículos titulados “Regulares” y “Pío Obispo Siervo de los Siervos de Dios / *Ad perpetuam rei memoriam*”, en suspenso desde números anteriores. Este ejemplar finaliza con un artículo de un solo párrafo titulado “Noticia”, con el siguiente texto: “Hemos sabido con el mayor placer, que el Sr. provisor de Buenos Aires ha negado la dispensa solicitada por el protestante ingles (sic) para casarse con una católica sin abjurar su secta, con arreglo al dictamen de una junta de teólogos, y del cabildo eclesiástico, que fueron contrarios al del D^e Agüero.” (p. 308).

Nº 15 (18/02/1827):

Este número arranca con el siguiente título, en bastardillas: “*De la necesidad de la religión (sic) acreditada con el funesto resultado de la revolucion (sic) francesa*”. En una nota de pie de página se critica a “Rivadavia, y sus complices (sic)” “prometiendo un *porvenir maravilloso (sic)*”, y siguiendo las huellas del loco secretario Mariano Moreno, quien tubo (sic) un grande empeño de vaciar nuestra revolucion (sic) en el molde de la francesa.” (p. 313). En otra nota al mismo artículo, se agrega: “Males algo semejantes se han visto ya en algunos de nuestros pueblos, maxime (sic) en aquellos, en que mas (sic) ha dominado la impia (sic) filosofia, como el de S. Juan, en que tremolaron su estandarte los Rosas, Urdinineas, y Carriles. Credenciales son de esta verdad los conventos reducidos á (sic) escombros, y á (sic) casas de comedia y tráfico; y los sacrílegos ultrages (sic) de ambos cleros.” (p. 314). Otra nota más, consigna: “... los Ribadavias (sic), Garcias (sic), Carriles, y demas (sic) individuos,... á (sic) manera de viboreznos crueles han despedazado en America (sic) los senos de nuestras madres Iglesia y Patria! Dios es testigo, que á (sic) pesar de sus hechos horrendos, les deseamos todo bien espiritual, temporal, y eterno.” (pp. 316-317). Los artículos que se suceden a continuación, en este ejemplar, se hallan tipiados en letra de cuerpo menor. En las pp. 319-320, bajo el título “Inmunidad eclesiástica” y subtítulo “Testos (sic) notables de la S. Escritura”, se alude a disposiciones del Concilio de Trento y dice: “En estos divinos oráculos verán su impio (sic) despropósito los gobiernos temporales, que sin embargo de preciarse de muy católicos, se empeñan en abolirlo para reducir á (sic) los ministros de J.C. al mayor ultrage (sic), y vilipendio, como lo han hecho los de Buenos Aires, y de S. Juan con escándalo de todas las provincias argentinas.” Tal como se puede advertir, se menciona expresamente a la provincia de San Juan y se la equipara, en este punto, con la de Buenos Aires. A continuación sigue un artículo titulado “Edicto del Rey Artagerges (sic)”. Una nota al pie de éste, expresa: “Hagan otro tanto D. Bernardino Ribadavia (sic), D. Salvador, ó (sic) más bien *condenador* del Carril, y sus semejantes, que imitando al antiguo tirano Dionisio de Siracusa, á (sic) Enrique VIII, y á (sic) los hugonotes, y franceses impios (sic), han zaqueado (sic) los templos, y conventos, valiendose de los mas (sic) ridiculos (sic) pretestos (sic) para alucinar á (sic) los incautos: pero ya toda su patraña está notariada al mundo.” (p. 321).

El título que sigue es “Historia memorable”, que lleva por bajada a “De las sagradas imágenes del Señor del milagro de Salta, y de Nuestra Señora del Rosario de Córdoba”. Y por último, “Suceso raro”, con el siguiente texto: “El cura de S. Juan escribe, que en el próximo pasado Diciembre ha abortado una pobre muger (sic) accidentada de una gran fiebre, nueve criaturas de un gеме (sic) á (sic) saber un varon (sic) perfecto, y ocho mugeres (sic) sin perfeccion (sic). La historia eclesiástica de España nos acredita un parto semejante en Calsia (sic) muger (sic) de Catelio régulo (sic) de Galicia, y madre de S.^{ta} (sic) *Librada* patrona de Sigüenza, y de sus ocho hermanas *Gennera, Victoria, Eumelia, Germana, Gemma, Marcia, Basilisa*, y *Quiteria*, todas santas vírgenes martirizadas por su propio padre idólatra.” (p. 324).

Algunas conclusiones

Para la Iglesia no había división política entre los estados nacionales. Lo que hoy observamos como publicación simultánea de periódicos en un mismo país (por ejemplo, los diarios: “Ámbito Financiero”, en Buenos Aires, Mendoza y Neuquén; “Página 12”, en Buenos Aires, Córdoba y Rosario), en la década de 1820, sin medios electrónicos, trasuntaba los límites políticos de estados nacionales ya creados. No había barreras estilístico-periodísticas de un país a otro. Asuntos de interés público, por entonces, en un país, lo eran también en el otro. Los periódicos en cuestión, aún no reproducidos aquende los Andes, a pesar de los medios precarios de comunicación y de transporte con que se contaba por entonces, no estaban aislados en el tiempo ni en el espacio, sino que participaban de un debate mayor: el de la reforma eclesiástica que, evidentemente, trascendió los límites de estos estados, recientemente independizados. A nuestro entender, mucho antes de haberse formulado, se corroboró la afirmación de Mar de Fontcuberta (1995, p. 18) de que “un acontecimiento no tiene sentido más que en una serie, ya que los acontecimientos no son cosas...; son un corte en la realidad que nosotros manipulamos libremente”.

Bibliografía:

- Berger, Peter L. & Luckmann, Thomas (1968). La construcción social de la realidad (Silvia Zuleta, Trad.). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabajo original publicado en 1967)
- Borrat, Héctor (1989). El periódico, actor político. Barcelona: Gustavo Gili.
- Casasús, Josep María; Nuñez Ladevéze, Luis (1991): Estilo y Géneros Periodísticos. Barcelona: Ariel.
- Galván Moreno, C. (1944). El periodismo argentino: amplia y documentada historia desde sus orígenes hasta el presente. Buenos Aires: Claridad.
- Gomis, Lorenzo (1991). Teoría del periodismo. Barcelona: Paidós.
- Molina, Eugenia (2001). Los avatares de una opinión pública en formación: Imaginarios, espacios y sujetos en época de Revolución e Independencia (1810-1820). En L. J. Ferraro y V. Severino (Eds.), El Gral. San Martín: Vida y obra (pp. 237-253). Mendoza: Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Cuyo.
- Rodrigo Alsina, Miquel (1987). La construcción de la noticia. Barcelona: Paidós.
- Sarmiento, Domingo Faustino (edición 1989). Recuerdos de provincia. Buenos Aires: Banco de la Provincia de Córdoba.
- Verdo, Geneviève (1998). El escándalo, la risa, o las paradojas de la opinión en el periodo de la emancipación rioplatense. En François-Xavier Guerra y Annick Lemperière (Eds.), Los espacios públicos en Iberoamérica: Ambigüedades y problemas, Siglos XVIII-XIX (pp. 225-240). México: Fondo de Cultura Económica.
- Verón, Eliseo (1981). Construir el acontecimiento. Buenos Aires: Gedisa.
- Wimmer, Roger D. y Dominick, Joseph R. (2001). Introducción a la investigación de medios masivos de comunicación (6ª ed.) (Carlos Arenas Monreal, Trad.). México: Thompson (trabajo original publicado en 2000).

Ponencia presentada al GT 17 Historia de la comunicación

Colombia Mundialista. Cambio y continuidad comunicativa de 1962 a 1990.

Colombia in the soccer world cup. Communicative's change and continuity 1962 to 1990

*Gilberto Eduardo Gutiérrez*⁸⁷

Resumen: Colombia tardó casi 30 años en volver a un Mundial de Fútbol, como es obvio la comunicación había cambiado, así como lo había hecho el lugar del fútbol en la sociedad y su papel en la representación de lo nacional. ¿Qué persiste y que cambia en lo comunicativo entre uno y otro acontecimiento? ¿Hay elementos persistentes como sentidos o representaciones? ¿Cambian las narrativas y los marcos en los que se inscriben los acontecimientos de las participaciones mundialistas? ¿La pluralización y expansión de los medios y su desarrollo como mercado afectan el tratamiento de los eventos?

En el presente artículo se retoman las participaciones de la selección Colombia en los mundiales de Chile 62 e Italia 90 para dar unos pasos iniciales en el ejercicio de construir una historia comunicativa de la sociedad que no se detenga en la historia de los medios, sino que actúe como una historia de los sentidos y representaciones en el marco del cambio comunicativo.

Palabras Clave: cambio comunicativo, mundiales de fútbol, historia del sentido

Abstract: Colombia took almost 30 years to return to a World Cup, as it is obvious that communication had changed, as had the place of football in society and its role in the representation of the national. What persists and what changes in the communicative between one and another event? Are there persistent elements such as meanings or representations? Do the narratives and the frameworks in which the events of the World Cup participations register change? Does the pluralization and expansion of the media and their development as a market affect the treatment of events?

In the present article the participations of the Colombian team in the World Cups of Chile 62 and Italy 90 are taken up again to take some initial steps in the exercise of building a communicative history of the society that does not stop at the history of the media, but rather act as a story of the senses and representations in the framework of communicative change.

Key words: communicative change, Soccer world cup, meaning history.

Contrastar comunicativamente dos acontecimientos

Como cualquier otro fenómeno social la comunicación muestra dinámicas de cambio y continuidad. Por supuesto que los cambios en los artefactos, medios y estructuras persistentes del lenguaje resultan un nivel necesario para pensar el problema de como la sociedad construye sentido y elabora lo común. (Darnton 2003) Sin embargo, es el espacio generado por el cambio en las prácticas de comunicación, por los ajustes del sistema de medios debido a los modos de convergencia que se van propiciando en el uso y sobre todo la mutación de los sentidos a lo largo del tiempo el lugar que ha sido más volátil y poco factible de captar. (Burke y Birggs 2002, 35) Esta, realmente constituiría una historia de la comunicación entendida mas allá de la historia de cada medio.

⁸⁷ Gilberto Eduardo Gutiérrez. Profesor Departamento de Comunicación Pontificia Universidad Javeriana. Doctorando en Educación DIE UD Colombia. gilberto.gutierrez@javeriana.edu.co; clasehistoria@gmail.com

Este texto, aparte de acercarse a la coyuntura del mundial de futbol en este año, es un intento por desarrollar un análisis que trabaje simultáneamente sobre los cambios en la ecología comunicativa, los discursos y representaciones establecidos y emergentes y sobre la transformación en el sentido construido socialmente a partir de dos momentos en el tiempo en los que se reitera un hecho, el mundial de futbol, pero permite examinar la mutación que ha tenido el sentido de el futbol, de lo nacional y de aquello que de fondo se pone en común en una vivencia de esta naturaleza.

En buena parte el texto constata asuntos obvios, pero a la vez resulta un ejercicio en el que se busca un modo de abordar los problemas de lo que en otro lado hemos llamado una historia comunicativa de la sociedad. (Gutierrez 2006, 21). Al ser un trabajo en proceso se privilegia el carácter indicativo de los datos propuestos y sus tensiones y relaciones por sobre las afirmaciones definitivas sobre el cambio y la continuidad.

Chile 1962.

Luego de un empate y una victoria ante el Perú, Colombia llegaba a su primer mundial. Eran los tiempos en que Pele comenzaba a emerger en el futbol brasilero y ya Uruguay y Argentina constituían actores reconocidos en el futbol. Casi dos décadas de futbol rentado y más de 50 años de equipos del futbol nacional dejaban todavía mucho que desear en la organización institucional de un deporte que para esa época atraía multitudes y reunía grandes hinchadas en torno a los equipos que representaban las regiones del país.

Domingo a domingo la prensa y la radio transmitían los cotejos entre los equipos, nombraban como clásicos los encuentros entre los equipos de cada región, los equipos estaban poblados de un alto numero de jugadores del extranjero que había dejado la llamada época de El Dorado en la que una huelga de jugadores en el cono sur había dejado a Colombia con jugadores de primera línea en el mundo en las filas de sus oncenos. Alfredo Di Stefano o el mismo Pedernera, ahora técnico de la selección, eran parte de esta época de ensoñación que dejaría para siempre la marca de Argentina y Uruguay en los ideales de un estilo de juego.

Este mundo de ensoñación también estaba ligado al sistema de apuestas llamado Totogol en el que los acumulados millonarios ponían un toque adicional a las expectativas de los aficionados. Por supuesto los partidos de Colombia en el mundial entraron en el cuadro de apuestas en medio de otros partidos de campeonato que no paró de jugarse mientras la selección representaba al país en la Jules Rimet.

Recién electo, el segundo presidente del llamado Frente Nacional, Guillermo León Valencia marcaba el retorno del más rancio abolengo aristócrata y conservador al poder, como parte de los dos partidos tradicionales para mantener un equilibrio que pudiera contener la violencia entre sus miembros que había desangrado el país por décadas. Con el avance de Fidel Castro en el poder en Cuba y el fantasma del comunismo recorriendo los temores de la sociedad, las huelgas no paraban de aparecer y se veía emerger, en medio de las conmemoraciones de tempranas luchas de estudiantes en la década anterior, un movimiento estudiantil que obligó a suspender clases en todo el país. La carrera espacial había comenzado, Yuri Gagarin en el año 61 había realizado el primer vuelo tripulado orbital.

Cantinflas, Viruta y Capulina y el Ultimo Couple constituían una agenda exitosa de cine en la cartelera nacional que era tendencialmente marcado por el gusto mexicano, por los mismos días se celebraba la feria del libro en Bogotá, la tradicional fiesta de las flores en Medellín y el Festival de Cultura en Cali donde las vanguardias artísticas y figuras como el poeta nadaista Gonzalo Arango comenzaban a marcar un tono propio del existencialismo y de la irrupción de la irreverencia y el anticlericalismo en el horizonte de un país bastante parroquial aún.

La prensa, es el centro del escenario mediático, la radio es el medio popular por excelencia y se ha convertido en el escenario del acontecer nacional. La televisión, aun restringida a un solo canal nacional en manos del estado esta a punto de cumplir una década pero su expansión todavía tardará algunos años. Unas primeras pistas de los poderes de los computadores y las tecnologías de la información aparecían como curiosidades en el horizonte, computadoras que predecían los logros de equipos mundialistas o que comenzaban a pintar con pixeles no dejaban de llamar la atención y la curiosidad en las páginas de periódicos y revistas.

Italia 1990.

Una selección marcada por el espíritu de los “criollos” y dirigida por un técnico salido de las entrañas del fútbol nacional, Francisco Maturana; lograba romper lo que para algunos era una maldición y a su vez constituía la consolidación del fútbol nacional. El torneo de fútbol rentado nacional había sido suspendido el año anterior por el asesinato de un árbitro debido a la presencia de apostadores y dineros del narcotráfico.

Para este entonces algunos pocos jugadores militaban en el fútbol internacional y se mostraba como esperanzadora la opción del fútbol como un freno a las dificultades y la desigualdad social. Luego del título en México, la selección Argentina se perfila como favorita de la mano de Diego Maradona y bajo la dirección de Carlos Bilardo. Será el último mundial de una Alemania Occidental en proceso de unificación y también la última presencia de la URSS en pleno proceso de disolución. Pele es ahora columnista.

Luego de dos años de ausencia del país y bajo el título “Vacaciones en Bogotá” el periodista Antonio Caballero expone una síntesis que bien puede dibujar plenamente el contexto de el inicio de los 90 en Colombia: “Asesinan en un avión al candidato presidencial Carlos Pizarro. En Medellín, una bomba vuela un camión cargado de policías. Preparan un atentado contra un cardenal. Castran y descuartizan a un párroco. El río Cauca baja cargado de cadáveres que las autoridades municipales dejan pasar sin mirarlos para que el levantamiento le corresponda al pueblo de abajo. Desaparece gente. Secuestran ganaderos. Los niños del sicariato cometen atentados suicidas” (semana, Mayo 1 de 1990, p 39) y cierra el dibujo con una figura reveladora en extremo de la violencia del país: “Pero tal vez son siempre los mismos ataúdes, repetidos y solo cambia el muerto”. (semana, Mayo 1 de 1990, p 39)

Las portadas de las revistas de circulación nacional intercalan portadas del técnico nacional Francisco Maturana y Diego Maradona con la imagen de un líder asesinado y conmemora el día de las madres con la imagen de una mujer aterrada por la violencia bajo el título “las viudas del narcotráfico”. Como en el 62, la elección presidencial ocurre en la antesala del Mundial. Cesar Gaviria, candidato liberal designado por los herederos del asesinado Luis Carlos Galán llega al poder. Su figura, de político de provincia, joven y con mucha habilidad para recoger las banderas tradicionales del partido lo hacen el vehículo perfecto para la expectativa que se ofrece, poner en marcha una constituyente por la que se ha votado en esta elección y en el trasfondo logrará meter al país en la dinámica neoliberal a través de la apertura económica. Esto bajo la sombra de Pablo Escobar, los carteles de la droga, el avance paramilitar y la conciliación con las fuerzas recién reinsertadas del M 19, el EPL y otras organizaciones que pasaran a la vida política en esta coyuntura. El país no sabe si tener esperanza o esperar una nueva catástrofe.

Es el tiempo de la televisión en pleno auge sin dejar de estar acompañado por la radio, el medio nacional por excelencia. Su habilidad y particular forma de narrar fue más de una vez objeto de referencia entre los periodistas internacionales, como lo habían sido las hazañas de las transmisiones en directo de las vueltas ciclistas en Europa. El auge de la tv a color, y la presencia de la videgrabadora por la que Colombia de la mano de SONY se declara territorio Beta por le Betamax y arranca la lucha con Panasonic por el formato VHS, abría la oportunidad para el registro memorable de parte de los aficionados. La televisión aun no se privatiza y bajo un lema común varias programadoras se unen para realizar la transmisión del mundial, ya ha comenzado el desarrollo de la Tv por cable y esto ha pluralizado la oferta de acceso a noticias, para ese entonces ya hay un canal de deportes pero desde los estados unidos. La facilidad horaria hará que los hinchas se puedan unir en torno a las pantallas en almacenes y algunos otros espacios públicos para seguir el mundial. La prensa y la radio presentan sus grandes despliegues con enviados especiales y cobertura extensa: RCN se anuncia señalando que 90 emisoras transmitirán los partidos.

En el horizonte se ve emerger el desarrollo de la informática como un proceso en expansión. Las computadoras aparecen constantemente y se apela parcialmente a su uso cuidadoso, la imagen de Apple como pecado en la publicidad y la imagen del joven millonario Bill Gates prefiguran un horizonte de esta forma de comunicación y la expansión de las tecnologías en la vida cotidiana. En el cine *La lambada, explosión de sensualidad* y *la sociedad de los poetas muertos* contrastan con el mar de expresiones hollywoodenses como *mira quien habla* copan la cartelera.

Colombia 62 vs Colombia 90

Aunque podría expandirse con mayor detalle en esta sección se muestran una serie de ítems que permiten pensar las tensiones de sentido y los cambios y continuidades en los dos eventos a contrastar. En buena parte se presentan para efectos de esta ponencia como contrapunteos de signos, registros y piezas que van marcando pistas del conjunto del fenómeno.

La selección se prepara. La narrativa que presenta a los jugadores del 62 y del 90 es similar, sus historias de barrios populares, lugares de pobreza y sueños e ilusiones convertidas en realidad se combinan con los apellidos y los sobrenombres que marcan una identidad de origen del fútbol colombiano en el marco de la influencia argentina. El arquero del 62 recibe el nombre de una mítica figura de los relatos y canciones del caribe, El Caimán, Sánchez, pero que lo obtuvo en su paso por San Lorenzo de Almagro en Argentina como el primer jugador colombiano en ir al extranjero. En contraste La figura del 90 porta un curioso apodo para un habitante de barrio popular de la misma costa norte “el Pibe” Valderrama, apodado así por los jugadores argentinos del equipo en que militaba su padre.

La preparación de la Selección esta marcada en las dos ocasiones por una cierta paradójica “desilusión esperanzada”, para el 62 los partidos perdidos, las enfermedades estomacales y algunas situaciones físicas parecen perseguir a la selección, los juegos de preparación no ofrecen grandes resultados. En el 90 los resultados en contra en los partidos preparatorios junto con la dificultad para componer el grupo final de equipo titular dibujan los rasgos de una narrativa que se asimilará al viacrucis y el sacrificio con la manera natural de llegar a lograr algo. Luego de perder 3 a 1 con Hungría en su partido de preparación “la selección cerro con derrota: la delantera encuentra su forma, pero la defensa se desajusta” (El Tiempo Junio 3 de 1990). No gratuitamente Francisco Maturana pasará a la historia con un enunciado que soporta esta contradicción a través de la expresión: Perder es ganar un poco. Como lo ratifica la interpretación de la revista Semana: “Aunque suene contradictorio, este revés es una de las mejores cosas que le pudo ocurrir a la Selección nacional, pues el equipo mexicano resulto un excelente examinador y el cuerpo técnico colombiano tuvo la oportunidad de apreciar fallas que todavía se pueden solucionar con miras a la copa Mundo” (cuenta regresiva en Semana abril 24 de 1990 p 72)

Hagan sus apuestas. Un elemento compartido entre los dos acontecimientos es el del juego y las apuestas como modo de canalizar la emoción de la nación: una anuncio de media página en el Tiempo en 1990 anuncia: “Juegue con nosotros y gane el partido de su vida (...)con la clasificación de la selección nacional entre los 4 finalistas del campeonato mundial en Italia 90, Autoniza pagara el valor total de su vehículo nuevo o usado adquirido entre el 9 de mayo y el 7 de junio de 1990 (...) además entregaremos balones autografiados por los jugadores de la selección” el que distante del juego de Totogol de los años 60 no deja de poner una emoción propia del azar y la suerte en la relación con el rendimiento de la selección. Es el juego de la incertidumbre en el horizonte de los resultados del seleccionado nacional.

De la rutina al acontecimiento. Para el año 62 la rutina no se rompe con la participación de la selección en el mundial. El torneo nacional no se detiene y el anuncio de los partidos indica una presencia rutinaria que se facilita adicionalmente por la transmisión radial. El juego no rompe la temporalidad. En el 90 la situación se lleva a un extremo narrado en la nota titulada *Rueda el balón el mundo se detiene*, anunciado el día de la inauguración en portada de El Tiempo, y en la nota que enmarca el suceso se expresa el impacto: “pero en Bogotá, Cali, Medellín Barranquilla o Bucaramanga la pasión del mundial es tumultuosa: en centenares de empresas se cambiaron los horarios para que los empleados puedan ver el mundial e instalaron televisores por todas partes.(...) Mientras tanto las fábricas de televisores están haciendo su agosto desde diciembre del año pasado. Ante la creciente demanda de receptores, tuvieron que aumentar casi en un 50% la producción” (El Tiempo Junio 8 de 1990, p3A) anticipa que los restaurantes que no tengan televisor se quedarán sin clientela y los teatros cambiaron el cine rotativo por las maniobras de los jugadores. “por las calles todo tiene ambiente de mundial: las monas del álbum llegaron a su furor y se venden por montones llaveros cachuchas camisetas y balones. Ni siquiera los hinchas furibundos se tienen que quedar con las ganas de matar a un árbitro: ya están vendiendo un árbitro descuartizable para esos momentos de ira e intensa emoción” (El Tiempo Junio 8 de 1990, p3A

¿Lejano o cercano? El mundo se ha hecho más pequeño. Una vez iniciado el mundial del 62 sorprende la nota que anuncia: “Milloncito González va hoy a Chile”, la nota afirma simplemente que el conocido aficionado y dirigente González viajará ese día para presenciar el mundial de fútbol. Sin embargo, en los momentos posteriores al empate con Rusia se hace una referencia al público colombiano asistente a los estadios y al solidario apoyo del público chileno a la selección nacional. Para el 90 los anuncios de los viajes pagados en dólares y la muestra del lujo y la curiosidad que produce Italia se sintetiza en los anuncios de las agencias de viajes y el premio de alguna de las rifas asociadas al evento, mas allá de un cierto gesto de opulencia las afinidades con un imaginario mafioso no dejan de estas presentes en el trasfondo.

Por supuesto la otra manera de ver esta cercanía es la inmediatez de los medios. Mientras la radio para el 62 es el único medio testigo con el que las dos grandes cadenas nacionales ponen en contacto al país con el hecho mundialista que se anuncia en la prensa como un suceso que concentrará el interés del país a través de los enviados especiales de cada emisora, la prensa envía a sus reporteros que contarán día a día los sucesos de la selección, pero sobre todo serán testigos de los detalles y los contactos con los jugadores, en su cuadro a cuadro y en la transmisión vía telex la prensa será el portador de la imagen de las escenas victoriosas de las que el mejor ejemplo es le cuadro a cuadro de los goles de

Colombia contra Rusia y en especial las escenas del gol olímpico. Una semana después de los partidos y gracias a Avianca y el programa de televisión dominical *el mundo al vuelo* los colombianos verán por primera vez a su selección como imagen en movimiento.

La transmisión en directo de los partidos del mundial del 90 propone otra escena diferente, la simultaneidad y la imagen televisiva real o falseada hace posible que la televisión se convierta en el centro de la escena nacional. La radio no solo mantiene su carácter simultáneo, sino que expande su alcance a un gran volumen de emisoras y más de una decena de enviados especiales y reporteros en cada sede del mundial. La prensa dejará para sí el análisis refinado la profundidad de la crónica y el relato de lo invisible para la gran pantalla.

Empatar las potencias. En el 62 la ilusión de la participación rápidamente se ve golpeada por la pérdida ante Uruguay, el segundo partido será más que un juego de fútbol el enfrentamiento con la figura del comunismo, con la nación que ha puesto un astronauta en órbita y con el mito del arco Yashin. El empate imposible que ha pasado a los mitos de la nación se celebró como un triunfo, tan profundamente marcado que no importó y se olvidó prontamente la pérdida ante Yugoslavia por 5-0. Los relatos del heroísmo nacional, el único gol olímpico en los campeonatos mundiales y el mágico sentido de lograr enfrentarse de tú a tú con una potencia mundial se mitifica bajo la representación de David y Goliath.

Del mismo modo, en el juego con Alemania en el que se había perdido la esperanza de clasificación a la segunda ronda, el agónico gol de Fredy Rincón ante Alemania permite ratificar el relato. Crecerse ante el enemigo grande. La ilusión del pequeño ante el grande deja un rastro profundo en el relato de lo nacional. Pronto la victoria 5-0 ante Argentina ratificará este imaginario.

Celebrando. Costeña y Néctar. La celebración marca una diferencia inmensa entre una y otra escena, aparte de una muy limitada referencia a la celebración de los hinchas en el 62, y el registro marginal de la alegría que embarga a la nación. Sin embargo, no deja de ser notorio que tempranamente la cerveza Costeña anuncie en página entera del periódico *El Espectador* con una etiqueta recordatoria y de homenaje a la selección nacional. El regreso de la selección será una bienvenida de héroes que a pesar de perder dos partidos y apenas empatar uno han puesto en alto el nombre de la nación. El desfile en pleno centro de la ciudad reviste un homenaje a los héroes, por supuesto no hay harina ni agua, tampoco camisetas. Solo alegría.

La centralidad de la TV y el lugar de la publicidad en el modo de sentir el fútbol expresa la contraparte de este relato en el 90. Aguardiente néctar mezcla ingeniosamente la pluralidad de escenas que se viven frente al televisor, con un toque de humor da lugar a los dramas y pasiones de la vida cotidiana para articular con el momento de ver el partido. Cada anuncio lleva el nombre de una expresión futbolística, por ejemplo, la pareja en un rincón en plena escena de conquista mientras todos los demás miran el partido en la televisión se titula “jugada de pared” y reitera la frase: “Nectar la copa del mundial”.

La gran esperanza. Cinco centavos para el peso. Tal vez el relato nacional más constante figura una metáfora en la que un deporte sin grandes triunfos a nivel mundial se marca a través del enunciado: cinco centavos para el peso ratificando la limitada posibilidad de victoria.

Pistas para pensar la historia.

Como se anunció al arranque de esta ponencia, el ejercicio está en proceso y busca avanzar en un proceso de comprensión de los cambios en el régimen comunicativo y las luchas por el sentido, sin embargo, aquí hay una potencialidad que puede sintetizarse en un conjunto de pistas o claves:

- Reconocimiento de la pluralidad de los procesos y prácticas de comunicación. Esto permite pensar en una historia desde la convergencia y la pluralidad de prácticas medios y representaciones.
- Entender el sentido en pugna. Las pistas de continuidades ofrecen la alternativa de pensar en sentidos formalizados o que se estabilizan en el tiempo y marcas que van mostrando la evolución y mutabilidad del sentido.
- Recuperar la historia de las audiencias y las prácticas de producción. Uno de los límites en los que debe actuar un proceso de investigación de esta naturaleza es expandir la investigación a fuentes testimoniales de las audiencias y de los actores de la creación de contenidos de cada época.

- Ver trayectorias de sentido y comprender los discursos y representaciones estables. El ejercicio en avance muestra lo promisorio de las claves tanto en las trayectorias de sentido como en los modos de contar y las matrices de sentido más estables.

Bibliografía

Burke, Peter, y Asa Birggs. *De Gutenberg a Internet, una historia social de los medios de comunicación*. Madrid: Taurus, 2002.

Darnton, Robert. «Una de las primeras sociedades informadas. Las novedades y los medios en el París en la segunda mitad del siglo XVIII.» En *El Coloquio de los Lectores*, de Robert Darnton, 371-429. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

Gutierrez, Eduardo. «Cuatro formas de historia de la comunicación.» *Signo y Pensamiento* XXV, nº 48 (2006): 9-21.

Martin-Barbero, Jesús. *De los medios a las mediaciones*. Madrid: Gustavo Gili, 1987.



Ponencia presentada al GT 17 Historia de la comunicación

Por uma história da mídia na América Latina: uma proposta metodológica

For a history of the media in Latin America: a methodological proposal

*Marialva Barbosa*⁸⁸

Resumo: O propósito do texto é apresentar uma proposta metodológica para a construção de uma reflexão que ajude a construir uma história da mídia na América Latina, ampliando a abrangência espacial para a explicação dos fenômenos históricos envolvendo a mídia de maneira geral no século XX. Ampliando o escopo espacial de análise e a temporalidade considerada, objetiva-se construir reflexões em torno das medialidades da América Latina num longo percurso temporal e numa elástica abrangência territorial.

Palavras Chave: Historia, Mídia, América Latina.

Abstract: The purpose of the text is to present a methodological proposal for the construction of a reflection that helps in constructing a history of the media in Latin America, extending the spatial coverage for the explanation of the historical phenomena involving the media, in a general sense, in the 20th century. Expanding the spatial scope of analysis and the temporality considered, the present goal of this text is to construct reflections around the Latin American medialities in a long time course and in an elastic territorial coverage

Key words: History, Media, Latin America.

Seria possível construir uma história da mídia continental, isto é, considerando não o espaço em torno da ideia de Nação, mas percebendo-se a globalidade dos processos históricos envolvidos em múltiplos cenários espaciais? Como realizar essa tarefa? Poder-se-ia pensar em termos de processos similares ocorridos nesses múltiplos territórios, por exemplo, a construção dos jornais como indústrias midiáticas? Ou seria mais eficiente deixar emergir questões genéricas para propor a costura do território no momento subsequente? Deveríamos adotar uma perspectiva conectada, ultrapassando os limites do nacional, mas concentrada em um período específico, de forma a dar a ver uma história de conjunto dos meios na América Latina? Ou, ao contrário, deveríamos deixar emergir as questões de cada espaço cultural e conectá-las num esforço final da pesquisa?

Observamos, portanto, que muitas questões emergem da simples proposição de uma história que se aventure a visualizar a América Latina como um território midiático, no qual está incluída uma ampla variedade de processos comunicacionais relacionada às historicidades dos meios de comunicação.

Essas perguntas direcionam esse texto que pretende apresentar alguns cenários metodológicos que permitam pensar historicamente a emergência/desenvolvimento/complexificação dos processos midiáticos na América Latina. Não pretendemos apresentar uma proposta fechada mas, tão somente, a partir da apresentação dos cenários possíveis, abrir a discussão para tecer as possibilidades da construção dessa história midiática da América Latina.

O texto, desenvolvido em duas partes, faz inicialmente uma reflexão sobre as possibilidades teóricas e metodológicas de uma história global e, na sequência, apresenta a proposta da constituição de uma rede de pesquisadores da América Latina para realizar a pesquisa que estamos propondo.

⁸⁸ Marialva Barbosa. UFRJ, Doutora em História, Brasil, e-mail: marialva153@gmail.com.

Cenários Possíveis

A discussão da temática da história global não é nova. Como remarca Roger Chartier (2009, p. 53) um dos principais temas do XIX Congresso Internacional de Ciências Humanas realizado em Oslo no alvorecer do século XXI, foi exatamente a “global history”. Mas muito antes desse congresso, a história global já era alvo de diversas abordagens e de preocupações historiográficas⁸⁹.

A adoção de uma perspectiva global trata, a rigor, da escolha de um olhar definido pelo que Jacquell Revel denominou “jogos de escala” (1998), ao discutir a perspectiva historiográfica da micro-história de considerar não a generalização, mas, ao contrário, perceber na experiência de atores singulares a formulação de um contexto histórico igualmente importante. As duas perspectivas induzem evidentemente a construções e perspectivas historiográficas diversas.

Roger Chartier remarca que a proposta da “global history” se baseia numa série de rejeições, desde aquela que adota como marco o Estado-Nação até aquela que nega o enfoque micro-histórico, que se descuidaria dos horizontes distantes, passando pela rejeição ao caráter monográfico imposto por análises que recortam suas abordagens aos limites de uma província, uma região ou uma cidade (2009, p. 53). Trata-se, portanto, de uma discussão em torno das questões dos particularismos e das generalizações realizadas sob a perspectiva histórica e também da escolha do olhar interpretativo direcionado ao objeto de pesquisa.

Em relação à última perspectiva convém remarcar as observações feitas por Paul Ricoeur no que diz respeito às variações de escalas adotada pelo historiador (2007, p. 220-227). Para o autor, os modelos heurísticos aplicados por grande parte dos historiadores da *École des Annales* dependiam de uma abordagem macro-histórica, incluindo a base econômica e geográfica, a camada social e institucional e os fenômenos chamados do “terceiro tipo” que envolviam a percepção das “mentalidades” passíveis de serem observadas na longuíssima duração. Esse tipo de abordagem configurava-se claramente como uma macro-história, na qual a escala aplicada dizia respeito a um cenário abrangente e que metaforicamente, poderíamos dizer, deveria ser visto do alto.

Na dependência igualmente desse jogo de escalas, mas na perspectiva contrária, estaria a micro-história, quando se ocupa da observação de um vilarejo, um grupo de famílias, um indivíduo e, a partir dessa escolha, estabelece estudos densos sob a perspectiva da microanálise. Mas, como remarca Jacques Revel “variari a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa mudar sua forma e sua trama” (1998, p. 20).

Não é nossa intenção nesse texto aprofundar esse debate desenvolvido desde as últimas décadas do século XX no confronto da história social com a micro-história, mas tão somente refletir sobre a questão metodológica da variação de escalas na abordagem historiográfica. Ao considerar que o discurso histórico deve ser construído em forma de obra e que “cada obra se insere num ambiente já edificado”, as releituras do passado – quaisquer que sejam elas – são sempre reconstruções feitas, muitas vezes, ao custo de “demolições: construir, desconstruir, reconstruir são gestos familiares para o historiador” (RICOEUR, 2007, p. 222).

A questão da escala inclui também na reflexão a oposição entre particularismos e generalizações. Ainda que a dimensão global pressuponha um nível de generalização que não existe quando consideramos uma territorialidade específica, a generalização, como lembra Bernard Lepetit (2008, p. 100), deve ser colocada em termos de campo de validade. O processo de generalização não permite supor que se possa atingir a totalidade pela soma. O que a história faz,

⁸⁹ MAUREL, 2013; MINARD, 2013. Os estudos de Sanjay Subrahmanyam e Serge Gruzinski são considerados como os precursores fora dos Estados Unidos. Para alguns autores, seria nos Estados Unidos que se desenvolvem os principais estudos sobre a perspectiva de uma história global, desde a publicação de *The Rice of the West. A History of the Human Community*, de William McNeill, em 1963. Diante da inevitabilidade do fenômeno da mundialização, a chamada História Global, Transnacional ou Conectada se amplia de maneira considerável, bem como as discussões de alargamento de perspectivas (deixar de ser uma história que privilegia a ocidentalização e passar a incluir lugares e personagens ausentes da antiga história global; realizar movimentos para escapar do determinismo economicista presente nas sínteses da história mundial; recusar a fragmentação historiográfica e a compartimentação das publicações científicas, entre outras). O principal perigo a que esta abordagem pode estar exposta, segundo Minard (2013), seria exatamente a supremacia de problemáticas decorrentes dos movimentos de globalização/mundialização. Sobre a historicização do movimento de história global, cf. Também DOUKI e MINARD, 2007.

a partir de um ponto de vista próprio, “é estabelecer princípios gerais do funcionamento social numa escala sempre particular”. Isso conduz a pensar a extensão que está embutida na análise.

Mesmo assim, uma preocupação fundante deve estar presente ao se empreender uma análise realizada numa escala particular: as conclusões não podem ser contrapostas às obtidas numa outra escala, ou seja, não se pode num automatismo reflexivo estabelecer paralelismo entre as conclusões de um estudo realizado numa escala micro para os que são efetuados numa escala macro. A síntese pressupõe, mudar de escala, de objeto e de problemática. Portanto, a “comparabilidade e a cumulatividade” são resultados decorrentes de procedimentos e métodos de análises escolhidos. Fundamental também para pensar a abordagem de uma história midiática da América Latina é a definição da perspectiva de análise, considerando o continente também como um território de abordagens. Assim, é preciso decidir que perspectiva deve ser adotada. Seria suficiente realizar uma análise comparativista, tomando como base um período significativo de transformações históricas midiáticas, entre as diversas regiões particulares e comparar um território nacional com o outro, estabelecendo semelhanças e diferenças?

Embora a história global proponha também a dimensão comparativa, há outros caminhos apontados por aqueles que escolhem esta perspectiva, como por exemplo a de uma história conectada, que amplia o olhar do historiador para além da nação e propõe o estabelecimento de conexões (GRUZINSKI, 2001). A abordagem comparativa feita a partir das aproximações e contrastes pode levar a generalizações pouco esclarecedoras e que não enriquecem o debate, mas também pode ser o caminho mais apropriado para a realização de estudos para pensar a América Latina (PRADO, 2005)⁹⁰. Por outro lado, refletir sobre o domínio da história global requer ficar atento à sedução que ela exerce, na esteira do fascínio que tem na contemporaneidade tudo aquilo que se refere às “circulações” ou “conexões”. Se diante do processo de globalização e de suas teias podem eclodir imprecisões de definição e deslizamentos incontroláveis, é preciso igualmente reconhecer as mestiçagens, a intensidade de circulação, o desenvolvimento de paisagens híbridas, o que encoraja os pesquisadores a pensar, cada vez mais, em termos de uma história global. A compartimentalização da história no âmbito nacional tende a escamotear ou tornar pouco visível os fenômenos de inter-relação e de conexões, impermeabilizados pelas fronteiras. Ao fugir dessa determinação, pode-se destacar os objetos de contextos fixos, inserindo-os em relações e laços transnacionais. Assim, há aqueles que preferem se valer do que chamam “história conectada”, como uma modalidade específica da escolha pelo global, ao invés de optar pela generalização do temo (DOUKI e MINARD, 2007, p. 7-8).

A expressão história conectada foi proposta por Sanjay Subrahmanyam (1999). Para o autor, pensar dessa forma não significa elaborar outra proposição de síntese ou de totalização, mas fazer emergir modos de interação entre o local e o regional e o supra-regional. Para isso, coloca-se em relevo a busca por conexões até então despercebidas. Não se trata, portanto, de adotar outra escolha, mas a partir de conceitos, como o de mestiçagem, recusar a retórica baseada na alteridade e incluir a ideia de culturas permeáveis a hibridizações, em suma, procurar conexões, interações, bifurcações, em diferentes escalas (DOUKI e MINARD, 2007, p. 21).

Três conceitos, portanto, são fundamentais para a adoção dos princípios de uma história conectada: o de transferência cultural, no qual se deve considerar as trocas e as mediações diversas, “numa história cruzada que convida a historicizar o exercício da comparação, de forma a restituir a dinâmica das circulações e interações”; o de circulação, não apenas de homens, mas também de objetos, notadamente as ideias e os saberes, circulação que deve ser percebida como um processo relacional (“não se trata simplesmente de examinar o que as circulações fazem aos objetos que circulam, mas também o que as circulações fazem as sociedades, a partir de sua existência”); e, finalmente, o de hibridização. Esse último é fundamental para que se possa recusar as barreiras construídas em torno da retórica da alteridade, visualizando as mestiçagens das culturas. Com essa perspectiva, a história conectada poderia interpretar fenômenos transnacionais, restabelecendo o sentido das circulações e interações que tecem o social em múltiplas escalas, na perspectiva de uma história multifocal (MINARD, 2013, p. 4-5).

A adoção da perspectiva da história conectada produz especificidades em relação ao método da comparação. Qual a diferença entre comparar e conectar? Na história conectada, são os discursos dos atores que permitem ver as conexões e estabelecer a partir delas as comparações. “A história conectada concebe a comparação não como um modelo historiográfico, mas como uma dimensão do objeto, ou seja, como uma modalidade de compreensão dos próprios atores” (BERTRAND, 2013, p. 56). Bertrand (2013, p. 57) remarca ainda que é na diferença de concepção do indivíduo histórico, como agente ou como ator, que se opera a grande distinção. O ator torna-se personagem principal da “comensurabilidade

⁹⁰ Maria Lígia Coelho Prado (2005) defende a abordagem comparativista para se pensar fenômenos históricos na América Latina, uma vez que, segundo ela, alguns fenômenos a serem observados só poderiam ser compreendidos na perspectiva sincrônica que é privilegiada nesse tipo de análise.

dos mundos”. A questão da escala de observação e da focalização da análise tornam-se, assim, consequências dessa abordagem.

Midialidade histórica conectada da América Latina

Essas reflexões emergiram no momento em que realizamos a proposta de produzir uma pesquisa integrada – a partir da formação de uma rede de pesquisadores latino-americanos – que, ambiciosamente, procurará construir uma história da mídia na América Latina⁹¹. A ideia inicial não propunha pensar em termos de uma história conectada, mas deixava livre a perspectiva de se construir uma reflexão em torno da história da mídia nos diversos territórios da América Latina, considerando-se a pluralidade de perspectivas, de temáticas e de períodos a serem recortados. A ideia era fazer, inicialmente, uma prospecção dos estudos que iriam ser propostos pelos próprios pesquisadores, não restringindo, nem temporalmente, nem em termos de objetos, aquilo que seria estudado. A intenção era, a partir do processo estratégico de construção de uma rede de pesquisa na América Latina, estudar, “numa perspectiva múltipla acontecimentos e ingerências históricas oriundas de diversos países da América Latina, englobando aspectos referentes às diversas mídias (imprensa, rádio e televisão), numa perspectiva comparada”, privilegiando o século XX⁹².

Na proposta destacamos a centralidade dos meios audiovisuais pelo papel que ocuparam na cena política e cultural, ainda que não delimitasse o universo da pesquisa em torno do rádio e da televisão, nem se ativesse a um período específico, já que o objetivo era “procurar a historicidade da mídia, particularizando as confluências dos processos históricos em diversos países da América Latina, bem como a identificação de particularidades.” (Idem, p. 3). O objetivo do projeto, inicialmente, era dar os primeiros passos no sentido de construir uma história da mídia na América Latina, abordando a questão a partir de variados prismas e possibilidades teóricas e metodológicas. Propúnhamos um passeio teórico e metodológico por diversas mídias em diversos períodos nos países considerados.

A ação subsequente foi entrar em contato com diversos pesquisadores latino-americanos para possibilitar a construção da rede de pesquisa. De imediato, aderiram à proposta Monica Maronna, do Uruguai; Eduardo Gutierrez e Diego Garcia Ramirez, da Colômbia; Celia del Palacio, do México; Mirta Varela, da Argentina. Entramos em contato ainda com Eduardo Santa Cruz, do Chile. É nossa intenção incluir no projeto pesquisadores do Peru, da Bolívia, da Costa Rica e do Paraguai, entre outros. No Brasil, além dos coordenadores do projeto, Marialva Carlos Barbosa e Ana Paula Goulart Ribeiro (UFRJ), participam também da pesquisa Igor Sacramento (FIOCRUZ e UFRJ) e Patrícia d’Abreu (UFRJ). É nossa intenção ampliar a rede no sentido da inclusão de pesquisadores que possam efetivamente contribuir para a pesquisa da história midiática na América Latina, tanto no Brasil, como em outros países do continente.

Assim, ainda que num primeiro momento nossa intenção fosse verificar as propostas de interpretação históricas que seriam oriundas dos próprios pesquisadores, a partir de uma maior maturação reflexiva em torno das possibilidades de construção de uma história da mídia na América Latina, parece-nos ser mais eficiente propor uma questão abrangente que possa incluir reflexões em torno dos trânsitos culturais evidenciados nos diversos países da América Latina, retirando as fronteiras entre eles. Além do mais, é central para a compreensão dos processos históricos da América Latina tanto a questão dos trânsitos culturais, como a da mestiçagem ou hibridizações (CANCLINI, 1997). No nosso entendimento a realização de uma história midiática latino-americana, considerada na perspectiva de uma história conectada, deverá eleger uma problemática que interrogue sobre questões que ultrapassem as fronteiras do nacional, pensando-se também na perspectiva de transferências culturais que podem ter sido observadas num determinado momento axial (HELLER, 1993) dessa história.

Assim, os processos de ampliação do público leitor, nas primeiras décadas do século XX, em função de novas tecnologias que permitem a explosão de uma imprensa no caminho de uma massificação poderia ser, por exemplo, o ponto inflexivo para se pensar, num primeiro momento, o território midiático latino-americano como um processo integrado. Nessa perspectiva, a intenção seria a de observar os movimentos transculturais (incluídas, é claro, as transformações tecnológicas transnacionais) percebidos no continente latino-americano, os trânsitos entre esses movimentos para além de fronteiras do nacional, recusando também a ideia dominante da supremacia eurocêntrica e, no momento seguinte, do domínio norte-americano.

⁹¹ O título do projeto é “Uma história da mídia na América Latina: confluências e particularidades” e é liderado a partir da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) por Marialva Carlos Barbosa e Ana Paula Goulart Ribeiro.

⁹² Projeto de pesquisa “Uma história da mídia na América Latina: confluências e particularidades”, 2017, p. 1.

O objetivo é perceber como esses processos ensejados sob a égide do discurso da modernização se refletiram na construção histórica da mídia latino-americana, ou seja, como foi percebida a modernidade compulsória do início do século XX, e como esses ideários configuraram um cenário midiático, inclusive, em termos de adoção de estratégias para a captura de um público que iria se fazer massivo nas décadas seguintes.

Pode-se pensar também em termos da implantação de novos dispositivos midiáticos – como o rádio e a televisão – também imbuídos da mesma lógica modernizadora e que irão consolidar os espaços de massificação dos produtos midiáticos.

Do ponto de vista metodológico trata-se não apenas de aplicar o método comparativo, mas de construir uma história cruzada visualizando as não-fronteiras dos espaços aonde foram impostas fronteiras. Coloca-se os espaços em articulação, para produzir o diálogo entre temporalidades diversas, observando os movimentos humanos envolvidos nesse processo. Teria sido o primeiro movimento em direção à massificação dos públicos que permitiu a inclusão de novas tecnologias visando sempre a ampliação do universo do público/ouvinte/telespectador? Sob que perspectivas e historicidades foi ampliado o auditório midiático, com a implantação do rádio e da televisão? O que isso representou em termos de trânsitos culturais na América Latina? Que discursos em torno da modernização configuravam os meios de comunicação na América Latina?

Podemos pensar, então, do ponto de vista da delimitação da abordagem latino-americana, na escolha do processo de industrialização da imprensa, nas primeiras décadas do século XX (1900-1920), ou ainda, no processo de partilha de público dos meios impressos também para os audiovisuais (rádio e televisão), e neste último caso, o período a ser analisado seria ampliado para as décadas seguintes (1920-1950).

Devo confessar que tenho uma particular preferência pelo período que estou denominando de primeira industrialização midiática. Isso porque há vários anos quando participava de um seminário de estudos midiáticos na Universidade de Buenos Aires⁹³, tive a oportunidade de ver o professor Eduardo Santa Cruz discorrer sobre o período de construção dos jornais chilenos como “fábricas de notícias”⁹⁴ e fiquei, de fato, impactada pelas semelhanças com o processo que ocorrera no Brasil, no mesmo período. O que unia os dois processos? Quais as razões das semelhanças? Porque havia uma analogia tão gritante não só nos processos de modernização da imprensa, a partir do início do século XX, mas também na forma como essa modernidade era considerada? Foram questões que vieram de pronto naquele momento, mas que continuam ecoando na minha memória presentificada.

Considerações Finais

A decisão de apresentar esse texto no Congresso da ALAIC deste ano foi tomada a partir da instigante proposição de Eduardo Gutierrez quando encaminhei a ele o projeto “Uma história da mídia na América Latina: confluências e particularidades”, para que se juntasse ao grupo nesta tarefa ainda dominada pela imprecisão das ações possíveis, já que temos diante de nós diversas possibilidades e dificuldades. Sabemos que é uma proposta ambiciosa e, ao mesmo tempo, envolta em particularidades difíceis de serem superadas, quando se tem como escolha a produção de uma história a partir de pesquisas oriundas de uma rede de pesquisadores.

Naquele momento, Gutiérrez propôs que adotássemos uma perspectiva conectada e não só comparada, centrada em um período específico de tal forma que permitisse ver uma história de conjunto da América Latina e não direcionada a um meio em particular. Na mesma proposta, o pesquisador nos instigava a direcionar o projeto para um diálogo múltiplo com grupos multilocalizados em diversos lugares da América Latina. E, por último, propunha que pudéssemos fazer esse exercício reflexivo de construção não apenas da rede mais ampla de pesquisadores, mas também dos caminhos que deveríamos seguir, a partir do Congresso da ALAIC, em 2018, na Costa Rica.

Instigada por essas observações apresento hoje este trabalho para, a partir da discussão do grupo, definir a questão mais ampla que nortearia a primeira grande reflexão sobre a historicidade dos meios de comunicação na América Latina, pensada como um corpo transnacional, governada por diversos trânsitos culturais e permeada por hibridizações e

⁹³ Trata-se do Seminário Internacional Historia de los Medios en America Latina, realizado pela Rede de Historiadores dos Meios (ReHiME), da Universidade de Buenos Aires, sob a organizado por Mirta Varela, Mariano Mestman e Eduardo Gutiérrez, que teve lugar em Buenos Aires em setembro de 2011.

⁹⁴ Trata-se da comunicação “Prensa y cultura de masas en Chile a comienzos del siglo XX (1900-1920)”, de Eduardo Santa Cruz, da Universidade do Chile. Para acesso ver http://www.rehime.com.ar/escritos/cuadernos/ReHiMe_Cuaderno_02_final_web_02.pdf

mestiçagens. Ou seja, definir uma temática que tenha como inflexão um processo midiático expressivo, para que se possa observar as relações, passagens, influências, transferências, continuidades entre esse lugar de trânsitos que denominamos América Latina. Escolhida a questão, restará delimitar temporalmente o período a ser analisado.

Definidos esses dois passos iniciais, cabe então construir uma rede de pesquisadores a partir de lideranças em cada território, que construirá grupos de trabalho para propor um primeiro olhar sobre a historicidade midiática conectada da América Latina. A convocação está aberta.

Bibliografia:

BARKEY, Karen. "Trajectoires imperiales: histoires connectées ou études comparées?" In: **Revue d'histoire moderne et contemporaine**. 2007/5, n. 54-4bis, p. 90-103

Bertrand, Romain. "Histoire globale, histoires connectées: un 'tournant' historiographique?". In: CAILLÉ, A. et DUFOIX, S (dir.). **Le "tournant global" des sciences sociales**. Paris: La Découverte, 2013.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997.

Chartier, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DOUKI, Caroline e MINARD, Philippe. "Histoire globale, histoires connectées: un changement d'échelle historiographique?" In: **Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine**. 2007/5, n. 54-5, p. 7-21.
https://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=RHMC&ID_NUMPUBLIE=RHMC_545&ID_ARTICLE=RHMC_545_0007

GROSSER, Pierre. "L'histoire mondiale/globale, une jeunesse exubérante mais difficile". **Vingtième Siècle**. Revue d'histoire. 2011/2, no. 110, p. 3-18. <https://www.cairn.info/revue-vingtieme-siecle-revue-d-histoire-2011-2-page-3.htm>

HELLER, Agnes. **Uma teoria da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

LEPETIT, Bernard. "Sobre a escala na história". In: Revel, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

MAUREL, Chloé. "Introduction". In MAUREL, C. (org.) **Essais d'histoire globale**. Paris: L'Harmattan, 2013, p. 15-43

MINARD, P. "Globale, connectée ou transnationale: les échelles de l'histoire". In **Revue Esprit Comment faire l'histoire du Monde?** Paris, déc. 2013.

PRADO, Maria Ligia Coelho. "Repensando a História Comparada da América Latina". In: **Revista de História**, n. 153, 2^o sem. 2005, pp. 11-33.

Revel, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

Sanjay SUBRAHMANYAM, «Connected histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia », in Victor LIEBERMAN (ed.), **Beyond Binary Histories**. Re-Imagining Eurasia to c. 1830, Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1999

Serge GRUZINSKI, « Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autres 'connected histories' », **Annales**. HSS, 56-1, 2001.

Ponencia presentada al GT 17 Historia de la comunicación

Iconos de memoria y sufrimiento en Colombia. A propósito de una imagen de Ingrid Betancourt

Icons of memory and suffering in Colombia. About a picture of Ingrid Betancourt

Jorge Iván Bonilla Vélez⁹⁵

Resumen: Esta ponencia analiza una fotografía tomada a Ingrid Betancourt, una imagen que surgió como prueba de supervivencia para presionar el llamado «canje humanitario» entre el gobierno colombiano y la guerrilla de las Farc, a finales de 2007, y que luego se convirtió en un ícono del sufrimiento de los secuestrados en Colombia. Se plantea que la foto de Betancourt hace parte de un proceso de cita y adaptación de la imagen a lo largo del tiempo que nos invita a preguntar con qué frecuencia hemos visto antes escenas como estas. El texto acude al método iconográfico para vislumbrar cómo imágenes que vienen del pasado pueden jugar un papel importante en la comprensión, la reacción y la movilización social frente a los dramas del presente.

Palabras clave: Fotografía, iconos, memoria, sufrimiento.

Tema central y objetivos

Esta ponencia propone volver sobre una imagen conocida de la entonces candidata a la presidencia de Colombia, Ingrid Betancourt: aquella que surgió como prueba de supervivencia enviada por la guerrilla de las Farc para presionar el llamado 'canje humanitario' a finales de 2007, y que se convirtió en un testimonio de las inhumanas condiciones de existencia de los secuestrados en Colombia. Se trata de abordar esta misma imagen bajo un significado cultural más amplio que desbordará su carácter de prueba de vida y se transformará en el símbolo de la injusticia del secuestro. ¿Qué implicaciones tiene regresar sobre una imagen como estas para pensar asuntos concernientes a la memoria, la indignación y la reconciliación en Colombia? La ponencia propone una breve discusión sobre el poder de este tipo de íconos sobreutilizados de la atrocidad en el rechazo de la guerra o en el malestar en contra de sus protagonistas.

Caracterización del objeto de estudio y hallazgos

Hay una fotografía de Ingrid Betancourt⁹⁶ (Figura 1) difundida en la primera semana de diciembre de 2007 que nos invita a considerar con qué frecuencia la hemos visto antes. Es aquella inicialmente difundida como prueba de supervivencia de quien fuera la candidata del movimiento Verde Oxígeno a las elecciones presidenciales 2002-2006. Hablamos de una imagen cuya fuerza icónica hay que rastrearla en varias direcciones. La primera de ellas es quizá la más obvia: es la fotografía de Ingrid Betancourt sentada sobre una improvisada silla de madera, con el cabello extendido hasta su cintura, su mirada retraída y sus manos entrelazadas, descolgadas a la altura de sus muslos, que la entonces guerrilla de las Farc habían enviado como prueba fehaciente de vida, no tanto a sus familiares, sino al presidente venezolano Hugo Chávez, quien a la fecha realizaba labores de mediación entre los gobiernos de Colombia, Francia y ese grupo guerrillero con el fin de agilizar la liberación de Betancourt que por esa época se venía gestionando con más tropiezos que adelantos.

⁹⁵ Profesor de la Escuela de Humanidades (Departamento de Comunicación Social) de la Universidad EAFIT, Medellín. Candidato a doctor en Ciencias Humanas y Sociales de la Universidad Nacional de Colombia. Correo electrónico: jbonilla@eafit.edu.co

⁹⁶ En el momento de publicada la imagen, primera semana de diciembre de 2007, Betancourt contabilizaba cinco años y nueve meses secuestrada en las selvas del sur del país, zona donde fue raptada por las Farc cuando se movilizaba entre la ciudad de Florencia y la población de San Vicente del Caguán, Caquetá, en compañía de su asistente personal, Clara Rojas, el 22 de febrero de 2002.

Suministrada por el gobierno nacional a los medios de comunicación, esta prueba de supervivencia finalmente no llegó a su destino porque los correos humanos de las Farc encargados de cumplir esta misión fueron capturados en la ciudad de Bogotá en un operativo conjunto entre el Ejército y el CTI de la Fiscalía en el que decomisaron no solo el material que estos llevaban de Ingrid Betancourt —una carta a su mamá y un video—, sino el de otros dieciséis secuestrados, entre civiles, policías y militares, en poder de ese grupo guerrillero.



Esta es una imagen captada por un perpetrador. Es el cuadro congelado de un video de unos cincuenta y cinco segundos de duración, realizado con una cámara digital por un guerrillero de las Farc, al que los editores de la oficina de prensa del gobierno y de los medios le tomaron una foto, aquella que fija el momento más impactante de la secuencia narrativa, algo que nos recuerda las palabras del escritor alemán del siglo dieciocho Gotthold Lessing cuando en su ensayo sobre la escultura del sacerdote troyano Laocoonte y sus hijos, atacados por dos serpientes marinas, argumentaba que la pintura —la imagen fija en nuestro caso—, “obligada a representar lo coexistente, no puede elegir sino un instante de la acción y debe, por consiguiente, escoger el más fecundo, el que mejor dé a comprender el instante que precede y el que sigue” (Lessing, 1960, p. 100). Porque es justo ese momento congelado de la acción, es ese fragmento detenido en el punto preciso de un evento dramático y con el cual se exhibe el drama humano de Betancourt, lo que nos transporta a la memoria del sufrimiento universal, en un viaje que acontece no solo porque estas imágenes reproducen la “estética familiar del dolor” sino porque le permiten al lector visualizar los actos de la crueldad contemporánea en conjunción con aquello que nos viene de un pasado atroz (Zelizer, 1998, pp. 220-238).

En *No hay silencio que no termine* (2010), un libro testimonial en el que Ingrid Betancourt relata la experiencia de su secuestro, esos seis años y cuatro meses en cautiverio a manos de las Farc, hay un capítulo dedicado al episodio del que forma parte esta imagen. En él, Betancourt narra que una mañana de finales de octubre de 2007 llegó Enrique, el guerrillero que realizó el video, hasta el lugar donde ella estaba en el campamento (el banco que aparece en la foto) diciéndole que podía enviarle un mensaje a su familia —la tercera prueba de supervivencia en cinco años y ocho meses de cautiverio—, un “ofrecimiento” que en principio ella rechazó:

Cuando Enrique se quedó mirándome y me dijo: «Usted sabe que obtendré esa prueba a como dé lugar», tuve la sensación de que estaba derrotado de antemano. Sentí pesar por él. Por supuesto, conseguiría la prueba, pero eso me era indiferente. Allí residía mi fuerza. No tenía ningún dominio sobre mí pues yo ya había aceptado la posibilidad de morir (Betancourt, 2010, p. 660).

Finalmente, Betancourt aceptó escribirle una carta a su mamá, “un monólogo ininterrumpido” que le tomó ocho horas redactarla, al término de las cuales se desencadenó el episodio del video, que ella narra de la siguiente manera:

[Enrique] Regresó en el momento en que yo firmaba y tomó la carta con una impaciente codicia que me chocó. Me sentía desnuda en esas cuartillas que se echaba al bolsillo. Lamenté no haber fabricado un sobre.

– ¡Se ve regia! – me dijo.

Se burlaba de mí. No le paré bolas; estaba cansada, quería meterme bajo el toldillo.

– Espere, no hemos terminado. Tengo que filmarla.

– No quiero que me filme –dije, sorprendida y hastiada.

Habíamos convenido que escribiera una carta y punto.

– Los comandantes aceptan la carta, pero también quieren las imágenes.

Sacó su cámara digital y la apuntó sobre mí. El botón rojo se encendió y luego volvió a apagarse.

– A ver, diga algo. Un saludito a su mamá.

El botón rojo se encendió definitivamente. Su prueba de supervivencia era otra violación. La carta nunca llegaría a manos de mamá. Me quedé tiesa en mi banco. «Señor, sabes que esta prueba de vida existirá contra mi voluntad. Que se haga Tu voluntad», rogué en silencio, tragándome las lágrimas. No, no quería que mis hijos me vieran así.

Antes de marcharse, Enrique dejó mi cuaderno –el que me habían quitado en la última requisita– sobre la mesa. Ni siquiera tuve fuerzas de alegrarme (pp. 660-661).

Surgida como prueba de supervivencia, esta imagen callada e indiferente de Ingrid Betancourt pronto se convertirá en otra cosa: en un ícono del sufrimiento. Es una transformación que comienza su recorrido con el despliegue informativo que los medios de comunicación, prensa, radio y televisión, les dieron a los episodios que testimoniaban las precarias condiciones de vida en que se encontraban los secuestrados por las Farc, pero, sobre todo, con el marco simbólico con que sectores de opinión del país comenzaron a encuadrar las dimensiones mismas de la tragedia vivida por los secuestrados. Pero, ¿qué vemos en esta imagen? ¿Por qué decimos que es icónica? En griego, la palabra *eikōn* significaba imagen o representación, y en ocasiones arrastraba una connotación de memoria (Goldberg, 1991, p. 135). En su origen, se llamó íconos a las imágenes recordatorias de los muertos. Más tarde, en la primera etapa del cristianismo, se los consideró imágenes de culto. “Se creía que no habían sido creadas por manos humanas” sino que eran “copias auténticas de ‘imágenes originales’ de Cristo, la Virgen o los santos” (Brink, 2000, p. 139), verdaderos íconos de fe, cuya significación superaba el tema representado y simbolizaba la esfera celestial.

Hoy, dice la historiadora de la fotografía Vicki Goldberg (1991), “la palabra se extiende a imágenes seculares que tienen una fuerza extraordinaria sobre las emociones o la imaginación que hace que sobrevengan como arquetipos” porque además inspiran un cierto grado de asombro, miedo y compasión que “representan una época o un sistema de creencias” (p. 135). Esto es así en la medida en que estos contienen una estructura cultural que desborda la simple dimensión gráfica de las imágenes, permitiendo a los miembros de las sociedades experimentar un sentido de participación en asuntos fundamentales: creencias, comuniones, símbolos que tienen pleno derecho de discurso público, no solo como re-presentaciones, re-flejos o re-fracciones, sino también como actantes que “tienen cualidades relativas a lo humano y sus formas de ser” (Bartmanski & Alexander, 2012, p. 3).

Pero, como afirma la historiadora cultural Cornelia Brink, el término ícono se usa frecuentemente sin que tengamos una idea precisa de qué es lo que transforma, por ejemplo, una fotografía en un ícono (Brink, 2000, p. 136). En su análisis sobre algunas fotografías de la liberación de los campos de concentración nazi en 1945, Brink plantea que si bien estas fotos no son íconos en un sentido estricto de la palabra se las mira como si lo fueran debido a su alto impacto emocional y a su gran poder de simbolización.

A este respecto, ella señala tres rasgos que tienen en común los íconos y las fotografías: la autenticidad, la simbolización y la canonización. El primero apunta a la atribución histórica que suele imputarle a la fotografía una afinidad con la realidad, gracias al proceso técnico de producción que, por una parte, le asegura una cierta credibilidad como medio óptico de almacenamiento y, por la otra, “la magia de un significado especial asignado a ese proceso”: la de ser copia de un objeto original que ha dejado impresiones, rayos de luz sobre una superficie. “Un aura de autenticidad que se deriva de la leyenda de que la copia contiene huellas de la imagen original”, de que lo representado no fue falsificado y que la imagen representa con exactitud lo que está en frente de la cámara (Brink, 2000, pp. 139-140). El segundo aspecto que ambos tienen en común es su realidad como símbolos. Porque “entendidos como símbolos, los íconos y algunas fotografías condensan fenómenos complejos y representan la historia de manera ejemplar. Tienen un nexo inmediato con momentos históricos particularmente importantes y abren espacios que, de otro modo, serían inaccesibles” (p. 141). El tercer rasgo que las une es que cuando las miramos reconocemos lo que representan por la fuerza de su repetición. “Como las imágenes del culto ortodoxo, las fotografías supuestamente auténticas se convierten en típicas porque han sido mostradas una y otra vez” (p. 142). En el caso de los campos de exterminio nazi, Brink sostiene que la conservación de

estas imágenes del horror en la memoria colectiva fue exitosa y se fueron canonizando como íconos, debido a que sus escenas imitaban una serie de posturas y gestos con una larga tradición pictórica, pues en tanto fotografías estas no solo eran conformadas por la realidad, sino moldeadas por otras imágenes: hacían parte de un canon pictórico” (p. 143).

Y son estos tres aspectos los que también confluyen en la imagen de Ingrid Betancourt. Porque si reparamos en la expresión corporal con que ella comparece en esta foto, sus gestos, su mirada, la posición de su cuerpo, entonces tendríamos que viajar hasta otros tiempos de la historia para reconocer con qué frecuencia nos hemos encontrado con este tipo de escenas. En *Historia cultural del dolor* (2011), el filósofo español Javier Moscoso aporta algunas claves de lectura para volver a mirar la imagen de Betancourt. Él plantea que cuando viajamos a la imagen tardomedieval del mártir encontramos, por ejemplo, que este –el santo mártir o la virgen mártir– representa una forma de sufrimiento que no da muestras de dolor y, por lo mismo, no puede ser identificado a través de las lágrimas o de las expresiones faciales, ya que sus protagonistas dicen no sentir (pp. 23-54). De ahí que si nos atuviéramos exclusivamente a la observación de los gestos, las actitudes o los rasgos corporales del sufrimiento “la representación visual de las vírgenes mártires no podría formar parte de la historia del dolor”, pues ni la expresión facial ni ningún otro elemento hace posible inferir la magnitud del padecimiento, nada allí “permite inferir la presencia del daño a partir de la tranquilidad de sus rostros o la parsimonia de sus gestos” (p. 25).

¿Qué muestran entonces las escenas pictóricas de finales de la Edad Media que recrean el sufrimiento?, se pregunta Moscoso. Como en los casos del *Martirio de san Erasmo* (1460), una obra del pintor flamenco Dieric Bouts, los retablos de *santa Marina* (1500), pintados por Pedro de Mayorga, el óleo de *La flagelación de Cristo* (1404) del pintor catalán Lluís Borrossà, o la colección de pinturas sobre la *Decapitación de san Jorge* (1435) de Bernat Martorell, entre otros tantos más, lo que estas imágenes contienen es una naturaleza teatral del dolor en la que los gestos indiferentes y las expresiones inalteradas de los mártires, que aceptan el tormento con serenidad, no son fijadas como testimonio de lo vivido, sino que hacen parte de una urdimbre dramática cuyas “escenas dependen de normas, convenciones y actos ritualizados” (Moscoso, 2010, p. 26). Lo que las imágenes representan es el triunfo de la fe a través de los castigos del cuerpo, de la destrucción de la carne. Es el cuerpo lacerado, torturado e inocente como victoria de la vida espiritual (p. 26). Por eso su función no es meramente representativa, esta “no consiste en traslucir el drama de la existencia, sino en abrir las puertas a una acción colectiva y participativa de naturaleza dramática, que configura y constituye la experiencia” (pp. 26-27).

Regresando a la imagen de Ingrid Betancourt lo que en ella observamos es la expresión de una mujer impasible que no muestra el dolor ante la cámara, a pesar de su derrota. Porque a contrapelo de lo escrito en los titulares y los pies de foto mencionados con antelación, allí no presenciemos una escena en que la queja o el grito expresen la intensidad del tormento o del padecimiento físico. Lo que vemos es un semblante apaciguado, un rostro abstraído, una actitud resignada, una mirada melancólica que no reflejan el realismo del daño perpetrado, sino que configuran una experiencia teatral y emocional del dolor que alientan la empatía del espectador. Es aquí donde adquiere sentido la noción de *Pathosformel* elaborada por Aby Warburg porque estos ademanes imperturbables que vemos en la fotografía de Ingrid Betancourt remiten a expresiones corporales de dolor que forman parte de un amplio repertorio utilizado por generaciones de escultores y pintores para expresar la emoción a través del cuerpo y generar una sensación de implicación en el espectador. Como advierte David Freedberg (2014), se trata de gestos que logran ser tan persuasivos “porque se sienten –no solo se ven– verdaderamente convincentes”, esto es “se basan en un profundo e intuitivo conocimiento corporal que vincula el movimiento a la emoción” (p. 182).

Porque a lo que Freedberg se refiere es a la eficacia emocional de imágenes en las que la fuerza de la noción de *Pathosformel*, esas supervivencias y reapariciones de las formas, nos estremece los sentidos por la profunda conmoción que evocan. Es lo que sucede, dice él, con *Los desastres de la guerra* (1810-1815), la colección de grabados de Francisco Goya, cuyas imágenes se basan en el compromiso corporal que resulta luego de que “los espectadores se perciben a sí mismos emulando, o imitando en realidad, los mismos gestos de desesperación y de tristeza de las víctimas o, de alguna manera, participando de las acciones de los verdugos” (p. 200). Y aunque la escena de Betancourt no remite a ningún movimiento, el gesto casi místico de su estado de quietud comparte con las imágenes mencionadas la larga historia del imaginario del sufrimiento occidental, el proceso de cita y rememoración mediante el cual la tragedia “puede ser recordada y puede entrar a formar parte del canon de recuerdos de una sociedad” (Hoffmann, citado en Brink, 2000, p. 143). Que es justamente a lo que apunta la supervivencia warburgiana: a la apropiación de aquello que sobrevive, que llega de otro tiempo, y que en su anacrónica reaparición perturba nuestra mirada al abrirla a la memoria, a las formas del pasado, a las creencias compartidas (Didi-Huberman, 2009, pp. 31-53).

Y en tanto ícono, la referencialidad del evento que rodea la imagen inicial, es decir, la prueba de supervivencia acabará condensada en una estructura metonímica que sintetiza la crueldad del secuestro en el cuerpo de una víctima identificable a quien se percibe como objeto de una agresión injusta, lo que le permitirá a dicha imagen instalarse bajo un significado cultural más amplio que desbordará su carácter de prueba de vida y se transformará en el símbolo de la injusticia del secuestro, de sus víctimas. Y al hacerlo, participará de otras relaciones posibles, otros espacios más allá de la prensa que transmedializarán sus alcances iniciales (Erell, 2008) Hará parte de protestas, marchas, pancartas, documentales, entre otros, en un viaje que pondrá la fotografía inicial en contacto con otros contextos en donde podrá ser usada por otras personas, se relacionará con otras imágenes y estimulará diferentes propósitos (Zelizer, 2010).

Discusión y conclusiones

Sería interesante constatar en un trabajo posterior la influencia que tuvieron imágenes como estas en el ambiente de indignación en contra de las Farc, que se desató después de que el gobierno nacional las hiciera públicas en diciembre de 2007. Lo cierto es que durante las semanas siguientes el carácter emblemático de la foto de Ingrid Betancourt, así como los conmovedores testimonios que los familiares de los secuestrados compartieron con la prensa y con la radio, narrando de viva voz las cartas enviadas por sus seres queridos desde el cautiverio, hicieron parte de un clima de opinión en que la visibilidad del drama de las víctimas del secuestro fue uno de los factores importantes en la movilización ciudadana en contra de las Farc –“¡No más Farc!”– llevada a cabo el 4 de febrero de 2008 en distintas ciudades del país y en algunas capitales del mundo.

Porque si en esta ocasión las imágenes que mostraron las condiciones de supervivencia de Ingrid Betancourt pudieron participar de un clima de opinión que motivó a los lectores, espectadores y ciudadanos a reconocer que cuando la persona fotografiada es alguien como «nosotros», esto es, alguien visible para el afecto, la empatía y la indignación, su clamor suena como una alarma de emergencia. En este caso la indignación que despertaron las imágenes, informaciones y relatos que daban cuenta de las pruebas de supervivencia de los cautivos de las Farc puede leerse no solo como una expresión de compasión y simpatía hacia aquellos que se veían sufriendo tanto por la privación de su libertad como por la fragilidad de su existencia, sino como un grito de rabia contra quien se consideraba era el responsable identificado de esta vejación: las Farc.

Así, la fotografía de Betancourt puede interpretarse como una imagen icónica que logró sacudir los sentimientos de dolor e indignación de amplios sectores del país alrededor del significado mismo del sufrimiento humano. Desestimar la fuerza dramática y compartida de esta imagen es pasar por alto que hubo gritos de dolor o muecas de padecimiento de la barbarie en Colombia que lograron convertirse en voz, tomar la palabra, romper el silencio y perturbar el dispositivo de visibilidad dominante de la atrocidad, denunciado por su banalidad o por su adormecimiento, posibilitando a sus víctimas desbordar su condición de figurantes. Una visibilidad que no ocurrió siempre, ni en todos los casos.

Se trata de un testimonio que convida a pensar cómo y desde dónde reconfigurar la política visual y los procesos de significación frente a otras víctimas y otras modalidades de violencia (las desapariciones forzadas, los llamados «falsos positivos» o las masacres, por ejemplo) cuyas pérdidas no lograron concitar la suficiente atención pública. Es una imagen que invita a la revisión de una serie de episodios de barbarie que esta sociedad pretende superar, en un ejercicio en el que el pasado y el presente se conjugan con el fin de aproximarnos a eventos susceptibles de re-elaborar.

Bibliografía

- Bartmanski, D. & Alexander, J. (2012). Introduction. Materiality and Meaning in Social Life. Toward an Iconic Turn in Cultural Sociology. En J. Alexander; D. Bartmanski & B. Giesen (Eds.). *Iconic Power. Materiality and Meaning in Social Life*. New York, Palgrave MacMillan, pp. 1-12.
- Betancourt, I. (2010). *No hay silencio que no termine*. Bogotá, Aguilar.
- Brink, C. (2000). Secular Icons. Looking at Photographs from Nazi Concentration Camps. *History and Memory*, 2 (1), 135-150.
- Didi-Huberman, G. (2009). *La imagen superviviente. Historia del arte y tiempo de los fantasmas según Aby Warburg*. Madrid: Abada Editores.
- ErlI, A. (2008). Literature, Film, and the Mediality of Cultural Memory. En A. ErlI and A. Nünning (Eds.). *Cultural Memory Studies: An International and Interdisciplinary Handbook* (pp. 389-398), New York, Walter de Gruyter.
- Freedberg, D. (2014). Empatía, movimiento y emoción. *Estudios de la imagen*, 3, 158-210.
- Goldberg, V. (1991). *The Power of Photography. How Photographs Changed Our Lives*. New York: Abbeville Press.
- Grito de dolor y esperanza (semana del 2 al 8 de diciembre, 2007). *El Espectador*, p. 1.
- Lessing, G. (1960). *Laocoonte*. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México.
- Moscoso, J. (2011). *Historia cultural del dolor*. Madrid, Taurus.
- Zelizer, B. (1998). *Remembering to Forget. Holocaust Memory Through the Camera's Eye*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Zelizer, B. (2010). *About to Die. How News Images Move the Public*. New York, Oxford University Press.

Ponencia presentada al GT 17 Historia de la comunicación

La Comunicación Popular en contextos antagónicos, casos: Colombia y Cuba

Popular Communication in Antagonistic Contexts: the Cases of Colombia and Cuba

Liliana Marcela Moreno Pinilla⁹⁷

Aura Isabel Mora⁹⁸

Angela Chicangana Ramírez⁹⁹

“Ver de nuevo lo antes visto casi siempre ver ángulos no percibidos. La lectura posterior del mundo puede realizarse de forma más crítica, menos ingenua, más rigurosa.”

Resumen: Artículo que busca hacer un análisis comparativo entre la comunicación popular en dos países de América Latina, Colombia y Cuba, desde dos experiencias: ACPO con su periódico El Campesino y la Revista ANAP de la Asociación Nacional de Agricultores Pequeños; la revisión de sus procesos históricos permitió evidenciar una relación entre lo popular y lo hegemónico, en donde fueron protagonistas los campesinos, y su injerencia en el desarrollo social a partir de formas antagónicas de organizar política y económicamente los territorios.

Abstrac: This article seeks to make a comparative analysis between popular communication in two countries of Latin America, Colombia and Cuba, from two experiences: ACPO's newspaper El Campesino and ANAP's magazine (of the National Association of Small Farmers, ANAP by its initials in Spanish), the review of its historical processes allowed to demonstrate a relationship between the popular and the hegemonic, where the peasants were protagonists and their interference in social development, based on antagonistic ways of politically and economically organizing the territories.

Palabras Claves: Comunicación Popular, educación, comunicación - educación, progreso y actores populares.

La comunicación popular en los contextos de Colombia y Cuba

A partir de la década de los cincuenta, la comunicación popular en América Latina se centra en desarrollar la producción del sentido socialmente compartido, alrededor de un anhelado progreso para la región, lo que permitió dar paso a procesos de comunicación donde se integraran formas de educación y alfabetización al mismo tiempo que el fortalecimiento de la idea de un proyecto de país en camino hacia la industrialización, es decir, a la modernidad.

Cuando se habla de comunicación popular en América Latina en el periodo de 1950 a 1970, se habla de la producción de discursos políticos de liberación y la utilización de medios por parte de los actores sociales excluidos como los indígenas, mineros, campesinos, afrodescendientes, entre otros, que produjeron de manera genuina y propia su

⁹⁷ Periodista, Licenciada en Filosofía, Especialista en comunicación Educativa, investigadora “Mito y Rito, sincretismos y resistencias en Colombia: El caso de San Pascual Bailón” 2011. Universidad católica Luis Amigo. Investigadora “Sistemas de gestión de calidad en la Educación y su afectación a la práctica comunicativa entre docentes y estudiantes. Bogotá- Colombia”. 2014. Corporación Universitaria Minuto de Dios UNIMINUTO.

⁹⁸ Comunicadora Social, Especialista en Comunicación Educativa, Magister en investigación en problema sociales contemporáneos. Maestra e investigadora de la Maestría Comunicación Educación en la Cultura en la Facultad de la Ciencias Sociales en UNIMINUTO.

⁹⁹ Licenciada en Educación Especial con Énfasis en Retardo en el Desarrollo. Universidad Pedagógica Nacional; Especialista en Comunicación Educativa. Corporación Universitaria Minuto de Dios UNIMINUTO. Investigadora: “Aprendiendo a través del Lenguaje Corporal como Herramienta Educomunicativa”. Bogotá – Colombia. 2016. Corporación Universitaria Minuto de Dios UNIMINUTO .

comunicación influida en algunos casos por los medios, estas comunidades lideraron procesos comunicativos a partir de lenguajes escritos y sonoros utilizando la radio y la prensa para el empoderamiento y la emancipación, un ejemplo son las radios Mineras en Bolivia (1944), Radio Rebelde en Cuba (1958), Radio Aficionados en Argentina (1940 a 1970) y Radio Sutatenza en Colombia (1947), y en producciones escritas como las cartillas educativas y el periódico El Campesino de ACPO, en Colombia (1958), y la Revista ANAP en Cuba (1961), estos dos últimos productos comunicativos son el objeto de esta investigación.

Los sectores marginados tuvieron un papel primordial en la comunicación popular, fueron parte de la fundación de radios y periódicos, estas comunidades no tenían conocimiento sobre cómo difundir sus propuestas, pero sabían que el objetivo era mejorar la comunicación entre ellos y transmitir sus ideas; la potencia de la comunicación popular la desarrollan las comunidades en un proceso de praxis liberadora, en términos de Paulo Freire, de un empoderamiento de su propia vida que produce sentidos materializados en sus discursos.

Cuba y Colombia, a partir de la década de 1960, se proponen entrar en la carrera del desarrollo y van a intervenir de maneras novedosas con proyectos comunicacionales y educativos para hacer entrada a la industrialización, símbolo de la modernidad que caracteriza la época. Estos dos países están en polos ideológicamente opuestos, Cuba en modelo socialista y Colombia en un modelo capitalista; y a pesar de ello, Cuba, con su reciente revolución¹⁰⁰, tiene grandes transformaciones y retos pasando por reformas agrarias hasta cambios en los procesos educativos y tecnológicos; mientras que en este mismo periodo, Colombia atraviesa una época de violencia después del Bogotazo¹⁰¹, pero al mismo tiempo una época de grandes cambios socioculturales, a “partir de la década de los 50, entra en un proceso de transformación donde pasa de un país de campesinos a un país de ciudadanos” (Rueda, 1999, p. 1) o, por lo menos, ese era el anhelo, por ello, a partir de estos años, Colombia le apuesta a entrar a la dinámica industrial y tecnológica que argumentaba el discurso del desarrollo.

Encontrarse en dos polos políticos opuestos, si bien, no los hace enemigos, si los hace antagónicos y, por ende, diferentes económicamente: la uniformidad promovida por uno ante el individualismo promovido por el otro, la economía controlada por el Estado que sustenta al uno ante el libre intercambio que sustenta al otro; dejan, a pesar de esto, un elemento en común en estas dos ideologías y modelos políticos, ambas trabajan de manera decidida y se colocan como reto político y económico el desarrollo que los llevó a pensar lo rural como modelo de tecnificación industrial.

El periódico El Campesino, en Colombia, fue una publicación de la organización ACPO, liderada por la iglesia católica, con soporte tanto de capital extranjero (Estados Unidos) como del estado colombiano. Orientado, en principio, como un recurso de apoyo alternativo al proyecto de alfabetización y evangelización iniciado previamente con Radio Sutatenza, el periódico, de cuya distribución estaban encargados los párrocos, estaba dedicado a dar a conocer asuntos básicos de los municipios, consejos sobre el cuidado personal y del hogar, lecciones de catequesis, actividades y consejos agrícolas, enseñanza de geografía, fabricación de elementos para las parcelas o el hogar, inserción de pauta publicitaria para la motivación al consumo de productos agrícolas y otros servicios y a promocionar fuertemente la idea de educación a partir del proyecto propio, con las escuelas radiofónicas.

La revista ANAP se entiende en el contexto cubano como una organización de índole social, como parte del plan de trabajo del estado naciente, con miras a garantizar los derechos de la población campesina. Enfoca su desarrollo informativo en la década del sesenta; desde la intencionalidad de promover la consolidación del nuevo sistema político económico, propio del gobierno revolucionario, para lo cual se sirvieron de campañas de bienestar social (salud, educación y tierra) encauzadas en la mejora de las condiciones de vida de los isleños, así como el impulso estratégico e inmediato desarrollo de la reforma agraria, para una distribución equitativa de las tierras que asegurara la producción agrícola para el autoabastecimiento alimentario; década esta, referenciada en la revista como un momento en el que se planteaban metas de producción a gran escala, con el apoyo del gobierno castrista mediante la tecnificación de la labor y la estrategia de las brigadas de ayuda mutua y con una ausencia evidente de agentes particulares en relación con la pauta publicitaria.

¹⁰⁰ El 1 de enero de 1959 Fidel Castro entró triunfante a Santiago de Cuba, declarándola capital provisional de Cuba, a partir de ese momento el poder quedó definitivamente en manos de las fuerzas revolucionarias.



¹⁰¹ El bogotazo se entiende como un suceso trascendente en Colombia caracterizado por hechos de violencia en la ciudad de Bogotá, capital del país, el 9 de abril de 1948, en donde muere el líder popular y candidato a la presidencia de la república Jorge Eliecer Gaitán, su deceso polariza a la nación políticamente convirtiendo a Colombia en un territorio de conflicto armado, con el surgimiento de grupos de extrema izquierda como FARC, ELN, EPL, M 19, que protagonizarían una lucha extrema con el estado legítimo por más de 60 años. (Alape, 1987, p. 154)

La **pregunta orientadora** del proceso de investigación fue: ¿Cómo se produce la comunicación en dos experiencias catalogadas como populares en América Latina, propias de contextos antagónicos como el periódico El Campesino de ACPO (Colombia) y la revista ANAP (Cuba)?

Metodología

Este artículo se produce en el marco de la investigación “Comunicación, Desarrollo y Colonialismo en ACPO-COLOMBIA: el papel de los campesinos y mujeres en Radio Sutatenza”, perteneciente a la línea de investigación de El Buen Vivir como Perspectiva Política de la Comunicación, en el núcleo problémico de Comunicación Popular, en la Maestría Comunicación Educación en la Cultura de la Facultad de Ciencias de la Comunicación en UNIMINUTO. Uno de los objetivos de la línea es indagar acerca de estrategias alternativas de la comunicación popular en América Latina, por ello, las investigadoras se interesaron en comprender la manera en que se produce esta comunicación a partir del periódico El Campesino, que fue un elemento fundamental para la estrategia de producción comunicativa de uno de los programas comunicacionales más importantes de Colombia y de América, el proyecto Acción Cultural Popular ACPO. En la problematización del proceso, se llegó a la conclusión que la forma de hacer el análisis, era comparar esta propuesta comunicativa de actores populares con otra, y por eso, desde el marco formativo de la maestría, desde el espacio de las aulas abiertas y procesos de pasantía, fue necesario trasladarse a la Habana Cuba, en la búsqueda de un referente de comunicación popular similar; durante el proceso de exploración del contexto, se halló, una estrategia escrita que es la revista de la Asociación Nacional de Agricultores Pequeños ANAP de Cuba.

Tabla 1: Características de las publicaciones

ACPO Periódico El Campesino. Colombia	Revista ANAP. Cuba
 <p><i>Imagen 1:</i> Fuente: El Campesino Primera Edición Junio de 1958, p. 2.</p>	 <p><i>Imagen 2:</i> Fuente: Revista ANAP Abril de 1970, p. 3</p>
<p>Circula por primera vez el 29 de junio de 1958, siendo distribuido a la salida de la misa del domingo en diferentes provincias del país. “Fue el segundo medio de comunicación de APCO para implementar su enseñanza” (Rojas M., 2012, p. 129). Su último tiraje de publicación fue en 1994.</p>	<p>Su primera edición fue en julio de 1961. La revista ANAP se crea como órgano oficial de la Asociación Nacional de Agricultores Pequeños por acuerdo del I Congreso Campesino, celebrado el 17 de mayo de 1961, cuya publicación se ha mantenido hasta la actualidad (Díaz, 2015, p. 34)</p>

En el marco teórico se consideraron como referentes importantes los aportes a la educación popular de Marco Raúl Mejía, Lola Cendales, Alfonso Torres y Germán Rubiano; en el tema de la comunicación se consideraron fundamentales los aportes de Néstor García Canclini, Jesús Marín Barbero, Paulo Freire, John Storey, Alfonso Gumusio Dragón y, en lo referente a radio, el material producido por la Acción Cultural Popular. El trabajo de campo de la investigación se llevó a cabo en Colombia, en el pueblo de Tenza, Boyacá, y en Cuba, en la ciudad de La Habana, lugares en donde se realizaron 26 entrevistas a actores que participaron en ACPO y expertos en comunicación y educación de Cuba. Con respecto al análisis del material del periódico El Campesino y revista de ANAP se estudiaron de la siguiente manera:

PUBLICACIONES ANALIZADAS

Desde 1958 hasta 1970 Periódico El Campesino- Colombia

Desde 1961 hasta 1970 Revista ANAP- Cuba

PERIODICO EL CAMPESINO COLOMBIA			
AÑOS	# PAGINAS ANALIZADAS	PUBLICACIONES	TOTAL
1958	51	4	16 periódicos
1960	42	6	
1970	59	6	
REVISTA ANAP CUBA			
1961	143	6	12 revistas
1970	85	6	
TOTAL	380	28	

El estudio de los periódicos y revistas se realizó partir de análisis de discurso, para ello, se diseñaron las matrices con unas categorías iniciales, para luego determinar, con el avance del proceso, categorías emergentes que se integraron a la investigación.

PERIODICO EL CAMPESINO Julio 13- 1958	
ASPECTO	COLOMBIA
¿Quién escribe?	"Hay que hablar con emoción de los temas campesinos" padre Jose Ramon Sabogal", la demas informacion no registra autor
¿Para quién?	Servidores parroquiales y campesinos, poblacion flotante.
Lo popular	el ejercito y quien lo motiva a volver para continuar con su legado campesino. Con nuestro propio esfuerzo debemos procurarnos el progreso, r
Progreso y Tecnologia	gienicas en sus casa. Pais agricola o tierra de agricultores, reflexion critica a la forma como se referencia a Colombia en el exterior, como pais ag
¿Qué enseña?	y similares a las del platano. Anuncio sobre horarios de clases radiofonicas entre las cuales hay especial intesidad horaria en la catequesis, la ur
Subjetividad	este, se denota una preocupacion por la posible desercion de jovenes campesinos del territorio, promoviendo asi que al pertenecer alli dsu m
PERIODICO EL CAMPESINO Julio 20- 1958	
ASPECTO	COLOMBIA
¿Quién escribe?	ayor parte de la informacion no tiene autor registrado en las paginas, Aparece el Padre Jose Rmon Sabogal, en el espacio la voz del educador so
¿Para quién?	Para el campesino, colaboradores parroquiales y parrocos, poblacion flotante.
Lo popular	osquera para espacio formativo agricola denominado dia de campo por el centro de investigacion. Construccion de granja indigena agricola, int
Progreso y Tecnologia	SAS en el departamento de boyaca, profesionales de distintas carreras llegaron al departamento a apoyar las campañas en distintos sectores, e
¿Qué enseña?	os de tenjo por parte del centro de investigacion en tibaitata. Mision educativa e instructiva agricola a indigenas en araracuara. Leccion de histo
Subjetividad	u poblacion y territorio es considerado como en paz y se referencia un campesino que rechaza la violencia y ello le permite vivir adecuadamen

TABLA 1: Matriz categorías iniciales Periódico El Campesino

CUADRO DE ANÁLISIS ANAP 1961 – CUBA							
REVISIÓN DE CONTENIDOS							
AÑO 1. NUMERO 1. EDICIÓN DE JULIO							
FOTOGRAFIA	CONTENIDO	CATEGORIAS					
		QUIÉN ESCRIBE	PARA QUIÉN	LO POPULAR	TECNOLOGÍA - PROGRESO	QUÉ ENSEÑA	SUBJETIVIDAD
121	PORTADA: Fotografía: Moscú recibe de héroe cosmonauta. Nikita Jruschov acompaña a Yury Gagarín, al arribar a la capital de la URSS.				Cosmonauta - viaje al espacio		País de referencia: URSS
122	PORTADA PARTE INTERIOR: Fotografía cultivos. El pequeño agricultor se esfuerza día a día por el cumplimiento de las metas de producción			Campesino	Cumplimiento metas de producción		
123	ESTE NÚMERO Y SALUDO	Comité editor. Firmado por La redacción.	Saludos compañeros. Los agricultores.	Es imprescindible que tu participes activamente en la confección	Cumplimiento metas de producción	Orientaciones en el duro bregar	Narrar experiencias de los hombres que hoy liberados de la explotación latifundista construyen el futuro feliz en el socialismo
124	Presentación Revista - Recuadro	Director: José Ramírez Cruz, Jefe de información: Aniero Regalado. Consejo de redacción: Emilio Leal, Ramón Aymerich, Ángel de la Guardia.	Los agricultores				
	Biografía: Yury Gagarín, héroe				Cosmonauta - viaje al espacio	Ideología	País de referencia: URSS

TABLA 2: Matriz categorías iniciales Revista ANAP

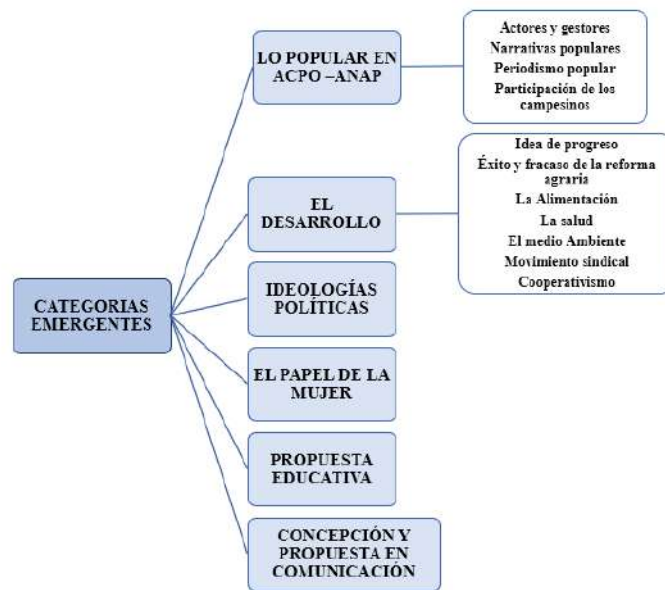


TABLA 3: Diagrama de flujo categorías principales y emergentes

Por último, se profundizó en la observación y estudio de las referenciadas categorías para darle cuerpo al proceso de investigación, que permitiera estructurar el paralelo entre las dos experiencias periodísticas, desde la observación de la forma de desarrollo productivo de la comunicación popular, enmarcado por el proceso histórico de los territorios y obtener como resultado el presente documento.

Periódico el Campesino de ACPO y Revista ANAP entre lo popular y lo hegemónico

El periódico El Campesino y la revista ANAP se conciben como referentes dentro de la comunicación popular en América Latina, la propuesta de ACPO fue base de inspiración para las experiencias de las radios mineras en Bolivia y Perú, así lo evidencian los innumerables libros y artículos sobre esta propuesta de comunicación popular, sin embargo, como resultado de esta investigación, observamos que al trabajar con los campesinos (considerados pobres) no implicaba que la comunicación que se produjo fuera popular, así como narrar la situación propia de estas comunidades tampoco es referente de comunicación popular. Estas dos experiencias transitan entre el discurso de lo popular y una práctica de poder sobre los campesinos que se adjudicaban la representación de estos por unos elegidos, sea el estado o sea la iglesia.

En las publicaciones se observa que las redacciones de los artículos de ésta recaen sobre los miembros de la dirección de la misma¹⁰², otros tienen autoría de miembros de los países socialistas (Rusia¹⁰³, China¹⁰⁴) que apoyaron la revolución cubana. Lo mismo pasa con el periódico El Campesino, el 80% de la publicación la hacen los líderes de la iglesia y los directivos de ACPO.



Imagen 3: Fuente: Revista ANAP Noviembre de 1961, p.

En la revista ANAP se aprovecha el medio para divulgar los resultados de las campañas mediante la transcripción de los informes dados por las comisiones responsables, los cuales incluyen tablas que reportan el progreso en la consecución de las metas planteadas por el gobierno revolucionario. También se cuenta dentro de los artículos con la traducción de documentos de Lenin, acerca del papel de la mujer en los aportes a la revolución, con la finalidad de emancipar a la mujer cubana para que se empodere del ejercicio político. Las mujeres hacen parte de la mano de obra de los campos de Cuba, se les brinda capacitación en estas labores para hacer más eficaz su participación y se les reconoce por lo que se afirma que: "La revolución además de liberar a la mujer le ha dado una gran fe en sí misma" (Álvarez, 1961, p.17). Dentro de las publicaciones se destaca el papel de algunas líderes como Clodomira Acosta¹⁰⁵, entre otras, quien se convirtió en mensajera llevando información a las tropas revolucionarias sobre los movimientos del ejército de Fulgencio Batista.

Como podemos comprender las dos experiencias toman lo popular de manera diferente, mientras en el periódico El Campesino, los que tienen una amplitud para escribir son los dirigentes religiosos de la arquidiócesis, los sectores populares se limitan a dar sus aportes en cortos comentarios, coplas y adivinanzas, entre tanto, la revista ANAP es producida por los actores de la revolución, aclarando que hay una diferenciación entre estos actores que podemos llamar populares, como los líderes de la revolución que son quienes editan y escriben de manera amplia, y los que trabajan en el campo que se hacen presentes con una voz reducida a cuentos, poesías y cartas.

¹⁰² Dentro de los autores que figuran con permanencia están: Ramón Aymerich, periodista de nacionalidad española. Fue redactor de diarios como: El Crisol y Mañana. En la revista mensual Republica (1946-1958) ocupó cargos como: jefe de información y director, su artículo "Consolidemos la paz" publicado en la revista Playas Cubanas le mereció el premio periodístico "Enrique José Varona", en el año 1954. Después del triunfo de la revolución cubana fue redactor por varios años de la revista ANAP. (Los españoles en las letras cubanas durante el siglo XX. Jorge Domingo. 2002.P. 35). Antero Regalado Falcón dirigente campesino, quien describe como los campesinos fueron despojados de sus tierras en su libro "Las luchas campesinas en Cuba "y quien con frecuencia escribió para la revista de la ANAP tratando temáticas propias de las luchas campesinas y sus nuevos logros. (Tomado de: https://www.ecured.cu/Antero_Regalado_Falc%C3%B3n). Pedro Rojas: periodista cubano quien constantemente aportó sus artículos a la revista ANAP. (Tomado de: <http://www.cubadebate.cu/etiqueta/anap/>)

¹⁰³ Revista ANAP, julio 1961, p. 45. "El Estado intensifica la Ayuda". G. Alexeev. "Las grandes centrales hidroeléctricas, como la de Stalingrado, se utilizarán para los futuros sistemas regadío".

¹⁰⁴ Revista ANAP, septiembre 1961. P 43. "Cooperan técnicos arroceros chinos en la producción de arroz de Cuba". Sin autor. "Ellos han venido al amparo del convenio comercial firmado entre nuestro país y la República Popular China, una muestra más de la ayuda y solidaridad que todos los países socialistas sienten y demuestran con nuestra Revolución"

¹⁰⁵ Clodomira Acosta Ferrales. Luchadora revolucionaria durante la guerra contra la dictadura de Fulgencio Batista. Miembro del Movimiento 26 de Julio. Se incorpora al Ejército Rebelde en calidad de mensajera en la Columna No.1 del I Frente. Capturada el 12 de septiembre de 1958 durante una misión en La Habana, fue torturada y asesinada. Guevara, Ernesto Che, Pasajes de la guerra revolucionaria. Primera Edición, Editora Política, La Habana, 1997, ISBN 959-01-0188-7

La relación, entre lo popular y lo hegemónico transita en que las dos experiencias trabajan con comunidades populares, en el caso colombiano con comunidades que han estado históricamente excluidas de la educación y de la participación política en el país, como son los campesinos, y en el caso cubano, si bien la revista es escrita por los actores de la revolución que son líderes populares, lo hegemónico se encuentra en que estos líderes son los académicos, que son los llamados a escribir, mientras los que trabajan la tierra son los que deben recibir la influencia de la producción escrita, en este caso, el adoctrinamiento ideológico de influencia rusa.

Las comunidades como medio para configurar lo popular

En la producción escrita de estas experiencias, encontramos que el periódico El Campesino de ACPO da inicio a su publicación en 1958, con su primer artículo “Carta de un campesino a Colombia”, en el cual un poblador expresa que el periódico le ha dado la oportunidad de comunicarse con el país, para explicar la situación de pobreza de su comunidad y que, a pesar de su condición, como campesinos conservan la fe y confianza en Dios.

En esta primera edición, el periódico promete ser la voz del campesino colombiano, el artículo de la ilustración anterior, indicaría que está es la posibilidad de generar procesos de emancipación en la población campesina, pero finalmente, no es así, porque en los siguientes números del periódico no se le da la voz a los campesinos en primera plana, al contrario, el material que aparece en las publicaciones es propio de la dirigencia religiosa de ACPO, los artículos están dedicados a evangelizar a la población, a temas de instrucción educativa básica, instrucciones de oficios varios, y la fuerza de la campaña anticomunista para impedir la avanzada de la ideología contraria a la orientación política del semanario.



Imagen 4: Fuente: El Campesino primera edición, junio de 1958, p. 2.

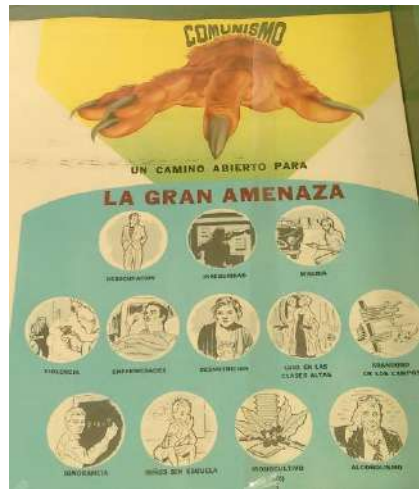


Imagen 5: Fuente: Periódico El Campesino: Exposición ACPO Radio Sutatenza, Mayo de 2017.

Es posible que estas contradicciones, en lo que se piensa como comunicación popular, no sean claras para quienes dirigen y escriben el periódico, ya que la mirada del campesino para los religiosos de la época era de carencia, ignorancia, e inclusive ausencia de humanidad en la persona del poblador rural, miremos el discurso del director de ACPO para la inauguración de los 500 kilovatios adquiridos por ACPO:

“La ‘Familia Pirateque’, que tiene ocho millones de miembros, cree que ya ganó el premio de la vida eterna con merito sobrado a través de la resignación y el sufrimiento. Sería igualmente importante que aprendiera a resolver sus amarguras de esta vida. Pero el señor ‘Pirateque’, el hombre-masa marginado, no sabe de comunicación, ni de comunicaciones. A duras penas conoce ‘la leche en polvo’ regalada. Este alivio fugaz sirve para la excelente fotografía de un niño famélico que bebe con ansiedad la generosa, pero humillante limosna” (Gonzalo González, Presidente del Comité Directivo de Emisoras, 1969)

Esta mirada de hombre-masa marginado, interioriza y desvalora al campesino, y lo coloca como hombre incapaz de pensar por sí mismo y de resolver sus problemas, que según Gonzalo González, son “creer que gano la vida eterna por el sufrimiento” y su ausencia de conocimiento sobre lo que es comunicación, desconociendo el contexto social y político de la guerra en el campo, a partir de la violencia bipartidista posterior al Bogotazo en 1948, que dejó como consecuencia en la población rural: el despojo de la tierra, un gobierno incapaz de hacer llegar la educación a su territorio y que gobernaría solo para la oligarquía y no para el colombiano del común, en definitiva, un país lleno de inequidades, en donde el labriego sería la primera víctima.

“El problema radical seguirá intacto, a la espera de más leche regalada.

Por incomunicado, ese hombre no es solidario, ni participa de ningún propósito nacional. Por incomunicado, carece también de propósitos personales de mejoramiento, porque a nada aspira pues nada sabe, ni siquiera producir la leche que le regalan. Por incomunicado, no entiende de semillas seleccionadas, tira al surco las que le dicta la oscura experiencia y confía el resto a una oración por la lluvia. Por incomunicado, no sabe recibir ni utilizar el crédito. Por incomunicado, no sabe organizarse, se precipita al éxodo, y de pronto razona para elegir la violencia y repudiar la tierra improductiva, o solo se prende a ella como otra planta moribunda, al sitio en que habrá de caerse muerto. Por incomunicado, ese hombre ni siquiera sabe que es un hombre. Para enseñárselo, y para que aprenda a ayudarse a sí mismo y a utilizar la ayuda que desde numerosos ángulos le ofrecen el Estado y otras entidades que no saben cómo aprovechar, 500 kilovatios no son nada. A ellos, a estos hombres encerrados más dentro de sí que en el breñal o en la llanura, va dedicado el sonido más claro de la América Latina, el medio y el remedio más eficaz para la cura de su lejanía moral y mental de Colombia, el mensaje más adecuado de que seamos capaces, la mayor suma de calidad que podemos alcanzar para rescatarlos de la inferioridad humana a que los somete sin justicia el infortunio.” (Gonzalez,1969. p.10-12)

González entenderá la comunicación como ese recurso mesiánico que salvaría al campesino de su reducida capacidad para razonar, en el aparte anterior es evidente un significado del sujeto rural como ausente de la propia humanidad a causa de su profunda ignorancia, la cual se constituirá como el mayor de los problemas, que otros, los ilustrados debían combatir, como los “maestros” que salvarían de la muerte a estos miserables labriegos, cuyo único oficio era conducir a la nación a integrar las filas del tercer mundo, invisible para el resto del hemisferio.

En el caso cubano, en 1961, la revista ANAP, identifica a los campesinos en dos categorías, unos campesinos liberados y salvados por el socialismo, capaces de pensar por sí mismos y decidir sobre su futuro, como el caso que se presenta, del señor Víctor S. Oliva, en la publicación del mes octubre de 1961, modesto trabajador de la Colonia de La Habana, quién se narra:

“El que les habla, hasta hace poco, fue uno de ustedes, un hombre explotado y oprimido, un hombre sin valor, ante los ojos de aquellos que habían amasado una fortuna, con el sudor de los hombres pobres de la tierra”. (Revista ANAP, octubre 1961, p. 50)

La segunda categoría del campesino es aquel explotado y oprimido que no se ha dado cuenta de su condición y que necesita ser convencido de que la opción está en la propuesta socialista -comunista, quién no esté en el lado comunista es visto con carencia, como ciego político. Sin embargo, se observa en este artículo un lenguaje estructurado, en el que el sentir de este hombre por su vida antes y después de la revolución, manifiesta lo que para él es la transformación por el socialismo, como también lo afirma:

“Ahora soy libre, soy feliz, soy socialista; soy socialista porque el socialismo trajo a mi Patria la dicha, trajo la libertad a mi pueblo, a mi familia, a mí mismo; hizo que todos seamos iguales, que no se explotase más a los pobres, que la tierra se repartiese entre aquellos que la trabajasen, que los hombres de mi país pudiesen tomar las armas, para que con sus propias fuerzas defendieran lo que habían recibido” (Revista ANAP, octubre 1961, p. 50)

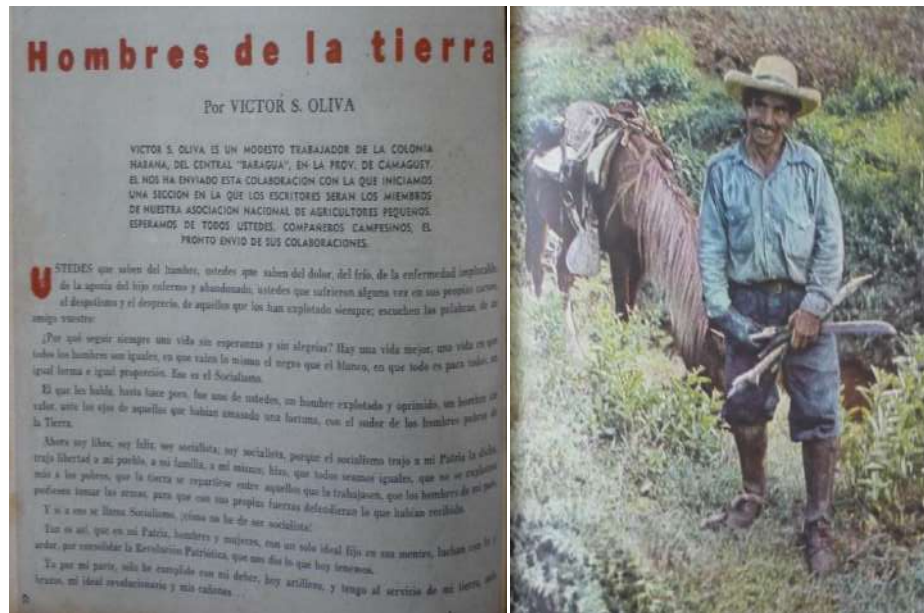


Imagen 6: Fuente: Revista ANAP, Octubre de 1961, p. 50-51

En esta misma edición, José Gil, miembro de la sociedad agrícola afirma: “el pueblo unido es invencible. Los obreros, los campesinos, los elementos trabajadores y honrados están al lado de la revolución”, como parte del artículo denominado: La revolución hace posible los sueños que parecían imposibles, de Ramón Aymerich (p.17), se observa una visión común de las consecuencias de la revolución y de la situación de abandono en que se encontraban los miembros menos favorecidos de la sociedad cubana de la época.

La consolidación de ANAP como medio escrito en Cuba estaría desarrollando un ejercicio político ideológico en los agricultores cubanos, haciendo uso, como en el Periódico El Campesino, del recurso de los medios de comunicación. Tras la Revolución Soviética de 1917 y el seguimiento e implantación de su ideología por los revolucionarios cubanos a partir del año de 1959, es de anotar que se busca el conocimiento y aplicación de cada una de las políticas comunistas que imperaban allí, por ello se organizan los campesinos en cooperativas donde cada uno de los miembros tiene igualdad de derechos y obligaciones para consigo mismo y con los demás miembros, llegando a afirmarse incluso que estas asociaciones permitirían el progreso de todo el país, este proceso fue impulsado por el gobierno y para su consecución se dio información a los campesinos sobre el valor de la propuesta, usando como plataforma la revista.

Así mismo, se muestran varios modelos de gobiernos socialistas como los de la URSS, Checoslovaquia, China, entre otros y las ventajas en su aplicación que dejaron para cada uno de sus pueblos, se describen las experiencias políticas económicas de los mismos y se documentan las visitas de algunos miembros de la ANAP a estos referentes hegemónicos socialistas.

En el reglamento general de la Asociación Nacional de Agricultores Pequeños se encuentran descritos como sus fines: “Defender nuestra revolución patriótica, democrática y socialista y la realización a plenitud de su programa que tiene como fin la eliminación de la explotación del hombre por el hombre y fomentar el espíritu de cooperación” (ANAP Julio, 1961, p. 11) Dentro de esta misma edición se afirma que para que Cuba sea un país socialista se requiere “un mayor grado de desarrollo de todos los aspectos de la vida... y que los ciudadanos del país puedan con esfuerzo y trabajo de todos, recibir más beneficios, tener más bienestar y felicidad” (ANAP Julio, 1961, p.19). En un distanciamiento conceptual con el periódico El Campesino, la revista ANAP intenta promover una sensación de empoderamiento del labriego en lo referente a la atención a sus problemáticas vitales empleando la fuerza ideológica de lo común. En la edición de agosto de ese mismo año, se afirma: “Una política capitalista no permite planificar nada, porque se caracteriza por la anarquía de la producción. Una política socialista planificada otorga al pueblo derechos y responsabilidades” (Revista ANAP, agosto de 1961, p. 6), percibiéndose la clara posición acordada con el nuevo gobierno revolucionario, en la cual también se exaltan las posibles bondades del nuevo sistema político económico, pos independencia del imperio norteamericano.

El periódico El Campesino expresa posturas más radicales y opuestas a la línea ideológica de izquierda; por un lado, luego de ya venir promoviendo en 1958 una idea de modernidad y desarrollo a nivel nacional, a partir del instruccionalismo en las prácticas de la población objeto de intervención, va haciendo evidente para 1960 su radical postura anticomunista, comenzará a hacer una serie de arremetidas a la presencia de células del pensamiento socialista en el territorio nacional, junto a esta intención política, ve necesario hacer un proceso doctrinal en el campesino dejando claro, de forma tajante y abierta, que no se aceptarían o reconocerían como católicos a aquellos de militaran en estos movimientos (El Campesino 02 octubre de 1960, p. 3).

En esta misma década, los párrocos de los municipios se dan a la tarea de servir como formadores ideológicos promoviendo la organización de los municipios bajo sus principios desarrollistas, pseudo empoderando a los campesinos de los temas sociales y las soluciones a los mismos, aparecerán así con mucha más fuerza, las organizaciones comunitarias, las juntas de acción veredal o comunal, bajo la orientación del clero. Es frecuente encontrar una preocupación relacionada con el triunfo de la revolución en Cuba y el impacto de ésta en toda América Latina, desde donde se establece una subjetividad del campesino como un ser vulnerable y altamente influenciado por las ideas de la “amenaza comunista” y que, por lo tanto, tendrían que proteger.

La postura de ACPO en el Periódico El Campesino, al respecto de su ejercicio comunicativo está orientada a entenderse como popular, en la medida en la que se adjudican la vocería del ciudadano del sector rural, en desventaja para la época y carente de una episteme homogénea occidental, que los impulsa a comprenderlo como un individuo con amplias necesidades que ACPO tendría que atender y que además justificaría su existencia como proyecto de comunicación-educación popular, sin embargo, no puede catalogarse como popular a causa de la negación de la subjetividad del campesino como un agente con una episteme y cultura propia, capaz de producir sus sistemas de interacción y comunicación y que si bien era obligación del estado garantizarles la educación, debían reconocerse también sus prácticas sociales, económicas, identitarias y culturales, cuestiones que se desestiman en el discurso permanente del periódico.

Por el contrario, la revista ANAP como producto comunicativo de los campesinos cubanos, ante el estado, está ligada a los movimientos populares en tanto surge con la intención de movilizar a este sector de la población a reconocer las condiciones de explotación y subvaloración a las que estaban sometidos y, a partir de esto, a establecer mecanismos de reconsolidación de su importancia social y su trabajo conjunto, sin obviar que atienden también a los preceptos de un nuevo estado comunista, naciente de las luchas populares por la emancipación de la potencia imperante de la región, Estados Unidos. Por lo tanto, su objetivo no era solamente asistir al campesino cubano, sino permitirle el compartir de experiencias y la planificación de sus estrategias para cumplir con una meta común, el progreso de su nación.

Conclusiones

Las dos experiencias, la capitalista como la socialista-comunista, buscan el salto al desarrollo y a la industrialización que les permitan entrar a la agenda global. Igualmente, en las dos experiencias se utiliza la comunicación como instrumento de educación en el marco de comunicación para el desarrollo. El periódico El Campesino emprende una guerra en contra del comunismo que ve como enemigo y la revista ANAP emprende la guerra contra el capitalismo al que ve de igual manera.

En las dos experiencias hay un mínimo de participación de los sectores popular, en el periódico el campesino los que escriben son los líderes religiosos y en la revista ANAP son los intelectuales socialistas. En apariencia, tanto el periódico como la revista usarían el recurso de la participación de los campesinos en sus publicaciones, sin embargo, el resultado del estudio deja ver que tanto en Colombia como en Cuba, tal participación fue mínima e incipiente, el campesino colombiano, estaría representado con su voz solo en pequeñas participaciones ligeras y sin mayor profundidad, mientras que el campesino cubano también viviría la misma historia, podría pensarse que sus básicos o nulos niveles de educación, para el momento de inicio de los ejercicios periodísticos, serían insuficientes para que tuvieran mayor protagonismo escrito, pero pasado el tiempo y habiéndose superado, más en Cuba que en Colombia, la brecha del analfabetismo, la situación no cambiaría, la participación de los campesinos seguiría relegada a pequeños momentos por medio de coplas, adivinanzas, y comentarios de tres líneas y relatos de su opresión y su vida miserable antes del presente (para nosotros pasado) prometedor.

Evidentemente tanto el periódico El Campesino como la revista ANAP, defenderán posiciones claramente ideológicas, de orden político y, en el caso de Colombia, fuertemente religioso, por su parte, en el periódico la defensa de una idea progresista asociada al capitalismo, por las fuertes alianzas y apoyo de los Estados Unidos a sus proyectos, que prácticamente los sometía a hacer una contraposición de vestigios del comunismo que transitaban por el caribe y llegaban al territorio nacional, buscando germinar; mientras que en Cuba era determinadamente lo contrario, el apoyo al nuevo sistema pos independentista que los había liberado de las condiciones de opresión de la potencia norteamericana bajo la orientación ideológica del comunismo, sería el insumo obligatorio presente en la publicación; la tarea principal de ambos medios: impulsar, mantener y proyectar fuerzas ideológicas, hegemónicas, políticas y antagónicas.

Resulta innegable entonces que tanto el periódico El Campesino como la Revista ANAP, en Colombia y en Cuba, respectivamente, implementaron sus sistemas comunicativos, como medios educativos, con el recurso estratégico del reconocimiento de lo popular en la población campesina; en Colombia, como ese sector de la población despreciado, estéticamente inaceptable, pero del que toda la nación dependía para su manutención, y que con el paso del tiempo y la evolución del pensamiento capitalista, apoyado y promovido por ACPO desde la publicación del periódico y su impulso, sería transformado en masa citadina, inicialmente capitalina, posteriormente integrantes de las periferias de las grandes ciudades.

En Cuba, el ciudadano del campo, por el contrario, encontraría un espacio de reconocimiento a su labor, entendiéndose como un agente popular, desde la perspectiva de su aportación a la reconstrucción de su nación, bajo la orientación comunista del nuevo orden; en definitiva, un instrumento también al servicio de la estructura hegemónica naciente y perpetuada, sobre la cual pesaría la imponente responsabilidad del mantenimiento alimentario de toda una nación, inicialmente sólida y prometedora gracias a sus alianzas, pero que en el futuro sufriría los embates de tal tarea y no daría abasto con ella.

Bibliografía

- “Los Discursos Del Partido Popular Sobre Inmigración” German Rubio Carbonero, Tesis Doctoral UFP 2010. Universidad Pompeu Fabra
- “Ni Folklórico, ni masivo ¿qué es lo popular?”. Néstor García Canclini. Diálogos de la Comunicación. 1987.
- “Poder Y Pueblo Un Análisis Del Discurso De La Prensa De La Izquierda Radical Sobre La Constitución Española De 1978” Universidad Complutense de Madrid. José Manuel Roca Vidal. 1995.
- Acción Cultural Popular Radio Sutatenza, Programación. ACPO. 1969.
- ANAP a cincuenta y cinco años de su publicación. Carmen María Díaz García. Calibán Revista Cubana de Pensamiento e Historia. Mayo-Agosto. 2015.
- Cinco Tesis Sobre El Populismo. Enrique Dussel .UAM Iztapalapa. México. 2007.
- Colonialidad del poder y Clasificación Social. Aníbal Quijano. CLACSO.2014
- Colonialidad del saber y Clasificación Social. Aníbal Quijano. Revista Entorno Geográfico. 2010
- Comunicación, Desarrollo y Colonialismo en ACPO -COLOMBIA: el papel de los campesinos y mujeres en radio Sutatenza” de la Profesora Aura Isabel Mora, directora de la línea Buen Vivir/ Vivir Bien: perspectiva política de la comunicación; adscrita al Doctorado en Comunicación de la Universidad Nacional de la Plata (Argentina).2016.
- Educación Popular: Evolución Reciente y Desafíos. Alfonso Torres Carrillo. Universidad Pedagógica Nacional. 1993.
- El Campesino “Un semanario al servicio y en defensa de los campesinos de Colombia. José Arturo Rojas. Biblioteca Luis Ángel Arango del Banco de la Republica de Colombia. Vol. 46. Núm. 82. 2012.
- El Periodismo en Colombia de los oficios y los medios. Jesus Martín Barbero- German Rey. Universidad Javeriana. 1997
- Filosofía y Religión en Spinoza. Víctor Sanz. Estudios Filosóficos. 1997
- La construcción discursiva de la identidad y el modelo de sociedad en el discurso político de M. Macri. Irene Vasilachis de Gialdino. Discurso y Sociedad. 2016.
- La crisis moral en Colombia. Gerardo Molina y otros. Bogotá, Tercer Mundo, 1975.

- La descolonización de la economía política y los estudios poscoloniales: Trans-modernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. Justo Arocemena, Ramón Grosfoguel. CELA. 2007.
- La Formación De Campo De Estudios De Comunicación En Colombia. Jesús Martín Barbero y Germán Rey. Revista de Estudios Sociales. 1999.
- La Influencia Política De Los Medios De Comunicación: Mitos Y Certezas Del Nuevo Mundo. Fermín Bouza. Universidad Complutense De Madrid.1998.
- La reforma agraria en Cuba e implicaciones. Consuelo Díaz-Granados. Universitas Humanística. 1979.
- Las Acciones Populares En Colombia. Marinella Martínez y Sara Helena Trujillo. Universidad Javeriana. 2001.
- Las narrativas populares como elemento de resistencia cultural. Fabio Silva Vallejo. Unimagdalena. 2013.
- Las Violencias En Los Medios, Los Medios En Las Violencias. Revisión y Análisis Crítico De Los Estudios Sobre Medios De Comunicación y Violencia En América Latina. 1998-2005. Jorge Iván Bonilla y Camilo Andrés Tamayo. EAFIT-Universidad Javeriana- Cineo- Colciencias. 2007.
- Pasajes de la guerra revolucionaria. Ernesto Che Guevara. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 1985.
- Pedagogía del oprimido. Paulo Freire. Editorial Tierra Nueva. 1970.
- Recorrido Investigativo “Discurso, Poder y Cognición Social” Teun A. Van.Dijk. Catedra Unesco. 1994.
- Revista Credencial Historia. “El campo y la ciudad: Colombia de un país rural a un país urbano”. José Olinto Rueda Plata. 1999.
- Sobre la colonialidad del ser: Contribuciones al desarrollo de un concepto. Nelson Maldonado Torres. 2007.
- Testimonio de un demócrata. Gerardo Molina. Medellín, Universidad de Antioquia, 1991.
- Texto: Teoría Cultural y Cultura Popular. Jhon Storey. 2002.



UNIVERSIDAD DE
COSTA RICA

CICOM

Centro de
Investigación en
Comunicación

ALAIC

ALAIC 2018

30 JUL-01 AGO | COSTA RICA



PATROCINADORES



CONSEJO NACIONAL
DE RECTORES



ES... MUUUCHA GALLETAS!



Te acompaña siempre.



PROFESIONALES
EN COMUNICACIÓN
COLEGIO DE PERIODISTAS
DE COSTA RICA

